

FRoNteiRA

Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-reitora: Patrícia Bernardes

Assessor Especial da Reitoria: José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Paulo Roberto de Sousa

Pró-reitores: Extensão - Wanderley Chieppe Felippe; Gestão Financeira - Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação - Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura - Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e de Pós-graduação - Sérgio de Morais Hanriot; Recursos Humanos - Sérgio Silveira Martins; Arcos - Jorge Sundermann; Barreiro - Renato Moreira Hadad; Betim - Eugênio Batista Leite; Contagem - Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas - Iran Calixto Abrão; São Gabriel - Alexandre Rezende Guimarães; Valle; Serro e Guanhães - Ronaldo Rajão Santiago



**editora
PUC Minas**

EDITORA PUC MINAS

Direção e coordenação editorial: Mariana Teixeira de Carvalho Moura

Comercial: Paulo Vitor de Castro Carvalho

Conselho editorial: Edil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros; Flávio de Jesus Resende; Jean Richard Lopes; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Luciana Lemos de Azevedo; Márcia Stengel; Mariana Teixeira de Carvalho Moura; Meire Chucre Tannure Martins; Mozahir Salomão Bruck; Pedro Paiva Brito; Sérgio de Morais Hanriot.

EDITORA PUC MINAS • Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Rua Dom Lúcio Antunes, 180 • 30535-630 • Coração Eucarístico

Tel: (31) 3319.9904 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

e-mail: editora@pucminas.br

ISSN: 1679-5377

FRoNteira

Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais



PUC Minas Curso de Relações Internacionais

Belo Horizonte
v. 21 n. 42
p. 1 - 205
2º sem. 2022

FRONTEIRA

Conselho Executivo

Prof. Javier Alberto Vadell
Prof. Leonardo César Ramos

Estagiários

Ana Rachel Simões Fortes
Fabiana Freitas Sander
Júlia Clara Lúcio de Araújo
Juliana de Faria Campos
Marina D'Lara Siqueira Santos
Matheus de Abreu Costa Souza
Pedro Diniz Rocha
Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes
Vinícius Tavares de Oliveira
Victor de Matos Nascimento
Yasmin Maia de Paiva

Conselho Editorial

Alexandre César Cunha Leite (Universidade Estadual da Paraíba)
Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília)
André Luiz Reis da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília)
Antônio Jorge Ramalho da Rocha (Universidade de Brasília)
Carlos Augusto Canedo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Carlos Aurélio Pimenta Faria (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Clóvis Brigagão (Universidade Cândido Mendes)
Domicio Proença Júnior (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Eduardo José Viola (Universidade de Brasília)
Eugênio Diniz (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Flávia de Campos Mello (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Henrique Altemani (Universidade Estadual da Paraíba)
João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
José Flávio Sombra Saraiva (Universidade de Brasília)
Léa Guimarães Souki (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Leonardo Nemer Caldeira Brant (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Marcelo Galuppo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Maria Elizabeth Marques (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Maria Izabel Valladolid de Carvalho (Universidade de Brasília)
Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Mônica Herz (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Nizar Messari (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Onofre dos Santos Filho (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Oswaldo Bueno Amorim Filho (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Paulo José dos Reis Pereira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Ricardo Seitenfus (Universidade Federal de Santa Maria)
Taiane Las Casas Campos (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Tullo Vigevani (Universidade Estadual Paulista)

Apoio

Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)
Chefe do Departamento: Chyara Salles Pereira

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

F935 Fronteira: Revista de Iniciação Científica. – v.1, n.1
(2001-). – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2001- .
v.
ISSN 1679-5377
Semestral
1. Relações internacionais - Periódicos. I. Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais. Curso de Relações
Internacionais.

CDU: 327(05)

Sumário

O TERCEIRO GÊNERO NA ÍNDIA: O paradoxo social das *hijras* e as consequências da colonização britânica7

THE THIRD GENDER IN INDIA: The hijras social paradox and the consequences of the British colonization

EL TERCER GÉNERO EN LA INDIA: La paradoja social de las hijras y las consecuencias de la colonización británica

Maria Clara Cunha

Países com economia verde na busca pelo lucro no sistema capitalista internacional e a exploração do meio ambiente: o caso de Noruega e Brasil.....25

Green economy countries in the pursue for profit in the international capitalist system and the environmental exploitation: the case of Norway and Brazil

Ana Clara De Souza Andrade, Bianca Rodrigues Pereira, Dillyan Figueiredo Tudisco, Nathanny Isabella Ramos Ferreira, Victorya Almeida Abreu

“História para ninar gente grande”: olhar decolonial da Mangueira sobre a História do Brasil46

“History to lull great people”: decolonial look at Mangueira on the History of Brazil

“História para adormecer a grandes pueblos”: mirada decolonial a Mangueira sobre la História de Brasil

Arthur Henrique Gomes de Souza

O Papel do Hezbollah no Desenvolvimento de uma Nova Identidade Nacional Libanesa: os Efeitos da Guerra de 2006 ..69

Hezbollah's Role on the Development of a New Lebanese National Identity: The Effects of the 2006 War

El Papel de Hezbolá en el Desarrollo de una Nueva Identidad Nacional Libanesa: Los Efectos de la Guerra de 2006

Bianca Guimarães Vizzotto

AS GUERRILHEIRAS DO SOL: A marginalização do papel das mulheres com ênfase no combate da YPJ nas mídias jornalísticas entre 2013 e 2021.....88

THE WARRIORS OF THE SUN: The marginalization of the role of women with an emphasis on YPJ combat in news media between 2013 and 2021.

LAS GUERRILLERAS DEL SOL: La marginación del papel de las mujeres con énfasis en el combate de YPJ en los medios de comunicación entre 2013 y 2021.

Ana Beatriz Rios de Andrade Moreira, Beatriz Leal Boner, Oliver de Morais Heizenreider

Análise pós-colonial da emergência do Boko Haram na Nigéria: um desafio às abordagens tradicionais114

Postcolonial analysis of the emergence of Boko Haram in Nigeria: a challenge to traditional approaches

Análisis poscolonial del surgimiento de Boko Haram en Nigeria: un desafío a los enfoques tradicionales

Ana Clara Pereira Domenichini, Isabela Maria Cavalmoretti, Juliana Saleme da Costa Cerqueira, Nathália Alves Guimarães, Shanaya Lohanna de Oliveira

A CIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE PODER: a atuação chinesa na Antártica138

SCIENCE AS A POWER INSTRUMENT: China's Role in Antarctica

LA CIENCIA COMO INSTRUMENTO DE PODER: la acción china en la Antártida

Giulia Santos Souza, Isabella Bastos Silva da Cruz, Lucas Henrique de Oliveira Silva, Nayra Maria Campos Gomes

Aproximação e Distanciamento na Política Externa de Bolsonaro para a Argentina no Mercosul159

Rapprochement And Distancing In Bolsonaro's Foreign Policy Towards Argentina In Mercosur

Acercamiento y Distanciación en la Política Exterior de Bolsonaro hacia Argentina en Mercosur

Thiago Vicino Fernandes

Divide et Impera: uma análise sobre a colonização da África e suas consequências.....180

Divide et Impera: an analysis of the colonization of Africa and its consequences

Divide et Impera: un análisis de la colonización de África y sus consecuencias

Brunno Victor Freitas Cunha

O TERCEIRO GÊNERO NA ÍNDIA: O paradoxo social das *hijras* e as consequências da colonização britânica

*THE THIRD GENDER IN INDIA: The hijras social paradox
and the consequences of the British colonization*

*EL TERCER GÉNERO EN LA INDIA: La paradoja social de
las hijras y las consecuencias de la colonización británica*

Maria Clara Cunha¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo definir o conceito de gênero, levando em consideração o seu processo histórico, junto à construção social do mesmo, tendo em vista o panorama do tema no universo das Relações Internacionais. Além disso, o trabalho irá tratar sobre a colonização da Índia pelo Império Britânico, realizada por meio da Companhia das Índias Orientais, buscando relacionar este ocorrido com a marginalização das hijras, que são mulheres transgênero no país. Por fim, o artigo irá apresentar quem são essas mulheres, conhecidas também como o terceiro gênero na Índia, além de explicar o contexto social, cultural e religioso em que essas mulheres estão inseridas.

Palavras-chave: Gênero. Terceiro gênero. Índia. Hijras.

ABSTRACT

This article aims to define the concept of gender, taking into account its historical process, together with its social construction, being aware of the panorama of the theme in the field of International Relations. In addition, the essay will deal with the colonization of India by the British Empire, carried out through the East India Company,

seeking to relate this to the marginalization of hijras, who are transgender women in the country. Finally, the article will present who these women are, also known as the third gender in India, in addition to explaining the social, cultural and religious context in which these women are inserted.

Keywords: Gender. Third gender. India. Hijras.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo definir el concepto de género, teniendo en cuenta su proceso histórico, junto con su construcción social, siendo consciente del panorama de la temática en el campo de las Relaciones Internacionales. Además, el ensayo abordará la colonización de la India por parte del Imperio Británico, realizada a través de la Compañía de las Indias Orientales, buscando relacionar esto con la marginación de las hijras, que son mujeres transgénero en el país. Finalmente, el artículo presentará quiénes son estas mujeres, también conocidas como el tercer género en India, además de explicar el contexto social, cultural y religioso en el que se insertan estas mujeres.

Palabras clave: género. Tercer género. India. Hijras.

1. Graduada em Relações Internacionais em ago/2021 pelo Centro Universitário IESB, Brasília – DF. E-mail: mariaclarano@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A Índia, segundo país mais populoso do mundo, é uma nação ímpar quando se fala em diversidade. Trata-se de mais de três grupos étnicos no país, que falam mais de treze idiomas diferentes. As religiões predominantes no país são o Hindu, sendo 79,8% da população praticante, e o Islã, seguido por 14,2% dos indianos (CIA, 2021). E como em muitos países, a Índia foi colonizada e presencia uma mescla de valores ancestrais com valores ocidentais, que foram impostos pelos seus colonizadores.

A Grã-Bretanha colonizou a Índia por meio da Companhia das Índias Orientais, que realizava intensa atividade comercial principalmente na costa do país. A Companhia possuía assentamentos comerciais, além de ter propriedade territorial de cidades inteiras no país colonizado. Com a conquista e tomada de territórios sendo intensificada a partir do século XIX, os britânicos passaram a exercer grande influência na região indiana (MARSHALL, 1998).

Por volta da década de 1850, os britânicos tomaram conhecimento da presença das *hijras* em sua colônia indiana. As *hijras são mulheres* transgênero conhecidas como o terceiro gênero na Índia. A existência dessas mulheres é relatada há, pelo menos, quatro mil anos nos livros sagrados do hinduísmo (GIOVANAZ, 2020). A sociedade indiana acredita que estas mulheres possuem poderes espirituais, capazes de abençoar ou amaldiçoar as pessoas.

Como tentativa de apagamento e silenciamento das *hijras* como um terceiro gênero, os britânicos afirmavam que as *hijras* eram, na verdade, homens eunucos, cuja figura masculina era vista pelos europeus como fracassada (HINCHY, 2014). Outro meio utilizado pelos britânicos para apagar a existência desse grupo foi o *Criminal Tribes Act* (CTA), em que uma das ações era proibir as *hijras* de realizarem suas performances, que eram sua fonte principal de sustento. Isso fez com que muitas dessas mulheres passassem a trabalhar com prostituição, o que é uma realidade para esse grupo até os dias atuais.

O objetivo do artigo é analisar a posição das *hijras* a partir do conceito de gênero e do contexto da colonização britânica da Índia, relacionando as políticas impostas na época com a marginalização contemporânea das *hijras*. Essa análise será feita com

base na pesquisa bibliográfica de artigos, livros e publicações em revistas científicas.

O artigo está dividido em três partes. A primeira parte, denominada Gênero nas Relações Internacionais, busca definir o conceito de gênero com base na autora Jade Nogueira, tratando sobre como este termo define os papéis feminino e masculino na sociedade, levando em consideração o panorama do tema no universo das Relações Internacionais (RI). Além disso, o trabalho busca abordar a história e o contexto em que o gênero passou a ser discutido nas RI, tratando este como um novo tópico a ser discutido no cenário internacional e relatando como este tema ainda é marginalizado nas RI, além de alegar a necessidade de se produzir mais trabalhos e estudos na área.

A segunda parte do artigo aborda o processo de colonização britânica na Índia, buscando relacionar este ocorrido com a marginalização das *hijras*. Nesta etapa, serão apresentadas características do Império Britânico e da Companhia das Índias Orientais, demonstrando como foi o processo de conquista da hegemonia de poder na Índia. Esta parte do artigo também busca abordar algumas das consequências da colonização britânica, a exemplo de heranças como o capitalismo, machismo, ocidentalismo e eurocentrismo, começando a apresentar como essas questões afetaram a vida das mulheres cisgênero e transgênero da sociedade indiana, tanto econômica quanto socialmente, fazendo uma relação entre o período colonial e o período contemporâneo.

Na terceira parte do trabalho é feita uma análise sobre quem são as *hijras* na sociedade indiana. Nesta etapa, o artigo busca explicar quem são as *hijras* e o que as torna *hijras*, identidade que vai além do fato de serem apenas mulheres transgênero. Esta parte do trabalho tem como intuito demonstrar as questões religiosas e sociais nas quais as *hijras* estão inseridas, relatando suas vivências e relacionando o fato dessas mulheres serem consideradas importantes na sociedade, ao mesmo tempo em que são marginalizadas.

2 GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O gênero é definido, tradicionalmente, como a distinção entre homens e mulheres. Porém, este não trata apenas de questões físicas e biológicas, mas também de fatores culturais, históricos

e sociais, ou seja, o gênero distingue os papéis feminino e masculino na sociedade. A distinção entre os gêneros é um processo histórico, uma construção social que é baseada nas hierarquias de uma sociedade patriarcal (NOGUEIRA, 2018), que dá sentido ao mundo e acaba sendo uma das formas primárias de atribuir significado ao poder nas sociedades humanas (MONTE, 2010). Uma sociedade patriarcal é aquela em que há uma relação de dominação, material e simbólica, em que os homens exercem poder sobre as mulheres (AZEVEDO, 2016).

Porém, a definição de gênero não se limita mais às polaridades estabelecidas como mulheres e homens, sejam eles cisgênero ou transgênero. É relevante trazer para a discussão a existência de pessoas não-binárias, visto que “entre o ‘homem’ e a ‘mulher’ existem vários gêneros; ser não-binário é estar em qualquer ponto entre os polos” (CARVALHO, 2018, p. 25). Esta definição é abordada também pela Teoria Queer,² visto que os sentidos de não-binário podem representar categorias como “corpos abjetos” e “performatividade de gênero” (CARVALHO, 2018).

A discussão sobre gênero se intensificou após a Guerra Fria, visto que as relações internacionais se tornaram mais complexas e passaram a abordar temas mais diversificados de cunho político, social, econômico, cultural e religioso (SILVA, 2013). Com este fato, surgiu a oportunidade de começar a debater temas de uma nova agenda contemporânea, tendo em vista que o positivismo e o paradigma realista entraram em declínio e passaram a conviver com o pós-positivismo (SILVA, 2013).

No realismo, os Estados são considerados os atores principais no cenário internacional, então as preocupações se baseiam em manter o *status quo*, assim como o poder político e a segurança nacional (SILVA, 2013). É um modelo baseado no estatocentrismo e, juntamente ao realismo político, prioriza tratar das causas das guerras internacionais e da ascensão e queda dos Estados (TICKNER, 1992).

Com o declínio deste modelo, a sociedade internacional dá espaço a outros atores, a exemplo de Organizações Internacionais (OIs), Organizações Não-Governamentais (ONGs), indivíduos, movimentos sociais, organizações terroristas e criminosas, além

2. Teoria que considera a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero.

de outros agentes. Esse fenômeno se deve ao surgimento do debate pós-positivista, também chamado de Terceiro Debate,³ em que as abordagens feministas questionavam os termos ontológicos, epistemológicos e metodológicos do positivismo (SILVA, 2013).

O terceiro debate produziu ampla abertura para as ramificações de abordagens – conhecidas como interparadigmáticas — dentro do âmbito acadêmico das Relações Internacionais, tais como o debate pós-positivista, o construtivismo, e o pós-modernismo. Spike Peterson resgata, nesse sentido, as palavras de Lapid, quando afirma, “o terceiro debate marca um fim claro do consenso epistemológico positivista.” Continua a autora “enquanto o terceiro debate marca uma transição intelectual envolvendo críticas do positivismo, o centro das Relações Internacionais não está engajado no debate com as vozes marginalizadas. (SILVA, 2013, p. 30)

O enfoque de gênero nas Relações Internacionais, ganhou relevância de fato a partir do final da década de 1980, quando no ano de 1988 foi publicado no *Journal Millennium*, da Inglaterra, uma edição especial denominada *Mulheres e Relações Internacionais* (SILVA, 2013). A partir disso, surgiram as primeiras teóricas feministas, que se preocupavam em mostrar que as abordagens teóricas tradicionais possuíam um inerente preconceito de gênero, assim como demonstrar que, ao conduzir as mulheres e o gênero para dentro da análise do internacional, surgiram mudanças nas fronteiras conceituais, além de diferentes concepções sobre o que era relevante para compreender assuntos internacionais (SQUIRES; WELDES, 2007).

A discussão sobre gênero foi um processo lento e tardio e ainda é considerada uma temática nova no âmbito da disciplina de RI. A influência disso está no fato de que o campo das RI, de acordo com Kawamura (2012), se ocupa com a realidade e os problemas das interações internacionais, e que Silva (2013, p. 18) completa afirmando que “os Estados configuraram primeiramente essas relações, tornando-se mais complexas com a emergência de novos atores”. Muitos estudiosos de RI têm dificuldade de perceber a importância do gênero para a disciplina, pois consideram que a mesma é neutra em termos de gênero. Assim, questiona-se o papel do gênero nas RI e sobre como este afeta, na

3. O Terceiro Debate das Relações Internacionais surgiu com o intuito de romper com a lógica binária – defendida por realistas – de pensamentos e teorias.

prática, as relações internacionais. Isso se dá pelo fato de que estudantes de RI e de gênero possuem realidades e epistemologias muito diferentes, o que resulta na falta de entendimento entre ambos (TICKNER, 1997).

No entanto, a sociedade internacional contemporânea, mesmo que lentamente, passa a comportar também o gênero como um agente nas Relações Internacionais, visto que este tópico é de singular importância para entender as relações de poder globais, pois é uma ferramenta crítica e analítica (NOGUEIRA, 2018). É necessário enfatizar que a questão de gênero recebeu notoriedade por causa das lutas feministas que adquiriram relevância e reconhecimento internacional no decorrer da história, uma vez que mulheres e ativistas passaram a reivindicar melhores condições em diversos aspectos, como econômico, social, cultural, político e profissional (SILVA, 2013).

Com isso, nota-se que os acontecimentos do âmbito doméstico afetam também o ambiente internacional, dado que não há como ignorar conflitos existentes dentro das sociedades e apenas considerar as relações entre Estados, estritamente. Por isso a importância das mulheres envolvidas no Terceiro Debate, pois deram maior visibilidade à questão de gênero e fizeram com que as RI começassem a sair de uma inércia institucional (HALLIDAY, 1988). É relevante discutir a questão do gênero no âmbito das RI pois se pode analisar “a interdisciplinaridade das consequências de processos interativos e internacionais dentro das sociedades” (DA COSTA, 1997, p. 11), assim como o papel das políticas internacionais e como estas funcionam na prática, além da crescente participação das mulheres como sujeitos internacionais cada vez mais relevantes no sentido de desenvolvimento social, econômico, individual e também em questões de guerra e paz (DA COSTA, 1997).

Como exemplo do processo de tomada de espaço das mulheres no âmbito das relações internacionais, temos as “ondas” do movimento feminista, explicadas por Soares da seguinte maneira:

Feministas e acadêmicos dividiram a história do movimento em três “ondas.” A primeira onda se refere principalmente ao sufrágio feminino, movimentos do século XIX e início do XX. A segunda onda se refere às ideias e ações associadas com os movimentos de liberação feminina iniciados na década de 1960, que lutavam pela igualdade legal e social para as mulheres. A terceira onda seria uma

continuação e, segundo alguns autores, uma reação às suas falhas – da segunda onda, e se inicia na década de 1990. (SOARES, 2010, p. 1)

A ocorrência dessas “ondas” demonstrou a necessidade de haver mais qualidade e quantidade de estudos focados na pesquisa das questões de gênero. Passou a ser discutido em maior amplitude a importância do papel das mulheres no cenário internacional, visto que as relações interpessoais e micro-políticas acabam sendo fortemente influenciadas pelos processos transnacionais (HALLIDAY, 1988), assim como em vários outros assuntos relacionados, como na sociedade, economia e, inclusive, no próprio lar. Esta discussão resultou no surgimento da construção histórica dos movimentos feministas e da sua inserção na sociedade internacional (NOGUEIRA, 2018).

A questão do gênero vem sendo discutida há mais de vinte anos dentro do universo das Relações Internacionais. Deste modo, não é mais necessário defender a inclusão deste estudo na disciplina (SILVA, 2013), visto que cada vez mais se faz necessário analisar o mundo a partir do gênero. Porém, este tema, apesar de relevante, ainda é marginalizado nas RI, assim como questões de raça, sexualidade, classe e etnia. Por isso fala-se mais sobre interseccionalidade, dado que este conceito é relevante para o estudo da intersecção das identidades sociais que estão relacionadas à opressão, como gênero, classe e raça.

3 A COLONIZAÇÃO BRITÂNICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O Império Britânico, entre os anos de 1689 e 1815, cresceu e chegou a ocupar lugares para além da Europa, se expandindo para outros continentes. Neste período, o Império Britânico difundiu seus interesses e ideais, que chegaram em grande parte do globo principalmente pelas vias do comércio, por meio de padrões e regulamentação de mercado, além de difundir esse interesse pelo governo de suas colônias. Neste período, a Grã-Bretanha estava muito à frente dos outros países europeus, visto que esta era líder no comércio global. No século XIX, a hegemonia britânica já estava estabelecida fora da Europa (MARSHALL, 1998).

A Grã-Bretanha possuía a Companhia das Índias Orientais, que era o meio de realizar o comércio nas Índias. Deste modo, a Companhia tinha diversos assentamentos comerciais, dos quais

os mais importantes estavam localizados na costa da Índia. A Companhia continha a propriedade total da ilha de Bombaim, enquanto nas cidades de Madras, que atualmente é chamada de Chennai, e Calcutá os governantes indianos haviam concedido aos britânicos o direito de propriedade quanto a estes territórios (MARSHALL, 1998).

No ano de 1815, o Império Britânico chegou a conquistar todo o leste da Índia, grande parte da península, além de boa parcela do vale do rio Ganges. Todos estes territórios estavam sob o domínio direto dos britânicos, sendo administrados pela Companhia das Índias Orientais. Neste período, estima-se que cerca de 40 milhões de indianos viviam sob as leis do Império Britânico, aplicadas pela Companhia (MARSHALL, 1998). Devido à sua hegemonia, por volta do século XIX, o termo “Império Britânico” era popularmente aceito, visto que haviam muitos territórios e povos dominados que respondiam às leis da Grã-Bretanha.

Sabendo que a sociedade indiana era fortemente enraizada nas tradições brâmanes⁴ e islâmicas⁵ – e considerando que o imperador mogol⁶ era reconhecido como a única fonte válida de possuir honra e domínio – e com o intuito de legitimar sua posição de poder não apenas econômico, mas também social, a Companhia das Índias Orientais passou a patrocinar o hinduísmo e o islamismo (MARSHALL, 1998).

Uma maneira que o Império Britânico encontrou de entrar na Índia colonial como um novo domínio foi tentar fazer com que aqueles que experienciaram o *inqilab* o vivessem novamente, além de tentar ver esse processo pelos olhos dos indianos. O *inqilab* é a inversão da ordem social existente, em que os ricos são derrubados e os pobres sobem ao topo. O que aconteceu no século XVIII nas Índias foi percebido pelos contemporâneos como *inqilab*. O estabelecimento da supremacia britânica na Índia foi visto pelos indianos como uma revolução, para o bem ou para o mal, visto que não se sabia quais seriam as consequências desse processo (MARSHALL, 1998).

4. O bramanismo, atualmente conhecido como hinduísmo, é uma filosofia religiosa indiana, formada por um conjunto de concepções religiosas, sociais e políticas.

5. O islamismo, que é praticado por muçulmanos, é uma religião abraâmica monoteísta baseada no texto do Alcorão.

6. O Império Mogol esteve presente na Índia entre os anos de 1526 e 1857, onde dominou quase todo o subcontinente indiano.

Mesmo com o fim do domínio há séculos estabelecido pelo Império Mogol, a influência desta antiga potência ainda seguiu na mente dos indianos. Deste modo, as tentativas de tomada de poder, a partir deste período, foram realizadas buscando legitimidade dentro da estrutura que estava formada na sociedade, influenciada por essa ideia de fonte válida de honra e domínio (MARSHALL, 1998).

Os Impérios Britânico e Marata⁷ foram estabelecidos com sucesso na Índia, visto que ambos buscaram adquirir legitimidade levando em consideração a estrutura citada anteriormente. No ano de 1803, os britânicos ocuparam Delhi e usurparam o poder do Império Marata, fazendo com que estes perdessem a reivindicação da supremacia na Índia. Os britânicos passaram a exercer controle sobre o imperador e sobre o Forte vermelho – construção que fez a capital da Índia ser transferida de Agra para Delhi – que possuíam grande importância simbólica para a sociedade. Isto permitiu que a Companhia das Índias Orientais fosse vista como uma potência reconhecida pelos maratas, além de forte candidata para obter a hegemonia no país (MARSHALL, 1998).

Apesar do Império Britânico, para conseguir se manter no poder, não ter contrariado diretamente as tradições brâmanes e islâmicas, o mesmo, a partir do processo colonial, influenciou a sociedade indiana levando seus valores e epistemologia dominante às suas colônias. Dentre estes valores e epistemologia, estão o capitalismo, machismo, ocidentalismo e eurocentrismo, além de outros que não serão tratados neste artigo.

Por influência da colonização britânica na Índia, este país possui uma economia capitalista, que atualmente é neoliberal, e que integra o sistema econômico vigente do sistema internacional.

O capitalismo precisa inserir as mulheres na força de trabalho como mão de obra barata, mal remunerada, e também precisa do trabalho doméstico não remunerado das mulheres para arcar com o ônus da reprodução social (ter filhos, reabastecer diariamente a força de trabalho, dando alimentos, cuidados e conforto psicológico para o trabalhador esgotado, e cuidar do passado e futuro da força de trabalho - crianças e idosos). (KRISHNAN, 2015, p. 265)

7. O Império Marata foi um estado hindu que estava presente na Índia entre os anos de 1674 e 1818.

Este tipo de dinâmica é responsável pela manutenção do machismo na sociedade, que reproduz problemas graves a exemplo da cultura do estupro e do domínio dos homens sobre as mulheres que, no contexto do neoliberalismo, ocorre com o intuito de disciplinar o trabalho das mulheres em uma economia capitalista, para mantê-las subordinadas (KRISHNAN, 2015).

Como exemplo da herança capitalista colonial na Índia, mesmo com o crescente número de mulheres que buscam trabalho remunerado, a participação delas ainda é baixa e os trabalhos que conseguem são insalubres e perigosos. No mais, além de serem incorporadas ao trabalho assalariado, que é explorador, ainda têm que lidar com mais horas de trabalho doméstico, pois no sistema em que vivem, as mulheres são oprimidas dentro e fora de suas casas. Deste modo, os papéis domésticos exercidos pelas mulheres continuam a serem feitos e também preservam a reprodução social (KRISHNAN, 2015).

De acordo com Krishnan (2015, p. 266), “a ideologia de gênero, família e ‘cultura’ nacional/religiosa é invocada nas narrativas políticas, econômicas e sociais contemporâneas na Índia para justificar divisões de gênero, casta, classe e religiosas.” Deste modo, a autora afirma que é necessário enfrentar o capitalismo e as políticas neoliberais para que a liberdade e autonomia do povo indiano seja alcançada, e não apenas falar que o país possui uma “cultura atrasada” e “mentalidade retrógrada”, como é difundido pela mídia ocidental.

Quanto ao ocidentalismo, Lander (1993, p. 51) afirma que este é um conjunto de práticas que “participam da produção de concepções do mundo”, em que este divide o mundo, desagrega suas relações e cria, a partir da diferença gerada, hierarquias, naturalizando esse processo junto com as relações assimétricas de poder.

Neste processo, são utilizados termos de oposição binários, demonstrando a relação dicotômica entre Europa e suas colônias e do Ocidente e suas pós-colônias. De acordo com Lander (1993, p. 51), o “globocentrismo” – expressão que busca substituir o termo “eurocentrismo” – oculta a “violência do colonialismo e do imperialismo sob o manto embelezador das missões civilizatórias e planos de modernização.” Ao contrário do eurocentrismo e de toda a carga histórica que o termo carrega, procura-se substituir pelo globocentrismo, para seguir influenciando o Oriente com discursos neoliberais dominantes, escondendo a presença do Ocidente nesses discursos.

Concomitante a esta influência europeia em relação à população indiana, as *hijras*, que além de serem mulheres são pessoas transgênero, sofrem com questões de raça e casta. Ou seja, são afetadas para além da questão do gênero, visto que as mesmas fazem parte de vários grupos sociais que são marginalizados devido às epistemologias coloniais dominantes. O Ocidente utiliza da diferença sexual das *hijras* como um mecanismo inicial para classificá-las, visto que estas mulheres não se encaixam nos conceitos premeditados de tribo, gênero e sexualidade binárias ocidentais, o que causa ansiedade epistêmica e escancara as lacunas do domínio colonial (HINCHY, 2019).

Muitas *hijras*, pelo fato de serem mulheres marginalizadas, trabalham com a prostituição de seus corpos para conseguirem uma fonte de renda. Porém, esta não é a única maneira que conseguem para garantir o seu sustento. Há *hijras* que trabalham com performances e danças, assim como com o *badhai* – coleta de esmolas, que são dadas por abençoarem casamentos ou nascimentos – e também há outros exemplos, como trabalho em comércio de varejo, serviços domésticos e mão de obra industrial e agrícola (HINCHY, 2019).

Com o intuito de debater sobre a cidadania sexual no ativismo *hijra*, esse grupo passou a ser definido como transgênero, que é um termo utilizado como um “guarda-chuva”, além do grupo também se encaixar na categoria de pessoas não-binárias. Essa discussão é realizada para gerenciar e normatizar os diferentes grupos que compõem uma sociedade, com o objetivo de garantir os direitos e visibilidade política dessas minorias (HINCHY, 2019).

4 QUEM SÃO AS HIJRAS NA SOCIEDADE INDIANA

As *hijras* podem ser reconhecidas como transsexuais,⁸ travestis,⁹ eunucas,¹⁰ hermafroditas¹¹ ou intersexuais.¹² Porém, a

8. Uma pessoa transsexual é aquela que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído desde o seu nascimento.

9. Travesti é um termo que era utilizado, pejorativamente, para definir mulheres transgênero, fortemente associado à prostituição. Atualmente, o conceito está sendo ressignificado e, na prática, possui a mesma definição que “transsexual”.

10. Uma pessoa eunuca é aquela que é estéril, impotente para o coito, castrada. O termo é utilizado para pessoas que nasceram com características sexuais masculinas.

11. Hermafroditas são indivíduos que nascem com características reprodutivas de ambos os sexos, feminino e masculino.

12. O termo intersexual descreve pessoas que desenvolvem ao longo da vida traços femininos e masculinos.

definição mais popular é “terceiro gênero”. Estas terminologias são mais utilizadas no sul da Ásia e na mídia internacional para definir quem são as *hijras* (HINCHY, 2014).

A presença das *hijras* foi notada pelos britânicos na década de 1850. Esse grupo era visto pelos europeus como uma comunidade de artistas transgênero eunucos. Com isso, os britânicos criaram o *Criminal Tribes Act* (CTA), uma espécie de legislação para que pudessem observar e controlar as *hijras*. Esta foi uma das tentativas de apagar as *hijras* como uma identidade de gênero e categoria sociocultural, além de proibir suas performances e modo feminino de se vestir (HINCHY, 2014).

Na cultura indiana, as *hijras* são pessoas que nascem com o sexo masculino e que se autodenominam emasculadas ou eunucas de nascença. Se identificam com o gênero feminino, então usam roupas femininas e adotam nomes característicos de mulheres (HINCHY, 2014).

As *hijras* possuem um papel sociocultural importante, realizando performances em ocasiões de nascimentos e casamentos, abençoando os recém-casados e recém-nascidos. Porém, para os britânicos que estavam presentes na Índia do século XIX, as *hijras* eram consideradas “desviantes de gênero”. Deste modo, suas performances eram classificadas como uma obscenidade, além de sua própria existência no espaço público ser julgada como um ultraje moral (HINCHY, 2014).

A performance, conhecida como *badhai*, é muito significativa para a identidade das *hijras*, tanto no século XIX, quanto na Índia contemporânea. O *badhai* consiste na visita das *hijras* nas casas em que há recém-nascidos ou recém-casados, onde essas mulheres apresentam canções e danças para as famílias, assumindo o seu papel religioso no momento, que é abençoar ou amaldiçoar a fertilidade das pessoas. Em troca, as *hijras* recebem esmolas ou cobram pelo pagamento da família (HINCHY, 2014).

Além de performarem nas casas das famílias, as *hijras* apresentam suas canções e danças em espaços públicos, a exemplo de mercados e feiras religiosas, e também para o entretenimento dos governantes indianos (HINCHY, 2014).

De acordo com Hossain, as *hijras* se definem e se reconhecem pela habilidade de realizar o *hijragiri*:

Hijragiri é a conduta ritual de *badhai* (atribuição de bênçãos ao recém-nascido após segurar a criança em seus braços enquan-

to dança), *cholla* (a cobrança de pedágios da jurisdição ritual, ou *birit*, como as *hijras* chamam) e dominar o *ulti*, a linguagem secreta. É pelo domínio dessas artes e obtenção de perspicácia relacionada aos afazeres que a pessoa se torna uma *hijra*. Isso, entretanto, não significa que alguém irá se tornar uma *hijra*. Em vez disso, como *hijras* muitas vezes argumentam, apenas aquelas pessoas de corpo masculino com um desejo por homens que se identificam com o gênero masculino se qualificam para receber o treinamento para se tornar uma *hijra* sob os conselhos de uma *hijra* idosa. (HOSSAIN, 2017, p. 1420)

As *hijras* possuem um papel social importante devido à mitologia hindu, porém muitas se descrevem como muçulmanas ou afirmam que possuem identidades e costumes religiosos sincréticos, ou seja, uma fusão de religiões e visões. Na mitologia hindu, há diversas figuras que mudam de sexo, geralmente do sexo masculino para o feminino, ultrapassando as fronteiras do gênero em sua adoração (HINCHY, 2014).

As *hijras* presentes em uma cidade ou bairro geralmente vivem juntas na mesma casa, compartilhando um ambiente familiar estruturado por relacionamentos descritos como *guru-chela*, ou seja, associando professoras e discípulas, estabelecendo uma hierarquia entre *hijras* mais velhas e mais novas, respectivamente (HINCHY, 2014).

Por se autodenominarem “nem homem e nem mulher”, as *hijras* desafiam a divisão binária dos gêneros. Na Índia colonial, os britânicos se referiam a este grupo como “homens”, usando o pronome masculino para designá-las, como uma estratégia linguística para silenciar e apagar as *hijras* como uma terceira categoria de gênero, a fim de restaurar a divisão binária de gênero. O papel da masculinidade foi central para que os britânicos combatessem esse grupo transgênero, caracterizando-os apenas como “eunucos”, transgredindo a masculinidade normativa na Índia britânica, retratando as *hijras* como uma figura masculina fracassada (HINCHY, 2014).

De acordo com Hinchy (2014), a masculinidade foi fundamental para as ideologias britânicas de governo na Índia, nos quais os homens britânicos foram representados como o ideal masculino. Conforme esses discursos coloniais, os homens britânicos tinham uma “aparência física viril, tratavam suas mulheres de forma protetora e ainda de maneira liberal, ocupavam seu tempo com atividades viris, como caça e esportes, e, acima de tudo,

governavam o subcontinente de maneira justa e esclarecida [...]” (HINCHY, 2014, p. 275).

Com a criação do *Criminal Tribes Act* (CTA) no ano de 1871, houve a elaboração de uma lei que proibia os “eunucos” – termo que os britânicos usavam para se referir às *hijras* – de aparecerem publicamente “vestidos de mulher” ou performando danças e canções, com pena de reclusão de até dois anos, incluindo multa. Deste modo, os britânicos criminalizaram a principal fonte de renda das *hijras*. O CTA também privou as *hijras* de direitos civis, a exemplo do direito de escrever um testamento ou de serem guardiãs de crianças (HINCHY, 2014).

Essas foram algumas tentativas para disciplinar as *hijras*, pois os britânicos tinham o objetivo de ordenar e “limpar” o espaço público, evitando a propagação de “doenças” morais e físicas, ou seja, evitando a presença das *hijras* em si. Para os britânicos, as performances e travestismo¹³ das *hijras* era uma ameaça moral e sexual para os homens indianos e para a Índia britânica. A masculinidade britânica atuava juntamente às políticas coloniais, influenciando os debates sobre reforma social e nacionalismo indiano (HINCHY, 2014).

Atualmente, a Índia é um país conservador quando se trata de temas como orientação sexual, com constante preconceito com a população LGBTQIA+,¹⁴ e a colonização britânica contribuiu para esta herança. O fato das *hijras* não serem agredidas com frequência se deve a relatos da presença desse grupo em escrituras religiosas muito antigas e por isso as pessoas têm receio de desacatar uma *hijra* (GIOVANAZ, 2020).

Após a independência da Índia, reconhecida pelos britânicos no ano de 1947, mesmo com as consequências de anos de repressão, as *hijras* passaram a lutar pelos seus direitos e, em 2014, a Suprema Corte indiana reconheceu a existência do “terceiro gênero”, que foi confirmada em 2018 pelo Parlamento indiano. Deste modo, essa decisão aumentou a visibilidade trans e reconheceu as *hijras*, de fato, como mulheres transgênero (GIOVANAZ, 2020).

Porém, mesmo com o reconhecimento legal, as *hijras* e pessoas transgênero da Índia ainda sofrem com a segregação social

13. Ato de vestir-se com roupas do sexo oposto.

14. Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo e Assexuais. O “+” é utilizado para incluir outras variações de sexualidade e gênero que não estão presentes na sigla.

e econômica, visto que ainda estão às margens da sociedade, trabalhando em empregos pouco valorizados, perigosos e insalubres (GIOVANAZ, 2020).

Na perspectiva das Relações Internacionais, uma maneira de mudar a realidade das hijras e de pessoas transgênero de outros países, é aplicar uma legislação internacional de direitos humanos, com foco nas pessoas transgênero. No ano de 2006, a Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos organizaram, junto a outras Organizações Internacionais, uma reunião para discutir sobre princípios jurídicos internacionais com o intuito de criar uma legislação que garanta os direitos das pessoas em relação às suas orientações sexuais e identidades de gênero, que foram chamados de Princípios de Yogyakarta, cidade da Indonésia em que ocorreu esta reunião (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006).

Iniciativas como essa são importantes para dar clareza às obrigações que os Estados possuem com a aplicação e manutenção dos direitos humanos da população. Deste modo, ao estabelecer uma legislação específica, torna-se possível criar e aplicar políticas públicas direcionadas à essa população que está marginalizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo definiu o conceito de gênero e como este assunto, além de determinar a vida privada, também determina o âmbito das Relações Internacionais, sendo um tópico relativamente novo para a disciplina. O trabalho também mostrou a conjuntura em que o tema passou a ser abordado nas RI e no cenário internacional. Além disso, mostrou a necessidade de discutir sobre o gênero não apenas considerando o movimento feminista, mas também incluindo a questão LGBTQIA+, falando sobre interseccionalidade e integrando a questão do gênero a questões de raça e classe, por exemplo.

O trabalho também relatou como ocorreu o processo de colonização britânica, com atuação assídua da Companhia das Índias Orientais, e como políticas coloniais com o intuito de invisibilizar as *hijras* – a exemplo da disseminação do ideal de masculinidade britânico, do CTA e da remoção de alguns direitos civis deste grupo – contribuíram para a marginalização destas mulheres

transgênero na sociedade indiana atual. Além disso, o trabalho concluiu que outras heranças da colonização, como o capitalismo, machismo, ocidentalismo e eurocentrismo, se mostram presentes na contemporaneidade e que afetam significativamente a vida social e econômica de mulheres cisgênero e transgênero, principalmente, além de outros grupos marginalizados.

Em suma, o artigo apresentou quem são as *hijras*, como esse grupo está presente na sociedade indiana e quais são os rituais que as tornam *hijras*, além de serem apenas mulheres transgênero. Foi relatado no artigo o paradoxo social em que essas mulheres vivem, demonstrando a importância religiosa e cultural desse grupo na sociedade, ao passo que são uma população marginalizada. Foi feita uma relação entre as políticas de apagamento impostas às *hijras* por meio de uma comparação da Índia colonial e contemporânea, relatando que, durante o império britânico, essas mulheres eram vistas como uma ameaça à sociedade, e eram consideradas apenas homens eunucos, cuja masculinidade era fracassada.

O trabalho concluiu que, apesar das *hijras* terem sido reconhecidas como o terceiro gênero, ainda é necessário discutir nacional e internacionalmente os direitos dessas mulheres, a fim de criar uma legislação que possa ser aplicada internamente pelos países, garantindo os direitos básicos desse grupo que ainda é tão marginalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira de. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. **Revista Três Pontos**: Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 12-20, 20 abril 2016.

CARVALHO, Mario. **“Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”**: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018.

DA COSTA, Patrícia Gay Pepper. **A inserção da categoria de gênero nas Relações Internacionais**: contribuição brasileira à Conferência de Beijing 95. 1997. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

GIOVANAZ, Daniel. **Como vivem as pessoas trans na Índia, onde o “terceiro gênero” é reconhecido por lei**. Nova Delhi: Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/28/como-vivem-as-pessoas-trans-na-india-onde-o-terceiro-genero-e-reconhecido-por-lei>. Acesso em: 21 mar. 2021.

HALLIDAY, Fred. Hidden from international relations: women and the international arena. **Millennium: Journal of International Studies**: v. 17, n. 3, p. 419-428, 1988.

HINCHY, Jessica. **Governing Gender and Sexuality in Colonial India**: The Hijra, c. 1850-1900. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

HINCHY, Jessica. Obscenity, Moral Contagion and Masculinity: *Hijras* in Public Space in Colonial North India. **Asian Studies Review**: Singapore, v. 38, n. 2, p. 274-294, 2014.

HOSSAIN, Adnan. The paradox of recognition: hijra, third gender and sexual rights in Bangladesh. **Culture, Health & Sexuality**: Amsterdam, v. 19, n. 12, p. 1418-1431, 2017.

KAWAMURA, Karlo Koiti. **Atores nas Relações Internacionais e o protagonismo das empresas transnacionais**: possibilidades e limites dos regimes internacionais como instrumentos de sua regulamentação. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

KRISHNAN, Kavita. Cultura do estupro e machismo na Índia em globalização: Como a política, economia e ideologia de castas influenciam os direitos das mulheres na Índia. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**: v. 12, n. 22, p. 263-267, 2015.

LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber**: Eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 1993.

MARSHALL, P. J. **The Oxford history of British empire**: The eighteenth century. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MONTE, Izadora Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais**: Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

NOGUEIRA, Jade Magalhães de Mendonça. **A marginalização das perspectivas de gênero nas Relações Internacionais**. 2018. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2006. Disponível em: www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

SILVA, Andréia Rosenir da. **A construção de gênero no âmbito das Relações Internacionais**: Direitos Humanos das mulheres e a necessidade de instrumentos eficazes à sua consolidação. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SOARES, Ana Luiza Timm. **Inventando gênero**: feminismo, imprensa e performatividades sociais na Rio Grande dos “anos loucos” (1919 a 1932). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Paraná, Curitiba, 2010.

SQUIRES, Judith; WELDES, Jutta. Beyond being marginal: gender and International relations in Britain. **Political Studies Association**: BJPIR, England, v. 9, n. 2, p. 139-194, 2007.

THE WORLD FACTBOOK. **CIA**: Índia, 2021. Countries. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/india/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**: Feminist Perspectives on Achieving Global Security. New York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**: v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997.

Países com economia verde na busca pelo lucro no sistema capitalista internacional e a exploração do meio ambiente: o caso de Noruega e Brasil

Green economy countries in the pursue for profit in the international capitalist system and the environmental exploitation: the case of Norway and Brazil

Ana Clara De Souza Andrade¹
Bianca Rodrigues Pereira²
Dillyan Figueiredo Tudisco³
Nathanny Isabella Ramos Ferreira⁴
Victorya Almeida Abreu⁵

RESUMO

Com a evolução do capitalismo formou-se um sistema de interações internacionais no qual existe o predomínio econômico de países do Norte Global em detrimento da exploração de países do Sul. Este trabalho busca apresentar o contexto e o desenvolvimento dessa dinâmica com foco nas relações econômicas do Brasil e da Noruega. Além disso, procura-se compreender como a questão da exploração ambiental se insere nessa conjuntura. À vista disso, utiliza-se das teorias marxistas e neomarxistas como as teorias de Dependência e Sistema-Mundo,

para analisar o comportamento dos atores na busca pelo lucro e a inserção no comércio internacional no sistema capitalista vigente.

Palavras-Chave: Marxismo. Teoria da Dependência. Meio Ambiente. Exploração. Brasil. Noruega.

ABSTRACT

Along with the evolution of capitalism a system of international interactions has been formed in which there is an economic advantage of Global Northern countries due to the current exploration of South countries. This paper seeks to present the context

1. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: anacsouzaandrade@gmail.com
2. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: bianca.pereira.1264243@sga.pucminas.br
3. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: figueiredolya@gmail.com
4. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: nathanny.ferreira@sga.pucminas.br
5. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: vaabreu@sga.pucminas.br

and the development of this dynamic focusing on economic relations between Brazil and Norway. Furthermore, it aims to understand how environmental exploration issues are inserted in this condition. Seeing that, it uses Marxist and neo-Marxist theories such as the Dependence Theory and

World-System, to analyze the agents' behavior on the pursuit for profit and insertion in international trade in the current capitalist system.

Key-Words: Marxism. Dependence Theory. Environment. Exploitation. Brazil. Norway.

1 INTRODUÇÃO

No século XV, o mercantilismo – sistema monetário embrionário do capitalismo – caracteriza-se como o período no qual diversas potências europeias conquistaram novos territórios, subordinando-os como colônias e explorando-os com o intuito de enriquecer a metrópole (GILPIN, 2002). Nesse contexto, a monarquia e a burguesia portuguesa aplicaram os princípios mercantilistas – inerentes ao sistema internacional da época – à sua economia política e, com isso, assumiram relações imperialistas em seus territórios na América, que posteriormente viriam a se tornar o Brasil.

Pode-se salientar a intensa exploração das terras brasileiras, que usufruiu do trabalho escravo, a fim de atingir um melhor custo benefício para o enriquecimento e o aumento do poder do país colonizador. Dessa maneira, os portugueses ilustraram como a consolidação do capitalismo apenas se tornou viável através de uma exploração predatória, que ceifou milhares de vidas e destruiu – de forma irreversível – o meio ambiente brasileiro, mas que cumpriu seu objetivo principal: fornecer riqueza, poder e segurança à metrópole (GALEANO, 2020).

Nessa conjuntura, após séculos de exploração, o Brasil também não esteve impune na busca de lucro em meio ao sistema capitalista atual. Característico de países do Sul Global, a exportação de produtos do setor primário tornou-se foco para as elites brasileiras alcançarem lucro na sociedade e, assim, investiram e investem no avanço do agronegócio sem pensar nas consequências. Com isso, o meio ambiente converte-se em produto e as elites, que pensam no lucro acima de tudo, contribuem para o legado dos colonizadores, configurando um desmatamento sem precedentes. Como bem ressaltou Marini, “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2012, p. 47). Assim surgiu o Estado brasileiro: desde seu nascimento subordinado a países imperialistas que incessan-

temente roubam e exploram nossa fauna e flora, muitas vezes de forma mascarada (KRENAK, 2019).

O objetivo deste artigo é expor e compreender as relações sociais e econômicas entre a Noruega e o Brasil, bem como seus respectivos posicionamentos e ações sobre a questão ambiental na busca pelo lucro no sistema capitalista internacional. A pergunta de partida para a contextualização deste artigo é: ‘Em que medida as relações econômicas entre Brasil e Noruega influenciam na exploração ambiental brasileira?’. O presente trabalho é estruturado em 3 seções principais referentes à lente teórica, ao desenvolvimento econômico ligado ao meio ambiente e à análise visando apresentar como o Brasil e a Noruega se portam dentro desse sistema exploratório e dependente. Diante disso, foram utilizadas teorias marxistas e neomarxistas para analisar as dinâmicas sistêmicas, como a de Marx, Engels e as contribuições de Lênin que objetivam compreender o processo histórico das interações entre os Estados e o expansionismo fundamentado na busca por lucros, bem como a relação central da economia na condução da política internacional e do imperialismo. E ainda, as teorias de Sistema-Mundo e Dependência, que propõem uma explicação sobre a ordenação entre os Estados desenvolvidos e os periféricos baseada em fatores econômicos, considerando o subdesenvolvimento da América Latina como um produto do avanço do capitalismo mundial no Norte Global.

2 AS ABORDAGENS MARXISTAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A teoria marxista emerge como uma reação aos desdobramentos da ideologia liberal econômica. No liberalismo, o mercado tem sua própria lógica de funcionamento e surge espontaneamente com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas. Com base no princípio de que os atores se comportam de maneira racional para conseguirem maximizar seus ganhos ao menor custo possível, quanto menos intervenção governamental existir, maior será seu equilíbrio, havendo assim distinção entre a esfera econômica e política. De forma contrária, o marxismo propõe o vínculo entre essas esferas, compreendendo que as desavenças governamentais são frutos da disputa entre as classes sociais pela distribuição de capacidades econômicas e só acabariam quando o grupo de classes e o mercado se extinguissem (GILPIN, 2002; MARX, 1999).

Partindo dos preceitos marxistas em Relações Internacionais, podemos analisar as dinâmicas do capitalismo que favorecem países do Norte Global e influenciam a exploração e o subdesenvolvimento de outros. Os fundamentos da teoria enfatizam que por meio da compreensão do materialismo histórico e da luta de classes, o Estado - e, conseqüentemente, o sistema internacional - é resultado dos interesses das classes dominantes. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo evidencia a ordenação internacional de modo desigual e hierárquico, no qual países influentes - enriquecidos pela exploração de Estados dependentes - controlam as movimentações e as dinâmicas sistêmicas (HAGE, 2013; RUPERT, 2007; VIGEVANI, 2011). Dessa maneira, para evoluir economicamente, um país depende da exploração das classes - e de Estados subordinados - o que gera por si só o aumento das desigualdades. Percebe-se, então, a contradição da hipótese liberal, na qual a independência do mercado provocaria um equilíbrio e a equipolência entre os atores (GILPIN, 2002).

Ademais, a Lei de Desenvolvimento Desigual de Lênin admite que a desigualdade entre os atores provoca crises econômicas periódicas que afetam a estrutura do sistema. Sendo assim, o decréscimo de consumo de bens produzidos faz com que as grandes potências econômicas busquem colônias para servirem de mercado consumidor e de fonte de matérias-primas. Entretanto, a competição entre elas pelo domínio de uma nova região provoca conflitos imperialistas causando guerras e mais gastos quanto à sobrevivência e à manutenção do sistema vigente (GILPIN, 2002; LÊNIN, 1979).

Ligado a isso, o pressuposto do materialismo histórico, no qual as relações de produção são capazes de moldar as relações sociais, possibilita a compreensão das interações entre agente e estrutura de uma determinada sociedade. Partindo desse ponto, “os homens são seres históricos, simultaneamente produtores e produtos de processos históricos”⁶ (RUPERT, 2007, p. 155, tradução nossa). Entende-se então que a estrutura do sistema capitalista promove circunstâncias que fazem com que as ações dos agentes sejam ao mesmo tempo reflexos estruturais e reações de modo a alterar essa estrutura. Logo, ao passo em que ocorrem interações sociais em torno do capital, desenvolvem-se também relações de classe, bem

6. Humans are historical beings, simultaneously the producers and the products of historical processes.

como a cisão entre os detentores dos meios de produção e os assalariados, que vendem sua força de trabalho à classe proprietária para garantirem suas necessidades materiais de sobrevivência (GILPIN, 2002; MARX, 1999; RUPERT, 2007).

Em vista disso, Marx identifica a relação de dominação que perpassa as relações sociais no sistema capitalista nos diversos níveis. Desse modo, analisando o nível governamental, é possível apontar o Estado como resultado dos interesses dos atores dominantes, na medida em que inserem-se nessa estrutura - por meio de investimentos ou demais formas de controle econômico - a fim de promover a manutenção de seus privilégios e impor o seu controle (RUPERT, 2007; VIGEVANI, 2011).

Compreende-se, pois, a conexão entre os Estados, as classes e a ordem sistêmica, reiterando a forma de como atores dominantes também exercem um tipo de hegemonia diante das estruturas sociais. Sendo assim, os aspectos morais, culturais e políticos do grupo dominante são espalhados através das instituições da sociedade civil e engendram a noção de consentimento das classes dominadas. Tal situação acaba por articular uma interpretação coletiva que sustenta os interesses desse grupo desqualificando uma possível oposição (GRAMSCI, 2000; RUPERT, 2007; SILVA, 2005).

Considerando a questão ambiental, a abordagem ecológica não é parte central dos escritos tradicionais de Marx e Engels. No entanto, a crítica ao sistema capitalista proporcionada por eles é fundamental para a análise da degradação do meio ambiente, já que todos os atores se relacionam mutuamente com o ecossistema e são vinculados economicamente de forma a reiterar as relações sociais de dominação (GROSSI, 2009; LÖWY, 2014; KOVEL, 2011).

Nesse sentido, o capitalismo, comandado pelas grandes elites detentoras dos meios de produção e da hegemonia nas estruturas sociais, estabelece a necessidade do consumo, ao passo em que busca não somente satisfazer as necessidades de sobrevivência biológica, mas também aquelas socialmente criadas e disseminadas pelas estruturas da sociedade. Desse modo, a lógica do desenvolvimento capitalista está diretamente ligada à exploração ambiental, na medida em que o consumo, a competição por mercados e a extração de recursos naturais fomentados por processos industriais visam sempre o aumento da produção e do lucro, de forma incompatível - e insustentável - àquela suportada pelo meio ambiente (GROSSI, 2009; LÖWY, 2014; PAES DE ALMEIDA, 2015; KOVEL, 2011).

2.1 Teoria da Dependência e a Teoria do Sistema Mundo

Ao abordar a teoria do Sistema Mundo Moderno apresentam-se duas perspectivas, sendo a primeira delas de Immanuel Wallerstein e a outra de Giovanni Arrighi. Para Wallerstein, um sistema tem características de um organismo vivo, pois, assim como um sistema biológico, os Sistemas Mundo têm um tempo de vida, possuem limites, estruturas e grupos associados que desempenham um papel essencial e são submetidos às regras de legitimação e coerência (WALLERSTEIN, 1974).

Dessa forma, o autor pontua que os Estados se dividem em centro, semiperiferia e periferia. Tal divisão baseia-se na organização social do trabalho, “que legitima a capacidade de certos grupos dentro do sistema explorarem o trabalho dos outros, isto é, recebem uma maior parte do excedente” (WALLERSTEIN, 1974, p. 339). Wallerstein (1974) apresenta maior capacidade produtiva e um potencial lucrativo maior. A semiperiferia, por sua vez, atua como uma espécie de corredor entre os centros e as periferias, já que possibilita o transporte de excedentes entre os dois extremos. Por fim, a periferia, que tem predominância de economia agrária, é caracterizada pela produção de manufaturados e de commodities. Assim, são colocadas em posição de subordinação ao centro em razão das inter-relações que desenvolvem com grupos capitalistas (AMARAL, 2017).

A teoria da Dependência, por sua vez, surgiu no contexto latino-americano da década de 60, como uma reação à teoria da modernização, visando questionar o motivo de alguns países não conseguirem se desenvolver economicamente da mesma forma que outros (SANTOS, 1998). Assim, busca evidenciar que os países da América Latina apresentam peculiaridades econômicas que impedem o desenvolvimento do capitalismo da mesma maneira como nas economias caracterizadas como avançadas (DUARTE; GRACIOLLI, 2007). Entende-se por teoria da Dependência a tentativa de colocar uma nova versão do sistema colonial, com o objetivo de impor um modelo que reafirma a exploração dos países periféricos (MACHADO, 1999).

Essa modernização, defendida pelos teóricos do desenvolvimento, visava alcançar o progresso das nações por meio da adoção de normas de comportamento e valores configurados pela racionalidade econômica moderna e pela busca de uma produtividade

máxima que atingisse a acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e da sociedade nacional como um todo (SANTOS, 1988). Nesse cenário surge a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com objetivo principal de fundar uma base que pudesse criar condições de desenvolvimento para países da região. No entanto, países que apresentam uma pauta de exportação amplamente baseada em produtos agrícolas estão fadados à posição periférica, dessa forma não possuem condições de realmente alcançarem a modernização (HAGE, 2013). À vista disso, as economias periféricas - enquanto exportadoras de produtos primários - não detêm o controle do seu próprio crescimento, logo, dependem da demanda dos países centrais para impulsionar o próprio desenvolvimento (MELLO, 1988).

Marini (2000) ao tratar a dependência na América Latina, discorre acerca da profunda contradição apresentada pelo ciclo do capital presente nas economias dependentes e dos efeitos cruciais na economia industrial latino-americana oriundos da exploração do trabalho. Nesse sentido, visto que Marx (2017) articula a crítica dessa contradição, podemos observar o paralelo de Marini com a teoria marxista para evidenciar o fato de que os Estados latino-americanos se submetem à condição de exploração porque faz sentido na lógica capitalista, na qual esses países buscam se inserir e alimentar todo sistema ao mesmo tempo, como apontado por Theotônio (1998), em que têm seu desenvolvimento limitado.

Ademais, para essa lente teórica, deve-se olhar para outros atores além dos Estados, como proposto por Lênin ao observar a relação entre os países industrializados e os agrários, em que as empresas multinacionais atuantes nestes países passam a ser atores importantes. Além de também considerar que o imperialismo pode agregar com a industrialização nacional por meio de duas formas: através dos investimentos diretos no setor em questão ou por intermédio de transferência de tecnologias ultrapassadas (MARINI, 2000).

Conforme Cláudio Katz (2016), ambas as teorias possuem convergências: a crítica às lentes teóricas liberais do desenvolvimento, as concepções positivistas da modernização e os questionamentos à imposição do modelo liberal em países da periferia pelos países do centro. Posto isso, as duas teorias reconhecem o papel que os países do Norte Global exercem sobre os do Sul Global, instituindo um sistema de exploração que sempre se volta para a clas-

se trabalhadora das periferias do Sistema Mundo, em que as elites presentes reforçam essa superexploração do trabalho para manter a lógica capitalista funcionando (MARINI, 2000). Em vista disso, Immanuel Wallerstein destaca que o capitalismo conseguiu constituir uma dimensão que ultrapassa as delimitações geográficas por meio da perda econômica pelas entidades políticas. Isto é, o capitalismo foi capaz de triunfar por se basear na perspectiva de que as vitórias ocorrem quando os ganhos ficam nas mãos de entidades privadas, pois são elas que vão continuar alimentando o Sistema Mundo de forma a manter a lógica capitalista em vigor (MARTINS, 2015).

Ambas teorias fazem uma alusão ao imperialismo para ilustrar a situação de dependência entre os países, uma vez que as periferias são postas como colônias, cujo papel central é exportar matérias-primas para os centros, da mesma forma como ocorria no sistema mercantilista. Assim, para que as periferias consigam sustentar suas posições na lógica capitalista, é necessário explorarem seus recursos naturais. Marini (2000) pontua, então, que a América Latina produz e impulsiona o mercado de produtos primários, mas não se torna relevante para os países de centro como um igual, pois a reduzem somente como produtora e exportadora de alimentos e commodities.

Portanto, as duas teorias neomarxistas buscam compreender a forma como as periferias lutam para se manter estáveis dentro do sistema, mesmo que tenham que superexplorar dos próprios recursos para perdurarem no Sistema Mundo. Nessa lógica de exploração é possível enxergar o esgotamento dos recursos naturais, em que a degradação ambiental resulta na deterioração da qualidade de vida das populações que ocorre para impulsionar o desenvolvimento do capitalismo (MÉDICI, 1983).

3 O CRESCIMENTO ECONÔMICO EM DETRIMENTO DO MEIO AMBIENTE

É notório que a invasão do Brasil no século XV inseriu o país em um sistema exploratório de forma abrupta pelo qual os povos nativos não escolheram. Ailton Krenak descreve essa situação ao nos dizer que a população originária foi arrancada de seus coletivos para serem “jogadas nesse liquidificador chamado humanidade» (KRENAK, 2019, p. 14). Países europeus chegaram no território

latino-americano se apossando de tudo e de todos e as terras habitadas por tribos indígenas e civilizações, nas quais não havia o conceito de propriedade privada, infelizmente, “pereceram diante das atrocidades decorrentes do comércio” (LEIRA, 2021, p. 16).

Nesse sentido, Galeano (2020) mostra como a América Latina foi inserida no mundo - e no mercado mundial - subordinada e explorada pelos donos do poder (e do capital) desde o princípio e continuará sendo ao longo dos tempos. O Estado brasileiro, assim como todas as colônias ibéricas, foi fundado diante de uma “intensa produção extensiva [que] esgotou rapidamente os solos” (GALEANO, 2020, p. 95). Assim, terras que naturalmente eram altamente produtivas, como as do nordeste brasileiro, tiveram suas forças exauridas e deixaram de ser convenientes para as grandes elites agrárias que tanto exploraram a região com a produção de café e de cana de açúcar, deixando para trás um solo desgastado, muita fome e miséria. Ainda não suficiente, migraram para terras do sudeste, onde os escravizados passaram a trabalhar em minas de ouro, remexendo no solo para que o metal precioso pudesse enriquecer elites alheias. Embora o período colonial tenha cessado, a exploração das riquezas ambientais brasileiras ainda é ativa e até mesmo incentivada, devido às exportações, por países que propagam a ideia de crescimento sustentável, como a Noruega.

A cultura de exploração intensa estabeleceu-se mesmo após o Brasil ter adquirido independência e, década após década, o desmatamento prevaleceu. Assim como o crescimento das áreas urbanas, o agronegócio expandiu e trouxe consigo a ganância e a busca por lucro sem precedentes. Essa combinação de fatores fez com que o Brasil perdesse milhões de hectares de cobertura arbórea, culminando na ameaça extrema de biomas como a Mata Atlântica, o Cerrado e a Caatinga. Na atual conjuntura, a preocupação com a floresta tropical brasileira tornou-se maior sob a administração do presidente Jair Bolsonaro, visto internacionalmente como uma pessoa “arrogante, ignorante e provocadora” (LEIRA, 2021, p. 190).

Frente a esse cenário, não podemos culpabilizar apenas o Norte Global como agente do descuido com o meio ambiente, afinal, o próprio governo brasileiro permite que o desmatamento aconteça em seu território e, principalmente, facilita o caminho para que o Brasil exporte suas riquezas para estrangeiros. Ligado a isso, a elite brasileira é decisiva no papel de controle das exportações e investimentos no agronegócio, visto que a atuação delas no mercado

mantém o país como uma das maiores economias mundiais. Nesse sentido, o genocídio dos indígenas, a apropriação de riquezas na América Latina e a criação de monoculturas de exportação foram essenciais para a constituição de grandes fortunas, tanto por parte das elites nacionais quanto por atuação de países de centro, ou seja, do Norte Global - ambas sendo inerentes ao sistema capitalista.

Conforme Leira (2021), o Estado brasileiro já se mostrava interessado em explorar intensamente recursos valiosos escondidos sob a vegetação da Amazônia desde o período militar, revelando mais uma vez que, independente do governo vigente, a exploração vegetal e o desmatamento sempre foram fontes do lucro para o país se desenvolver. No entanto, no caso dos militares, “questões ambientais vinham bem atrás na lista de prioridades, se é que chegavam a ser ponderadas” (LEIRA, 2021, p. 45). Compara-se muito a postura dos militares de 1964 às decisões do presidente Jair Bolsonaro de agir ostensivamente para não receber ajuda ambiental externa. Bolsonaro alega defender a soberania brasileira frente às questões internas, qualificando a postura intervencionista de outros países como colonial, por exemplo a França, ao mesmo tempo que através da desregulamentação e da privatização, o governo facilita o acesso de empresas multinacionais à exploração de recursos na Amazônia e no resto do país.

Ademais, é relevante pontuar quem são os atores nesse processo de desmatamento. As multinacionais investem enquanto a população mais miserável trabalha, muitas vezes, em condições análogas à escravidão. A fiscalização é escassa em lugares remotos - principalmente em mineradoras no meio da Floresta Amazônica - e o Congresso brasileiro desconsidera resoluções para o problema, uma vez que a “bancada ruralista” é maioria ideológica, desejando “proteger a si mesmos e a seus interesses - e têm o poder de fazê-los” (LEIRA, 2021, p. 139). É comum ver que várias empresas agrícolas financiam campanhas eleitorais com a intenção de receber proteção em troca. Ou seja, conforme Marx aponta, a relação de dominação atravessa as relações sociais no sistema capitalista nos diversos níveis, inclusive o governamental, sendo possível compreender o Estado e, no caso essas empresas, como resultado dos interesses dos atores dominantes, na medida em que inserem-se nessa estrutura por meio de investimentos ou demais formas de controle econômico (RUPERT, 2007; VIGEVANI, 2001).

Além disso, é questionável a validade de políticas públicas vol-

tadas à narrativa ecológica. Como exemplo, a antiga empresa Aracruz, produtora de celulose, ganhou vários prêmios ambientais no Brasil e foi reconhecida como sustentável na Bolsa de Nova Iorque. Ao mesmo tempo, foi acusada internacionalmente por ocupar terras de povos indígenas e quilombolas no Espírito Santo e criticada por poluir rios e o ar com um material cancerígeno (ARACRUZ É ACUSADA..., 2006). Nesse sentido, ressalta-se o próprio Fundo Amazônia proposto por ambientalistas brasileiros, criado em 2008 com a finalidade de promover a prevenção, a conservação, o monitoramento e o combate ao desmatamento na Floresta Amazônica, financiado por países como a Noruega e a Alemanha (FUNDO AMAZÔNIA, 2017). Logo, antes da conclusão das negociações do Fundo, o Brasil apresentou níveis expressivos na diminuição do desmatamento. Com Lula na presidência e Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente, ambos comprometidos com a questão ambiental, o país reduziu pela metade o desmatamento anual nos anos de 2004 a 2007 (LEIRA, 2021).

No entanto, assim que a Noruega decidiu que iria fornecer bilhões às florestas tropicais, financiando iniciativas privadas e estatais - definidas pelos próprios brasileiros, para evitar interferência na soberania do país - Marina Silva deixou o cargo de ministra, alegando que o novo governo Lula, de 2008, ignorava as pautas acerca do meio ambiente. De fato, as décadas seguintes não prosperaram tanto quanto as anteriores ao Fundo Amazônia, no qual o seguinte governo Dilma “foi marcado por grandes projetos desenvolvimentistas na região amazônica, como a [...] hidrelétrica de Belo Monte, bem como por ataques constantes à legislação ambiental.” (LEIRA, 2021, p. 109). Vale também destacar a relação do banco que faz a gestão do Fundo, o BNDES, que ao mesmo tempo que administra a conservação da floresta, investe em projetos que também a agridem, como a pecuária extensiva, a produção de soja e a construção da hidrelétrica de Belo Monte (LEIRA, 2021).

3.1 Noruega e sua contraditória economia verde

Exemplo internacional a ser seguido em temas ambientais, a Noruega pode ser vista como contraditória ao analisar o papel ambíguo do Estado em relações referentes às questões amazônicas. O país é conhecido por investir intensamente no reflorestamento, plantando mais árvores do que corta, no qual 38% do território é

coberto por florestas, visto que, desde 1919 o governo e a população se preocupam com a preservação ambiental. Ademais, a Noruega é líder global na adoção de carros elétricos e suas iniciativas voltadas ao meio ambiente são pautas relevantes em qualquer partido político do país, enfatizando a noção de que a preocupação ambiental é geral (POR QUE A NORUEGA..., 2019).

Em 2019, Oslo recebeu o prêmio de “Capital Verde da Europa”, além de ser considerada um país de “Economia Verde”, isto é, interessada em energias renováveis e acessíveis, cidades e comunidades sustentáveis, ação climática e redução de desigualdades, alguns dos pilares da Agenda de 2030 de Desenvolvimento Responsável (PNUD, 2018). No entanto, o modelo pode ser considerado falho, uma vez que atribui valores econômicos aos recursos naturais e, assim, o problema de transformar a natureza em mercadoria só aumenta e a lógica capitalista econômica prevalece. Desse modo, é possível dizer que surge um novo momento do capitalismo - ou um “eco-capitalismo”.

Nesse contexto, a Noruega apresenta-se, à primeira vista, como um país do Norte Global disposto a investir na preservação ambiental mundial e, mais especialmente, no território brasileiro. Em 2008, foi consolidado o Fundo Amazônia e a Iniciativa Internacional de Clima e Floresta da Noruega - projetos destinados à preservação. O país foi responsável por 94% dos R\$3,4 bilhões arrecadados para o financiamento e outros programas patrocinados pelo governo norueguês foram anunciados com iniciativas ambientais em diversos países. No entanto, o país nórdico é um dos principais exportadores de petróleo e de gás do mundo, evidenciando a contradição que tal dado implica, já que esse tipo de energia é extremamente poluente (POR QUE A NORUEGA..., 2018).

À vista disso, destaca-se o papel da Noruega nas relações com o Brasil, principalmente no que tange às iniciativas que colaboram para impactos sociais e ambientais, como no ramo de mineração da bauxita. Assim, dois lados são expostos: o de uma Noruega que investiu cerca de 8 milhões de coroas norueguesas, entre o período de 2008 e 2019, para fundos de proteção à floresta amazônica e aos direitos indígenas, e de outro, investimentos de mais de 40 bilhões de coroas norueguesas em atividades que incentivam a degradação do meio ambiente no solo brasileiro (ESCRITOR NORUEGUÊS ANALISA..., 2020). Como exemplo, a empresa Hydro - condenada por crimes ambientais no Brasil - que abdicou de bilhões

para comprar setores mineradores de bauxita e alumínio da Vale (empresa brasileira). A multinacional respondeu por vazamentos na cidade de Barcarena, “resultado de negligências deliberadas dos riscos ambientais somada[s] à incapacidade de ouvir as necessidades da comunidade local.” (LEIRA, 2021, p. 10). Quando questionado a respeito do escândalo, o CEO da Hydro assumiu que somente após a ameaça de reduzir a produção da empresa no Brasil que as acusações de vazamento passaram a ser tratadas como uma crise - ressaltando mais uma vez o quão irrelevante mostra-se a preservação do meio ambiente no contexto capitalista. No tangente ao Fundo Amazônia, há quem o critique como uma iniciativa neocolonialista,, ao passo que o próprio ministro do Petróleo e Energia da Noruega, Terje Riis-Johansen, em 2010, alegou que “um bilhão de dólares para o Fundo Amazônia facilitou a entrada da Noruega na indústria petrolífera brasileira” (REGNSKOG-MILLIARDER ÅPNER..., 2010).

Outro setor que destaca influência escandinava é a agricultura, visto que a soja brasileira, grande responsável pelo desmatamento de biomas, tem como destino o mercado norueguês. A Noruega é a maior produtora mundial de salmão em cativeiro, o qual se alimenta predominantemente de ração feita com proteína de soja proveniente de regiões desmatadas ilegalmente no cerrado brasileiro. Além disso, estima-se que mais de 35% dos agrotóxicos utilizados no Brasil - o maior consumidor mundial de agrotóxicos - são empregados nas plantações de soja. O país escandinavo também tem interferência, através da empresa Yara, no setor de agroquímicos, que atuam no desmatamento do Cerrado e da Amazônia brasileira, na medida em que a expansão do negócio acontece por meio da queima da floresta tropical (LEIRA, 2021).

No entanto, é necessário salientar novamente quem representa o interesse dos países em questão, uma vez que na visita do presidente Temer à primeira-ministra norueguesa, diversos manifestantes ambientalistas e de direitos humanos protestaram em 2017. Declarações em cartazes dizendo “pelo fim da aventura petrolífera no Brasil” eram comuns, referindo-se à Hydro e à Vale e pedindo, sobretudo, o fim da destruição da floresta. (GREENPEACE BRASIL, 2017). Portanto, é evidente que desde que o lucro seja grande o suficiente, “fatores como os direitos dos povos indígenas e a preservação do meio ambiente, para não mencionar as questões éticas, deixam de ter importância” (LEIRA, 2021, p. 144).

De fato, o financiamento norueguês no Fundo Amazônia permitiu que diversos projetos fossem realizados para fiscalizar e defender regiões em risco, mas a principal conclusão é clara: a Noruega investiu mais em empresas e indústrias que degradaram biomas brasileiros do que em iniciativas de proteção.

4 A RELAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA ENTRE NORUEGA E BRASIL PELA ÓTICA DA TEORIA MARXISTA

Conforme problematizado nas seções anteriores, a lógica do sistema capitalista baseia-se, principalmente, na necessidade de acumulação de capital ilimitada. Para tanto, um dos caminhos para o lucro máximo é a transformação de objetos em mercadorias. Nesse sentido, essencialmente após a Primeira Revolução Industrial, a natureza se torna um produto, visto que “as forças naturais são apropriadas, dimensionadas e planejadas pelo homem em função das necessidades de acumulação do capital.” (MÉDICI, 1983 *apud* GROSSI, 2009, p. 36). Logo, por intermédio do trabalho, percebe-se uma certa subordinação da natureza ao homem - consequência da própria lógica do mercado neoliberal - e, assim, ela é transformada na fonte de recursos para lucros ilimitados (POLANYI, 2000). No entanto, há uma contradição nesse processo: os recursos naturais são limitados enquanto a acumulação de capital é ilimitada para o sistema capitalista.

Em relação ao estudo de caso apresentado e considerando os dados da Divisão de Inteligência Comercial fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, as exportações brasileiras para a Noruega, em 2014, foram compostas, majoritariamente, por produtos químicos inorgânicos, principalmente a alumina calcinada, e por commodities agrícolas, como a soja e o café. Por sua vez, as importações brasileiras originárias da Noruega, no ano em questão, compuseram-se, por exemplo, de gás liquefeito - combustível, pescados e máquinas mecânicas (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, 2014). Tais dados ratificam a teoria do Sistema Mundo, na qual o Brasil como uma semiperiferia é responsável por exportar matérias-primas e produtos agrários para os centros, o que o limita atingindo a modernização e, já que não detém o controle do seu próprio crescimento, depende da demanda dos países centrais para impulsionar seu desenvolvimento (HAGE, 2013; MELLO, 1988).

Ademais, nas relações comerciais e econômicas bilaterais entre esses dois Estados, identifica-se um fenômeno similar ao impe-

rialismo descrito por Lênin (1979) na presença crescente de investimentos noruegueses no Brasil. Como é destacado na análise feita por Grossi, o capital transforma diretamente a gestão dos recursos naturais, e assim, tem sido “capaz de transferir as consequências desta crise [ecológica contemporânea] para países e classes a ele subordinadas.” (GROSSI, 2009, p. 46). Nesse sentido, o território e o meio ambiente brasileiros são devastados por atividades mineradoras e agrícolas financiadas pela Noruega e, também, por uma minoria brasileira - a elite.

Vale colocar em evidência os anos anteriores à criação do Fundo Amazônia, nos quais o Brasil atingiu indicadores de preservação ambiental com triunfo. No entanto, nos primeiros anos de execução do projeto, o próprio governo brasileiro, na presidência de Lula da Silva de 2008, se aproximou de multinacionais e incentivou, mais uma vez, o desmatamento desenfreado para obtenção de maiores lucros. Assim, é vantajoso economicamente para as elites do país a exploração ambiental oriunda do agronegócio, mesmo que para isso haja um dano irreversível. Diante desse contexto, destacamos a relação das monoculturas no processo de degradação do meio ambiente brasileiro, na medida em que o processo agrário sob o regime capitalista desenvolve técnicas prejudiciais ao solo. É importante considerar, a indispensabilidade das condições naturais à vida, na qual o progresso econômico de uma determinada sociedade não deveria colocá-las em risco. Logo, “A produção capitalista, portanto, so desenvolve as técnicas e o grau de combinação do progresso social da produção minando, simultaneamente, as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador” (MARX, 1983 *apud* FOSTER, 1999, p. 167). Conforme Carvalho (2013), o agronegócio considera estratégias burguesas de concentração da terra, de produção acelerada de produtos florestais, de agropecuária em larga escala e, principalmente, de monocultivos como promissoras. Entretanto, necessitam de um intenso uso de agrotóxicos, sementes transgênicas e hormônios, além de desprezar povos e trabalhadores. Nesse sentido, a obtenção do lucro justifica o descaso com questões ambientais e sociais para o empresário capitalista.

Logo, percebe-se o Estado brasileiro e as elites nacionais como agentes da degradação ambiental, os quais permitem que tal situação se intensifique por mudanças na legislação ou ainda na ineficiência de fiscalização. Como agravante dessa problemática, ainda é possível observar empresas agrícolas e grandes produtores

agropecuários que financiam campanhas eleitorais e políticos da denominada “bancada ruralista”, com a intenção de obter proteção e benefícios para manterem suas produções que tanto devastam o meio ambiente. Ou seja, utilizam da posição de dominação, como é descrito por Marx (1999), visto que são os detentores dos meios de produção. Assim, compreende-se o Estado e a degradação ambiental como resultados dos interesses dos atores e classes dominantes.

Com isso, podemos analisar que o crescimento do agronegócio e de indústrias brasileiras beneficia, diretamente, a classe burguesa nacional e os países centrais, como a Noruega. Conseqüentemente, as desigualdades sociais são estimuladas e a industrialização impulsiona, mesmo que paulatinamente, a expansão dos impactos contra o meio ambiente e a utilização intensiva dos recursos naturais brasileiros, que compõem em larga medida a pauta das exportações nacionais. Então, como afirmam Young e Lustosa (2003), as elites capitalistas, de certa forma, são as financiadoras do processo de industrialização e do agronegócio e, por isso, do processo de degradação do meio ambiente e do fortalecimento das desigualdades entre as classes. Nesse viés,

O sistema capitalista transforma efetivamente o planeta em uma gigantesca máquina para a fabricação e a acumulação de quantias cada vez maiores de dinheiro. Matérias-primas, energia e os trabalhadores são o alimento desta gigantesca máquina de produção de lucro em taxas sempre crescentes⁷ (WILLIAMS, 2010, p. 230, tradução nossa).

Portanto, as disparidades referentes aos níveis de consumo entre as classes ricas e pobres se expandem continuamente e o abismo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos permanece vivo, fortificando as desigualdades sociais. Como consequência, os padrões de consumo estabelecidos pelo mercado neoliberal se mantêm com base nos impactos ambientais e na mercantilização da natureza, essencialmente em países exportadores de produtos primários, como o Brasil (ÁVILA; MONTE-MÓR, 2011).

Nesse sentido, mecanismos como a troca desigual, os financiamentos aos desequilíbrios da balança de pagamentos e os investimentos diretos caracterizam ainda mais a exploração da peri-

7. The capitalist system effectively turns the planet into a giant machine for the manufacture and accumulation of larger and larger amounts of money. Raw materials, energy, and human workers are fed into the maw of this giant profit-making machine at ever-growing rates.

feria e da semiperiferia pelos países ricos do centro (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Tudo isso clareia a ideia de que “a luta de classes se torna uma questão internacional travada a partir das lutas nacionais” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 121). Conclui-se, então, que as elites de ambos os países exploram os proletários e o meio ambiente do Brasil, caracterizado como uma semiperiferia segundo os pressupostos de Wallerstein. Assim, como explicitado na teoria da Dependência, as desigualdades nacionais e internacionais são resultados das relações assimétricas entre países ricos e pobres, em benefício dos primeiros e de uma minoria (pequena elite) nos últimos (ÁVILA; MONTE-MÓR, 2011).

Isso acontece, também, porque os países centrais, segundo Elmar Altvater (1992), reconhecem suas disponibilidades precárias de recursos naturais e, conseqüentemente, perpetuam o subdesenvolvimento dos demais Estados. Nessa conjuntura, portanto, a exploração e a destruição ambiental se tornam “intrínsecas a uma sociedade de classes estruturalmente desigual” (GROSSI, 2009, p. 33).

5 CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos previamente apresentados concluímos que países do Norte Global e o próprio sistema capitalista influenciam diretamente na exploração ambiental do Brasil, contexto apresentado pela pergunta de partida ‘Em que medida as relações econômicas entre Brasil e Noruega influenciam na exploração ambiental brasileira?’. Tal influência se dá dentro da lógica capitalista na medida em que o Estado brasileiro - e as elites - enquanto parte da semiperiferia busca lucrar e se manter estável dentro do sistema, exportando bens primários e parte de seus recursos para os países centrais, importando bens de alto valor agregado. Dessa forma, configura-se um contexto exploratório, no qual as periferias e as semiperiferias acabam por deteriorar seus próprios territórios para alimentar esse ciclo do capital. Enquanto isso, a Noruega é caracterizada como um país central, mais desenvolvido economicamente e tecnologicamente, que importa grande parte das commodities brasileiras e investe em negócios prejudiciais - como é o caso de algumas mineradoras na região amazônica -, contribuindo com a degradação ambiental brasileira mesmo sendo a maior patrocinadora do Fundo Amazônia.

Nessa lógica, de que não há limites para a acumulação, as desigualdades no processo de crescimento econômico - tanto entre

países como entre classes sociais nacionais - permanecem constantes. Logo, “A devastação ecológica não é um resultado acidental do desenvolvimento capitalista, mas um elemento intrínseco do sistema e o integra da mesma maneira que a exploração de classe”⁸ (WILLIANS, 2010, p. 230, tradução nossa).

À vista disso, compreendemos que, conforme descrito pelas teorias marxistas, Sistema-Mundo e Dependência, os seres humanos e, principalmente, o meio ambiente passam a ser vistos como produtos inseridos nos mecanismos de oferta e procura, reafirmando o capitalismo como, segundo Karl Marx, “um modo de produção de mercadorias” (MARX, 2017, p. 4). Diante desse contexto, uma vez que há uma busca incessante pelo capital, a natureza é explorada ao extremo e mantêm-se as configurações capitalistas do Sistema Mundo vigente.

Dessa forma, os Estados e classes se relacionam mutuamente com o ecossistema e são vinculados economicamente de maneira a reiterar as relações sociais de dominação, na mesma medida em que a degradação ambiental é uma consequência direta e intrínseca do desenvolvimento do capitalismo. Sendo assim, as relações assimétricas entre os países centrais e periféricos perpetuam o subdesenvolvimento da periferia. No entanto, não cabe culpabilizar apenas o Norte Global como agente do descuido ambiental, afinal, conforme demonstrado, o próprio governo e as elites brasileiras permitem que tal degradação aconteça no Brasil, na medida em que incentivavam exportações e investimentos na agropecuária e na mineração, visto que a atuação delas no mercado mantém o país como uma das maiores economias mundiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

AMARAL, M. S. O estranho marxismo da teoria do moderno sistema mundial (ou o que foi feito do imperialismo e da dependência?). In: **Canais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo**, 2017. Niterói; NIEP-Marx (org.).

ÁVILA, J. L. T.; MONTE-MÓR, R. L. M. **Subdesenvolvimento sustentável? Velhas e novas contradições na periferia do capitalismo**. SciELO Brasil, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000300004>. Acesso em: 22 maio 2021.

8. “Ecological devastation is not an accidental outcome of capitalist development but an intrinsic element of the system, just as integral as class exploitation.”

ARACRUZ É ACUSADA..., 2006. “Aracruz é acusada de ocupar terras indígenas no Espírito Santo”. **G1**, 28. ago. 2006. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1255587-9356,00-ARACRUZ+E+ACUSADA+DE+OCUPAR+TERRAS+INDIGENAS+NO+ESPIRITO+SANTO.html>. Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **Como Exportar: Noruega**. Brasília: MRE, 2014. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXNoruega.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2021.

CARVALHO, H. M. **Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra**. Revista Reforma Agrária, edição especial, p. 32, jul. 2013.

ESCRITOR NORUEGUÊS ANALISA..., 2020. “Escritor Norueguês Analisa a Relação Ambígua de Seu País Com a Amazônia: ‘Somos Parte Da Solução E Do Problema’ - Notícias Ambientais.” **Mongabay**, nov 30, 2020. Disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2020/11/escritor-noruegues-analisa-a-relacao-ambigua-de-seu-pais-com-a-amazonia-somos-parte-da-solucao-e-do-problema/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

FOSTER, J. B. Marx e o meio ambiente. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (Org.) **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 74-161.

FUNDO AMAZÔNIA, 2017. “Home”. **Fundo Amazônia**, 2017. Disponível em: <<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 2ª Ed., Porto Alegre: L & PM, 2020.

GILPIN, R. As três ideologias da Economia Política. In: **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: UnB, 2002, p. 43-84.

GRACIOLLI, E. J.; DUARTE, P. H. E. A Teoria da Dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. In: **Anais do V Colóquio Marx e Engels**. Campinas: UNICAMP, 2007. CEMARX - Centro de Estudos Marxistas (org.).

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2, São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2000.

GREENPEACE BRASIL, 2017. “Na Noruega, Temer encara protesto, corte de verbas para Amazônia e ‘bronca’” **Greenpeace**, 23 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/na-noruega-temer-encara-protesto-corte-de-verbas-para-amazonia-e-bronca/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

GROSSI, M. A. **Capitalismo e a questão ambiental: Contribuições da Tradição Marxista**. Libertas. Juiz de Fora, vol. 3, 2009, p. 33-56. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/index.php/libertas/article/view/18179/9430>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

HAGE, J. A. A. A Teoria da Dependência: Uma Contribuição aos Estudos de Relações Internacionais. **Revista Política Hoje**, vol. 22, n. 1, 2013, São Paulo.

KATZ, C. “Teoria da Dependência e o Sistema Mundo.” **O Diário.Info**, 11 Novembro 2016, Disponível em: <<http://www.odiarior.info/teoria-da-dependencia-e-o-sistema/>>. Acesso em: 23 maio 2021.

KOVEL, J. **The Enemy of Nature: the end of capitalism or the end of the world**. 2ª Ed., Zed Books, 2011.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEIRA, T. **A Luta pela Floresta: Como a Noruega ajuda a proteger e a destruir o meio ambiente no Brasil**. 1º Ed. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2021.

LENIN, V. **Imperialismo - Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.

LÖWY, M. **O que é ecossocialismo?** 2ª Ed., São Paulo: Cortez, 2014.

MACHADO, L. T. A Teoria da Dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 199-215, Apr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018&lng=en\u2013nrm=iso>. Acesso em: 07 abr. 2021.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência: Uma Antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, J. R. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**. 2015, pag. 95-108. Disponível em: <<https://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/>>. Acesso em: 23 maio 2021.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital; tradução Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. Prefácio para a crítica da economia política. In: **Os Pensadores**. 1ª Ed., São Paulo: Nova cultural, 1999.

MÉDICI, A. C. Marx e o Meio Ambiente. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima;

MELLO, J. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CERQUEIRA FILHO, G.; KONDER, L. (Org.). **Por que Marx?** Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 5-26.

NOGUEIRA, J.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PAES DE ALMEIDA, J. **Ecossocialismo e a contribuição de seu ideário político: o Manifesto Ecossocialista Internacional**. Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 19, 2015, p. 781-881. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305541164015>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

PNUD, 2018. **Noruega**. Disponível em: <<https://www1.undp.org/content/undp/es/home/funding/core-donors/Norway.html>>. Acesso em: 12 maio 2021.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POR QUE A NORUEGA..., 2018. “Por Que a Noruega é Acusada de Hipocrisia Em Sua Política Ambiental.” *Época Negócios*, 25. out. 2018. Disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2020/11/escritor-noruegues-analisa-a-relacao-ambigua-de-seu-pais-com-a-amazonia-somos-parte-da-solucao-e-do-problema/>>. Acesso: 12 maio 2021.

POR QUE A NORUEGA..., 2019. “Por Que a Noruega é, Sim, Um Exemplo a Ser Seguido Em Temas Ambientais.” **Scandinavian Way**, 27. ago. 2019. Disponível em: <<https://scandinavianway.com.br/por-que-a-noruega-e-sim-um-exemplo-a-ser-seguido-em-temas-ambientais/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

REGNSKOD-MILLIARDER ÅPNER..., 2010. Regnskog-Milliarder Åpner Oljedører. **Dagens Næringsliv**, 14 set. 2010. Disponível em: <<https://www.dn.no/regnskog-milliarder-apner-oljedorer/1-1-1532317>>. Acesso em: 12 maio 2021.

RUPERT, M. Marxism and critical theory. In: DUNNE, Tim *et al.* (eds.). **International relation theories: Discipline and diversity**. Oxford: OUP, 2007, p. 153-170.

SANTOS, T. D. La teoría de la dependencia: un balance histórico. In: LÓPEZ SEGRERAS, Francisco. **El reto de la globalización**: ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos. Caracas: CRESALC-UNESCO, 1998, p. 17-37.

SILVA, M. A. M. **Teoria crítica em relações internacionais**. Contexto internacional. Rio de Janeiro, vol. 27, 2005, p. 249-282. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102=85292005000200001-&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2021.

VIGEVANI, T. *et al.* **A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais**. São Paulo. Lua Nova, 2011, p. 111-143. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2021.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Afrontamentos, 1974.

WILLIAMS, C. **Ecology and socialism**: solutions to capitalist ecological crisis. Chicago: Haymarket Books, 2010.

YOUNG, C.E.F.; LUSTOSA, M.C.J. **A Questão Ambiental no Esquema Centro-Periferia**. Economia, 2003.

“História para ninar gente grande”: olhar decolonial da Mangueira sobre a História do Brasil

*“History to lull great people”: decolonial look at
Mangueira on the History of Brazil*

*“Historia para adormecer a grandes pueblos”: mirada
decolonial a Mangueira sobre la Historia de Brasil*

Arthur Henrique Gomes de Souza¹

Resumo

O intuito do artigo é analisar as epistemologias decoloniais sobre a História do Brasil construídas pela Estação Primeira de Mangueira em seu Carnaval em 2019. Para tal, será feito um estudo sobre as perspectivas decoloniais, na construção do “giro decolonial” e uma análise destes argumentos sobre a construção do enredo, desfile e samba da Mangueira. Em que, o argumento central do artigo, consiste na ideia da Escola em superar o passado colonial epistemológico e hegemônico do saber da história do Brasil, redefinindo a narrativa histórica a partir de atores oprimidos e esquecidos. Apresentando um novo saber a partir de um giro decolonial que se dispõe a construir uma epistemologia brasileira no que diz respeito a sua História.

Palavras chaves: Brasil, Colonialismo, Decolonialismo, Hegemonia, História, Mangueira

Abstract

The aim of this article is to analyze the decolonial epistemologies on the History of Brazil built by Estação Primeira de Mangueira in its Carnival in 2019.

To this end, a study will be made on the decolonial perspectives, in the construction of the “decolonial turn” and an analysis of these arguments about the construction of the plot, parade and samba in the Mangueira. In which, the central argument of the article, consists in the idea of the School in overcoming the epistemological and hegemonic colonial past of knowledge in the history of Brazil, redefining the historical narrative from oppressed and forgotten actors. Presenting a new knowledge from a decolonial gyration that is willing to build a Brazilian epistemology with regard to its history.

Keywords: Brazil, Colonialismo, Decolonialism, Hegemony, History, Mangueira

Resumen

El objetivo del artículo es analizar las epistemologías decoloniales sobre la Historia de Brasil construidas por la Estación Primera de Mangueira en su Carnaval en 2019. Para tal, será hecho un estudio sobre las perspectivas decoloniales, en la construcción del “giro decolonial” y un análisis de estos argumentos sobre la construcción de la tra-

1. Graduando do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: ahgsouza10@gmail.com

ma, desfile y samba de la Mangueira. En eso, el argumento central del artículo, consiste en la idea de la Escuela en superar el pasado colonial epistemológico y hegemónico del saber de la historia de Brasil, redefiniendo la narrativa histórica a partir de actores oprimidos y olvidados. Presentando un

nuevo saber a partir de un giro decolonial que se dispone a construir una epistemología brasileña en lo que respecta a su Historia.

Palabras clave: Brasil, Colonialismo, Decolonialismo, Hegemonía, Historia, Mangueira

Introdução

O artigo, se dispõe entrar na narrativa do carnaval carioca, levando em consideração, uma perspectiva de festa originalizada pelos morros do Rio de Janeiro, que por sua vez, manifesta muito fortemente o carácter social e político dos moradores das comunidades. A G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira se apresenta como um objeto de grande relevância para esse artigo, não apenas pelo seu enredo (“História para Ninar Gente Grande”) mas por sua posição como ator relevante para sociedade brasileira. Logo, o principal objeto de estudo deste trabalho é o seu enredo do ano de 2019, que expõe uma visão de um Brasil nada convencional, marcado pela africanidade, pelas suas raízes indígenas, pela pobreza e pelo cotidiano dos brasileiros esquecidos.

Com isso, este artigo busca entender como a escola de samba, a partir de seu carnaval, apresentou uma narrativa decolonial sobre a história brasileira. Tendo como referência na pesquisa a seguinte pergunta: “Em que medida a Mangueira apresentou em seu desfile, enredo e samba-enredo uma crítica decolonial da história Brasileira?”

Desse modo, ao fazer esse estudo, será possível entender a virada epistemológica e decolonial no Carnaval da Mangueira. Efetuada, pela pretensão desse trabalho em identificar a narrativa “Epistemológica Sul” proposta pela escola, em que produz um contraponto às narrativas tradicionais epistemológicas da modernidade sobre a história do Brasil. Analisar as visões epistemológicas decoloniais dos autores, a ponto de compreender como hipótese a pesquisa, que a Mangueira apresentou em seu enredo, no seu desfile e em seu samba-enredo uma crítica decolonial. Isso na medida em que ela apresenta uma nova narrativa para a história do Brasil, a partir de sujeitos esquecidos nas correntes históricas brasileiras que diferem das perspectivas epistemológicas hegemônicas que tradicionalmente estão presentes nos espaços de poder.

O artigo é dividido em quatro sessões, que irão abordar os principais tópicos a serem discutidos. Na primeira é feita uma fundamentação da proposta decolonial, pressupondo um giro à encontro do Sul, pelo conceito de “epistemologia do Sul” de Boaventura de Souza Santos e passando pela compreensão hegemônica de colonialidade do poder, ser e saber de Quijano. Na segunda sessão, uma análise da Linguística Aplicada a partir de um giro decolonial. Logo na terceira sessão, é feito uma apresentação do enredo, desfile e samba da mangueira a partir dos indicadores decoloniais. Por último, as considerações finais e conclusão da pesquisa.

ANÁLISES DECOLONIAIS

Um Olhar sobre “Epistemologias do Sul”

A primeiro momento, antes de explanar o pensamento decolonial de Quijano, será apresentado uma breve discussão que Boaventura de Souza Santos faz em seu livro “Epistemologias do Sul”. Uma importante obra em que se abre um diálogo a respeito das epistemologias. O autor compreende Epistemologia como toda concepção refletida ou não sobre as condições de conhecimento válido. Não há conhecimento sem práticas e atores sociais, assim como diferentes tipos de relação originam diferentes epistemologias (SANTOS, 2009). Tendo isso em vista, o autor compreende que estas últimas se encontram afogadas, excluídas pela cultura de dominação do mundo, dos saberes não dominantes (SANTOS, 2009). A partir desse diagnóstico, entende-se que o pensamento abissal da epistemologia moderna ocidental, aponta uma hierarquia e hegemonia sobre as epistemologias, das quais, estas são classificadas e de certo modo suprimidas, enquanto iguais, as culturas e territórios locais pelo processo de colonização (SANTOS, 2009).²

Boaventura, enfatiza a importância do desenvolvimento do pensamento pós-abissal, dialogando com resgate de outros saberes, compreendendo também como uma ecologia de saberes da modernidade, dentre a diversidade epistemológica do mundo, a existência de uma pluralidade de saberes que vão além do conhecimento científico. Dessa forma, o autor renuncia uma suposta epistemo-

2. BOAVENTURA, S. S. Meneses, M.P. Epistemologias do Sul. Coimbra. Almedina, 2009.

logia geral, da qual o mesmo faz referência a uma epistemologia eurocêntrica moderna em que se espalha pelo mundo e se estruturaliza como dominante e hegemônica a partir da colonização. Este, rompe com a tradição moderna de pensar e agir do homem, sendo que a origem do pensamento ocidental tem como referência a filosofia grega. Para Santos (2009), o modelo hegemônico da ciência moderna é proveniente do modelo de racionalidade, que se constituiu a partir da revolução científica do século XVI, que encontrou o seu apogeu no século XIX. Refere-se a um modelo que se baseia em leis gerais e o campo de atuação se destina às ciências naturais. Boaventura reconhece que esse modelo se sobrepôs, desconsiderando outros saberes e que devastou os saberes locais (PAIVA, 2015).

Dessa forma, o autor entende como epistemologia do Sul uma teoria epistêmica, em que esta, debate os saberes que foram suprimidos ao longo dos últimos anos e as suas intervenções epistemológicas, que denunciam a supressão de saberes dominantes há séculos, fazendo um diálogo entre estes conhecimentos (PAIVA, 2015). Essa surge tendo como vista de que o mundo é diversificado, em conexão às inúmeras culturas e saberes do ambiente geográfico. Porém, estas epistemologias ao decorrer da história foram sobrepostas por uma epistemologia dominante da ciência moderna, em que desconsidera os outros saberes em razão da sua posição hegemônica de saber. Boaventura entende esse processo de sufocamento dos saberes do sul, de suas epistemologias e de suas culturas no que ele chama de epistemicídio (PAIVA, 2015).

As Epistemologias do Sul, por sua vez, denunciam este sistema que sustentou essa hierarquização epistêmica moderna, em que se reproduziu ao longo da história com a dominação, exclusão e ocultamento de povos e culturas pelo capitalismo e pelo colonialismo. Além de realizar um diálogo entre os conhecimentos, as Epistemologias do Sul, buscam reconhecer e evidenciar estes conhecimentos que se encontram em silêncio (PAIVA, 2015). A mesma procura superar o modelo epistêmico moderno ocidental, este pensamento abissal. Em que, este pensamento divide o mundo em duas linhas (Norte e Sul), e de certo modo o polemiza.

Boaventura de Sousa Santos defende que a epistemologia ocidental dominante foi construída na base das necessidades de dominação colonial e assenta na ideia de um pensamento abissal. Este pensamento opera pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que são

úteis inteligíveis e visíveis (os que ficam do lado de cá da linha) e os que são inúteis ou perigosos, ininteligíveis, objetos de supressão ou esquecimento (os que ficam do lado de lá da linha) (GOMES, 2012, p. 43)³.

De acordo com Boaventura, o pensamento moderno ocidental é compreendido como abissal, em que este chega a ser dotado de buracos. Sendo um pensamento extremamente excludente devido a sua hegemonia, acarretando assim, a supressão das outras versões epistemológicas. Ademais, o autor passa também a fazer uma distinção da realidade social, em que um dos lados da linha acaba sendo invisível, excluído e inexistente. Ele diz que “a negação de uma parte humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra humanidade se afirmar enquanto universal”. Deste modo, durante a colonização o poder se concentrou também em uma predominância epistemológica, devido que a colonização não foi somente um processo de dominação física e social sobre os povos. Pois conjuntamente, há uma questão de soberania epistemológica, da qual o processo de relação desigual de saber e poder suprimiu uma grande parte do saber dos próprios povos nativos e das nações dominadas pelos colonizadores. Em que separou o verdadeiro e o falso, o legal e o ilegal. Da qual, um lado da linha abissal representa um conjunto de visões, experiências não compreendidas, nulas, que acabam se tornando invisíveis (SANTOS, 2009).

Permeando essa temática, Santos (2009) diz que a superação do pensamento abissal e da instituição proposta se concretiza somente pela ecologia de saberes. Pois o pensamento pós-abissal busca criar um novo jeito de pensar a sociedade atual, em que a justiça cognitiva seja igualitária.

O pensamento pós-abissal parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada. Por outras palavras, a diversidade epistemológica do mundo continua por construir (SANTOS, 2009, p. 44)

Destarte, as epistemologias do sul venham a ser uma alternativa de denúncia ao pensamento abissal que se estrutura em frente a uma hegemonia que inviabiliza outros conhecimentos, alicerçado ao modelo epistêmico moderno de racionalidade. Diante disso, para

3. GOMES, Fúlvio de M. As Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do sul global. Revista Páginas de Filosofia, v.4, p, 39-54, dez 2012.

Santos (2009) urge-se a necessidade de um pensamento pós-abissal que entende a pluralidade de conhecimentos, uma diversidade epistemológica do mundo, categorizando as práticas de ambos os lados das linhas, havendo assim, a ecologias de saberes em que o conhecimento é o reconhecimento da diversidade de saberes, em que conhecimento é interconhecimento.

Estudos Decoloniais de Quijano

Para compreendermos os estudos decoloniais de Quijano, se faz necessário, primeiramente, apresentar uma coleção de seis elementos que juntos servem como arcabouços teóricos para os estudos. O primeiro ponto, ressalta o início da modernidade à era das navegações, pelo domínio da América e do Atlântico pela Europa, não pelo Iluminismo ou mesmo na revolução industrial; a segunda questão, a ser apresentada, é o colonialismo como fator estruturante constitutivo do sistema mundo moderno; em ressalva, temos o terceiro elemento como um dos mais importante para os estudos, que é a compreensão do fenômeno da modernidade se constitui pelas assimetrias de poder; o quarto, se refere a representação constitutiva das assimetrias de poder da Europa na modernidade, requerendo sobre as práticas e subjetividades dos povos uma lógica de subalternização; o quinto, afirma, que essa subalternização da maioria da população mundial, se institui partindo do controle da intersubjetividade e do controle do trabalho; o último, o ocidentalismo ou eurocentrismo como molde intrínseco para produção de conhecimento e subjetividades na modernidade (ELIZALDE; FIGUEIRA; QUINTERO, 2019).

Vejamos que todos esses elementos dão sentido aos estudos decoloniais, a ponto de interpretarmos os fenômenos a partir de um ponto central: a dominação da Europa e a subalternização dos povos dominados. Ao analisarmos todos os pontos que servem como arcabouços teóricos, percebemos narrativas que bebem da teoria crítica. Isso permite-nos dizer, a crítica do decolonialismo ao positivismo das ciências sociais. Nos levando a crer que a assimetria do sistema mundo moderno delimita um

(...) reconhecimento dos limites da razão (o que podemos saber) diante da complexidade das relações sociais e, portanto, a necessidade de fazer uma crítica às limitações das teorias da sociedade. (NOGUEIRA; MESSARI; p.136, 2005).

Além disso, na “importância dos processos de aprendizado e produção do conhecimento para análise dos conflitos e contradições do conhecimento da sociedade” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Esses dois fatos supracitados acima tornam-se fundamentais para a reformulação do marxismo promovida pela teoria crítica que impacta os estudos decoloniais. Com base nisso, os teóricos fazem uma crítica às correntes tradicionais das ciências sociais. Buscando compreender e explicar a realidade como ela é, como foi dada.⁴ Por consequência disso, o decolonialismo busca explicar as realidades a partir da constituição da modernidade, diante do avanço do colonialismo europeu pelo Atlântico no século XV e XVI. Essa realidade foi cristalizada após isso, pelos processos econômicos, sociais, culturais e históricos do colonialismo. Aqueles que foram substanciais para o sistema mundo moderno se formalizar no eurocentrismo.

As narrativas históricas decoloniais partem de uma perspectiva contra hegemônica, uma particularidade desenvolvida pelos estudos, que chegam a se contrapor ao processo histórico tradicional de formação da História brasileira. Em que estes escritos, partem de uma percepção do colonizador, do conquistador que vem do norte global para o sul, narrando a sua “conquista” e “descobrimento”, da qual essas narrativas, contribuíram para uma cristalização dos escritos, das pinturas e demais ilustrações eurocêntricas do Brasil, tendo essa como base para o “saber” que se encontra presente até os dias de hoje, em que Quijano vai discutir dentro da sua colonialidade do “saber”.

Quando se remete ao “colonialismo” - faz uma referência ao processo de dominação em que se desenvolveu, para garantir a exploração do trabalho e das riquezas de um determinado território e de seu povo, sempre em benefício de terceiros⁵. Evidencia uma relação de dominação, sendo ela cultural, política e econômica de um ator sobre outro. Este poder situa-se no controle político em que um ator pode estabelecer sob um outro espaço geográfico.

Já a “colonialidade” é um termo mais complexo. Pois esta acaba persistindo, mesmo depois da colônia deixar de ser colônia, pelo fato dela ter sido construída e estruturada socialmente por meio do “colonialismo”. Logo essa assume a sua posição de subserviência,

4. Horkheimer, M. *Critical Theory: Selected Essays*. Nova York: Continuum, 1995.

5. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, RAMÓN. *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019

que passa a dar sentido a sua personificação como sujeito. Levando a crer que toda sua construção de mundo, filosófica, científica e social tem seus efeitos por causa e base, na sua época de colônia, em que no caso latino-americano, foi consumado pela exploração dos povos nativos, terras e das suas riquezas.

Logo, a afirmação de Quijano é categórica ao dizer que o eurocentrismo não é uma perspectiva exclusiva dos europeus, mas também, de todos os povos que foram educados sob essa perspectiva. Dessa forma, podemos dizer que toda base do pensamento da sociedade brasileira, das práticas culturais, políticas, econômicas e sociais se dão ainda pela herança da colonização. Em que as suas objeções são baseadas nas características de dominação, extermínio do colonialismo, dos quais juntamente com a apropriação dos bens, contribuíram para a manutenção da riqueza no Norte Global e estruturação do Sistema Mundo.

Boaventura, aproveitou e analisou a partir desses processos históricos e estabeleceu como já foi apresentada a ‘linha abissal’. Com a criação dessa estrutura, o Sul Global passou a naturalizar a violência, a morte, do feminicídio e da tortura (SILVIA, 2021). Ao passo que a Colonialidade diz respeito a um padrão de poder do qual não se refere somente a dominação colonial, que todavia, dialoga com as formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade de viés racial (TORRES, 2007).

Colonialidade do poder, do ser, do saber

Elizalde, Figueira e Quinteiro no texto “Uma Breve História dos Estudos Decoloniais”⁶ abordam o conceito de colonialidade do poder, de Aníbal Quijano. Eles descrevem que o autor propôs a categoria colonialidade do poder no que nomeia um padrão de dominação global, em que se formaliza como uma face oculta da modernidade. Que permite nomear a matriz de poder própria da modernidade. A colonialidade se institui na conquista da América,

(...) no mesmo processo histórico em que tem início a interconexão mundial (globalidade) e começa a se constituir o modo de produção capitalista. Esses movimentos centrais têm como principal

6. ELIZALDE, Paz Concha; FIGUEIRA, Patricia; QUINTERO, Pablo. Uma breve história dos estudos decoloniais. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2019

consequência o surgimento de um sistema inédito de dominação e de exploração social, e com eles um novo modelo de conflito (ELIZALDE; FIGUEIRA; QUINTERO, p.5, 2019).

A concentração do poder e organização em torno de uma matriz colonial mesmo no período pós-independência dá origem a Colonialidade do poder como princípio sobre o qual se fundam as relações sociais no período pós-colonial (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2003; MIGNOLO, 2008). Desse modo este conceito indica uma relação social pautada pela hierarquização, de matriz colonial, referenciada pela ideia de raça e de racismo, em que tem como um fator constituinte da estrutura hierárquica do sistema mundial (QUIJANO, 2005). Essa colonialidade acabou se traduzindo na sociedade latino-americana, alinhada com o interesse das grandes elites européias, dos quais exclui o poder político da população negra, indígena e mestiça (BALLESTRIN, 2013).

Logo, nesse cenário a colonialidade de poder se constitui em cima de dois eixos centrais, o primeiro deles é em cima de uma organização de um profundo sistema de dominação cultural que controla a produção e a reprodução de subjetividades sob a égide do eurocentrismo e razão moderna⁷; o segundo é a conformação de um sistema de exploração social global que articula todas as formas conhecidas e vigentes de controle do trabalho sob a hegemonia exclusiva do capital⁸. Nesse sentido, a colonialidade do poder, tal como foi conceitualizada por Quijano, é a chave analítica que permite visualizar o espaço de confluência entre a modernidade e o capitalismo, bem como o campo formado por essa associação estrutural (ELIZALDE; FIGUEIRA; QUINTERO, 2019). Para o autor, esse mecanismo não poderia funcionar sem a visão eurocêntrica de que há humanos inferiores e superiores; racionais e irracionais; primitivos e civilizados; tradicionais e modernos; pois é essa concepção binária que garante a naturalização das categorias (BOTELHO; MATOS, 2020).

Nelson Maldonado-Torres vislumbra a colonialidade do ser e compreende a modernidade com uma permanente conquista, do

7. QUIJANO, Anibal. "Colonialidad del poder y clasificación social". In: CASTRO -GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre, 2007, p.93-126

8. QUIJANO, Anibal. "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina". In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO. 2000, pp.203-241.

qual o conceito de “raça” justifica a difusão da não ética da guerra, que permite o avassalamento total da humanidade do outro (SILVIA; ZUCHINALI, 2021). Ademais, Nelson se refere à relação do saber e do ser dentro da colonialidade, baseando-se, que a partir da concentração de todo conhecimento na modernidade, é que de certa maneira, que se produz, uma desqualificação na natureza do conhecimento do outro (ELIZALDE, FIGUEIRA e QUINTERO, 2019). Por sua vez, a colonialidade do saber, é compreendida acerca do confisco dos conhecimentos durante o período de colonização, assim como o seu assassinato. Desse modo, o desenvolvimento intelectual nos países colonizados ocorre com base na cosmovisão e métodos europeus, negando tudo que já havia de saber local.

Uma grande referência em questão, é a expressão “geopolítica do conhecimento” que é desenvolvida por Enrique Dussel⁹, para descrever o processo histórico do qual a expressão epistemológica moderna “Penso, logo existo” de Descarte, passou a ser procedida a partir da expansão colonial europeia pelo “Conquisto, logo existo”. Mignolo (2007) irá retomar o pensamento de Dussel, sobre um horizonte pedagógico estabelecido por uma hierarquia epistêmica colonial, para propor uma crítica radical da modernidade que possa estar pautada nas experiências geopolíticas subalternas e em memória da colonialidade.

A discussão e conceitualização que Quijano faz em volta da colonialidade do saber é um dos fatores substanciais para análise proposta deste artigo, pois o autor além de conceitualizar o termo, ele desdobra discussões sobre a epistemologia do conhecimento da qual envolve a temporalidade eurocêntrica da modernidade, que em detrimento da epistemologia dos povos latino-americanos possui uma relação assimétrica de poder. Neste caso, essa relação de poder se refere à relevância e reconhecimento, da qual, com o processo de colonização, o conhecimento passou a ser validado de acordo com a lógica colonial. A epistemologia racional moderna passou a ser “hegêmona”, inviabilizando e silenciando os outros saberes, valores, filosofias e ancestralidades locais.

Vejamus que a crítica é sobre um saber que deve ser consciente da sua função política, em que se dispõe a ser radicalmente oposição a assimetria global de poder e de todas as injustiças que se

9. DUSSEL, Enrique D. *Filosofia da Libertação na América Latina*. 2ª Ed. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977.

encontram. Com isso, ambos autores se dispõem a nesse sentido, a desconstruir discursos, narrativas, conhecimento que naturalizam desigualdades entre os países, classes, raças e povos.

Quando se fala em descolonização epistemológica, desmonta-se uma hegemonia teórica presente na construção do conhecimento nas periferias. Logo, convencidos que a linha abissal que divide o mundo, implica ao saber o ato de julgar, vemos como os discursos científicos podem ser silenciadores, enquanto detentores de poder, dos quais acabam inviabilizando aqueles saberes que estão do outro lado da linha. Spivak (1988) situa a subalternidade como produto de incisivas relações de “violência epistêmica”, relacionadas com a imposição colonial de uma ordem científica e de um sistema legal¹⁰. Em suma, este trabalho se assenta na crítica desses pressupostos, que acabam definindo uma relação de poder da modernidade que se arrasta dos dias atuais pela colonialidade, entre os que dominam as narrativas, com aqueles que são subalternos a essas.

A Linguística Aplicada e o Giro Decolonial

Atualmente, a Linguística Aplicada vem se tornando um campo dinâmico de investigação sobre a linguagem. Logo após as viradas linguísticas, a vertente transgressiva¹¹ vem buscando romper com a epistemologia da linguagem, para problematizar, buscando compreender como a utilização da língua influencia e reflete a sociedade (BOTELHO; MATOS, 2020). Dessa forma, a Linguística Aplicada caminha em conformidade com as teorias críticas das ciências sociais, que diferentemente do positivismo, buscam novas identidades e atores que emergem no mundo contemporâneo, e com base nesses atores, silenciados, apoiam os seus estudos (BOTELHO; MATOS, 2020). Ouvindo as demandas investigativas reivindicadas por esses sujeitos, que já não são vistos como objeto de investigação, mas como agentes sociais. Por isso, pensar a linguagem sob outros pontos de vista que não sejam do sujeito hegemônico,

(...) têm como objetivo fundamental a problematização da vida social, na intenção de compreender as práticas sociais nas quais

10. SPIVAK, G.C. (1988). Can the subaltern Speak? Em: Ashcroft, B., Griffiths, G, Tiffin, H. The postcolonial studies reader. Londres, Routledge.

11. ENNYCOOK, Alastair. Uma lingüística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 67-84.

a linguagem tem papel crucial. Só podemos contribuir se considerarmos as visões de significado, inclusive aqueles relativos à pesquisa, como lugares de poder e conflito, que refletem os preconceitos, valores, projetos políticos e interesses daqueles que se comprometem a construção do significado e do conhecimento (MOITA LOPES, p.102, 2006).

Kleiman (2013) se posiciona, trazendo para sua análise, novas vozes latino-americanas, tendo por com a finalidade de “sulear” o debate e questionar a hegemonia ocidental do Norte dominante sob os problemas de pesquisa da linguística¹². A autora acaba se baseando na atuação do Norte, caracterizado muito pelos países da Europa Central em que durante os séculos passados atuaram no ambiente internacional como colonizadores, e o sul global, tidos como subdesenvolvidos e que sofreram o processo de colonização principalmente na América Latina, África e Ásia, mas, também países ou regiões consideradas menos desenvolvidas ainda que estejam em zonas privilegiadas do norte geográfico (BOTELHO; MATOS, 2020).

Esse artigo busca, nesse contexto, em vista as discussões feitas sobre a Linguística Aplicada, se referenciar nas afirmações de Kleiman (2013) que afluem do Sul para o Sul.

(...) A dimensão ética da Linguística Aplicada está contemplada no Programa Modernidade/Colonialidade na medida em que reivindica as histórias locais, não tem uma visão etnocida e não se prende a verdades únicas. O Programa discute os processos de colonialidade, e suas implicações no mundo atual, sendo as sociedades do sul global seu principal foco. Os teóricos do programa defendem que as categorias usadas para definir a modernidade ao mesmo tempo delimitam a colonialidade, ou seja, não mais o colonialismo, mas, os processos de construção social herdados do período colonial (BOTELHO; MATOS, p.123, 2020).

Portanto a colonialidade é um dos elementos,

(...) constitutiva e específica para o padrão mundial de poder capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racial / étnica da população mundial como pedra angular desse padrão de poder e atua em cada um dos planos, áreas e dimensões, materiais e subjetivas, do cotidiano e na escala social. Origina-se e globaliza-se da América. (QUIJANO, p.93, 2007; TRADUÇÃO NOSSA).

Não há modernidade sem colonialidade, sendo que a segunda constitui a primeira. As principais conclusões são, primeiro,

12. KLEIMAN, A. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações.

que a unidade analítica adequada para a análise da modernidade é a modernidade/colonialidade (ESCOBAR,2003). Os quatro eixos da colonialidade podem ser encontrados nas mais diversas manifestações culturais e sociais, inclusive através da linguagem, como mostra os giros epistemológicos já descritos neste artigo. Por isso, aos quatro modos de colonialidade de Quijano, a autora Veronelli apresenta mais uma : a “colonialidade da linguagem”.

(...) Um aspecto do processo de desumanização de populações colonizadas, colonizadas por meio da racialização. O problema colocado pela colonialidade da linguagem é o problema da relação raça / língua. Sendo a racialização indissociável da apropriação e redução eurocêntrica do universo das populações colonizadas, a relação raça / língua é praticada dentro de uma filosofia, ideologia e política eurocêntrica que inclui uma política linguística. De dentro, o enorme aparato epistêmico-ideológico da modernidade permite ao imaginário colonial pressupor o colonizado como seres menos humanos, expressiva e linguisticamente (VERONELLI, p. 48, 2015, TRADUÇÃO NOSSA).

Em vista disso, a virada decolonial na linguagem busca desvendar as construções que conservam os elementos da colonialidade (poder, ser, saber e natureza). Acrescentando um outro modo da colonialidade, o da linguagem. Construindo novas interpretações e novos significados aos processos (BOTELHO; MATOS,2020). Em vista de uma ótica do Sul para o Sul, que busca identificar e reconhecer o conhecimento local, a sua cultura e a mundividência de seus povos, compreendendo que dessa forma, será melhor entender tais processos sociais em suas sociedades (BOTELHO; MATOS,2020). Logo partindo dessa visão de que os processos da colonialidade perduram, a Linguística Aplicada passa a se preocupar em conceber essas tais relações. Em suma, este processo acaba ampliando outros referenciais, em que ao analisar, considera outros campos de estudo para compreensão.

MANGUEIRA: CARNAVAL E DECOLONIDADE

História para ninar gente grande

A Estação Primeira de Mangueira desenvolveu em seu carnaval de 2019 uma diferente narrativa possível para a história do Brasil, baseada nas páginas ausentes e ignoradas pelas versões dos

fatos que hoje compõem a tradicional história do país. O carnavalesco Leandro Vieira, afirma que seu enredo

Há uma outra versão de um Brasil histórico. Com um povo chegando a novelas, romances, mocinhos, bandidos, reis, descobridores e princesas, a história do Brasil foi transformada em uma espécie de partida de futebol na qual preferimos torcer para quem ganhou. Esquecemos, porém, que na torcida pelo vitorioso, os vencidos fomos nós (LIESA, p.313,2019).

Esse artigo faz uma análise dos dois elementos que materializam o carnaval 2019 da Estação Primeira de Mangureira, sendo eles: *i) O enredo e desfile e ii) o samba-enredo*. O primeiro elemento desenvolvido pela escola é explanado no que tange os questionamentos às afirmações históricas tradicionais de que o Brasil foi descoberto, o que na visão deste último, foi saqueado e dominado. E ao darem significado e simbologia de heroísmo às personalidades ligadas a esse processo, as narrativas negam o protagonismo brasileiro dentro de sua própria História. De grande forma o enredo acredita, que a hegemonia histórica das narrativas bem-sucedidas é associada à exaltação das versões elitizadas, que, em geral, são escritas pelos grandes detentores de poder econômico, político, militar e educacional. Vale ressaltar, que a escrita durante grande período no Brasil esteve sobre prestígio das elites, e por isso, é essa versão que determina no imaginário nacional a memória coletiva dos fatos, ou seja, a Mangureira buscou apresentar uma narrativa contra hegemônica a tradicional, contando a história de Brasil por retalhos dos quais não se debruçam sobre os livros tradicionais da história do Brasil (LIESA,2019).

A escola denuncia em seu enredo e desfile a falta de concretude no fato de que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil. A afirmação de que o português descobriu o país em 1500 é um ponto fundamentalmente pontual, na colonização do pensamento brasileiro (SILVIA; ZUCHINALI, 2021). Nos dias atuais o que compreendemos como “Brasil”, foi socialmente construído pelo norte, como fruto do processo de colonização, da qual as pessoas do sul global se materializam a partir da visão do colonizador. Este processo é construído em cima do apagamento histórico, cultural dos povos de origem do país (SILVIA; ZUCHINALI, 2021).

“A história do país que não está no retrato”, o “avesso” da história do Brasil. A Mangureira, se propôs a desconstruir um imaginário coletivo dentro de seu enredo em que o “Descobrimento”,

representou uma grande “Conquista”. Pois este fato durante anos, foi marcado pela dominação dos portugueses sobre um cenário de muita violência em cima dos nativos. Em cima, posteriormente, de processos históricos de exploração aos povos africanos que vieram para o Brasil. A escola afirma que o país possui cerca de 12.000 anos e que nasce do índio, mas as narrativas tradicionais insistem em apagar todo um passado antes de 1500 e afirmar que o Brasil surgiu após o “descobrimento” de Portugal (LIESA, 2019).

Os livros de história discorrem sobre uma narrativa vista sob um ponto de vista do “Conquistador”. Enquanto a Mangueira disserta uma história a partir dos olhares ligeiramente brasileiros que não foram para os livros. Essa, sobre o referencial dos índios, negros e pobres. Em que estes, são protagonistas de sua própria história. A escola explana um antagonismo construído em torno do termo “descobrimento”, símbolo do eurocentrismo. Por isso, em seu desfile, a Mangueira apresenta resquícios arqueológicos das ocupações indígenas do Brasil muito antes da chegada dos portugueses.

Na visão da escola, os povos originários são os grandes e verdadeiros símbolos históricos importantes da história do Brasil, por isso ela os expõe como grandes sujeitos de resistência contra a dominação e “conquista” do país em seu enredo. O que vai na linha do que o grande filósofo e teórico da história Walter Benjamin dizia, em que há uma necessidade de “escovar história a contrapelo”, mostrar os lados excluídos da história tradicional, dos heróis da pátria consagrados. Essa composição histórica, a Mangueira se dispôs a criticar profundamente os desdobramentos políticos, sociais e históricos do século XV adiante, desde o julgamento moral dos povos, a invenção do conceito de raça, o colonialismo e a colonialidade, invertendo a posição pela qual os sujeitos esquecidos são narrados na história do Brasil, os colocando como os verdadeiros protagonistas (SILVIA; ZUCHINALI, 2021).

O enredo não apenas buscou questionar alguns mitos cristalizados pela história “oficial”, mas também jogar luz em personagens fundamentais que não são devidamente reconhecidos (LIESA, 2019). Em seu carnaval, a escola colocou no centro de sua narrativa personagens apagados do conhecimento tradicional, como Cunhambebe e Sepé Tiaraju, líder dos movimentos de resistência indígena. Logo também, não deixou de mostrar momentos de grande significado para a história indígena brasileira, como a confederação dos índios Cariris, guerra da guaraníca, guerra da indepen-

dência da Bahia com a presença dos caboclos que lutaram no dois de julho. Colocando em prática uma desmistificação da figura do índio como grande “pacífico”, levantando a relevância crucial que eles possuem para a formação social, histórica e política do Brasil (LIESA, 2019).

Na visão da Escola, a história de luta e da resistência indígena é quase nula nas páginas da história brasileira tradicional e as questões ligadas à luta negra pela liberdade foram diminuídas, a fim de dar à Princesa Isabel a notoriedade da abolição da escravatura (LIESA, 2019). Por isso, a Mangueira apresenta uma crítica de um modo geral, a forma com que o fim da escravidão é representado nessas narrativas. Partindo da falta de memória das narrativas, no que tange às lutas da negritude e sua participação na Lei Áurea em 1888. Em que essas, deixam de resguardar espaço central do papel das lutas dos negros, como principal forma de pressão pelo fim da escravidão. De um certo modo, a Escola apresenta um giro sobre estes processos, dando a luz a nomes e os colocando no centro, cujo os seus feitos pressionaram pela erradicação da escravidão. Proporcionaram grandes rebeliões que impactaram o sistema escravagista, protagonizaram a formação dos quilombos, pressionavam a compra de alforrias por irmandades negras, os verdadeiros intelectuais do movimento abolicionista (LIESA, 2019).

É dentro desses esquecimentos, que parte do desfile da Mangueira se debruça. Nomes como os de José Piolho, Tereza de Benguela, Esperança Garcia, Manoel Congo, Marianna Crioula, Acotirene, Dandara, Zumbi, Luís Gama, Luisa Mahin, Francisco José do Nascimento são centrais. Vejamos, que a escola questiona a “luz” que ficou na Princesa Isabel e mostra em seu desfile o jangadeiro negro, pobre, Francisco José como um herói, ao conseguir a libertação dos escravos no Estado do Ceará quatro anos antes do feito “heroico” da Princesa Isabel. A Mangueira desconstrói imagens, que historicamente foram difundidas no imaginário coletivo. A priori, a escola em seu desfile vai eliminando os contornos heróicos, dando novos entendimentos a figuras como do imperador Dom Pedro I, ao Tiradentes, ao “descobridor” Pedro Álvares Cabral, ao Marechal Deodoro, ao Padre José Anchieta, ao Duque de Caxias, ao Floriano Peixoto, ao bandeirante Borba Gato e a figura da Princesa Isabel.

O carnaval da Mangueira não se resume somente a fazer uma crítica a história tradicional brasileira, ela busca desconstruir uma

lógica hegemônica sob uma ótica eurocêntrica de enxergar os processos históricos do Brasil. Em que a escola desconstruiu figuras que foram elevadas às posições e postos heróicos na história tradicional, dando espaço aos heróis populares que lutaram contra as opressões e as dominações. Personificando pessoas que vieram das camadas mais pobres, da cultura popular, do povo nordestino, das favelas, da miscigenação.

Estes, que são descendentes daqueles que deveriam, na visão da escola, são o verdadeiro retrato do Brasil e de sua história. Logo, essa narrativa construída pela Mangueira, por sua vez, apresenta fatos e personagens que quebram os contornos históricos hegemônicos estabelecidos até então. Isso ocorre, a partir da materialização do seu enredo na avenida, em forma de desfile, em que a escola por meio da arte se propôs a decolonizar o saber tradicional da história do Brasil, se atendendo a apresentar uma narrativa epistemológica do Sul em contraponto às narrativas tradicionais epistemológicas da modernidade.

O Brasil que não está no retrato

Um dos grandes pontos que exemplificam e dão sentido à narrativa da nova história do Brasil contada pela perspectiva indígena, preta e pobre é o samba-enredo da Mangueira. Construído por versos que retratam momentos e figuras que na visão da escola dão contornos a história do país. O samba narra as mulheres como agentes na construção do país, os afro-brasileiros e demais pessoas que lutaram por liberdade em diversos momentos da história como na colonização e na ditadura militar, além dos povos originários que foram os principais símbolos de resistência do que o enredo chama de invasão e não de descobrimento (BOTELHO;MATOS,2020). Além disso, o samba da Mangueira ainda abre espaço para homenagear os “heróis de barracões” homens e mulheres, negros e negras, populares. Novos personagens que vão além dos livros de história, como pode ser verificado abaixo:

Quadro 1 - Samba-enredo da Mangueira

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Brasil, meu nego Deixa-me te contar A história que a história não conta O avesso do mesmo lugar Na luta é que a gente se encontra</p> <p>Brasil, meu denço a Mangueira chegou Com versos que o livro apagou Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento Tem sangue retinto pisado Atrás do herói emoldurado Mulheres, tamoios, mulatos Eu quero um país que não está no retrato</p> <p>Brasil, o teu nome é Dandara Tua cara é de cariri Não veio do céu Nem das mãos de Isabel A liberdade é um dragão no mar de Aracati</p> | <p>Salve os caboclos de julho Quem foi de aço nos anos de chumbo Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês</p> <p>Mangueira, tira a poeira dos porões Ô, abre alas pros teus heróis de barracões Dos Brasis que se faz um país de Lecis, Jamelões (São verde-e-rosas as multidões)</p> <p>Mangueira, tira a poeira dos porões Ô, abre alas pros teus heróis de barracões Dos Brasis que se faz um país de Lecis, Jamelões</p> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: <http://www.galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/estacao-primeira-de-mangureira/2019/>

Ao analisarmos os versos do samba-enredo, percebemos que em conformidade com seu enredo, o mesmo constrói uma outra narrativa da história do Brasil. Essa como foi dito (“A história que a história não conta”) não existe dentro dos espaços de poder, como nos documentos, nas escolas, nos livros didáticos. Ao ser indicado em (“Brasil, meu denço a Mangueira chegou/ Com versos que o livro apagou/ Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento”). É apresentado ao vocábulo invasão em contraposição à descobrimento, indicando que aqui já existiam povos originários e que os europeus, na realidade, invadiram o continente (BOTELHO; MATOS, 2020).

É explícito também que a figura do herói oficial é reprimida, denunciada através do símbolo do sangue das pessoas que foram escravizadas e mortas (“Tem sangue retinto pisado/ Atrás do herói emoldurado/ Mulheres, tamoios, mulatos/ Eu quero um país que não está no retrato”). A história do país que não está no retrato é a que foi apagada sobre as lutas travadas por negros e indígenas ao longo do tempo, em especial, das mulheres, que refletem as raízes da história. (BOTELHO; MATOS, 2020).

Algumas das pessoas heróicas que são explanadas na letra, como Dandara, esposa de Zumbi dos Palmares, ela que teve uma liderança importante no quilombo dos Palmares, em que a mesma se suicidou, para não voltar a ser escravizada. Há também uma outra referência, “Mahins”. Luiza Mahin foi uma importante liderança dos movimentos anti-escravagistas da Bahia. No samba, há referências atuais, “Marielles”, se refere a vereadora Marielle Franco do Rio de Janeiro, ativista dos direitos humanos, defensora das causas sociais, bissexual que foi vítima de um assassinato em 2018 (BOTELHO; MATOS,2020).

Percebe-se que o samba-enredo busca por mulheres e homens que foram protagonistas na história do Brasil. Sendo eles protagonistas da luta pela liberdade de pessoas escravizadas ou atualmente, pelos direitos humanos. O samba aponta que o (“Brasil, o teu nome é Dandara/ Tua cara é de cariri/ Não veio do céu/ Nem das mãos de Isabel/ A liberdade é um dragão no mar de Aracati”). Vejamos que essa narrativa faz uma contraposição a epistemologia histórica, no momento em que coloca Dandara como símbolo do Brasil e diz que não veio das mãos de Isabel a liberdade. Relaciona a liberdade ao dragão do mar de Aracati, que é Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde, um símbolo da luta abolicionista cearense (BOTELHO; MATOS,2020).

Ao analisarmos o título do samba-enredo, “História pra ninar gente grande”, podemos tirar de conclusão que este faz uma referência as provenientes histórias que nos foram contadas aos brasileiros desde a sua infância, desde as páginas dos livros da escola, como uma canção de ninar, e que ao nos tornarmos adultos, continuam povoando nosso imaginário de como ocorreram os fatos ao longo da história (BOTELHO; MATOS,2020). Em dessarte, não é apresentado e ensinado o outro lado da história, aquela em que as pessoas lutaram bravamente contra os heróis encontrados nos livros. Estas que tiveram um protagonismo e nas diversas lutas que ocorreram. Portanto, a expressão “ninar” da infância representa um sono profundo na fase adulta, pois os livros e o conhecimento epistemológico tradicional que é apresentado os “ninaram” e não os “ensinaram” (BOTELHO; MATOS,2020). Em um contexto social brasileiro em que relações desiguais de poder prevalecem, o conhecimento e as ideias podem servir tanto para mistificar e reforçar as ideias predominantes quanto para revelar essas relações desiguais.

Por conseguinte, o samba-enredo da Mangueira em seus versos evidencia figuras que são excluídas da história do Brasil e que dentro da lógica eurocêntrica da colonialidade do ser, as mesmas são a representação do mecanismo social de manutenção das relações coloniais de poder no Brasil. Os versos acabam indo em contraponto a constitucionalidade da corporalidade do ser, no que tange, a epistemologia moderna que objetifica os negros a um status de inferioridade (colonizado).

A Mangueira transforma o seu samba em um canto pela afirmação da negritude, passando a construir uma “resistência diaspórica” de enfrentamento direto a objetificação e marginalização de corpos negros. Em que transforma o seu samba, em uma nova epistemologia da história do Brasil sobre os retalhos dos índios, negros e pobres.

CONCLUSÃO

Diante dessa discussão, do giro decolonial do carnaval da Mangueira, foi possível analisar uma perspectiva epistemológica que se dispõe a se opor e desconstruir a uma narrativa epistemológica moderna da História do Brasil. Visto que a escola de samba se dispôs e materializou essa narrativa em seu desfile, enredo e samba-enredo, a mesma construiu uma narrativa epistemológica que coloca em posto um conhecimento, e um saber que personifica figuras que vieram das camadas mais pobres, da cultura popular, do povo nordestino, das favelas, da miscigenação.

Segundo Edward Said (1995), “O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos.”¹³. Um dos grandes pilares da modernidade é ter controle sobre as narrativas históricas, e isso faz com que haja uma exclusão violenta das realidades que não dizem respeito ao modelo hegemônico. Este modelo não compreende os modos de vivência, as epistemologias locais e acabam inviabilizando-as, não reconhecendo-as, às tratando de certo modo como falsas e ilegais. Por isso, a conclusão a que se chega é que a Mangueira construiu uma narrativa que vai de contraponto com a modernidade. Apresentando em seu carnaval uma crítica a epistemologia tradicional,

13. SAID, Edward W. 1995. Cultura e imperialismo. São Paulo, Cia. Das Letras.

denunciando o epistemicídio dentro da História do Brasil. Reconstituindo as narrativas modernas, realizando um giro decolonial e reescrevendo narrativas da História, a partir do olhar de minorias sociais que foram esquecidas, subalternizadas.

Logo, ao referencial teórico decolonialista apresentado neste artigo influencia também a área de Linguística, em que chega-se à conclusão que ao realizar a análise tendo por referência o giro decolonial em vista dentro da área da Linguística Aplicada, chegou-se à conclusão que o samba-enredo da Mangueira também apresenta uma desconstrução simbólica das colonialidades do poder, do ser, do saber. Reafirmando, o que a autora introduz como “colonialidade da linguagem”.

Dessa forma, foi identificado uma perspectiva afrogênica no samba-enredo da Mangueira. Isto é, há aspectos de protagonismo de pessoas negras, em que enfatizam a partir da análise a seguinte conclusão: o samba aponta simbolicamente a visibilidade de pessoas comumente silenciadas nos discursos oficiais pela modernidade. Essas então, são apresentadas como os verdadeiros heróis da História do Brasil. Reconhecidas pelas diversas lutas travadas contra o processo de colonização e escravização (BOTELHO; MATOS, 2020). Logo, por mais que as narrativas epistemológicas tradicionais apaguem a história dessas pessoas, a Mangueira se dispôs a construir e romper com essa simbologia e epistemologia que caracteriza a colonialidade do ser, poder, saber e da linguagem (BOTELHO; MATOS, 2020).

O carnaval da Mangueira dialoga diretamente com a discussão epistemológica decolonial de Boaventura de Souza Santos, com a discussão de colonialidade do Quijano e com a linguagem aplicada sobre uma perspectiva decolonialista. Se resumindo a reconstruir e aplicar um giro colonial, a fim de estabelecer uma “Epistemologia Sul mangueirense”. Portanto, a Mangueira desenvolveu um diálogo crítico das ciências sociais em seu Carnaval, construindo a “História que a história não conta” a partir da decolonialidade.

Referências bibliográficas.

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. Em: Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, pp. 89-117, 2013

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, RAMÓN. Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019

BOTELHO, G.R, MATOS, D. C. (2020). ISSO VAI DAR SAMBA: A PERSPECTIVA AFROGÊNICA E DECOLONIAL PELA LINGUÍSTICA APLICADA. *Cadernos da Linguagem*, 120 - 136.

ELIZALDE, Paz Concha; FIGUEIRA, Patricia; QUINTERO, Pablo. Uma breve história dos estudos decoloniais. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2019

ESCOBAR, Arturo. “Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano.” *Tabula Rasa*, vol., no. 1, 2003, pp.51-86

GOMES, Fúlvio de M. As Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do sul global. *Revista Páginas de Filosofia*, v.4, p, 39-54, dez 2012.

HORKHEIMER, M. *Critical Theory: Selected Essays*. Nova York: Continuum, 1995

KLEIMAN, A. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, L. P. (org.) *Linguística Aplicada na Modernidade Recente: Festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 39-58

LIESA. Roteiro dos desfiles. Rio de Janeiro: Graffinn Editora, 2019.

NOGUEIRA, J. P. MESSARI, N. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Atlas.

MIGNOLO, Walter D. *Historias locales, diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

_____. “El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura un manifiesto”. Em: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (compiladores). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 25-46

_____. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica. Interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 13-42

PAIVA, M. L, Um Olhar sobre “Epistemologias do Sul” de Boaventura de Souza Santos. *Revista Uniara*, 2015, 199 - 205.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. *Arte e colonialidade: n.3*. São Paulo: MASP Afeterall, 2019

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidad del poder y clasificación social”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (orgs.). *El giro Decolonial. Reflexio-*

nes para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre, 2007, p.93-126

SAID, Edward W. 1995. Cultura e imperialismo. São Paulo, Cia. Das Letras

SANTOS, Boaventura, S. S. Meneses, M.P. Epistemologias do Sul. Coimbra. Alameda, 2009
SILVIA, C. P. (2021). Resenha de “DECOLONIALIDADE E PEN-SAMENTO AFRODIASPÓRICO”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 243- 245.

SPIVAK, G.C. (1988). Can the subaltern Speak? Em: Ashcroft, B., Griffiths, G, Tiffin, H. The postcolonial studies reader. Londres, Routledge..

TORRES. Maldonado.Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.) El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167

VERONELLI, G. A. Sobre la colonialidad del lenguaje. *Revista Universitas Humanística*. Bogotá, n. 81, p. 33-58, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.uh81.scdl>.

VIEIRA, Leandro. História para ninar gente grande. In: LIESA. Livro Abre-alas 2019: segunda-feira. Rio de Janeiro: 2019. p. 307-389.

ZUCHINALI, K., & Catrópa da Silva, A. (2021). Decoloniality: Perspectives and Contributions to Design in Brazil. *DAT Journal*, 6(1), 308–321.

O Papel do Hezbollah no Desenvolvimento de uma Nova Identidade Nacional Libanesa: os Efeitos da Guerra de 2006

Hezbollah's Role on the Development of a New Lebanese National Identity: The Effects of the 2006 War

El Papel de Hezbolá en el Desarrollo de una Nueva Identidad Nacional Libanesa: Los Efectos de la Guerra de 2006

Bianca Guimarães Vizzotto¹

RESUMO

A ascensão da milícia xiita Hezbollah no ano de 1982, em meio à Guerra Civil do Líbano (1975-1990), significou uma série de mudanças profundas no cenário sociopolítico libanês. Dessa forma, a pesquisa analisa o desempenho do chamado Partido de Deus como agente fomentador de uma nova identidade nacional no país, fazendo referência à ideia de um “Estado dentro do Estado” sob a perspectiva dos efeitos da Guerra de 2006. Assim, o objetivo principal é identificar o impacto do Partido na dinamização da sociedade libanesa, bem como as consequências para o âmbito político. Para isso, foi utilizada tanto revisão bibliográfica quanto análise histórico-conceitual para compreender a real influência da organização em uma nova identidade nacional libanesa.

Palavras-chave: Hezbollah. Líbano. Identidade nacional. Guerra de 2006. Estado dentro do Estado.

ABSTRACT

The rise of Shiite militia Hezbollah in 1982, in the midst of Lebanon's Civil War (1975-1990), indicated a set of deep changes in the sociopolitical setting of Lebanon. Therefore, this paper analyses the performance of the called God's Party as the promoter of a new national identity in the country, referencing the concept of “State within the State” under the effects of the 2006 War. Thus, the main objective is to identify the impacts of the Party in regards to providing impetus for the lebanese society, as well as its consequences in the political context. To this end, bibliographic review and historic-conceptual analysis were used to comprehend the real extend to the organization's influence in a new national identity for Lebanon.

Keywords: Hezbollah. Lebanon. National identity. 2006 War. State within the State.

1. .Graduanda em Relações Internacionais pela Faculdades de Campinas (FACAMP). Contato: biancavizzotto@gmail.com. Orientação do professor mestre James Onnig Tamdjian. Agradeço por desde o começo acreditar na pesquisa e por sempre me inspirar a sair da zona de conforto dentro das Relações Internacionais. Contato: james.onnig@facamp.com.br

RESUMEN

El surgimiento de la milicia chií Hezbollah en 1982, en medio de la Guerra Civil del Líbano (1975-1990), significó una serie de cambios profundos en el escenario sociopolítico libanés. Así, la investigación analiza la actuación del llamado Partido de Dios como agente impulsor de una nueva identidad nacional en el país, refiriéndose a la idea de un “Estado dentro del Estado” desde la perspectiva de los efectos del

Guerra de 2006. El objetivo principal es identificar el impacto del Partido en la dinamización de la sociedad libanesa, así como las consecuencias para el ámbito político. Para ello, se utilizó tanto la revisión bibliográfica como el análisis histórico-conceptual para comprender la influencia real de la organización en una nueva identidad nacional libanesa.

Palabras claves: Hezbollah. Líbano. Identidad nacional. Guerra de 2006. Estado dentro del Estado.

INTRODUÇÃO

A Guerra de 2006 foi um evento marcante para o arranjo da política doméstica do Líbano e de sua colocação regional. O conflito, travado entre o Hezbollah e Israel, é uma imagem explícita do que o Partido de Deus buscava e podia fazer, trazendo à realidade as ideologias da Carta Aberta de 1985² e, mais tarde, do Manifesto de 2009: prevalecer sobre o imperialismo das nações ocidentais, promover uma união pan-islâmica a partir da noção revolucionária iraniana baseada na *umma* e, principalmente nesse caso, reafirmar o antissionismo. No âmbito social e econômico a Guerra também deixa marcas profundas, principalmente nos subúrbios do país que, além de ser a área mais atacada – causando os maiores prejuízos econômicos – é também o lar da grande parte dos xiitas libaneses, uma população que já sofre com certa segregação e insatisfação política (ALAGHA, 2011, p. 15; NORTON, 2014, p. 12).

Isso posto, é importante pontuar que a atuação do Hezbollah nos subúrbios é dada por meio da contenção de danos, promoção de reformas estruturais e auxílio das famílias, de forma mais eficaz do que o próprio governo libanês, se enquadrando na ideia do “Estado dentro do Estado”. Essa lógica remete à capacidade do Partido em desenvolver um aparato que remete àquele de um Estado propriamente dito dentro das fronteiras do Estado libanês, mesmo com a organização política estabelecida pelo Pacto Nacional³ de 1943. As-

2. Documento constitutivo do Partido de Deus, elaborado a partir dos principais preceitos, crenças e valores do Hezbollah.

3. Estabelece um sistema político de liderança compartilhada entre os três maiores grupos religiosos do país: cristãos maronitas, muçulmanos xiitas e muçulmanos sunitas. O Pacto Nacional determina que os líderes políticos seriam selecionados de acordo com o tamanho de cada um dos grupos: um Maronita como presidente, um Sunita como primeiro ministro e um Xiita como presidente do parlamento.

sim, ao colocar em questionamento a organização política de um aparato estatal e político construído com base em religiões, coloca-se em xeque também parte da tradição, dos valores e da vivência dessa sociedade (KINDT, 2009; NORTON, 2014, p. 11).

Com isso, o questionamento realizado para os fins desta pesquisa se rege pela compreensão de que a identidade nacional libanesa passaria a enfrentar um momento de turbulência com a introdução de uma nova compreensão da realidade social, política e econômica a partir da Guerra de 2006. Dessa maneira, o Partido de Deus em sua forma mais prática e estrutural faria parte do processo de ruptura da organização sócio-política do Líbano entendendo que sua influência a nível Estado e nação – em seus formatos conceituais – teria grande peso. O ponto central, então, é a investigação de sua participação no desenvolvimento de uma nova identidade nacional, dentro da lógica de um pós-Guerra em que tensões políticas internas e externas surgiam, mas também uma comunidade fragilizada se mostrava cada vez mais suscetível à atos de defesa.

Por isso, o artigo se debruçará no entendimento do que se trata a identidade nacional para criar as bases necessárias para a discussão ao decorrer da pesquisa. Desse modo, a primeira seção será dedicada a essa compreensão, posteriormente, será explicado histórico e conceitualmente do que se trata o Partido de Deus e sua principal marca: o conceito de Estado dentro do Estado. Por fim, será realizada uma revisão bibliográfica acerca do que foi a Guerra de 2006 e seus marcos para, então, serem realizadas as considerações finais, de forma a responder se de fato houve alguma influência sobre a identidade nacional libanesa.

CONCEITUANDO ESTADO, NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

Ao procurar definir o conceito de identidade nacional é preciso dar um passo atrás para primeiro observar o panorama mais amplo no qual essa ideia está contida. Nesse sentido, é preciso observar os dois níveis de concepção dessa ideia: o Estado e a nação, bem como sua diferenciação. A razão para essa separação é compreender, primeiramente, a distinção existente entre os dois conceitos para que, posteriormente, a questão identitária seja melhor assimilada.

A confusão que normalmente é feita com os conceitos de nação e Estado é expressa pelo uso das nomenclaturas de forma quase

sinônima quando, segundo Sahid Maluf (2007), na verdade é possível afirmar que uma precede a outra. Desse modo, o primeiro componente dessa diferença é dado pela caracterização da nação como momento anterior à existência de um Estado propriamente dito; ou, por assim dizer, de uma organização política ditada por uma forma específica. Dito isso, e por conclusão dessa relação de causa e consequência, é possível afirmar que uma comunidade socialmente organizada e unida em torno de elementos em comum – uma ordem primordialmente subjetiva – caracteriza uma pátria muitos antes de caracterizar uma instituição regida juridicamente (p. 15–16).

Tendo isso em mente, é importante salientar que a existência dessa comunidade está atrelada à identificação coletiva, dada pela composição específica de memórias resultantes de experiências históricas marcantes, que culminam em uma aproximação psicológica (TITAN JUNIOR, 1997, p. 162). Nesse sentido, a formação nacional, não só abarca como é inerente ao coletivo populacional do espaço habitado por ela; em última instância a nação é formada por pessoas. Além desse fator central, é necessário considerar os aspectos que permeiam esse conjunto de indivíduos tais quais a história, principalmente no que se pode considerar sobre tradições – que remetem à um legado e memórias coletivas. Da mesma forma, há também a união, fortificada pela consciência nacional e pelo ímpeto de celebração de heranças passadas, agora vividas no presente (MALUF, 2007, p. 15; TITAN JUNIOR, 1997, p. 173).

Isso posto, é possível compreender que a relação de dependência entre eles ocorre, na medida em que o Estado corresponde à organização política dessa comunidade – a nação – estabelecendo que o aparato estatal corresponde à uma formação nacional e caso não faça, é passível de questionamento. Sendo assim, a este aparelho se dedica a qualidade de, entre outras coisas, disciplinar, organizar a sociedade juridicamente. Isso é feito através do poder que detém, o que se entende por monopólio da força é estreitamente associado ao aparato jurídico que também está contido não apenas nas funções, mas principalmente no que torna o aparelho estatal o que ele é (DALLARI, 2011, p. 120; MALUF, 2007, p. 18).

Ainda, a organização social realizada pelo Estado em seu poder é válida no espaço territorial que lhe é designado, ou seja, a ação estatal está limitada não apenas por uma sociedade e pelo poder necessário para ter gerência sobre ela, mas também, por um espaço geográfico – o que não se traduzia como verdade quando se falava

sobre nação. Nesse sentido, a garantia da soberania estatal, somente válida em território específico, deve garantir o bem comum do povo que, por sua vez, se encontra subordinado à ordem jurídica estabelecida pela coerção. No entanto, apesar de a ordem jurídica ser o fator central para a ação do Estado, ela não se esgota nessa ideia, uma vez que, como afirmado, ele ainda possui a responsabilidade de garantir o bem estar, tornando o aparato não só feito pelo povo, como também para o povo (DALLARI, 2011, p. 121–122).

A partir dessas diferenciações torna-se possível conceitualizar o fator que, apesar de conter as duas ideias apresentadas, é o que compreende os nacionais de um país em sua subjetividade e particularidade. De forma superficial, portanto, a identidade nacional existe a partir do momento em que há identificação com uma nação e, concomitantemente, a aproximação comportamental entre os indivíduos que formam a comunidade. Nesse sentido, é possível afirmar que o elemento identitário torna uma pessoa parte de um todo, correspondente à nação, o objeto intrinsecamente relacionado a essa formação (BLOOM, 1990, p. 79; MONGIARDIM, 2020, p. 10).

Contudo, a identidade nacional não deve ser percebida como a representação sensitiva do que é “o nacional”, ao contrário, ela está mais próxima da manifestação de um conjunto de pessoas no mesmo território e sua organização específica, ligada à fatores psicossociais. Isso significa dizer que valores, ideais, tradições, comportamentos e até mesmo o patrimônio cultural fazem parte da aproximação e identificação de um determinado povo. Esse movimento resulta em uma autoconsciência coletiva, o que também inicia um processo de perceber as diferenças de outros conjuntos, dando força a símbolos comuns, fazendo com que um povo se una em prol da vontade de fazer eles perdurarem por gerações – caracterizando a base da identidade nacional (MONGIARDIM, 2020, p. 11; PAREKH, 1995, p. 267).

Diante dessa afirmação, percebe-se também como os fatores de identificação são perfeitamente mutáveis, assim como sua exclusividade não pode ser afirmada, sob o ponto de vista de que elementos culturais, por exemplo, podem ser comuns ou ao menos parecidos, entre comunidades. Além disso, podem existir leves discrepâncias entre pequenos grupos com relação ao todo, o que confere o caráter heterogêneo à identidade, não excluindo a base identitária de uma comunidade como unidade. Essa constatação aponta para a dualidade presente na sociedade tanto por seu aspecto cultural, quanto político. Isso na medida que, como dito anteriormente, os indivíduos

vivem de maneira comum – de modo geral – e conduzem relações coletivas parecidas, respectivamente (PAREKH, 1995, p. 259).

O que se pode considerar como característica comum entre todas as manifestações de identidade nacional é o sentimento social de união, mas principalmente de proteção desta. Na medida em que a questão identitária possui uma importância crucial para uma sociedade é possível observar como esse conjunto se organiza e se prepara para defendê-la em âmbito internacional, visto que a população sempre irá se posicionar contrária a políticas ou investidas que possam ameaçá-la. Da mesma forma, a mesma mobilização social pelo combate à ameaça é disposta a modificar a identidade frente a desafios e necessidades de adaptação ou convivência com vizinhos (BLOOM, 1990, pp. 79–80; MONGIARDIM, 2020, p. 11).

Nesse sentido, o aspecto político da identidade deve ser visitado e, nele, chama-se a atenção para sua característica volátil, derivada de construções sociais, percepções históricas, geográficas e pessoais (PAREKH, 1995, p. 265). Ainda, identifica-se como a identidade política de uma sociedade se ancora na objetividade técnica, se fazendo presente por meio de normas e instituições que as reafirmam, além de fazer parte do conjunto identitário da nação por meio da memória coletiva. Pensando nisso, a manipulação da memória é feita facilmente de acordo com os interesses de políticos engajados na manutenção dessa identidade. O que se dá a partir disso são as competições políticas diversas para a proteção da identidade nacional – assim como a capacidade de inferir sobre ela (BLOOM, 1990, p. 81–82; PAREKH, 1995, p. 259).

Em suma, identidade nacional se compreende pela constituição de crenças, modos de pensar e viver, valores, entre outros elementos, e como eles impactam a sociedade de modo geral, quais suas reais contribuições e que tipo de marca ele deixam, se combinados. Além disso é importante pontuar como deixam uma sociedade suscetível a determinada liderança, que se vale desses fatores para governar o inconsciente comum. Em última instância, o coletivo e sua vivência moldam a convivência, tornando-se sua identidade, propensas a certos discursos, propensas a certas crenças (PAREKH, 1995, p. 257).

HEZBOLLAH: O PARTIDO DE DEUS

No que se refere ao ator central do objeto de pesquisa, a presente seção busca apresentar a origem, a ideologia e a razão de existência do Hezbollah – Partido de Deus em tradução livre – tendo em

vista suas manifestações tanto na forma da Carta Aberta de 1985, quanto na forma de seu Manifesto de 2009. Esses elementos evidenciam a razão pela preponderância do Partido em todos os âmbitos da realidade libanesa, assim como a história e os eventos que precederam sua existência. Dessa forma, o objetivo da atual seção é compreender a história e os momentos que tornaram a organização um ator de peso no Líbano, de maneira a construir o ponto central do artigo.

Apesar da história do Hezbollah começar em meio a Guerra Civil Libanesa (1975-1990), a questão xiita no país possui um passado mais amplo. Compreender esse passado se faz necessário para, de fato, entender a força que o Partido possui no país, mas especificamente nos subúrbios libaneses. O ponto de inflexão da política no Líbano se deu pela determinação do *Mithaq al-Watani*, o Pacto Nacional que determinou, em 1943, o sistema de liderança compartilhada entre Cristãos Maronitas, Muçulmanos Sunitas e Muçulmanos Xiitas. De modo geral, fica decidido que, de acordo com o tamanho da comunidade de cada uma das congregações no país, os líderes políticos seriam selecionados. Assim, a presidência é ocupada por um Maronita, o cargo de primeiro ministro por um Sunita e a presidência do parlamento por um Xiita (NORTON, 2014, p. 11-12).

Assim, nota-se uma desigualdade entre os poderes concedidos à cada uma das comunidades religiosas, que vai muito além de apenas a participação de fato de cada um nas tomadas de decisão. A representação xiita, dado o Pacto, sofre com uma sub-representação de poder considerável, o que evidencia o primeiro elemento de importância para entender a ascensão e o apoio ao Hezbollah: a disparidade de relevância política entre os três representantes na chamada “presidência compartilhada”. Junto a isso, é importante pontuar a marginalização da população xiita no Líbano – que habita, majoritariamente, o Vale do Beca, no sul do país, um subúrbio (*dah-iyā*) – como fator central para compreender a insurgência do Partido de Deus como uma organização “representativa” (NORTON, 2014, p. 12-13).

Nesse cenário regional, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela insurgência de movimentos muçulmanos para a representação política como o Partido Baath na Síria e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). A afinidade dos xiitas libaneses com esses movimentos e, em especial, com a OLP – principalmen-

te após a Guerra Árabe-Israelense⁴ – deu espaço para sua atuação no país (SAAD-GHORAYEB, 2002, p. 8). Dessa forma, incitado pela situação do povo xiita no Líbano e pelos movimentos adjacentes a semente do Hezbollah foi plantada, em 1974, por meio do Movimento dos Desprovidos e de seu braço armado, o Amal. Essa foi uma das iniciativas políticas do então representante Xiita no poder, Musa al-Sadr, para conferir relevância à comunidade e suas necessidades (AVON; KHATACHADOURIAN, 2012, p. 15).

Nesse contexto, a eclosão da Guerra Civil em 1975 significou a acentuação da polarização doméstica dos grupos religiosos, em especial dada a desaprovação maronita com relação à instalação palestina ao sul do Líbano – principalmente da OLP – e o apoio xiita, na forma do Movimento Nacional Libanês (MNL)⁵. Ainda, a situação insustentável da comunidade xiita e sua insatisfação frente à segregação, aliados a segunda invasão de Israel em 1982, se tornaram o momento ideal para a criação do Hezbollah. Além disso, é preciso levar em consideração o cenário propenso para movimentos de dissonância com a ordem vigente, muito influenciados pela Revolução Iraniana (SAAD-GHORAYEB, 2002, p. 9–10).

Mesmo com o surgimento do Partido em 1982 foi somente em 1985 que, financiados tanto por forças sírias, e principalmente pelo Irã, os jovens revolucionários se equiparam para assumirem um papel de preponderância tanto na Guerra quanto no cenário sócio-político libanês. Nesse sentido, é necessário destacar que a exportação iraniana da chamada Revolução Islâmica teve e ainda tem um papel central na formação ideológica do Hezbollah, como observado em suas declarações públicas de 1985 e 2009. Um grande exemplo disso é a Carta Aberta (1985), primeiro documento e aquele que salienta a importância e os principais pilares constitutivos do Partido, como o pan-islamismo, o anti-imperialismo e o antissionismo⁶, heranças do movimento iraniano (ALAGHA, 2011, p. 15; NORTON, 2014, p. 34).

Desde seu princípio o Hezbollah se define como uma extensão da vanguarda iraniana no Líbano, que não se limita à definição

4. Episódio marcado pelo conflito armado entre árabes e israelenses, visto a insatisfação com o Plano de Partilha, que reconhecia Israel como um Estado e com o desrespeito desse Plano com a deslocação de palestinos. Ver MORRIS, Benny. **1949 - The First Arab-Israeli War**. New Haven: Yale University, 2008.

5. Ver RAAD, Inam. “For More Than a Year Eighty Percent of Lebanon was Run by the Lebanese National Movement”. **MERIP Reports**, [S. l.], v. 73, n. 73, p. 14–15, 1978. DOI: 10.2307/3012263. Acesso em: 23 maio. 2021.

6. Aqueles que são contra os apoiadores da formação do Estado de Israel.

de uma estrutura política, uma vez que o objetivo de sua existência ultrapassa esses limites para ser uma *umma*, uma comunidade muçulmana (ALAGHA, 2011, p. 40). Dito isso, compreende-se que o pan-islamismo e a questão do estabelecimento de um “Estado islâmico” – nos moldes do iraniano – são elementos centrais da ideologia, sob a crença de que um povo unificado não pode ser oprimido, criando uma só identidade entre esses indivíduos (ALAGHA, 2011, p. 19–20).

Nesse sentido, os pontos centrais presentes tanto na Carta quanto no Manifesto de 2009 expõem a situação de opressão vivida principalmente pelos xiitas, apontando que o Partido de Deus sempre se refere à libertação dos oprimidos. Essa se caracterizou como uma universalização de apontamentos do Corão como *mustad’af*, em outras palavras, aqueles que pouco tem e é o elemento central de atuação do Hezbollah (ALAGHA, 2011, p. 15–16). Além disso, também é possível relacionar esse conceito com o forte posicionamento anti-imperialista, uma vez que essa prática coloca em risco a *umma*, se colocando prontamente contra governos que possuem práticas colonialistas, como os Estados Unidos, a França e Israel (ALAGHA, 2011, p. 20–21).

Ainda, estreitamente ligado ao entendimento de “inimigos em comum”, algo muito presente na Carta de 1985 e, mais tarde esclarecida no Manifesto de 2009 é o antissionismo. O entendimento do termo “sionistas” na Carta parte do princípio de que Israel é a maior entidade Sionista e, portanto, todos que lá habitam se encaixam nessa distinção. Essa questão está intimamente ligada ao que o Partido chama de “libertação da Palestina” e instalação de um Estado Palestino, também governado pelo Islã (ALAGHA, 2011, p. 19). Nesse sentido, por muito tempo entende-se que a concepção do Hezbollah é, basicamente, antijudaica, o que é refutado no Manifesto em que há uma delimitação do que de fato é a maior questão para eles: a ocupação da terra e de seus lugares sagrados (ALAGHA, 2011, p. 30).

A organização do Hezbollah também gira em torno do que seria a *jihad*⁷ composta de duas partes: a maior – uma luta espiritual – e a menor – uma luta militar. A segunda, em específico é praticada por meio do combate direto de forças contrárias ao Islã, da política Maronita excludente e dos inimigos locais e internacionais como os mencionados anteriormente. Dessa forma, o Partido protege a

7. Uma luta interna e pessoal em busca da melhoria constante que não necessariamente possui uma conotação religiosa, porém, quando aplicada nesse contexto, é a busca pela permanência no caminho sagrado a partir do esforço de não sucumbir aos desejos carnavais.

umma e seus interesses na *jihad* maior, tocando no principal aspecto dessa aliança invisível entre os muçulmanos – especialmente xiitas – que se revela como a confiabilidade e a defesa dos interesses dessa comunidade perante não apenas a ameaça interna, mas também a externa (ALAGHA, 2011, p. 21).

O Estado dentro do Estado

O fim da Guerra Civil trouxe consigo uma nova organização política para o Líbano principalmente no que se refere ao posicionamento do Hezbollah nessa dinâmica. Isso fica claro com o Acordo de Taif⁸ que estabelece, entre outras coisas, o desarmamento das forças revolucionárias para sua inclusão no aparato político-social do país. A entrada do Partido de Deus nas eleições parlamentares de 1992 foi uma demonstração da trégua relacionada ao questionamento do aparato, o que também gerou a garantia de que a organização poderia se posicionar no sul no Líbano contra as possíveis ofensivas de Israel (KINDT, 2009, p. 130–131).

No que se refere ao papel político do Partido, os anos 1990 marcaram a fortificação de sua atuação política e a construção de um aparato que pudesse desenvolver tanto a capacidade de governança regional quanto aquelas inerentes a um partido propriamente dito. A partir desse momento, um mecanismo criado em 1984 é elaborador para conferir ao Partido mais legitimidade: o Conselho Shura (Consultivo) que, composto por sete líderes, se organiza em cinco conselhos adjacentes, criados posteriormente à Guerra, para exercer funções semelhantes a de uma administração estatal (KINDT, 2009, p. 131).

De forma geral, o Conselho é o órgão máximo de formulação de política e tomada de decisão do Partido a nível nacional, representado na figura de Hassan Nasrallah, líder do Partido e Secretário Geral – estando abaixo apenas da autoridade jurídica (*Wali-al-Faqih*) do supremo líder Ayatollah Ali Khamenei – seguido por um Conselheiro Político, geralmente iraniano. Abaixo desse principal órgão, existem os conselhos Executivo, Político, de Jihad, Judicial e Parlamentar, com funções e subdepartamentos distintos (RUDNER, 2010, p. 227–228).

Esse complexo mecanismo confere ao Hezbollah possibilidades diversas de ação como a prestação de serviços básicos à população libanesa como um todo, por vezes sendo até mesmo mais eficiente

8. Apesar de o Acordo ter sido assinado em 1989, o conflito prosseguiu até 1990.

que o próprio Estado libanês. O aparato também é equipado para negociar com agentes internos e externos e possui autonomia para tal. Ainda, com o Conselho Judicial o Partido pode resolver litígios de ordem civil ou religiosa – por meio da *Shari'a*⁹. Além disso, é por intermédio do Conselho de Jihad que ameaças à população são detectadas e, por meio de recomendações, a defesa é realizada pelo braço Militar desse Conselho, com autorização para combater ameaças internas e externas (KINDT, 2009, p. 133–134).

A GUERRA DE 2006 E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

A Guerra de 2006 ressalta, entre outras coisas, a ambição do Hezbollah e seu poder combativo principalmente no que diz respeito a seu inimigo mais próximo: Israel. O poderio militar combinado ao antissionismo efervescente – além da constante tensão entre os dois atores na fronteira sul do Líbano – culminaram no que se teve como a “Sexta Guerra Árabe-Israelense” ou “Segunda Guerra do Líbano”. Esse conflito, apesar de infeliz, não chamou atenção como um problema particularmente novo no Oriente Médio, visto que o próprio surgimento do Hezbollah se deu por meio da invasão israelense no conflito doméstico, e as relações entre os dois países sempre se mostraram conturbadas, a exemplo da Guerra dos Sete Dias (1993) e a Operação Vinhas da Ira (1996) (PERLIGER, 2008, p. 1).

A Guerra, que durou 34 dias, teve seu início no dia 12 de julho com o ataque do Hezbollah à patrulha israelense na fronteira com o Líbano, matando três soldados da Força de Defesa de Israel (FDI) e deixando quatro feridos, capturando dois desses. A escalada do conflito foi algo inédito nesse quesito, uma vez que a resposta de Israel foi quase imediata, algo não esperado pelo alto escalão do Partido de Deus já que o intuito inicial era fazer uma troca de prisioneiros. Além disso, internamente o Partido acreditava no ganho de poder com essa iniciativa visto que as discussões relacionadas à sua estrutura e seu aparato militar já pendiam para seu desmonte, conferindo-lhes cada vez menos poder na esfera doméstica (HAREL; ISSACHAROF, 2008, p. 84; PERLIGER, 2008, p. 1–2).

Apesar da pronta resposta, Israel acreditava que o conflito duraria apenas alguns dias após a decisão de não apenas manter o litígio no sul do Líbano, mas levar também à Beirute, bombardean-

9. Lei Islâmica.

do ambas as regiões. Ainda que a reação israelense tenha sido devastadora, nada além do que se via nos primeiros dias havia sido realmente planejado, o que, de certa forma, diminuiu a capacidade de utilização do potencial militar do país. Igualmente, não acreditando na magnitude da resposta – ou que haveria resposta alguma – o Hezbollah não vislumbrava um conflito de tamanha proporção e seu preparo se deu em meio ao conflito, mas principalmente em convergência aos ataques de Israel. Fica claro, dessa forma, que nenhum dos lados esperava e se preparava para um conflito de 34 dias e isso causou muitas perdas para os dois lados (HAREL; ISSACHAROF, 2008, p. 86–87; PERLIGER, 2008, p. 2).

Nesse sentido, a troca de demonstrações de poder em grande escala foi o que sustentou a guerra, em um empenho sem precedentes e mesmo com a tentativa israelense de tentar mitigar as investidas do Hezbollah, os mísseis lançados para o lado israelense após a primeira rodada de bombardeios na *dahiya* alcançaram muito mais fundo do que se esperava, deixando uma proporção quase comum de feridos e mortos dos dois lados do conflito. A perda humana – em conjunto com a instabilidade econômica – em larga escala fez pairar um sentimento de negligência de ambas as partes acerca da necessidade de um conflito do porte do que foi a Guerra de 2006, principalmente levando em consideração o desmantelamento de estruturas funcionais (HAREL; ISSACHAROF, 2008, p. 91–92; PERLIGER, 2008, p. 2).

De um lado, a administração israelense recebia duras críticas acerca do uso malfeito do aparato de defesa do país o que, além de levar a um ataque letal para, aproximadamente, 158 israelenses – em sua grande maioria militares – e tirar a capacidade de deterrence sobre a fronteira sul do Líbano, desencadeou protestos frente ao descaço. Isso se deu também pela crença do FDI na incapacidade militar do Hezbollah, subestimando qualquer efeito das ações do partido. Frente a isso, apesar de quando comparadas às perdas libanesas as israelenses terem sido significativamente menores, o choque popular pela escalada da situação foi tamanho e as medidas de segurança foram reforçadas. Apesar de esse ter sido o maior momento de tensão para a população israelense em termos de conflito e suas consequências internas, diferentemente do Líbano a economia de Israel não sofreu grandes consequências e a lição que se teve foi de um maior preparo militar para evitar tanto perdas humanas quanto infraestruturais (ALAGHA, 2008, p. 3; FAYUTKIN, 2009, p. 203–204; PERLIGER, 2008, p. 2–3).

Por outro lado, em meio a dificuldades políticas, sociais e econômicas o Líbano como um todo sofreu as consequências da unilateralidade do Partido de Deus, uma vez que o ataque inicial não teria sido meramente comunicado ou discutido com o governo libanês (HAREL; ISSACHAROF, 2008, p. 82). Nesse sentido, com uma população à mercê de uma guerra brusca e com um governo, na figura do então presidente Fuad Seniora, que não se movimentou de fato para dar um fim a ela, a polarização interna foi acentuada principalmente pela perda de apoio por parte da comunidade xiita. Isso porque o principal foco dos ataques de Israel eram as *dahiyas* – onde a maioria da população xiita se encontra – e sua destruição em massa deixou apenas ruínas do que eram as casas nessa região. Com isso, estima-se a perda de aproximadamente 1.200 vidas libanesas e em torno de 4 bilhões de dólares em destruição, contando com a economia embrionária do país (ALAGHA, 2008, p. 3 e p. 5; FAYUTKIN, 2009, p. 202).

OS EFEITOS DA GUERRA

A partir desse momento é possível estabelecer ligações entre o desempenho do Hezbollah, a Guerra e a questão da identidade nacional estabelecidas anteriormente. Inicialmente, é preciso compreender como o pós-Guerra de 2006 se tornou um ambiente propício para a ascensão do Partido de forma considerável. Isso se deve ao fato de que, como posto anteriormente, a população, em especial do sul do Líbano, já não contava com a capacidade do governo em administrar a região propriamente, além disso, a insatisfação popular com o governo de Siniara durante a Guerra fez com que os olhos se voltassem ao Hezbollah – de uma forma, ou de outra.

Apesar das grandes perdas, os dias que sucederam a Guerra foram decisivos para que o Partido difundisse a ideia de uma vitória divina contra Israel. O Comício realizado em 23 de setembro foi centro dessa difusão, espalhando uma sensação de que o povo não somente havia sido livrado de um destino sem precedentes na mão de um inimigo comum, mas também como o Partido havia sido um ator subestimado militarmente. Analisando esse comportamento inicial de Nasrallah como representante do Hezbollah, fica evidente como o Partido se coloca como guardião da identidade nacional libanesa – optando por não se desarmar –, ao mesmo tempo que procurar inferir política e ideologicamente sobre ela, para servir aos princí-

pios colocados na Carta de 1985 e seus objetivos. A manipulação da crença de uma vitória contra aquele que seria o inimigo supremo – de todo o Líbano e não apenas do Hezbollah – ativa diretamente valores que constituem a identidade nacional de um povo, além de mexer profundamente com o senso de comunidade e confere ao ator específico a lealdade do povo e sua comunidade (BAKRI, 2006; PAREKH, 1995, p. 257).

Nesse sentido, é importante salientar que um dos aspectos comunitários da identidade nacional é a ligação que se estabelece decorrente de um trauma coletivo. Tendo isso em mente, é possível estabelecer um diálogo entre os momentos iniciais do pós-Guerra e a manobra do Hezbollah em se colocar no centro da proteção de uma sociedade abalada pelos efeitos desse conflito e a administração dele. A suscetibilidade aparente do povo libanês nesses primeiros momentos, decorrente de sua fragilidade e demonstrada por seu enorme apoio no Comício da Vitória Divina, caracteriza também a maneira como o Partido soube manipular esse sentimento a seu favor, de maneira a estabelecer uma rivalidade clara entre o Líbano e Israel e uma preponderância no inconsciente coletivo (PAREKH, 1995, p. 257).

No entanto, apesar da euforia momentânea, questionamentos sobre a real participação do Hezbollah na Guerra e seu resultado passaram a ganhar mais força em âmbito interno. Assim, do mesmo modo que a identidade nacional de um povo é articulada diante de situações traumáticas, esse mesmo povo se posiciona contra políticas destrutivas à identidade. Essa questão é crucial para compreender a reação posterior aos primeiros dias após o conflito, já que, de uma maneira considerável, houve o apoio popular ao Partido por sua proteção, porém inicia-se o questionamento sobre o motivo para guerra. Indagações sobre a natureza da desavença e principalmente qual honra estava o Hezbollah protegendo: a libanesa ou a própria, se tornaram latentes (BLOOM, 1990, p. 80; NORTON, 2014, p. 152).

Assim, o que parecia ser uma onda de apoio e uma modificação interna, acabou com a divisão ainda mais profunda do país. De um lado, a coalizão composta por Cristãos, Sunitas e Drusos, maioria no parlamento libanês durante a Guerra; e do outro, a coalizão formada por Xiitas e grande parte da comunidade Maronita (NORTON, 2014, p. 152). O primeiro grupo se manteve firme na ideia de uma Guerra planejada pelo Hezbollah, servindo aos interesses do Irã, presentes na Carta Aberta de 1985 principalmente por conta do sis-

tema político ancorado nas decisões do Ayatollah como detentor da governança por jurisdição (*wilayat al-faqih*) dentro do islã político. Além disso, a própria ideia da construção de uma nação muçulmana, aliada a grande capacidade militar do Partido – e sua organização quase estatal – foi suficiente para que a investida fosse considerada uma tentativa de golpe. Por si só, essa hipótese coloca em xeque toda a organização tradicional de poder presente no Líbano, fruto do Pacto Nacional e cuja sociedade centrava-se em volta (NORTON, 2014, p. 155; SHANAHAN, 2008, p. 45).

O segundo grupo, mas principalmente o Hezbollah, após os eventos de julho de 2006 se organizou para reivindicar uma nova ideia de “governo de unidade nacional”, que garantiria ao Partido de Deus vantagens de voto consideráveis dentro do parlamento – levando em consideração o mesmo mecanismo que fundou o formato de governo baseado em demografia e no sectarismo libanês. O que se considera aqui são alguns fatores, o principal deles sendo a demografia da população xiita que aumentava consideravelmente; a segunda e mais simbólica é a capacidade da organização xiita em prover à *dahiya* mais recursos do que o próprio governo. A capacidade da organização de conseguir manter a comunidade em pé após os inúmeros ataques, de uma forma muito melhor do que o governo é um ponto a ser levado em consideração nesta análise (NORTON, 2014, p. 155–156; SHANAHAN, 2008, p. 38).

Nesse sentido, fica claro como a expressiva pressão interna divide o Líbano em dois, o que pode ser analisado como um movimento de engajamento entre as duas coalizões políticas para de alguma forma defender a identidade nacional do que ambas entendem como ameaças a ela. De um lado, compreende-se que houve uma precipitação do Partido em inserir um país inteiro em uma guerra sem precedentes, mesmo sob os preceitos de antissionismo e anti-imperialismo; em última instância, essa é a ordem causadora dos problemas que se seguiram. De outro, Nasrallah como a imagem do prodígio da Revolução Iraniana no Líbano, aponta para questões de ordem ideológica como a necessidade de reafirmar o antissionismo e estabelecer um governo que olhe não apenas para a *dahiya* mas também para a *umma* de forma objetiva (BLOOM, 1990, p. 82).

Alinhado a isso, é cetero afirmar que as marcas do trauma coletivo sofrido por toda a população libanesa – mas principalmente pela comunidade xiita – se trata de mais um traço da identidade desse povo que os une, mesmo que inconscientemente, pela identificação

mútua. De forma excepcional talvez, a afinidade com determinada facção política seja algo que aproxime ou afaste ainda mais esses indivíduos, relação que ficou ainda mais evidente nas eleições que se seguiram. Essa constatação aponta duas características importantes, a primeira sendo a tradição da organização política desse país que, de forma muito forte, faz parte da identidade nacional libanesa. A segunda, ligada a anterior, é suscetibilidade de um grupo de ser influenciado por uma das coalizões em disputa em decorrência da manipulação da memória coletiva para instigar o medo sobre a mudança ou o medo sobre a permanência de determinada tradição (NORTON, 2014, p. 159; PAREKH, 1995, p. 259).

O resultado desse processo foi o aprofundamento da divisão libanesa, expressadas pelas eleições do período. As eleições parlamentares de 2009 mostraram uma divisão considerável, isso porque, como o próprio líder do Partido de Deus aponta: a maioria parlamentar não significa a maioria popular. Em votos populares, o Hezbollah e seus aliados ultrapassaram em mais de 100.000 votos a coalizão contrária. Esse resultado destaca a polarização social, mas também mostra a face surpreendente até mesmo da corrida política de xiitas e sunitas, já que os votos direcionados ao Hezbollah tiveram participação de ambos os grupos. Além disso, o resultado em números versus o resultado nos assentos permitidos pode ser visto como evidência à manutenção das tradições políticas e da preponderância do Partido no sul do Líbano (NORTON, 2014, p. 172–174).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a perspectiva inicial de que o Hezbollah teria se envolvido na construção de uma nova identidade nacional para o povo libanês é preciso levar em considerações alguns aspectos. Em primeiro lugar, é necessário ter a sociedade como ponto central para a determinação identitária do povo, isso porque as experiências, os valores, as tradições e o modo como uma comunidade se organiza social e politicamente é base para a construção dessa identidade. Esses elementos são exprimidos no inconsciente coletivo a partir de ações pessoais que, apesar de poderem ser influenciadas por ações políticas, não se ancoram nela (PAREKH, 1995, p. 257). Sabendo disso, se torna pouco coerente afirmar uma dependência direta das ações do Partido com a construção de uma nova identidade nacional libanesa, visto que o processo histórico e o resultado dele para a sociedade é muito

mais subjetivo do que as ações políticas. Isso é particularmente verdade quando se leva em consideração a magnitude das ações do ator político já que, quanto mais impactantes, maior a divergências de opinião (MONGIARDIM, 2020, p. 11).

Nesse contexto, a pluralidade da sociedade libanesa entra em questão como um dos elementos mais importantes para a consideração de qualquer elemento identitário. Como se viu, a extensa gama de etnias, crenças e pensamentos no Líbano torna desse o aspecto mais desafiador no território em termos de conquista política no geral e, ao mesmo tempo, torna a identidade nacional do povo mais complexa ainda. A busca pela promoção de ideias estritas em uma sociedade tão plural desconsidera essa mesma característica, além da consideração do elemento identitário como algo desconexo de uma só crença ou valor, uma vez que não há exclusividade, tampouco homogeneidade quando se trata de identidade (NORTON, 2014, p. 158; PAREKH, 1995, p. 259).

A ideologia explícita na Carta Aberta de 1985 e mais tarde o Manifesto de 2009 mostram muito mais uma ideia de proteção da *umma* beirando a ideia de nação muçulmana dentro do Líbano – e, nos moldes da Revolução Iraniana, sua expansão. Essa noção, em conjunto com a organização política do Hezbollah sob a ideia de um Estado pode ser analisada como um interesse maior da organização. Em última instância, a necessidade do Partido de Deus é a de fazer parte do controle político, social, econômico e militar de um Estado islâmico propriamente dito. Com base na afirmação de que um Estado forte possui uma nação que corresponda a ele, essa ideia teria sentido do ponto de vista conceitual, mas deixa de lado a identificação de vários povos que, ainda que pratiquem a mesma religião, não se ancoram apenas nisso para se identificarem em termos de nação – e muito menos parar construir uma identidade nacional (ALAGHA, 2011, p. 20; MALUF, 2007, p. 19).

Dessa forma, se torna certo afirmar que necessidade de estabelecer uma comunidade com base no pan-islamismo não se trata de uma busca por uma mudança da identidade nacional libanesa. Ao contrário, apenas havia a necessidade de estabelecer o Partido de Deus como um ator preponderante na ordem política a partir do islã político. Isso também explica como, apesar das grandes investidas e do poder organizacional dentro do Líbano, o Hezbollah ainda assim no final da Guerra e, especificamente em 2009, não havia tido ganhos políticos significativos (SHANAHAN, 2008, p. 41).

Isso significa dizer que, de forma prática, o Hezbollah não possui interesse e nem organização estrutural para desenvolver ou modificar a identidade nacional libanesa uma vez que sua intenção, até mesmo no Manifesto de 2009 era estabelecer uma união pan-islâmica com inimigos em comum. Além disso, o elemento identitário do pós-Guerra de 2006 não foi abalado e não poderia ser influenciado por tais práticas, já que, mesmo com a ameaça representada pela Guerra e, paralelamente, pelo Partido de Deus, o que ocorreu foi o aprofundamento da divisão política. Esse cenário, apesar de desafiador para as forças políticas internas, não quebra com a realidade da sociedade libanesa e não representa uma quebra de paradigma para essa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGHA, Joseph. THE ISRAELI-HIZBULLAH 34-DAY WAR: CAUSES AND CONSEQUENCES. **Pluto Journals**, Nijmegen, v. 30, n. 2, p. 1–22, 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41858541>. Acesso em: 27 maio. 2021.

_____. **Hizbullah's Documents: From the 1985 Open Letter to the 2009 Manifesto**. 1. ed. Amsterdam: Pallas Publications, 2011. Acesso em: 21 out. 2020

AVON, Dominique; KHATACHADOURIAN, Anaïs-Trissa. **Hezbollah: A History of the "Party of God"**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2012. Acesso em: 26 mai. 2021.

BAKRI, Nada. Hundreds of thousands show up for "victory rally". **The Daily Star**, [S. l.], 2006. Disponível em: <http://mobile.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2006/Sep-23/42579-hundreds-of-thousands-show-up-for-victory-rally.ashx>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BLOOM, William. **Personal Identity, National Identity and International Relations**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Acesso em: 15 out. 2020.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 30. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. v. 1. Acess em: 31 mar. 2021.

FAYUTKIN, Dan. The Second Lebanon War - A Two-Year Perspective. **Defense and Security Analysis**, Londres, v. 25, n. 2, p. 201–204, 2009. DOI: 10.1080/14751790902985231. Acesso em: 28 mai. 2021.

HAREL, Amos; ISSACHAROF, Avi. **34 Days: Israel, Hezbollah, and the War in Lebanon**. 1. ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008. Acesso em: 12 mar. 2021.

KINDT, Michael T. Hezbollah: A State Within a State. In: KINDT, Michael T.; POST, Jerrold M.; SCHNEIDER, Barry R. (org.). **The World's Most Threatening Terrorist Networks and Criminal Gangs**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 123–144. Acesso em: 25 mai. 2021.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 26. ed. [s.l.] : Saraiva, 2007. Acesso em: 17 jan. 2021.

MONGIARDIM, Maria Regina De. **Sobre a Identidade Nacional**. Lisboa. Disponível em: https://www.academia.edu/42562410/ARTIGO_A_IDENTIDADE_NACIONAL. Acesso em: 19 jan. 2021.

NORTON, August Richard. **Hezbollah: A Short History**. 5. ed. Nova Jersey: Princeton University Press, 2014. Acesso em 05 mar. 2021.

PAREKH, Bhikhu. The concept of national identity. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, Londres, v. 21, n. 2, p. 255–268, 1995. DOI: 10.1080/1369183X.1995.9976489. Acesso em: 19 out. 2020.

PERLIGER, Arie. Guest Editor's Introduction for the Special Volume on the July–August 2006 War Between Israel and Hezbollah. **Democracy and Security**, Londres, v. 4, n. 1, p. 1–4, 2008. DOI: 10.1080/17419160802012832. Acesso em: 20 mar. 2021.

RUDNER, Martin. Hizbullah: An Organizational and Operational Profile. **International Journal of Intelligence and Counter Intelligence**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 226–246, 2010. DOI: 10.1080/08850600903565654. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08850600903565654>. Acesso em: 24 maio. 2021.

SAAD-GHORAYEB, Amal. **Hizbu'llah: Politics And Religion**. 1. ed. Londres: Pluto Press, 2002. Acesso em: 21 mar. 2021.

SHANAHAN, Rodger. A Pyrrhic Victory? Hezbollah's Complex Post-War Environment. **Democracy and Security**, Londres, v. 4, n. 1, p. 34–47, 2008. DOI: 10.1080/17419160801897969. Acesso em: 18 mar. 2021.

TITAN JUNIOR, Samuel. O Que É Uma Nação? de Ernest Renan. **Plural**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 154–175, 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75901>. Acesso em: 17 jan. 2021.

AS GUERRILHEIRAS DO SOL: A marginalização do papel das mulheres com ênfase no combate da YPJ nas mídias jornalísticas entre 2013 e 2021.

THE WARRIORS OF THE SUN: The marginalization of the role of women with an emphasis on YPJ combat in news media between 2013 and 2021.

LAS GUERRILLERAS DEL SOL: La marginación del papel de las mujeres con énfasis en el combate de YPJ en los medios de comunicación entre 2013 y 2021.

Ana Beatriz Rios de Andrade Moreira
Beatriz Leal Boner
Oliver de Moraes Heizenreider¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discorrer a respeito da maneira pelas quais as mulheres são caracterizadas pelos meios de comunicação relevantes globalmente, de maneira a discutir como as relações de desigualdade de gênero impactam na representação das mulheres nos conflitos armados internacionais. Por meio da ótica feminista, serão analisados como as mulheres são marginalizadas, inferiorizadas e sexualizadas pelas mídias jornalísticas mais disseminadas. Assim, com propósito de contrapor com a visão tradicional, será analisado a conjuntura das guerrilheiras curdas, conhecidas como YPJ, através de uma breve contextualização do conflito local e de suas representações no enfrentamento ao patriarcado do Estado Islâmico. Bem como demonstrar como

as guerrilheiras curdas rompem com o paradigma sexista presentes nos debates da mídia global.

Palavras-chave: Feminismo. Meios de comunicação. Campo de Segurança. YPJ. Guerrilheiras curdas.

ABSTRACT

This article aims to discuss the way in which women are characterized by the globally relevant media, in order to discuss how gender inequality relations impact the representation of women in international armed conflicts. Through a feminist lens, we will analyze how women are marginalized, inferiorized, and sexualized by mainstream journalistic media. Thus, in order to contrast with the traditional view, the situation of the Kurdish guerrilla women, known as YPJ, will be analyzed

1. Graduandos em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

through a brief contextualization of the local conflict and its representations in the confrontation with the patriarchy of the Islamic State. As well as demonstrate how the Kurdish women guerrillas break with the sexist paradigm present in global media debates.

Keywords: Feminism. Media. Security camp. YPJ. Kurdish women guerrillas.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo discutir la forma en que las mujeres son caracterizadas por los medios de comunicación de relevancia mundial, con el fin de discutir cómo las relaciones de desigualdad de género impactan en la repre-

sentación de las mujeres en los conflictos armados internacionales. A través de una perspectiva feminista, analizaremos cómo las mujeres son marginadas, inferiorizadas y sexualizadas por los medios periodísticos más extendidos. Así, para contrastar con la visión tradicional, se analizará la situación de la guerrilla kurda, conocida como YPJ, a través de una breve contextualización del conflicto local y sus representaciones en el enfrentamiento con el patriarcado del Estado Islámico. Además de demostrar cómo las guerrilleras kurdas rompen con el paradigma sexista presente en los debates mediáticos mundiales.

Palabras clave: Feminismo. Medios de comunicación. Campo de seguridad. YPJ. Guerrilleras kurdas.

1. INTRODUÇÃO

A normalidade de atrelar a mulher a imagem de serenidade, vulnerabilidade e paz é vastamente reproduzida nos principais meios de comunicação globais, tradicionalmente, as guerras são compreendidas e lembradas como conflitos armados realizados entre homens, conciliados e narrados por homens. Essa condição cultural, política, social e histórica produz uma estrutura prática e discursiva que legitima a marginalização feminina nas questões de paz e segurança internacional.

O presente artigo tem, portanto, o objetivo de elucidar como a estrutura dos argumentos silogísticos dentro dos padrões de gênero é falha à medida que legitima e fortalece a inferiorização das mulheres nas guerras, assim contribuindo para as narrativas produzidas pelos principais meios de comunicação jornalísticos mais disseminados no globo. A próxima seção introduz, sob a lente da Teoria Feminista, como a perspectiva de gênero é relevante para analisar de que forma a mulher existe e qual papel social ela pode cumprir nas relações internacionais. Ao final, expõem-se sobre como os estereótipos de gênero contribuem para a consolidação, naturalização e perpetuação da marginalização histórica das mulheres: tornando-as invisíveis e ausentes dos processos agenciadores de segurança, e assim portanto, das políticas globais.

Nessa perspectiva, a terceira seção discorre sobre a conjuntura histórica e social da população curda, expondo a evolução da Guerra do Curdistão como um movimento de emancipação curda e

os fatores que promoveram a posição de marginalidade que a etnia suporta e os atores que participam da luta contra essa opressão. Em decorrência disso, é apresentado um dos grupos que participa ativamente na guerra, a Unidade de Proteção das Mulheres, conhecidas como YPJ, e a sua consolidação no conflito entre a população do Curdistão e o ISIS, sendo esse um grupo feminino autônomo que procura atuar em nome da preservação da população curda e, subjacente a isso, na garantia dos direitos das mulheres e a emancipação das mesmas dentro do território do Curdistão Sírio.

Sendo assim, em busca de compreender a representação das mulheres nas relações internacionais, foram analisadas cerca de 200 reportagens dos meios de imprensa globais, sendo elas a BBC (Reino Unido), CNN (Estados Unidos), Le Monde (França), The Guardian (Reino Unido), Caixin (China), El País (Espanha), e Folha de São Paulo (Brasil), escolhidos sob a justificativa de serem os meios de comunicação mais importantes mundialmente (MOLINA, Matias; 2007), capazes de influir na percepção e na opinião pública acerca dos temas debatidos, devido ao seu grande número de leitores; ademais, vale ressaltar, a tentativa em diversificar os centros geográficos de mídia, de modo a observar não somente jornais europeus, mas de países como China e Brasil.

Por conseguinte, busca se elucidar e analisar como os meios de comunicação reproduzem a estrutura masculinizada das relações internacionais e da estrutura de gênero em geral, de modo a compreender como a mídia proporciona a sexualização e a inferiorização das mulheres nos conflitos armados, evidenciando o caso das mulheres rojavas da YPJ, e como seus objetivos políticos são ignorados e marginalizados. Além disso, procura-se observar como a guerrilha curda simboliza a quebra desse padrão de representação apresentado por esses meios, pondo em xeque a construção machista de padrões de gênero e com isso manifestando o rompimento desse sistema e demonstrando as novas perspectivas que as mulheres podem alcançar dentro do Oriente Médio.

Ao final, conclui-se que a luta das guerrilheiras da YPJ representa uma resistência ao discurso sexista consagrado, à medida que tencionam os estereótipos de gênero ao estruturarem-se para o conflito armado: as curdas redefinem o seu papel por meio de sua luta contra o ISIS, ao defender os civis, o território e as atribuições políticas, sociais e históricas concebidas as mulheres pela estrutura social patriarcal.

2. O ESPAÇO DAS MULHERES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Esta seção tem como função apresentar qual a relevância dos estudos de gênero para a construção das relações político-sociais dentro das Relações Internacionais, ao expor como a marginalização das mulheres difunde-se a depender de quem e para quem produz-se o conhecimento. Ao fim, propõe-se uma reflexão sobre como as estruturas sociais delimitam a localidade da mulher na sociedade e em consequência, nas Relações Internacionais, com ênfase no campo da Segurança Internacional.

2.1 *Afinal, que mulher existe nas Relações Internacionais?*

Questionar-se sobre o lugar que as mulheres (não) ocupam no cenário internacional é apenas um primeiro passo para se pensar as relações de desigualdade e opressão entre gêneros na política internacional. As leituras feministas de Relações Internacionais direcionam suas críticas em direção a como representações e papéis de gênero (os estereótipos sociais sobre masculinidade e feminilidade) influenciam e se relacionam à condução histórica da política mundial. A partir disso, provocam-se discussões sobre o que é considerado objeto de estudo pela disciplina e sobre de que forma de ciência é concebida como legítima para estudá-las. Em outras palavras, como a disciplina das Relações Internacionais é construída e por quem, já que tradicionalmente homens são os principais (às vezes únicos) a tomar decisões de política internacional.

Localizar o gênero nas relações internacionais é também localizar o gênero das Relações Internacionais. O conceito tradicional de segurança e de soberania territorial, central para as RI², não é neutro: “ele se refere à segurança por um grupo e de um grupo – porque privilegia determinados valores desse grupo elitista e masculinizado” (MONTE, 2013, p.48). Ignorar a existência das narrativas sobre características políticas, sociais e culturais produzidas por e para esse grupo, ou construir interpretações sobre a realidade da política estatal e internacional que as ignora, reforça normas e práticas que estabelecem relações assimétricas

2. RI como uma sigla para Relações Internacionais.

de poder entre homens e mulheres, privilegiando os primeiros. A defesa da crítica do referente tradicional de segurança, da prioridade da norma soberana, implica uma série de questões relativas à estrutura social de gênero e às posições de sujeitos nela (MONTE, 2013).

As Relações Internacionais foram historicamente definidas como domicílio de homens, segundo Christine Sylvester. “Homens”, contudo, não são apenas corpos identificados como masculinos. Homens e mulheres são relatos sobre ‘homens’ e ‘mulheres’ já acomodados em seus papéis apropriados, ou seja, homem e mulher são, portanto, narrativas e símbolos que informam nossa experiência e identidade. Nesse cenário, as Relações Internacionais são, assim, uma das instâncias em que se constroem histórias sobre homem e mulher, com impacto na “acomodação de corpos em seus lugares cotidianos” (SYLVESTER, 2004, p. 4).

Fica claro então que uma agenda feminista em política internacional demanda reflexões que vão além do que as teorias tradicionais da disciplina são capazes de oferecer. Ao refletir sobre a forma como o “gênero” é construído a partir de discursos e práticas econômicos, políticos, sociais e institucionais, essas abordagens provocam questionamentos sobre verdades naturalizadas, sobretudo em termos de gênero, e sobre quem as proclama (WHITWORTH, 1994). Ao encorajar a reflexão sobre o porquê de atividades tradicionalmente associadas às mulheres ou à feminilidade serem irrelevantes no contexto da política internacional, as perspectivas feministas impõem ao campo duas importantes consequências: (1) elas evidenciam a forma como as relações internacionais são mais complexas e profundas do que as teorias tradicionais da disciplina dão conta; e (2) elas suscitam perguntas sobre como as relações de poder acontecem, de modo que seja possível uma subjugação histórica e sistemática das mulheres e do feminino na política mundial (ZALEWSKI, 2010).

Dessa forma, a literatura feminista sobre política internacional desafia certezas disciplinares do campo de Relações Internacionais, reconsiderando e dando novo significado a conceitos centrais da disciplina, como “política” e “poder”. Para Cynthia Enloe (2004), por exemplo, um dos problemas centrais do campo diz respeito justamente à sistemática subestimação das quantidades e variedades de poder que operam na política internacional por parte das teorias tradicionais, que invisibilizam hierarquias e de-

sigualdades, inclusive as de gênero. De modo parecido, Marysia Zalewski (1996) argumenta que as teorias convencionais da disciplina olham superficialmente para os eventos sociais que estuda, uma vez que desconsideram como político inúmeras práticas cotidianas que não se encaixam em teorias pré-formuladas e ideais de cientificidade. O que se verifica é uma crítica substantiva, por parte de uma diversidade de autoras e vozes feministas, a pressupostos ontológicos e epistemológicos tradicionais das Relações Internacionais, sobretudo no que tange à forma como as relações políticas de poder são tradicionalmente estudadas – como atributos materiais dos Estados.

2.2 A Teoria Feminista na Segurança Internacional

Dentro das Relações Internacionais, o debate sobre a subinclusão das mulheres na política internacional foi capitaneado, primeiramente, pelo chamado “feminismo liberal” (WHITWORTH, 1994). Em um campo convencionalmente dominado por duas correntes teóricas preponderantes – o realismo, por um lado, e o liberalismo, por outro –, as autoras feministas liberais se preocupavam com a incorporação de mulheres nas relações internacionais baseadas em princípios tradicionais do liberalismo político como a igualdade de direitos civis e de oportunidades (TICKNER, 2001). Ao perguntar onde estavam as mulheres na política internacional, o feminismo liberal esperava jogar luz em duas questões distintas, mas interligadas: (1) na posição de subinclusão das mulheres nos espaços tradicionais de política internacional – como chefes de Estado, diplomatas, servidoras das Forças Armadas, entre outros; e (2) na forma como os lugares que eram efetivamente ocupados por mulheres eram tornados invisíveis politicamente (WHITWORTH, 1994).

Desde os anos 1960, começaram a se proliferar importantes críticas ao pensamento feminista liberal do que tange à reprodução de suposições teóricas dominantes nas Relações Internacionais (ZALEWSKI, 2010). Diante disso, autoras como J. Ann Tickner e Cynthia Enloe, partem da pergunta sobre onde estão as mulheres na política internacional para iniciar um debate mais amplo e profundo sobre gênero dentro das Relações Internacionais. Tickner, por exemplo, dá início a um de seus mais importantes livros, *Gender in International Relations* (1992), constatando

a baixa presença de mulheres não apenas como atores políticos relevantes em política internacional, mas também como acadêmicas da área, sobretudo no que tange a questões de guerra e paz – a área mais central e politicamente influente da disciplina. Da mesma forma, Enloe, em *Bananas, Beaches and Bases* (2000), inicia sua reflexão sobre os papéis de gênero em contextos militarizados.

Isso significa que, de maneira geral, a experiência em guerras e conflitos sempre foi contada sob uma ótica da experiência masculina, o que também é reproduzido nos Estudos de Segurança Internacional - ESI (MONTE, 2013). Ou seja, tanto na academia, quanto na política, quem tratava das questões de segurança eram os homens, quem defendia a sobrevivência de todos eram os homens. Para Zalewski e Enloe, a masculinidade e a sexualidade ocidental são continuamente consideradas como requisitos para a participação nos treinamentos militares, nas estratégias de defesa e nos discursos dos dirigentes políticos.

Tal ótica está enraizada tanto nos setores público e privado, como no âmbito diplomático e militar, que, em sua maioria, são espaços majoritariamente ocupados por homens. Conforme colocado por Eleanor Roosevelt no epílogo de seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1952: “comumente, grandes decisões são originadas e concretizadas em instâncias formadas inteiramente por homens ou tão completamente dominadas por eles que qualquer contribuição especial as mulheres tenham para oferecer é posta de lado sem expressividade”³ (apud TICKNER, 2001, p.44, tradução livre). Entram em discussão, portanto, questões sobre a construção social e política das representações de gênero, sobre quem as (re)produz e como elas são sustentadas, inferindo uma dimensão crítica de emancipação (TICKNER, 1992, p. 3).

No que concerne ao subcampo da segurança internacional, as abordagens feministas possibilitaram uma reformulação do que se consideram ameaças, objetos de estudo e, especialmente, do que se entende por “segurança” e “proteção”. Autoras feministas de RIs foram responsáveis, portanto, por finalmente colocar em discussão questões como o uso do estupro como estratégia militar – e não como um “incidente” ou “efeito colateral” de situações de

3. *“Too often the great decisions are originated and given form in bodies made up wholly of men, or so completely dominated by them that whatever of special value women have to offer is shunted aside without expression”.*

conflito – e construir reflexões sobre o fato de a maior parte das vítimas civis de conflitos armados, bem como de pessoas refugiadas e deslocadas, ser composta por mulheres e crianças (KELLY, 2000; TICKNER, 2001). Ao abordar essas questões, a literatura feminista de segurança internacional desafia ontologicamente a lógica (consolidada pelo paradigma realista) do Estado como provedor último da segurança de seus cidadãos, questionando a forma como a perseguição de um ideal estatal de segurança põe em risco a vida e a integridade daqueles e, especialmente, daquelas que deveriam ser “protegidos” (DALBY, 1997).

Toda a compreensão ontológica do feminismo difere significativamente do campo das Relações Internacionais que descreve os Estados como atores autônomos, individualistas e focando no seu comportamento internacional, uma vez que compreende que o comportamento interno não é necessário. Para a perspectiva feminista a vida dos indivíduos e seus relacionamentos são importantes, uma vez que desmascara em grande parte os interesses político-econômicos, estruturais e historicamente desiguais, conectando a vida de indivíduos a estruturas propostas internacionalmente, para assim alcançar “propostas para formas mais justas e iguais de governança global”⁴ (TICKNER; TRUE, 2018, p. 9, tradução livre).

Sendo assim, o feminismo ressalta que as guerras não terminam quando a luta acaba, sobretudo para as mulheres, pois, como estudos demonstram, a taxa de mortalidade das mulheres é maior do que a de homens, que o número de refugiados mulheres e crianças representa quase 70% da população refugiada, ademais de que as mulheres são as primeiras a perder o emprego (TICKNER, 2018). Em síntese, o feminismo como um estudo crítico das RIs, compreende que a segurança jamais será alcançada, sem que as estruturas de poder desiguais de gênero, classe e raça sejam eliminadas ou ao menos reduzidas (TICKNER, 1992). A base e o objetivo das abordagens de segurança feminista e de gênero é “identificar, interrogar e resistir às diversas maneiras pelas quais os pontos de vista, interesses e ações dos homens têm sido privilegiados em relação aos das mulheres na vida social contemporânea”⁵ (PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010, p. 36, tradução livre).

4. “Proposals for more just and equal forms of global governance”.

5. “Identify, interrogate, and resist the multifarious ways in which the views, interests, and actions of men have been privileged over those of women in contemporary social life”.

2.2.1 *A resistência do feminismo islâmico*

Nesse contexto, também faz-se necessário a apresentação da abordagem do feminismo islâmico e como este converge para uma resistência a representação desigual das mulheres no âmbito secular. Evidencia-se que o termo não é difundido de forma ampla, contudo, apesar das diversas distinções quanto às leituras do feminismo, a busca pela identificação das estruturas que atravessam a desigualdade de gênero e por uma releitura não patriarcal do Alcorão é coincidente em suas teses (LIMA, 2014, p. 68).

Como dito anteriormente, as contribuições feministas foram tardias nas relações internacionais e isso também é refletido na condição de atuação das autoras feministas islâmicas. A autora Clarissa de Franco (2016) identifica que as dificuldades de alastrar essa corrente feminista é ainda maior, já que essa não é difundida de maneira profunda na cultura popular e na própria esfera acadêmica, justamente por essa perspectiva ocidentalizada sobre o Oriente Médio (FRANCO, 2016, p.85).

O que as feministas islâmicas trazem é uma nova leitura do livro sagrado, onde é possível ver como esse traz uma abordagem radical sobre igualdade de gênero. Cila Lima (2014) analisa, portanto, que a visão ortodoxa e interpretações mais tradicionais excluem esses pontos explícitos de igualdade da leitura do Alcorão (LIMA, 2014, p.74). Desse modo, o feminismo islâmico questiona os fundamentos internos da religião: a estrutura das dinâmicas sociais desiguais é aprendida culturalmente e não faz parte da base do Alcorão. (FRANCO, 2016, p. 77).

A socióloga Zahra Ali (2012) reforça o ponto principal dessa corrente: o Islã original não promove nenhum tipo de patriarcado, pelo contrário, promove a igualdade de gênero. Nesse sentido, o que as feministas islâmicas reivindicam é uma releitura das fontes do islã usando as ciências sociais para extrair os princípios de igualdade e justiça, distanciando as interpretações patriarcais que foram desenvolvidas até o momento (ALI, 2012). Nota-se que o movimento busca estabelecer a ideia de uma comunidade islâmica compartilhada entre homens e mulheres, contendo uma livre interpretação das fontes religiosas, a busca por justiça e a emancipação das mulheres (LIMA, 2014, p. 75).

Assume-se, portanto, como o feminismo islâmico tem um papel relevante no tensionamento dos papéis que as mulheres

podem exercer no âmbito político e representativo do poder estatal. Essa é a correlação que a corrente estabelece com a guerrilha curda: as mulheres assumem um papel de defesa do território independente de seus princípios religiosos. Nesse contexto, as YPJ assumem o papel principal no assunto de segurança internacional para o sistema político curdo, associando a equidade de gênero e estruturando-a em sua forma de governança.

3. A GUERRILHA CURDA FEMININA (YPJ)

Nesta presente seção iremos pontuar a existência das guerrilheiras curdas, passando pela contextualização da Revolta do Curdistão, que iniciou no ano de 2012 e permanece na atualidade, e como a guerrilha feminina YPJ está sendo a protagonista no assunto de Segurança Internacional e no debate da Teoria Feminista, destacando os principais feitos do grupo e suas implicações.

3.1 Contextualização da Guerra do Curdistão

A população curda é uma etnia oriunda do Curdistão, região que não é identificada pela Comunidade Internacional como Estado Nacional e que está situada predominantemente entre os países da Turquia, Iraque, Irã e Síria (SILVA, et.al., 2017). Os curdos compõem o quarto maior grupo étnico do Oriente Médio e o primeiro sem um estado oficial. Assim sendo, após a Primeira Guerra Mundial e a derrota do Império Otomano, os curdos tiveram que se separar forçadamente por esses países, além disso, o estabelecimento da fronteira da Turquia moderna no ano de 1923 não previu a existência do estado curdo e nessa situação os curdos foram proibidos de fazer quaisquer manifestações para estabelecer um estado independente (BBC, 2019). Em cada um desses países, a etnia curda deteve sua cultura e sua identidade contida, tendo sua língua proibida nos Estados, vivenciando diversos ataques às organizações políticas e civis curdas desenvolvidas para pleitear melhorias, deportações, supressão de direitos, entre outros (BARROS, 2021).

Nesse cenário, o movimento de emancipação curda desenvolveu-se a partir das ocupações do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (Partiya Karkerên Kurdistanê - PKK), criado no ano de 1978, e das posições de seu líder Abdullah Öcalan e de Sakine

Cansiz, ativista curda e integrante do PKK. Assim, o grupo PKK foi responsável pela promoção e realização da identidade curda, que adversava a violência e a negação cultural que a comunidade curda sofre, especialmente na Turquia e na Síria (MATOS, SIMÕES, 2019).

Com relação ao papel da Síria nesse processo histórico, os curdos que existem na Síria formam em volta de 10% da população e envolvem-se no nordeste do território do país (BBC, 2019). Com o início das revoluções da Primavera Árabe, os protestos iniciados na Síria em 2011 foram brutalmente contidos, guiando a um confronto descontrolado que evoluiu para uma guerra civil abrangendo potências regionais e internacionais. Assim, com a intensidade da brutalidade cometida no confronto fica evidente pelo total de mortes e feridos curdos (GIMENEZ, 2021).

A realidade da população curda nesse momento é de instabilidade, contida com ela conflitos entre o grupo ISIS, no qual começou em 2013 com ataques à três enclaves curdos que faziam fronteira com o território do Estado Islâmico e se estendendo até a atualidade (BBC, 2019), onde não possui uma formação de identidade, uma vez que eles não possuem um estado, não compartilhando das mesmas crenças e a mesma vivência histórica, que da mesma forma não possuem uma linguagem comum, se comunicando por uma terceira língua (ARAÚJO, 2018). Dessa forma, como diversos curdos enxergam o Estado como inerentemente opressivo, ao invés de um Estado independente, eles buscam estabelecer instituições autônomas no nível local, fundamentada no confederalismo democrático, onde inclui a ideia de uma economia cooperativa, a busca pela igualdade de gênero e o ambientalismo e priorização ao meio ambiente (BARROS, 2021).

3.2 A Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) e seus objetivos

A Unidade de Proteção das Mulheres, ou Yekîneyên Parastina Jin (YPJ) em curdo, é um grupo militarizado completamente feminino, surgiu como uma ramificação do YPG (União de Proteção Popular), que atua principalmente no território do Curdistão sírio, com o exército se manifestando pela necessidade das mulheres curdas que habitam o território da Síria em envolver-se do setor de segurança e defesa (SILVA, et.al., 2017). Possuindo inicialmente 80 integrantes, foi construída no ano de 2013 em

Rojava, que fica no norte da Síria (EFRÎN, 2017). A princípio, o grupo configura-se como um ator não-estatal das relações internacionais e que se tornou destaque pelo enfrentamento ao ISIS na Guerra da Síria, sendo uma organização auto-dirigida eminentemente estruturada e habilitada, que procura atuar pelo meio da autodefesa em nome da proteção da população curda e mais fortemente, na salvaguarda dos direitos e da liberdade das mulheres curdas (BARROS, 2021). Para as próprias mulheres do grupo YPJ, é o poder legítimo das mulheres, carregando sobre si a proteção da libertação feminina e normatização das bases da sociedade, sem diferenciação ou intolerâncias entre religiões, línguas, nacionalidades e raças (YPJ, s/d).

O Comandante do grupo YPJ, Sozdar Afrin, explica que defender as mulheres hoje é defender a ocupação das mesmas aos mesmos cargos de decisão que o sexo masculino, sendo eles cargos militares ou políticos, para representar os direitos legais de 50% da população. Mesmo com resistências de uma sociedade patriarcal que é estabelecida de maneira sólida nos países árabes sobretudo, a guerrilha feminina conseguiu cativar jovens que estão resolutos para romper com o sistema machista herdado pelo Estado (EL PAÍS, 2021).

A guerrilha feminina se concebe a partir do objetivo da emancipação das mulheres, refletindo nos seus debates e nas suas lutas enquanto YPJ. Desse modo, é visto que a presença do grupo YPJ na Guerra da Síria é uma guerra para derrubar a sociedade machista e patriarcal daquele território, já que, uma vez derrotando o ISIS, todas as amarras a que as mulheres são submetidas em detrimento do padrão imposto pelo grupo é violento (BARROS, 2021). Em consequência do machismo presente, há diversos ataques contra as mulheres, incluindo estupro como arma de guerra, fazendo com que grupos femininos curdos organizem-se para combater diretamente os terroristas e impossibilitar que ações como estas marquem diversas outras mulheres e meninas, além disso, destaca-se a importância da luta a favor da retomada das cidades que foram ocupadas por esse grupo terrorista (SILVA, et.al., 2017).

Por conseguinte, as YPJ esforçam-se em restabelecer a sociedade e suas construções de padrões de gênero, consequentemente, a fama do grupo estabeleceu novas oportunidades e perspectivas para as mulheres daquela região do Oriente Médio e no mundo. Assim, o grupo YPJ quebra com a tradicionalidade, uma

vez que é uma unidade de soldados que é desenvolvida apenas por mulheres que possuem o poder de tomar decisões de forma totalmente independente (BARROS, 2021).

As mulheres do YPJ lutam com o objetivo de fazer com que os terroristas do Estado Islâmico sofram assim como as mulheres que eles capturam sofrem, ou seja, elas desejam se vingar dos inúmeros casos de estupros e assassinatos contra mulheres e meninas promovidos pelo EI, da escravização, dos sequestros e das vendas das mulheres no mercado de escravos. (SILVA, et.al., 2017, p. 11)

Nessa perspectiva, as curdas suportam uma dupla opressão, uma pelo sistema machista que oprime as mulheres e, ao mesmo tempo, por serem do Curdistão – um território marginalizado e carregado de estereótipos xenofóbicos do Ocidente – onde participam de um contexto que envolve, tanto as opressões do ISIS, quanto os governos em que a população curda faz-se presente, é onde violentam seus direitos, sua existência e sua liberdade. À vista disso, as YPJ configuram-se como uma alternativa em procura por uma vivência melhor, como uma maneira de receber prestígio como mulheres curdas na sociedade em que se fazem presentes (BARROS, 2021).

Desta forma, já no começo da luta armada em 1984, essas mulheres encontram um espaço de ação e emancipação até então improvável por elas, assim, elas escolheram investir na luta, provando a si mesmas e aos próprios homens as suas capacidades de agir que elas tinham. Portanto, elas começaram a destrinchar o conceito comum de que a mulher se encontra sujeita ao domínio do homem (AMOROSI, 2019).

4. AS MULHERES SOB A ÓTICA DA MÍDIA JORNALÍSTICA

Essa seção tem como objetivo analisar e discorrer sobre a forma pelas quais as mulheres são abordadas pelos principais canais de comunicação mundiais, de maneira a demonstrar como as relações de desigualdade de gênero impactam na visão da mídia sobre o papel das mulheres nos conflitos armados.

4.1 Como a mídia aborda e representa o papel da mulher na guerra.

De acordo com a seção de análise teórica, é notável a exclusão da discussão sobre o papel das mulheres dentro dos campos de guerra. Os principais debates se voltam a aspectos de confli-

tos interestatais, de maneira com que a segurança seja vista como um objeto e dever dos Estados soberanos, que agem de maneira racional e politicamente auto interessada. Sobre essa perspectiva, esse âmbito discorre sobre análises de segurança pública de modo a marginalizar os debates ao redor do papel dos indivíduos, silenciando as questões de gênero (ARAÚJO, 2018). Sendo assim, a visão sobre a guerra se baseia sobretudo em narrativas influenciadas pelas desigualdades de gênero, como um âmbito de conhecimento dominado homens, esse espaço atribui a militarização como uma função majoritariamente masculina, de modo a representar o homem como protetor e provedor de segurança aos indivíduos considerados fracos e indefesos, como as mulheres e as crianças (ENLOE, 2005).

Desta maneira, busca-se compreender se os meios de comunicação, responsáveis por propagarem as informações relevantes na política internacional são influenciados e induzidos por essa visão sexista da guerra e pelos papéis de gênero estabelecidos dentro das relações internacionais. Sob o recorte temporal de 2013 a 2021, as principais companhias de mídia do mundo como a BBC, CNN, Le Monde, The Guardian, Caixin, El País, e a Folha de São Paulo, foram analisadas neste presente artigo. No intuito de se observar as devidas reportagens retratam e abordam questões associadas, à importância e a participação das mulheres nos conflitos armados atuais ao redor do mundo, sobretudo em relação às guerrilheiras curdas que iniciaram seu movimento a partir de 2013. Da mesma forma, quando notado o destaque dado às mulheres nas notícias, se ele não acontece de forma a sexualizá-las e marginalizá-las dentro desse contexto.

Por conseguinte, a partir da análise de cerca de 200 reportagens dos meios de imprensa mais influentes do mundo, categorizados sob o critério de número de leitores mensais e de amplitude de disseminação de informações, foram feitas análises fundamentadas em procedimentos metodológicos de contagem e de formação de nuvem de palavras, produzidas através do software MAXQDA, além da observação demasiada de imagens que poderiam auxiliar no entendimento da questão. O tratamento de dados realizado se embasa na incidência de palavras sumárias a realização da pesquisa, seguida da interpretação do sentido que estas se encontravam nos textos jornalísticos, e no contexto societal dos meios de imprensa.

menção às mulheres ou a grupos femininos, e um destaque maior a palavra “he” relativo ao papel dos homens. A partir da leitura das reportagens que indicavam a palavra “mulheres”, o padrão de manifestação se ampara ao fato da alta frequência de citações referentes a apresentação delas como vítimas das guerras, já que as reportagens predominantemente não representam e evidenciam o papel das mulheres nos combates internacionais.

Essa relação também é perceptível quando visualizado as referências às palavras “mulheres” e “mulher” nos devidos textos, das 185 codificações encontradas pelo software MAXQDA, nenhuma delas destaca o papel das mulheres nos campos de guerra, sendo todas as menções ligadas à ideia de que as mulheres em geral são vítimas desses acontecimentos. A título de exemplo, é possível perceber essa associação em citações em diversas reportagens distintas, “[...] a comunidade internacional se posiciona enquanto famílias, mulheres e crianças têm suas vidas destruídas por distúrbios civis.”⁶ (THE GUARDIAN, 2018, tradução nossa), “efetuiu mais de 2.000 entrevistas com sírios e emitiu quatro relatórios detalhando atrocidades, como a tortura ou a execução sumaria de civis, entre eles mulheres e meninos.” (EL PAÍS, 2013), “Os rebeldes fora do norte de Moçambique, em geral, não matam mulheres e crianças”⁷ (EL PAÍS, 2021, tradução nossa), “Até o momento, a ação militar israelense provocou a morte de ao menos 232 pessoas em Gaza, incluindo 65 crianças e 39 mulheres, segundo autoridades médicas locais.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021), “[...] tornou-se o confronto israelense-palestino mais sério em anos. Sessenta e uma crianças e 36 mulheres estão entre os mortos, disse o ministério.”⁸(CNN, 2021, tradução nossa). Comprovando que as mulheres, assim com as crianças são visualizadas como atores indefesos.

Essa relação também é perceptível a partir da observação de imagens que retratam os conflitos internacionais nas diversas reportagens apresentadas, onde se verifica, assim como nos relatos, a representação das mulheres aliadas a outros indivíduos como crianças e idosos, entretanto, as imagens demonstram esse fator

6. “[...] the International community stands by as families, women and children have their lives destroyed.”

7. “Los insurgentes del norte de Mozambique, en general, no matan a mujeres y niños.”

8. “[...]in what has become the most serious Israeli-Palestinian confrontation in years. Sixty-one children and 36 women are among the dead, the ministry said.”

de maneira mais visual e simbólica. Outrossim, é notório a maneira pelas quais elas são tratadas pelos autores, as fotografias relacionadas às mulheres possuem aspectos que destacam e enfocam o contexto que esses atores estão inseridos, que frequentemente remetem a destruição, a miséria, e a salubridade, influenciando na construção de concepções acerca das mulheres, como agentes frágeis e vulneráveis frente aos conflitos. Já imagens relacionadas aos homens representam esses indivíduos próximos a armas ou a postos de comandos, e que destacam muito mais eles do que o próprio ambiente, de maneira a empoderá-los e torná-los agentes imponentes, consolidando representações no campo de segurança.

As fotografias abaixo retratam essas qualificações representadas, as duas primeiras imagens são pertencentes a um mesmo conflito, aos confrontos armados entre os países da região de Sahel, mas são retratadas de maneiras divergentes em um mesmo meio de imprensa. Enquanto a primeira imagem demonstra uma mulher junto a sua família em um ambiente devastado pela guerra, a segunda fotografia apresenta um encontro de líderes militares e políticos majoritariamente do sexo masculino, destacando a interpretação de que os homens são os quem fazem as conflagrações armadas, ao passo que as mulheres e crianças são as vítimas desse processo.

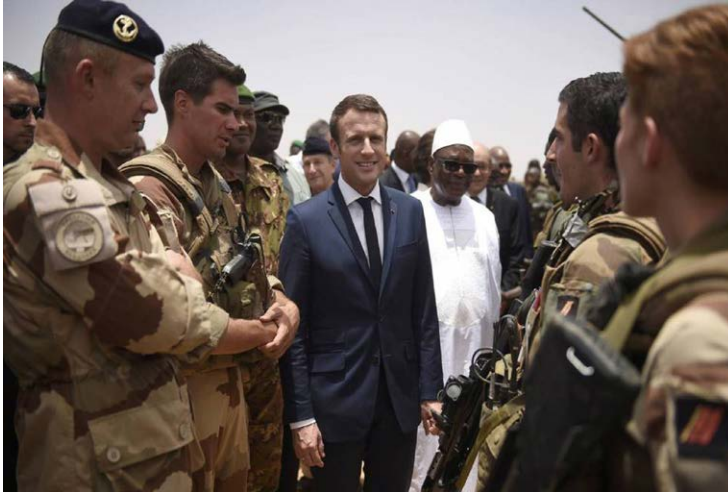
Semelhantemente, as duas últimas fotografias, sobre os conflitos em Moçambique, são de uma mesma reportagem em um mesmo meio de imprensa, o que explicita ainda mais a dicotomia entre as formas de abordar e enxergar os indivíduos que sofrem em um contexto de guerra. Assim como já abordado, a terceira imagem remete sobretudo à incapacidade das mulheres em mudarem o andamento dos fenômenos políticos, em contrapartida dos homens vistos como os principais agentes políticos desse enquadramento.

Imagem 1 - Refugiadas dos conflitos na região de Sahel



Fonte: El País (2019)

Imagem 2 - Emmanuel Macron cumprimenta soldados na região de Sahel



Fonte: El País (2019)

Imagem 3 - Desabrigados dos conflitos em Moçambique



Fonte: BBC News (2020)

Imagem 4 - Soldados no conflito de Moçambique



Fonte: BBC News (2020)

Do mesmo modo, quando é dado o devido destaque ao papel das mulheres nos conflitos armados, ele acontece, predominantemente, caracterizado pela inferiorização desses atores. Um exemplo disso são as próprias guerrilheiras curdas (YPJ) que, a partir da análise das reportagens, verificou-se que são majoritariamente descritas de maneira a dar enfoque as suas características físicas, destacando assim, a sua beleza e sua feminilidade, e desagre-

gando-as ao desenvolvimento da guerra, em contraposição com as imagens propagadas dos fortes e masculinizados combatentes do Estado Islâmico (GIMENEZ, 2021), no sentido de apresentar relatos de brutalidades e de desumanidades realizados pelo grupo, e simbolizarem-lhes de forma empoderada perto das armas. A título de exemplo, observa-se o famoso caso da guerrilheira Asia Ramazan representada pelos meios de comunicação como a “Angelina Jolie curda” (GIMENEZ, 2021). Essa associação ressalta a ideia de que os aspectos físicos das mulheres são mormente destacados em sobreposição de um aprofundamento e entendimento dos seus propósitos, e os aspectos de sua luta.

Destarte, as reportagens acabam por não abordar de forma profunda a importância das guerrilhas no conflito curdo, há a minimização de relatos e discussões de suas respectivas participações no conflito curdo, não é dado enfoque às estratégias e táticas utilizadas, aos valores compartilhados dentro da guerrilha ou ao comportamento das guerrilheiras. Destaca-se e aborda-se majoritariamente, o papel dos homens frente a esse contexto, sobretudo pela familiarização destes como pertencentes ao campo de segurança. Sendo assim, as reportagens discorrem, principalmente, pela mídia ocidental como The Guardian, CNN, BBC etc; os seus aspectos físicos e estéticos, como a descrição do uso de maquiagem e de tranças nos cabelos, desassociando-as a qualquer importância política. Desta forma, “Os repórteres costumam escolher as lutadoras mais “atraentes” para as entrevistas e erotizá-las como amazonas “duronas” (DIRIK, 2014), essencialmente devido a estranheza e a exotividade em associar as mulheres aos campos de batalha.

5. A MARGINALIZAÇÃO E A INFERIORIZAÇÃO DAS MULHERES NA GUERRA

A partir da análise de documentos, é possível discorrer e compreender que os meios de mídia são influenciados pelos padrões de gênero intrínsecos nas relações do sistema internacional, de modo com que reproduzam os mesmos estereótipos sexistas. Nesta conjuntura, as questões de gênero na imprensa são definidos pelos seguintes elementos: a característica masculina como sendo um ser violento e digno de guerra; diferentemente da mulher que, por conta do seguimento machista dos acadêmi-

cos de Relações Internacionais e da sociedade de maneira geral, é configurada nesse sistema como não-belícosa, ligada a paz e a compaixão, sendo ela desapropriada de tarefas ligadas a administração da soberania internacional entre os Estados e a sua segurança (ARAÚJO, 2018).

Sendo assim, as reportagens das mídias globais majoritariamente excluem os debates acerca do papel das mulheres nos conflitos internacionais, dando espaço e destaque apenas a atores homens, sobretudo pelo entendimento do campo da guerra ser um ambiente masculino, no qual impera características como a violência e a agressividade, que se associam aos aspectos ligados aos homens (ARAÚJO, 2018). Esses elementos são explicitados a partir da observação da baixa incidência de códigos relacionados às mulheres nas ferramentas metodológicas de nuvem de palavras, de decodificação do software MAXQDA.

Destarte, quando apresentadas, atribui-se às mulheres os papéis sociais de vítimas das devidas guerras, ao lado de atores como crianças e idosos, estruturando assim, uma caracterização de passividade e de incapacidade de autoproteção em meio aos conflitos, tendo em vista a atribuição de aspectos as mulheres como indivíduos que representam o pacifismo e a cooperação. Da mesma forma, quando não constituídas dessa maneira, as mulheres são vistas como agentes militares inferiores, como ocorre até mesmo com as guerrilheiras curdas (YPJ), que são retratadas de maneira a se tornarem entidades sexualizadas e ludibrias pela mídia, levando assim à inferiorização dos seus objetivos e dos seus papéis dentro dos confrontos armados.

Assim, mesmo com esse fenômeno, as guerrilheiras YPJ estão conseguindo, nos últimos anos, espaços cada vez mais notórios no âmbito internacional, especialmente no Ocidente, por se contrapor e tencionar aos estereótipos de feminilidade e evidenciando o avanço político de maneira positiva em consequência da grande presença de mulheres nas forças armadas, algo que para o Ocidente tem sido dificultoso e que, para as mídias ocidentais, estão sempre sendo questionadas: *como elas lutam? elas realmente sabem lutar? Há resquícios de feminilidade nessa luta?* Dentre outros aspectos vestígios de dúvida sobre suas reivindicações políticas (CASTRO, 2018).

Nesse sentido, a participação determinante das mulheres nos exércitos é de suma importância para a quebra de paradigmas e de padrões de gênero, os quais são estabele-

cidos e seguidos à risca na região do Oriente Médio, por conta de sua tradição com base patriarcal, como qual é o tipo de atividade que uma mulher deve desempenhar e os espaços que ela nasceu para ocupar, pois segundo as tradições, as mulheres deveriam se ater a atividades domésticas e educação dos filhos (SILVA, et.al., 2017, p. 11)

Em suma, as guerrilheiras curdas alcançaram o desenvolvimento das questões feministas e o local de espaço da mulher no contexto político, acadêmico e principalmente o militar, questionando qual é a verdadeira função da mulher dentro da sociedade e criando a concepção de mulheres independentes, livres para fazer a sua vontade e o seu papel igualitário – ou até melhor do que dos homens – no exercício da liderança e do combate (SILVA, et al., 2017).

6. CONCLUSÃO

O que nos propusemos a analisar neste estudo é como a mídia ocidental reproduz a visão estereotipada da mulher (adivinda das estruturas sociais externas) em guerras: quando a palavra mulher aparece nas reportagens é associada diretamente a vulnerabilidade do papel de ser vítima, jamais como agente ativo e atuante dentro do conflito armado - isto, quando as mulheres são dignas de serem lembradas e mencionadas. A reprodução dessas estruturas sociais perpassa toda a visão que se tem do ser feminino no mundo, o que vemos acontecer nos principais meios de comunicação nada mais é do que uma réplica desse alicerce consagrado onde as relações de poder impõem precisamente a invisibilidade às mulheres, e as suas devidas atuações políticas.

Nesse sentido, ao analisar e investigar o caso das guerrilheiras, observa-se que o engajamento das mulheres curdas em organizações militares atinge diretamente as convicções de hierarquia de gênero, classe e poder estatal - já que o YPJ tem sua luta orientada pela própria libertação da opressão de gênero. Constatando que a visão da mulher vinculada a vulnerabilidade e desamparo, propaga o ideal de inexistência ou invisibilidade daquele corpo no âmbito doméstico e portanto, no espaço internacional também. É categórico que a mídia consente com o alastramento dessa invisibilidade às mulheres curdas e dessa forma mitiga a dimensão da luta que as guerrilheiras vivem todos os dias: as pressões estruturais enfrentadas por essas mulheres são atenuadas frente a hiper

sexualização - a questão curda é por vezes apresentada de forma superficial, afinal, o discurso tem que ser enquadrado em um viés passível de ser aceito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALANDETE, David. A ONU vincula altos oficiais sírios a crimes de guerra. **El País**. Jerusalém, 2 dec. 2013. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/02/internacional/1386001878_501681.html. Acesso em: 15 nov. 2021.

ALI, Zahra. **“Femmes, féminisme et islam: décoloniser, décloisonner et renouveler le féminisme”**. 2012. Disponível em: <http://frontdu20mars.github.io/Textes/2012/07/06/femmes-feminisme-et-islam-decoloniser-decloisonner-et-renouveler-le-feminisme.html>. Acesso em: 22 ago. 2022.

AMOROSI, Lucia. **Militância política e relações de gênero: o caso das mulheres militantes no Curdistão**. Cadernos Pagu, n. 56, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/rRvFLW4MzNKNrvJLxt7WjJJ/?lang=pt>. Acesso em: 13 Oct. 2021.

ARAÚJO, Bianca Mendes. **A Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) e sua atuação como ator não estatal armado na luta contra o ISIS**. 2018. Monografia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. p. 26-27. Acesso em: 09 out. 2021.

AYUSO, Silvia. Francia, un compromiso histórico con el Sahel. **El País**. Paris, 14 jul. 2019. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2019/07/13/actualidad/1563030584_781806.html?rel=mas. Acesso em: 03 out. 2021

BBC News. Who are the Kurds? 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-29702440>. Acesso em: 5 set. 2021

BENEVIDES, Bruno; ALONSO, Lucas. Após 11 dias de conflitos, Israel e Hamas acertam cessar-fogo. **Folha de São Paulo**. 20 mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/bombardeios-continuam-em-conflito-entre-israel-e-gaza-apesar-de-negociacoes-por-cessar-fogo.shtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

CASTRO, Thais de Bakker. **Guerreiras pela Liberdade: Narrativas de gênero e libertação sobre as YPJ**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2018. Acesso em: 22 set. 2021.

DALBY, Simon. **Contesting an Essential Concept: Reading the Dilemmas in Contemporary Security Discourse**. 1997. In: KRAUSE, K. & WILLIAMS, M (eds.). Critical Security Studies: Concepts and Cases. Taylor & Francis e-Library. Acesso em: 29 set. 2021.

DE BARROS, Letícia Gimenez Firmino. **AS UNIDADES DE DEFESA DAS MULHERES (YPJ): uma análise crítica e sob lentes de gênero da guerrilha feminina em Rojava**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2021. Acesso em: 4 out. 2021.

DIRIK, Dilar. Western fascination with 'badass' Kurdist women, 2014. **Aljazeera**. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2014/10/29/western-fascination-with-badass-kurdish-women>. Acesso em: 05. out. 2021. Disponível em: <https://ofri.com.br/guerrilheiras-curdas-em-rojava/>. Acesso em: 05 out. 2021.

DRUMMOND, Ana Luiza Moreira Mineiro; BATISTA, Maria Luiza Siqueira; MENDES, Cristiano Garcia. Representation of the female members of YPJ in british media. **Tensões Mundiais**, v. 17, n. 33, 2021. Acesso em: 19 set. 2021.

EFRÎN, Lorin. **A revolutionary first in Rojava**: YPJ. ANF News, 2017. Disponível em: <https://anfenglish.com/women/a-revolutionary-first-in-rojava-ypj-18897>. Acesso: 10 de out. 2021.

ENLOE, Cynthia. **What if patriarchy is “the big picture”?**: An afterword. Gender, conflict, and peacekeeping. Oxford: Rowman & Littlefield, 2005. Acesso em: 22 set. 2021.

FRANCO, Clarissa de. “Feminismo islâmico face ao feminismo secular: uma nova consciência de gênero de um oriente que rejeita a ocidentalização”. São Paulo: **Último Andar**, n. 27, p.84-92, 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ultimoandar/article/view/27095>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

GIMENEZ, Letícia. Guerrilheiras curdas em Rojava: a luta armada das mulheres no território autônomo do pôr do sol, 2021. **Observatório Feminista de Relações Internacionais**. Acesso em: 21 set. 2021.

GOLD, Hadas. et al. Netanyahu vows to continue strikes on Gaza as Israel pounds Hamas targets. **CNN**. 18 Mai. 2021. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2021/05/17/middleeast/israel-palestinian-conflict-monday-intl/index.html>. Acesso em: 5 out. 2021.

INTERNATIONAL community must act on Yemen. **The Guardian**. 13 dec. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/dec/13/international-community-must-act-on-yemen>. Acesso em: 16 out. 2021.

KELLY, Liz. **Wars Against Women: Sexual Violence, Sexual Politics and the Militarised State**. 2000. In: JACOBS, S., JACOBSON, R. & MARCHBANK, J. (eds.). States of Conflict: Gender, Violence and Resistance. Londres: Zed Books. Acesso em: 27 set. 2021.

LIMA, Cila. “Um recente movimento político-religioso: feminismo islâmico”. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 2, p.675-686, ago. 2014. Acesso: 13 out. 2021.

MOLINA, Matias. **Os melhores jornais do mundo**. Editora Globo. 2007. Acesso em: 24 set. 2021

MONTE, Izadora. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais**. 2013. Estudos Feministas, n. 21, ed. 1, Florianópolis. Acesso em: 16 out. 2021.

MOÇAMBIQUE enfrenta onda de decapitações por jihadistas que difundem vídeos em português. **BBC News**. 12 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54906823>. Acesso em: 3 out. 2021.

NARANJO, José. Atrocidades de guerra en el norte de Mozambique. **El País**. Dakar, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2021-03-22/atrocidades-de-guerra-en-el-norte-de-mozambique.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

NARANJO, José. La violencia y el éxodo forzado desangran al Sahel. **El País**. Dorl, 13 Jul. 2019. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2019/07/13/actualidad/1563028087_404573.html?rel=mas. Acesso em: 26 out. 2021.

PEOPLES, Columba; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. **Critical Security Studies: an introduction**. Londres: Routledge, 2010. p. 192. Acesso em: 25 set. 2021.

SANCHA, Natalia. El Kurdistán sirio busca aliados para su ansiada autonomía. **El País**. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2021-04-06/el-kurdistan-sirio-busca-aliados-para-su-ansiada-autonomia.html>. Acesso em: 13 Oct. 2021.

SILVA, Antonio Henrique Lucena et al. **As Guerrilheiras Curdas e a Redefinição das Questões de Gênero na Guerra: o Combate ao Terrorismo do Estado Islâmico no Iraque e na Síria**. Faculdade Damas da Instrução Cristã. Recife. 2017. Acesso em: 29 set. 2021.

SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era**. 1994. Cambridge: Cambridge University Press. Acesso: 22 set. 2021.

TICKNER, J. Ann; TRUE, Jacqui. A Century of International Relations Feminism: From World War I Women's Peace Pragmatism to the Women, Peace and Security Agenda. 2018. **International Studies Quarterly**, v. 62, n. 2, p. 221-233. Acesso em: 16 set. 2021.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. 1992. Nova York: Columbia University Press. Acesso em: 12 set. 2021.

_____. **Peace and Security from a Feminist Perspective**. 2018. The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security, 14-25. Acesso em: 14 set. 2021.

_____. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post- Cold War Era**. 2001. Nova Iorque: Columbia University Press. Acesso em: 14 set. 2021.

WHITWORTH, Sandra. **Feminism and International Relations**. 1994. Londres: Macmillan Press. Acesso em: 13 set. 2021.

YPJ: conheça as mulheres curdas que lutam pela independência e combatem o patriarcado e o Estado Islâmico. Contraponto Digital. **PUC SP**. Disponível em: <https://contrapontodigital.pucsp.br/noticias/ypj-conheca-mulheres-curdas-que-lutam-pela-independencia-e-combatem-o-patriarcado-e-o>. Acesso em: 8 Oct. 2021.

ZALEWSKI, Marysia. **All these theories and the bodies keep piling up:**

theories, theorists, theorizing. 1996. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (eds.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press. Acesso em: 9 out. 2021.

_____. *Feminist International Relations: Making Sense...* In: SHEPERD, L. (ed.). 2010. **Gender Matters in Global Politics: A feminist introduction to International Relations**. Nova York: Routledge. 10 set. 2021.

Análise pós-colonial da emergência do Boko Haram na Nigéria: um desafio às abordagens tradicionais

Postcolonial analysis of the emergence of Boko Haram in Nigeria: a challenge to traditional approaches

Análisis poscolonial del surgimiento de Boko Haram en Nigeria: un desafío a los enfoques tradicionales

Ana Clara Pereira Domenichini¹
Isabela Maria Cavalmoretti²
Juliana Saleme da Costa Cerqueira³
Nathália Alves Guimarães⁴
Shanaya Lohanna de Oliveira⁵

RESUMO

O presente artigo pretende realizar um estudo de caso visando a teoria pós-colonial, principalmente os pressupostos apresentados por Edward Said, para analisar a circunstância da ascensão e permanência do grupo islamista Boko Haram no território nigeriano. Sendo assim, propõe-se a compreensão e o desenvolvimento da influência colonial sobre a circunstância analisada, utili-

zando o pressuposto de influência do Ocidente sobre o Oriente, além da relação entre políticas imperialistas e poder. A análise irá se debruçar sobre os argumentos reflexivistas utilizando as premissas pós-positivistas, históricas e interpretativistas, resultando em uma análise crítica.

Palavras-chave: Boko Haram. Teoria pós-colonial. Terrorismo. Segurança internacional. Orientalismo. Identidade.

1. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: ana.domenichini@gmail.com
2. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: isabelacavalmoretti02@gmail.com
3. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: salemejuliana@gmail.com
4. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: nathaliaguimaraest617@gmail.com
5. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: shanayashay29@hotmail.com

ABSTRACT

This paper intends to conduct a study-case aiming at the postcolonial theory, especially the assumptions presented by Edward Said, to analyse the circumstance of the rise and permanence of the Islamist group Boko Haram in the Nigerian territory. Thus, it is proposed to understand and develop the colonial influence on the analyzed circumstance, using the assumption of the West's influence over the East, as well as the relationship between imperialist policies and power. The article will address reflexivism arguments using post-positivist, historical, and interpretivist premises, resulting in a critical analysis.

Key-words: Boko Haram. Postcolonial theory. Terrorism. International security. Orientalism. Identity.

RESUMEN

Este artículo pretende realizar un estudio de caso apuntando a la teoría poscolonial, especialmente a los supuestos presentados por Edward Said, para analizar la circunstancia del surgimiento y permanencia del grupo islamista Boko Haram en el territorio nigeriano. Así, se propone comprender y desarrollar la influencia colonial en la circunstancia analizada, utilizando el supuesto de la influencia occidental en Oriente, además de la relación entre las políticas imperialistas y el poder. El análisis abordará los argumentos reflexivistas utilizando premisas pospositivistas y históricas, dando lugar a un estudio crítico.

Palabras clave: Boko Haram. Teoría poscolonial. Terrorismo. Seguridad internacional. Orientalismo. Identidad.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo será desenvolvido a análise pós-colonial da presença do Boko Haram na Nigéria, tendo como objeto de estudo essa organização fundamentalista islâmica sunita e a sua atuação no país africano. Essa análise será fundamentada a partir dos pressupostos da Teoria Pós-colonial, principalmente das obras do autor Edward Said, e do seu princípio a respeito do “Orientalismo”.

Esse trabalho preza o intuito de argumentar de que forma a colonização influenciou ou contribuiu para a formação de grupos terroristas na Nigéria. Sendo assim, será traçada uma linha histórica a respeito do país, abordando a sua história e o período colonial até a atualidade. Haverá a explicação do terrorismo como fenômeno, para, posteriormente, entender sobre o Boko Haram, como ele surgiu e quais são suas motivações e a sua atuação no país. Será utilizada a abordagem teórica do pós-colonialismo, fundamentando seus principais pressupostos e argumentos que serão utilizados para explicar a influência e contribuição da colonização para a formação de grupos terroristas. Por fim, haverá a análise de tudo que foi apresentado junto à teoria, relacionando o objeto de estudo com a lente teórica, mostrando, também, as delimitações das teorias tradicionais em explicar o assunto.

Esse artigo se faz necessário, pois é preciso aprofundar e entender a construção do termo “terrorismo” e como ele é retratado, muitas vezes, de forma errônea, devido a uma ideia que é moldada e construída pelo Ocidente. Dessa forma, é preciso se investigar as causas das formações desses grupos e como a colonização nesses países, onde eles se originaram, acabou sendo um fator colaborativo para suas emergências. Além disso, é preciso mostrar também as delimitações das teorias tradicionais ao tentar explicar esse fator de securitização mundial e que envolve toda comunidade internacional.

2 A TEORIA PÓS-COLONIAL

Esta seção contempla os antecedentes que influenciaram o surgimento da Teoria Pós-colonial e as argumentações que ela oferece acerca do funcionamento do sistema internacional e da relação entre os Estados, com enfoque nas disparidades do sul e norte global.

Desde o surgimento da disciplina, em 1918, as Relações Internacionais se comprometeram a investigar as interações dos Estados, de forma a elaborar métodos e conceitos que possibilitam a compreensão da natureza que rege o sistema internacional. Tendo em vista o período histórico no qual foram escritas, logo após a Primeira Grande Guerra, e a posição global de onde partiam seus autores, a priori, Estados Unidos e Europa. Essas visões tradicionalistas, em grande medida, adotaram como pressuposto o caráter anárquico do meio em que os Estados se interagem.

Nesse sentido, ao adotarem a anarquia como condição legítima das Relações Internacionais, as teorias convencionais abstraíram diversas outras perspectivas que podem ser observadas no objeto. Dentre elas, a intersecção entre interesses internos e externos dos Estados e como esses refletem na articulação de políticas internacionais, a influência do capitalismo na relação interestatal, a interferência de Estados periféricos e semiperiféricos no quadro geral de atores, e a posição das mulheres e de culturas étnicas marginalizadas no sistema de Estados (NOGUEIRA E MESSARI, 2005). Essa característica limitada da disciplina, apesar de possuir grande engajamento dentro do campo, passou a ser fortemente questionada pelas teorias que surgiram após a década de 80, principalmente pelos ideais

críticos e pós-positivistas que passaram a integrar o campo das Relações Internacionais (DUNNE, KIRK & SMITH, 2013). Não somente pela visão que essas teorias assumiram acerca do sistema internacional, mas também pela posição geográfica em que foram escritas, o que, conseqüentemente, influencia de forma direta as perspectivas que se têm do cenário internacional e as análises que emergem a partir delas. Ao se assumir o pensamento de Robert Cox (1996), no qual ele propõe que toda teoria é feita por alguém para o benefício de alguém, pode se concluir que a formação canônica do campo a partir de teorias elaboradas, primordialmente, por países do norte global permite que se privilegie as demandas desses atores e as suas visões do sistema internacional. Em detrimento das perspectivas de outros Estados, negligenciadas ou generalizadas durante a elaboração de proposições para a formulação das teorias tradicionais.

O pós-colonialismo surge como uma alternativa analítica das condições singulares que fundamentaram os Estados do sul global, essas muito distintas daquelas que moldaram as estruturas dos países do norte. Trazendo uma visão que não mais se refere, necessariamente, ao objeto das relações internacionais como legitimamente anárquico, mas dotado de âmbitos bem mais abrangentes, focados na natureza desses países do sul e como essas se refletem no cenário internacional (KRISHNA, 2009). O termo “colonial” que dá título à teoria, como uma referência a circunstâncias onde se tem opressões diversas, intrínsecas a questões étnico-raciais e de gênero (BALLESTRIN, 2013). Conjunções que apesar de estarem presentes no âmbito interestatal, permaneceram aquém nas investigações teóricas tradicionais. Desse modo, as teorias pós-colonialistas detêm um caráter de resistência às teorias que apagam ou alteram continuamente as narrativas dos países periféricos, além de apontar as conseqüências para seus territórios das imposições vindas de países que adotaram e adotam posturas imperialistas, sejam por meio da economia, da política ou da cultura.

Krishna (2008) expõe que, invariavelmente, aquelas nações economicamente destacadas no sistema de Estados, irão definir continuamente os padrões sobre os quais os outros países deverão se adequar. Sendo esse comportamento, característico do domínio ocidental e eurocêntrico e identificado pela detenção dos meios de produção de conhecimento e cultura, além dos

econômicos, uma herança do período colonial. Sendo assim, o pós-colonialismo é sensível à clara polarização que se tem entre os Estados ricos, o primeiro mundo e o Estados empobrecidos, o terceiro mundo, mesmo em um nível globalizado. De modo que se os Estados afro-asiáticos e latino-americanos não superarem o processo de colonização cultural, tão pouco serão capazes de transpor a dominação econômica exercida pelas potências globais, em muito responsáveis pela desigualdade internacional.

Por conseguinte, após observar as bases que fundamentam o pós-colonialismo, pertinentes à análise da problemática proposta: a emergência do Boko Haram no país nigeriano, torna-se possível inferir, assim como propõe Edward Said (2008), que a narrativa ocidental afeta continuamente a dinâmica interna e externa dos Estados periféricos, à medida de seus interesses.

2.1 O Orientalismo como lente de análise pós-colonial

O Orientalismo é uma das pautas mais importantes dos estudos Pós-Coloniais. A obra de Edward Said, traz a ideia principal do termo que é analisar a visão ocidental dominante acerca do Oriente. Assim, o processo histórico desenvolvido pelo autor no decorrer da obra aponta como o Oriente, berço das primeiras civilizações conhecidas, primeiras línguas e de conhecimentos tão preciosos para a dominação ocidental, como a matemática, é criado como um rival cultural e a imagem mais profunda da relação com o Outro (SAID, 2008, p. 18). Sendo assim, o Ocidente, por meio de uma larga produção de obras e textos literários, religiosos, documentais ou noticiários teria gerado uma imagem distorcida do Oriente, tornando-o uma ameaça para que seus anseios coloniais fossem atendidos. Demonstrando assim, como o Oriente, passa a ser nada mais que parte integrante da cultura material europeia e de sua civilização.

Dessa forma mostra a cultura de uma ideia de Europa (SAID, 2008, p. 34), que nada mais é que a ideia de uma identidade europeia (nós) superior a todos os povos e culturas não europeus (o Outro), é o que Said demonstra como se forma a hegemonia abordada em sua tese. Hegemonia presente dentro e fora da Europa é o pano de fundo do Orientalismo. O autor mostra como sempre as questões sociais e humanas das minorias são sempre acompanhadas de uma visão eurocêntrica.

Então, ao se tomar como base os conceitos do orientalismo, é notório que o Oriente tem sido moldado por pessoas influentes e importantes, imperiais e ocidentais. Construindo a ideia do “outro” através de generalizações e silenciamentos. São construídos apontamentos erroneamente unificadores, como “América”, “Ocidente” e “Islã”, criando identidades coletivas para um conjunto de indivíduos que na verdade são muito distintos uns dos outros (SAID, 2008). Sendo assim:

Sem examinar o Orientalismo como um discurso, não se pode compreender a disciplina extremamente sistemática por meio da qual a cultura europeia foi capaz de manejar – e até produzir – o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente durante o período do pós-Iluminismo. (...) [O Orientalismo] é um corpo elaborado de teoria e prática em que, por muitas gerações, tem-se feito um considerável investimento material. O investimento continuado criou o Orientalismo como um sistema de conhecimento sobre o Oriente, uma rede aceita para filtrar o Oriente na consciência ocidental (SAID, 2008. p. 29, 33).

Segundo o autor, a colonização vai além da ocupação territorial, chegando à esfera da língua, literatura, valores, pensamento e da cultura de uma forma geral. Essas relações entre colonizador e colonizado geraram uma postura defensiva, bem como combates retóricos e ideológicos e uma hostilidade entre as culturas ocidentais e orientais capazes de desencadear em crises e conflitos (SAID, 2011).

Sendo assim, ao se analisar os conceitos apresentados anteriormente e a questão do terrorismo pode-se dizer que desse modo, quanto a categoria de “terrorista islâmico” é estruturada, ela acaba desconsiderando e limitando as complexidades sociais e políticas desse grande e diverso grupo denominado “Mundo Muçulmano”. “A relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa” (SAID, 2008, p. 33). O contato entre elas durante o período da colonização gerou novas formas de se pensar esses espaços e que não devem ser ignorados.

As representações do mundo árabe são talhadas pelos meios de comunicação ocidentais, tais como documentário, filmes e séries e notícias. Todavia, a forma como os árabes são retratados, são em sua grande maioria, passando uma ideia pejorativa e carregada de preconceito. Todos esses veículos de comunicação

os tratam como pessoas desonestas, torturadores, traficantes de escravizados, xeiques ricos e terroristas, enquanto o herói e mocinho da história é sempre o homem branco ocidental (SAID, 2011).

3 SURGIMENTO DO TERRORISMO COMO FENÔMENO GLOBAL

A seção a seguir tem como objetivo analisar os principais fatores que determinaram o surgimento das atividades de grupos terroristas contemporâneos, na qual se observa a legitimidade do uso da violência e das severas consequências e instabilidades características do fenômeno, através de suas reivindicações políticas, estruturais e sociais.

A origem do termo terrorismo provem da instauração do terror adotado na Revolução Francesa, impulsionadas pelos ideais do iluminismo. Nessa Revolução, o terror era praticado pelos jacobinos no Tribunal Revolucionário, no qual se executavam aqueles que conspiravam contra os princípios revolucionários. “O Terror, de um modo legítimo para a defesa da ordem social, foi assim substituído pelo termo terrorismo, o qual passou a ser associado com o abuso de poder governamental” (DO AMARAL SPADANO, 2004, p. 66). Após a Segunda Guerra Mundial, há o retorno progressivo ao terrorismo, sobretudo por grupos nacionalistas, anticolonialistas e, mais tarde, por grupos étnico-separatistas.

Ao analisar o conceito radical de “terror” diante do Dicionário de Política⁶, entende por terror o instrumento de emergência a que um governo recorre a fim de manter-se no poder. Sendo assim, a causa por razões de natureza política, se diferencia de ocorrências na idade antiga, na qual eram ligados a causas religiosas. Logo, essa forma de terrorismo político teria três características elementares: primeiro, tratar-se de movimentos organizados, com ideologias e estratégias bem definidas; segundo, dispor a impulsionar o povo a se envolver em “ações demonstrativas com o intuito de “vingar” as vítimas do terror praticado pela autoridade e de “aterrorizar”, revelando que a forma de alcançar o centro do poder é o resultado de uma organização está-

6. BOBBIO, Norberto; NICOLA Matteucci; GIANFRANCO Pasquino. **Dicionário de Política**, 2007.

vel” e, por fim, aumentar a proporção de ação mediante a um aumento de atentados no qual “simboliza o crescimento qualitativo e quantitativo do movimento revolucionário” (SANTOS, 2005).

Os discernimentos acerca do terrorismo são construídos socialmente e dependem de redes de interação social, que abrangem como governos, a sociedade e a mídia interpretam o terrorismo. Jenkins (1978) aponta que não é apenas o que os terroristas fazem, mas o efeito que criam com suas ações. Em relação às perspectivas históricas, as várias manifestações de terrorismo, apesar de objetivos diferentes e contexto político, sempre possuíram uma origem comum, ligadas à emergência de democracias e do nacionalismo. Caracteriza o terrorismo como uma estratégia insurrecional, objetivando as mais diversas convicções políticas (LAQUEUR, 2002). Sendo assim, os estudos, através de uma perspectiva histórica, mostram que o fenômeno já esteve ligado a uma ampla série de motivações e ideologias, entretanto, há grupos e indivíduos sem qualquer ideologia, ação individual e formas de organização mais ou menos estruturadas.

O fenômeno se mostra como uma forma de conflito chamada Guerra Irregular, no qual aliado a outros instrumentos, buscam por um determinado objetivo. Ou melhor dizendo, “Em termos práticos, guerra irregular é todo conflito conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e sobretudo de legitimidade jurídica institucional”, (VISACRO, 2009, p. 13). Não obstante, o objetivo a ser atingido com um atentado terrorista é que:

O terror pretende induzir pessoas e grupo de pessoas a adotar um certo tipo de comportamento. Pretende, além disso, demonstrar influência num certo grau de intensidade. O terror, visto desta maneira, é uma demonstração de poder de uma minoria ativa e resoluta determinada a fazer qualquer coisa para atingir seus objetivos (HEYDTE, 1990, p. 213)

Diante disso, Hoffman (2006), compreende como um fenômeno político, que o terrorismo é comumente caracterizado como um meio com a finalidade de criar poder onde não há, ou consolidá-lo, onde ele não é suficiente. Nesse contexto, o terrorismo se diferencia do crime comum pela existência pela servidão do indivíduo à um objetivo maior.

Outra questão de aquiescência sobre a natureza do terrorismo é a presença ou apenas ameaça da violência. O fenômeno

tem como finalidade provocar medo, aterrorizar uma audiência maior do que as vítimas diretas dos ataques, como uma característica distintiva do terrorismo (LUTZ & LUTZ, 2005, p. 10). Em geral, o terrorismo é definido pelo caráter indiscriminado da violência, salientado pelo desrespeito às diretrizes que limitam o uso da força entre os Estados, ao desrespeito a zonas neutras e decursos onde não existe conflito declarado, ao uso de armas e táticas não convencionais e a imprevisibilidade dos ataques (SCHMID, 2004, p. 383).

Os atentados com características internacionais foram um marco inicial ao terrorismo internacional, na qual se estabeleceu nos anos 70 e 80 do século XX. Segundo Hoffman (2006), o primeiro atentado do terrorismo internacional foi o sequestro do avião da companhia israelense El Al, em 1968, por terroristas palestinos. O autor discorre que a ação exprimia uma mudança na natureza do terrorismo porque há pela primeira vez, uma viagem para atacar outro país, além de considerar civis inocentes desses países como alvo

Conforme Galito (2013), no século XXI houve uma imensa atividade terrorista praticadas pela Al-Qaeda, dando enfoque aos atentados de 11 de março de 2004 em Madrid e de 11 de setembro de 2001 nos EUA. Sendo o último um marco histórico, tanto pela destruição e mortes em vasta proporção quanto pelo impacto que teve em relação à comunidade internacional, influenciando desde a constituição de novas leis e acordos internacionais até mesmo a mudança em comportamentos sociais. É nesse cenário de medo e ameaça a segurança internacional que o terrorismo alcança escala global e sucede a retratar um risco de intensa magnitude (CUNHA, 2010).

3.1 Terrorismo no continente africano

Após a Guerra Fria a grande maioria dos países africanos se viam diante de uma crise em decorrência da elevação dos preços das commodities, na qual eram os principais produtos exportados pelas nações menos desenvolvidas, e dos preços do petróleo no mercado internacional. Porém, ao mesmo tempo, esses países estavam sendo atingidos por conflitos, desequilíbrios produtivos e sociais, por meio de corrupção das elites no poder e um acelerado crescimento demográfico (VISENTINI, 2005).

Assim, da instabilidade política, ainda haviam diferenças étnicas e religiosas que acabaram por provocar o surgimento de novos movimentos armados internos na forma de grupos rebeldes e milícias islâmicas, que estavam descontentes com a distribuição das riquezas petrolíferas e com a desigualdade político-social (CHAZAN et. al., 1999). Entretanto, a pressão externa da reforma e o plano de reorganização implementado por instituições estrangeiras acabaram por levar a grandes distúrbios políticos e sociais nos países africanos. Essa situação acabou abrindo caminho para golpes de Estado, guerras civis e o colapso de inúmeros países do continente, sobretudo a África Ocidental (VISENTINI, 2005). A nova ordem global, advinda acerca da rivalidade bipolar e pela presença de novos atores estatais e não estatais, trouxeram diversos desafios para os países, na qual tomaram a forma de violentas guerras civis, conflitos micro nacionalistas étnicos e religiosos, tensões regionais e desequilíbrios políticos e econômicos, com os quais os Estados africanos tiveram de lidar durante o período pós-Guerra Fria.

Todavia, foi após a intensa resposta internacional aos atentados de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque, estabelecida na “Guerra ao Terror” global, que se verificou uma grande expansão e difusão de grupos terroristas de tendência islâmica pelo mundo, ampliando o terrorismo “islâmico” a uma escala maior em relação aos assuntos de paz e segurança internacional, dando espaço para representar uma das principais ameaças à ordem securitária global e aos países e valores ocidentais (CRENSHAW, 2010).

4 BOKO HARAM COMO GRUPO EXTREMISTA

Essa seção tem como objetivo explicar o surgimento do grupo terrorista Boko Haram. A partir de uma breve análise histórica da Nigéria, busca-se traçar os motivos que fomentaram a criação do grupo, seus objetivos e seu *modus operandi*.

Segundo Walker (2012): “A educação ocidental é pecaminosa”, esse é o significado do nome adotado pelo grupo terrorista Boko Haram. Criado em 2002, esse grupo, marcado pelo caráter religioso, tornou-se insurgente com a liderança de Ustaz Mohammed Yusuf, um jovem e carismático clérigo islamita nigeriano (ALAO, 2013).

Para entender melhor o grupo, é necessário utilizar a história milenar da Nigéria. Com muitos reinos surgindo e outros terminando - como por exemplo o povo Nok e os Iorubás - sua população e cultura começaram a sofrer com a chegada dos colonizadores europeus: os portugueses alcançaram a costa nigeriana em 1472 e, por volta do século XVII, começaram a chegar navios negreiros de várias nações europeias, entre elas os ingleses.

Porém, no século XX a Grã-Bretanha assumiu o controle da maior parte da região. Desse modo o território nigeriano passou a ser ocupado por colonizadores, que oprimiam a população local através da escravidão, a fim de usar sua força de trabalho. Ademais, após a abolição da escravatura, a estrutura governamental construída não se preocupou com o real bem-estar nigeriano, apenas para a sustentação da exploração do território e população.

A partir da década de 1930, os movimentos nacionalistas ganharam força, resultando na independência da Nigéria em outubro de 1960. Porém, apesar do sucesso da consolidação do Estado, ela foi marcada por governos corruptos, desrespeito aos Direitos Humanos e não conseguiu consolidar uma nação única, pois o povo não se identificava como nigerianos, uma vez que se percebiam mais como partes da comunidade local das quais eram membros antes da colonização britânica (BRUCAN, 1974). Além disso, mesmo após a independência, a colonização continuou impactando profundamente a economia, a política e as instituições sociais existentes.

Atualmente, a Nigéria é o país mais populoso da África e sua economia do país está baseada na extração de petróleo. A democracia continua frágil e a tarefa de institucionalizá-la e reformar a economia petrolífera - prejudicada pela gestão mal conduzida - ainda existe. Além disso, as tensões étnicas e religiosas, continuam a assombrar o povo nigeriano. O petróleo, que antigamente era visto como uma bênção, vem se revelando uma maldição para esse povo. As receitas geradas por esse óleo, estão focadas nas mãos de uma pequena porcentagem⁷ da população. De acordo com os índices de pobreza, mortalidade infantil, má

7. A grande dependência do petróleo (75% das receitas e 14% do Produto Nacional Bruto) continua a ser um dos grandes desafios econômicos do país (NAÇÕES UNIDAS, 2014, p. 1).

nutrição, acesso à água potável e expectativa de vida, a grande maioria da população nigeriana continua pobre.⁸

Além disso, a questão religiosa é altamente complexa. Entre cristianismo, que representa 40,5% da população, e Islão, com 51,2% de nigerianos, o território também é dividido, sendo o Sul cristão e o Norte muçulmano. A região Norte domina a política enquanto o Sul controla a economia. Entretanto, o Norte é antiocidental, diferentemente do Sul, que é pró-ocidental.

O Norte nigeriano se tornou o lugar ideal para crises étnicas, culturais e religiosas, principalmente com a discriminação por parte dos cristãos. Segundo Idowu-Fearon (2005), essas duas religiões estão na base da violência presenciada no país. Além disso, o descontentamento em vários setores sociais nigerianos provoca confrontos violentos: o empobrecimento do Norte, atrelado com a rivalidade religiosa, constitui terreno fértil para a Al-Qaeda recrutar soldados da Nigéria.

4.1 Reivindicações do Boko Haram perante o território nigeriano.

Há, perante o grupo, uma forte rejeição do ensino secular, da forma de vida presente na civilização ocidental e da ciência moderna. Com seu caráter religioso, os participantes desse grupo autodenominam-se de talibãs nigerianos, com sua base estabelecida na região nordeste da Nigéria. A organização é movida pela difusão e adesão do Islão, pretendendo, conseqüentemente, a imposição da Lei da Sharia por todo Estado nigeriano (BUMAH, ADELAKUN, 2009, p.40).

Em 2009 o grupo começou a chamar mais atenção da imprensa internacional e da Sociedade Internacional. Principalmente com o seu envolvimento em conflitos mais violentos, em protesto contra a pobreza, o desemprego crescente, as desigualdades educacionais e contra a corrupção governamental (ALE, 2009, p.08). Porém, a execução do líder do Boko Haram, pelo governo da Nigéria, naquele mesmo ano, representou uma reviravolta na atuação do grupo. Agora, sob a liderança de Abubakar Shekau, apresentavam-se com mais violência e utilizavam a clandestinidade para financiar seus planos de vingança contra o Estado nigeriano. Com o roubo de bancos, sequestros e tráfi-

8. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) de 2014, a Nigéria tem uma taxa de 62,6% de pobreza (NAÇÕES UNIDAS, 2014).

co de drogas como fonte de renda, o grupo conseguia financiar suas operações violentas, no Norte do país, contra alvos religiosos e governamentais.

O Boko Haram objetiva um Estado Islâmico, para Hussein e Walker (2012), a organização desse grupo acompanha o radicalismo islâmico sunita afegão, iraquiano, paquistanês e somaliano que forçam o terror contra tudo aquilo que se opõe a um Estado Islâmico. Portanto, tal organização pretende espalhar o sectarismo para não serem conhecidos apenas como muçulmanos que apoiam a união do Estado nigeriano, mas também serem “os guardiões do Islão”.

Em 2014, com o sequestro de 276 meninas estudantes, em Chibok, o grupo começou a ganhar espaço na imprensa e nas redes sociais. O alvo encontrado por essa organização foi o padrão de vestimentas e as estratégias educacionais da escola que não seguiam os padrões e regimentos islâmicos. Essa ação mostra claramente os objetivos e motivações do grupo, através da negação do ensino ocidental por parte do Boko Haram e também explicita a vontade da organização de impor um Estado Islâmico. Ademais, as falhas estatais em conter o grupo abrem espaço para a descredibilização da força policial e militar por parte da população e força a sociedade nigeriana a viver com medo dos futuros planos do Boko Haram, criando, assim, um terreno mais favorável para a imposição dos desejos desse grupo terrorista.

A ideologia do grupo extremista é baseada em uma variante tradição Islamista, o Islamismo radical. Contudo, além da sua base religiosa, o Boko Haram, segundo Johnson (2013), “é um sintoma de décadas de um governo falhado e de delinquência de elites que conduziu ao caos social”. Por fim, para Isa (2010, p.332) “a ideia de Boko Haram não consiste só em rejeitar a educação ocidental. É um julgamento do seu falhanço, por não conseguir promover uma vida melhor”.

5 ANÁLISE PÓS-COLONIAL SOBRE O BOKO HARAM NO TERRITÓRIO NIGERIANO

Contemplada e situada as caracterizações da teoria pós-colonial, da ascensão do terrorismo como fenômeno mundial e emergência do Boko Haram, essa sessão prezarà uma análise baseada nos argumentos pós coloniais de Edward Said para des-

crever a presença e reivindicações do próprio grupo extremista sobre o território nigeriano, utilizando do pensamento pós-positivista, reflexivista e histórico.

Para apresentar a análise da circunstância do grupo terrorista Boko Haram sobre o território nigeriano, a sessão irá se basear nos princípios de Edward Said. O autor segue uma tradição foucaultiana, ou seja, para Foucault (2012) o discurso é na sua realidade material coisa pronunciada ou escrita, estando severamente vinculado ao desejo e ao poder. Sendo assim, narrar está vinculado ao poder, e impedir a disseminação de outras narrativas é forma explícita de imperialismo (SAID, 2011). Conclui-se, então, que cultura e imperialismo estão em constante consonância.

Em sua obra *Orientalismo* (2007) ele traz a concepção da construção do termo “Oriente” através do próprio Ocidente, construído através de uma situação de exploração e de como o primeiro serve como posse do segundo: “Ocidente constrói o Oriente o descrevendo e, depois, colonizando, governando-o, tendo como objetivo dominar, reestruturar e ter autoridade para sobre ele” (SAID, 2007, p. 29). É clara essa afirmação ao decorrer da história, tendo em vista que durante o período colonial do século XIX, as potências ocidentais estavam sob controle de grande parte do globo até o final da Segunda Guerra Mundial, essas potências tinham como “responsabilidade” a dominação do Oriente, sendo, posteriormente, substituídas pelos Estados Unidos.

Por outro lado, ao aprofundar as concepções e os estudos sobre o Oriente, nota-se uma vasta e empobrecida generalização, além dos silenciamentos, inventa-se identidades coletivas para multidões de indivíduos que na realidade, diferem muito entre si (SAID, 2007). Entretanto, a generalização sempre traz uma conotação diferente, enquanto o lado ocidental do globo é sempre visto e generalizado como civilizado e racional, a população oriental vista como pobres, subdesenvolvidos e irracionais (AFFONSO; MARREIRO, 2019). Conclui-se, então, que há uma oposição entre a concepção do europeu colonizador e daqueles que são colonizados é a partir daí que há a noção do termo terrorista⁹. Pode-se dizer, resumindo, que a relação entre Ocidente

9. Para Whittaker (2005) os termos terrorismo e terrorista, possuem uma conotação negativa e pejorativa. Nesse sentido, é aplicada àqueles considerados inimigos e opoentes, os quais devem ser ignorados perante a sociedade.

e Oriente é pautada no poder e na dominação através do poder político, intelectual, religioso e moral.

Mesmo que o colonialismo como situação de dominar a população presente nos territórios tenha acabado, os resquícios dessa situação ainda são muito críticos e presentes na África. Said (2007) demonstra que a colonização é uma situação que vai além da ocupação territorial, mas que atinge a linguística, valores e pensamentos. Sendo assim, a relação entre colonizador-colonizado¹⁰ traz uma postura defensiva por parte daqueles que são impostos sobre o poder de outros, através de combates baseados na divergência entre culturas ocidentais e orientais que podem acarretar em grandes crises e conflitos.

Esse fato é de clara percepção quando o foco de análise é a presença europeia em territórios em que há a maioria da população muçulmana. Houve nessas situações uma forte divergência que acarretou respostas agressivas por parte dos muçulmanos que não queriam a imposição de ideais ocidentais. John Esposito (1992) traz a concepção de que houve três respostas do Oriente para o Ocidente: a primeira é caracterizada por um repelimento e distanciamento, em que a população ocidental era uma intervenção negativa sobre a religião muçulmanas e as populações ali inseridas, a segunda é caracterizada a partir da ocidentalização e a terceira é o próprio modernismo islâmico. Sendo, perante essa terceira reação, os avanços tecnológicos advindos do ocidente prestigiados, mas a dominação era severamente criticada.

De acordo com teóricos condizentes com esta última ideia, a presença das especialidades europeias e americanas no território deviam ser conduzidas a partir dos ideais defendidos pelo islamismo. Isso se dá ao fato de que devia haver a preservação da região chamada de Mundo Muçulmano. Este possui uma forte oposição à ocidentalização, tornando a emergência de grupos de resistência cada vez mais comuns a partir das diversas camadas sociais. Os grupos tem como objetivo o combate ao domínio político, econômico e cultural, o que traz uma nova interpretação para a categoria de “terrorista islâmico” (SANTOS, 2004). Muitas generalizações ignoram e simplificam as questões sociais e

10. Na visão de Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 76) o “pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que separam o mundo humano do mundo sub-humano”.

políticas do Mundo Muçulmano, negando interpretações mais minuciosas e flexíveis para os estudos de fenômenos como o terrorismo e o caos sistêmico incorporado dentro deste fenômeno. É através de lentes como a pós colonial que novas interpretações irão surgir para explicar situações que teorias tradicionais não conseguem incorporar.

Sendo assim, voltando para a circunstância que será analisada, encontra-se que a emergência de tal grupo se dava, em comunidade religiosa, em torno de uma mesquita ou escolas islâmicas. Concentram suas atividades no norte da Nigéria e são classificados como um grupo terrorista por potências tais como o Reino Unido, os Estados Unidos e a própria Organização das Nações Unidas.

Sendo a teoria pós colonial, responsável por desmistificar as reflexões ocidentais e eurocêntricas, quando se trata da análise sobre o terrorismo há o grande acontecimento, a Guerra ao Terror: o ataque às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001. Após esse acontecimento o muçulmano ganha uma forte conotação pejorativa e racista, em que todos são terroristas e fundamentalistas¹¹ religiosos. De acordo com Vakil (2004):

O maniqueísmo impera. Nos termos da dicotomia, acasalam-se as assimetrias: do Ocidente e do Islão; da modernidade e do arcaísmo; da razão e do fanatismo e irracionalidade; do secularismo e da teocracia; da democracia e do islamismo; da liberdade e do terrorismo.

Após a independência nigeriana, os britânicos deram o poder para aqueles que vingavam os conceitos e ideais ocidentais, trazendo uma política pouco condizente com o islamismo (religião predominante do território) e voltada para os condizentes do cristianismo. Assim, mesmo após a independência, essa relação entre muçulmanos e cristãos estava em conflito, afinal, o poder permanecia sobre aqueles cristãos que objetivavam espalhar as ideias ocidentais. Forma-se uma forte diferença e bipolaridade entre seus cidadãos: a maioria não se identificava com o governo, já que sua etnia era ignorada, além de ser um governo corrupto, fraudulento e com diversos golpes militares (GULARTE, 2015).

11. Um muçulmano fundamentalista é aquele que interpreta o Alcorão como palavra literal de Deus e a Suna (caminho trilhado por Maomé) como modelo e objetivo de vida. Para Esposito (1992) o fundamentalismo carrega pressupostos ocidentais e generalizadores, trazendo estereótipos e uma noção de ameaça sobre as populações cristãs.

É imprescindível argumentar que essa instabilidade foi de suma importância para o surgimento e fortalecimento de grupos contrários à situação. Assim se caracteriza a emergência do Boko Haram: contrários a qualquer cultura ou educação baseada no Ocidente, opondo-se também à ciência e à modernização. Possuem como objetivo combater as forças ocidentais no território em que atuam, propondo a difusão do islamismo e a imposição da lei sharia sobre o território da Nigéria. Para Johnson (2013) o Boko Haram se mostra um sintoma de décadas de um governo falido e da corrupção das elites. São a reivindicação de um Estado condizente com os ideais de sua população e da melhoria de vida.

5.1 Construção do senso comum do termo “terrorismo” e a crítica da teoria pós-colonial através do Orientalismo de Said.

É notável a influência dos meios de comunicação, principalmente dada a situação de coletividade e sociedade. As tecnologias que revolucionaram o século XX, passaram a ser grandes componentes do cotidiano (TODOROV, 2010). Sendo assim, dado o dilema ético-epistemológico das representações seletivas, é de suma importância compreender o papel social das mídias nesta análise.

Analisando a origem do termo “representação social”, percebe-se que esta deriva das características derivadas do conceito de representação coletiva de Émile Durkheim:

“O conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado, que tem sua vida própria; pode-se chamá-lo de consciência coletiva ou comum” (DURKHEIM, 1898, p. 81).

A representação social possui suas raízes no Ocidente, precisamente na Europa, e assim, as mídias que derivam do conceito carregam características centralizadoras. Trazendo, então, o que foi apresentado, é claro a disseminação, através da cultura de massa¹², de uma noção sobre o “terrorismo” e em especial na

12. Aqui, o termo “cultura de massa” é empregado como um produto realizado pela indústria cultural, tendo como objetivo atingir a massa social. A palavra “massa” é utilizada no seu sentido de coesão e opacidade. O termo está fortemente ligado à concepção da modernidade que marcou o século XX, referindo-se aos conglomerados midiáticos globais utilizados para a padronização e disseminação de produtos, notícias e informações.

análise do grupo islamista Boko Haram. Para fins da estruturação da análise, se utiliza as seguintes charges como exemplo do apresentado argumento:

Figuras 1, 2 e 3 – Exemplos da representação do Boko Haram através da descrição ocidental como grupo considerado terrorista.



Fonte: Tulsa World¹³

13. Disponível em: https://tulsaworld.com/opinion/columnists/boko-haram/article_13b83bb1-c822-5a40-8349-fd357d328129.html.



Fonte: Toonpool¹⁴



... CATCH THEM YOUNG!

Fonte: Cartoon Movement¹⁵

14. Disponível em: https://www.toonpool.com/cartoons/Nigeria..Boko%20Haram_225663

15. Disponível em: https://tulsaworld.com/opinion/columnists/boko-haram/article_13b83bb1-c822-5a40-8349-fd357d328129.html.

Tendo em vista a situação de banalização do Oriente por parte do Ocidente, busca-se um fundamento e entendimentos baseados na concepção de política e cultura. A relação entre os dois termos se fundamenta nos pressupostos imperialistas segundo Said, este que se baseia em Foucault. Mostra que o poder é uma dimensão discursiva de produção em que se elabora as condutas e pensamentos (DE CARVALHO, 2010). Said também destaca a necessidade de reavaliação das superestruturas, que não devem mais ser tidas por reflexos de uma instância verdadeiramente essencial. Ou seja, destaca que aquelas considerações abrangentes e dominantes devem ser consideradas e avaliadas perante a complexidade das culturas componentes do âmbito internacional:

As obras de Said integram o esforço de teorias que buscam entender as maneiras pelas quais certos arranjos formais reproduzem um tipo normalizado de conduta ou são desafiados pela construção de identidades sociais de resistência (DE CARVALHO, 2010, p.46).

Em suma, conclui-se que o processo de reivindicações políticas e sociais advindas do grupo Boko Haram se dá pela vontade e necessidade de uma transformação social. Através da não representação do povo por parte do governo nigeriano, que após sua independência, ainda se conduziu a partir dos resquícios da colonização. O Orientalismo, estudo inserido no âmbito da teoria pós-colonial defendida por Edward Said, mostra como o termo terrorista é indevidamente utilizado a partir do senso-comum de mídias e meios de comunicação. Não fazem sentido, portanto, as análises que dicotomizam as dimensões da cultura e da política, de modo que haja, de um lado, a esfera cultural isolada, tida como perene e, de outro lado, uma esfera política que, de fato, seria a fonte de toda verdade. Said (2011) coloca que a cultura é exonerada de qualquer envolvimento com o poder. Assim, o Boko Haram é uma representação de uma reivindicação e negação dos ideais ocidentais sobre o território nigeriano. Dessa forma, Edward Said traz a necessidade de teorias e estudos mais pontuais e menos abrangentes, em que ocorra o rompimento aos ideais eurocêntricos e ocidentais para, através de argumentos reflexivistas, históricos e sociais, compreenda-se a dimensão de grupos considerados terroristas e o que os leva a atuar de maneira violenta e radical, negando o senso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude das informações apresentadas, conclui-se que a presença do Boko Haram na Nigéria dispõe de condições que podem ser interpretadas juntamente das particularidades que fundamentaram o território nigeriano, como a corrupção do governo, a rivalidade religiosa que provoca conflitos étnicos, a divisão política e econômica, tendo o norte muçulmano dominado a política e o sul cristão a economia. Também se tem a questão do petróleo, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a pobreza, desigualdade e más condições de vida de grande parte da população e todo o âmbito global. Conjectura que se fundamenta, a partir da lente de análise escolhida pelo presente artigo, não sobre um âmbito anárquico de agentes estatais, como interpretaram os autores canônicos, mas sim por meio de uma relação hierárquica baseada na identidade econômica, cultural e regional dos Estados. De modo que, os atores em posição de destaque no sistema internacional, aqueles situados no norte global, atuam de forma contínua dentro e fora das nações em desenvolvimento, maioria de Estados afro-asiáticos e latino-americanos, com o intuito de perpetuar seus interesses. O que muitas vezes justifica e permite, deliberadamente, que aqueles Estados do norte global também se mantenham no lugar de potências estatais.

Nesse sentido, Said (2011) interpreta, por meio do Orientalismo, que a fim de atender aos anseios coloniais, o Ocidente, elabora uma imagem distorcida do Ocidente, usando de uma vasta gama de obras literárias, artísticas, jornalísticas ou de outros gêneros, das quais a identidade oriental se dá na forma do “Outro”. Esse personificado pela ameaça, nada mais do que um vilão no enredo ocidental. Tendo em vista essa premissa, depois de se observar o processo de colonização nigeriana, sob domínio da Inglaterra até 1960, e, ainda hoje, dotada de vestígios do processo colonial arraigados à configuração nacional. Principalmente na forma política, na qual a maioria dos líderes que se mantiveram no poder foram aqueles cristãos e de identidade compatível aos ingleses, tanto interna quanto externamente, mesmo diante de uma população majoritariamente islâmica.

Essas circunstâncias muitas das vezes geram respostas agressivas por parte dos muçulmanos que não desejam a imposição de ideais ocidentais. A clara descontinuidade que a interferência

ocidental causa ao chamado Mundo Muçulmano, solidifica ainda mais a necessidade de articulação e resistência pelos opositores. De modo que o combate a dominação política, econômica e cultural se personifica em grupos como o Boko Haram, no qual a gênese e a continuidade se dão com o intuito de conter o avanço ocidental. Em suma, utilizando das premissas do pós-colonialismo, têm-se, pois, uma ótica diferente para o “terrorismo islâmico”, em que se baseando no pós-positivismo e a bagagem social, histórica e reflexivista compreende-se que o senso comum do “terrorismo” como algo pejorativo é algo muito vinculado às ideias de poder e imposição, dada pelas políticas imperialistas do período colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAO, Abiodun. **Islamic Radicalization and Violence in Nigeria**. In Gow, James and Olonisakin, Funmi and Dijkhoorn, Ernst, *Militancy and Violence in West Africa*. New York: Routledge. p. 43-89, 2013. Acesso em 09 maio 2021.

ALE, Ayodele. **Boko Haram: Soyinka Blames government**. Lagos: Saturday Punch, 2009. Acesso em 11 maio 2021.

AFFONSO, Luiza Bizzo; MARREIRO, Matheus Moraes Alves. **O “Terrorismo Islâmico” sob a ótica do Construtivismo e do Pós-colonialismo. The “Islamic Terrorism” from the standpoint of the Constructivism and the Post-colonialism**. Mural Internacional, v. 10, p. 40106, 2019. Acesso em 05 maio 2021.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117. Acesso em 04 maio 2021.

BLANCHARD, L. P. **Nigeria’s Boko Haram: frequently asked questions**. Washington: US Congressional Research Service, 2014.

BONANATE, L. 1986. Terrorismo político. In: Bobbio, N.; Matteucci, N. & Pasquino, G. (orgs.). **Dicionário de política**. 2ª ed. Brasília: UNB. Acesso em 12 maio 2021.

BRUCAN, Silviu. **La disolución del poder: sociología de las relaciones internacionales y políticas**. México, 1974. Acesso em 09 maio 2021.

BUMAH, J.; ADELAKUN, A. **The Boko Haram tragedy and other issues**. *The Punch*, Lagos, 2009. Acesso em 10 maio 2021.

COX, R. W.; Sinclair, T. J. **“Approaches to World Order”**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CUNHA, Ciro Leal M. **Terrorismo internacional e política externa brasileira após o 11 de setembro**. Brasília. Acesso em 10 maio 2021.

DE CARVALHO, Bruno Sciberras. Representação e imperialismo em Edward Said. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 2, p. 42-60, 2010. Acesso em 08 maio 2021.

BOBBIO, Norberto; NICOLA Matteucci; GIANFRANCO Pasquino. **Dicionário de Política**, 2007. Acesso em 10 maio 2021.

DO AMARAL SPADANO, Lucas Eduardo Freitas. O uso da força no direito internacional: análise da reação ao 11 de setembro de 2011. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, n. 1, 2004.

DUNNE, Tim; KIRK Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories Discipline and Diversity**. Oxford University Press. 2013

DURKHEIM, Émile. **De la définition du phénomène religieux**. L'année Sociologique, 2º ano, 1898, p. 1-28. Acesso em 10 maio 2021.

ESPOSITO, J. (1992) **The Islamic Threat: Myth or Reality**. Oxford University Press: Oxford, 1992.

FOUCALT, M. (2012) **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola.

GALITO, Maria Sousa. **Terrorismo**—Conceptualização do Fenómeno. Lisboa: CEsa, 2013, Working Paper. Acesso em 09 maio 2021.

GULARTE, Glauciele Dutra. **A atuação do grupo terrorista Boko Haram sobre a população nigeriana**. 2015. 78 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Acesso em 10 maio 2021.

HOFFMAN, B. **Inside terrorism**. New York: Columbia University Press, 2006. p. 432. Acesso em 13 maio 2021.

HUSSEIN, B.; WALKER, L. **Nigeria and the Sunni Islamic insurgency of Boko Haram: over 170 killed in Kano**. Modern Tokyo Times, 2012. Acesso em 11 maio 2021.

IDOWU-FEARON, J. **Conflict and cooperation between Christians and Muslims in Nigeria**. In: BORDERLANDS LECTURE, 4., 2005, Durham. *Annals...* Durham: St. Johns College, 2005. Disponível em: <https://www.dur.ac.uk/resources/johns/publications/conflict.pdf> . Acesso em: 17 de maio de 2021

ISA, M. **Militant Islamist groups in Northern Nigeria**. In: OKUMU, W.; IKELEGBE, A. (Eds.). *Militias, rebels and Islamist militants*. Pretoria: Institute for Security Studies, 2010. Acesso em 10 maio 2021.

JOHNSON, T.; SERGIE, M. A. **Boko Haram**. Council on Foreign Relations, [s.l.], 2013. Disponível em: <https://www.cfr.org/boko-haram>. Acesso em: 10 maio 2021.

JENKINS, P. **Images of terror: what you can and can't know about terrorism**. New York: Aldine de Gruyter, 2003. 227 p.9. Acesso em 10 maio 2021.

KRISHNA, Sankaran. **Globalization and postcolonialism: Hegemony and resistance in the twenty-first century**. Rowman & Littlefield, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Niger Delta Human Development Report. Nova Iorque: Nações Unidas, 2006. Disponível em: http://web.ng.undp.org/reports/nigeria_hdr_report.pdf . Acesso em: 10 maio 2021

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacio-**

nais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Acesso em 09 maio 2021.

PEW RESEARCH CENTER. **Table: religious composition by country, in percentages.** *Pew Research Center*, 18 Dec. 2012. Disponível em: <http://www.pewforum.org/2012/12/18/table-religious-composition-by-country-in-percentages/>. Acesso em: 10 maio 2021.

SANTOS, Norma Breda dos. **O mundo muçulmano.** 2004. Acesso em 10 maio 2021.

SAID, Edward (2011) **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras. Acesso em 06 maio 2021.

SAID, Edward. (2007) **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras. Acesso em 10 maio 2021.

SANTOS, B. (2007). **Para além do pensamento abissal: das linhas globais e uma ecologia dos saberes.** *Novos Estudos*, (79), pp.71-94. Acesso em 15 maio 2021.

SANTOS, B. **Terrorismo: dois discursos.** *Visão*, Porto, 21.jul, 2005. Acesso em 16 maio 2021.

TODOROV, Tzvan. **O Medo dos Bárbaros – Para além do choque das civilizações.** Editora Vozes, Rio de Janeiro. 2010. Acesso em 12 maio 2021.

VAKIL, A. (2004). Pensar o Islão: Questões coloniais, interrogações pós-coloniais. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** v. 69, pp.17-52. Acesso em 15 maio 2021.

WHITTAKER, D. (2005) **Terrorismo: um retrato.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Acesso em 1 maio 2021.

A CIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE PODER: a atuação chinesa na Antártica

SCIENCE AS A POWER INSTRUMENT: China's Role in Antarctica

LA CIENCIA COMO INSTRUMENTO DE PODER: la acción china en la Antártida

Giulia Santos Souza¹
Isabella Bastos Silva da Cruz²
Lucas Henrique de Oliveira Silva³
Nayra Maria Campos Gomes⁴

RESUMO

A partir da assinatura do Tratado da Antártica em 1983, a China se empenhou em estabelecer e intensificar sua atuação na região polar. Um dos maiores investimentos econômicos realizados consistem no Programa Científico Antártico Chinês, que tem se desenvolvido amplamente desde sua fundação. A atuação chinesa na Antártica, porém, pode ser entendida como um eficaz mecanismo de projeção de poder. A partir do conceito de *soft power* de Joseph Nye e de *smart power* de Wilson, o presente artigo irá analisar o processo de evolução da China na Antártica, desde a criação do tratado até os dias atuais de forma a entender como seu programa científico atua como instrumento de poder.

Palavras-chave: China, Tratado da Antártica, Programa Científico Antártico Chinês, *soft power*, *smart power*.

ABSTRACT

Since signing the Antarctic Treaty in 1983, China has endeavored to establish and intensify its activities in the polar region. One of the largest economic investments made consists of the Chinese Antarctic Science Program, which has developed extensively since its foundation. Chinese activities in Antarctica, however, can be understood as an effective mechanism of power projection. Based on Joseph Nye's concept of soft power, and Wilson's of smart power, this article will analyze the process of China's evolution in Antarctica, from the creation of the treaty to the present day, in order to understand how its scientific program acts as an instrument of power.

Keywords: China, Antarctic Treaty, Chinese Antarctic Science Program, soft power, smart power.

1. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: giulia160698@gmail.com
2. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: isabellabsc@hotmail.com
3. Graduando do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: lucashenriqueolivs@gmail.com
4. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: nacgomess@gmail.com

RESUMEN

Desde la firma del Tratado Antártico en 1983, China se ha esforzado por establecer e intensificar sus actividades en la región polar. Una de las mayores inversiones económicas realizadas consiste en el Programa Científico Antártico Chino, que se ha desarrollado ampliamente desde su fundación. Sin embargo, la acción china en la Antártida puede entenderse como un

mecanismo eficaz de proyección de poder. Basándose en el concepto de *soft power* de Joseph Nye y *smart power* de Wilson, este artículo analizará el proceso de evolución de China en la Antártida, desde la creación del tratado hasta la actualidad, para entender cómo su programa científico actúa como instrumento de poder.

Palabras clave: China, Tratado Antártico, Programa Científico Antártico Chino, *soft power*, *smart power*.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca realizar uma análise sobre a atuação chinesa no território antártico. Dessa maneira, será feita uma exposição quanto à inserção da China nas pesquisas no continente antes e depois da adesão do país ao Tratado da Antártica.

Para tanto, na primeira parte da pesquisa será realizada uma discussão teórica. A exposição do conceito desenvolvido por Joseph Nye (2004) de *soft power* e Wilson (2008) de *smart power* se insere ao possibilitar uma análise a respeito do Tratado da Antártica e os ganhos obtidos por sua adesão. Dessa forma, serão apontados os fatores reputacionais que podem ser adquiridos pelo Estado Chinês ao se tornar signatário do Tratado e o estabelecimento de um novo mecanismo de poder ao realizar grandes investimentos em pesquisas científicas e aumentar seu posicionamento local.

Em um segundo momento, será exposta uma breve discussão sobre o Tratado da Antártica, sua construção e motivações, assim como a adesão chinesa em 1983. Essa seção se mostra relevante por apresentar um contexto de formação e propósitos da política internacional do continente do que serão analisados posteriormente.

Após isso, será discutida a atuação chinesa no território. A China já havia demonstrado interesse em aderir ao tratado quando ele estava sendo desenvolvido, entretanto, por motivos políticos o mesmo não se concretizou. Alguns anos depois, ao institucionalizar um programa de pesquisas antárticas nacional, ela aderiu ao tratado em 1983, se tornando um membro consultivo. Na terceira seção deste artigo, portanto, será abordado justamente esse desenvolvimento histórico do investimento sínico no local.

Por fim, faremos uma exposição sobre o Programa Científico Chinês e suas pesquisas desenvolvidas no território antártico na atualidade. Desde que se tornou signatária do Tratado, a China se mostrou interessada em aprofundar sua atividade e atuar de forma ali partici-

pativa no local. Neste momento será exposto um breve histórico de sua participação. Por meio do discorrido, busca-se, portanto, entender o seguinte questionamento: como foi concebido o Programa Científico Antártico Chinês e como se desenvolveram seus investimentos nos anos posteriores à 1983, ano de adesão do país ao tratado?

2 DISCUSSÃO TEÓRICA: SOFT POWER E SMART POWER

Poder é um conceito amplamente discutido nas Relações Internacionais desde a concepção desse campo de estudos. Isso se dá pela razão dele ser um fator condicionante na construção da política externa de cada Estado. As mais diversas teorias, tanto positivistas, quanto pós-positivistas, buscam compreender de que forma essa variável afeta os atores, suas respectivas tomadas de decisões, e as estruturas e instituições globais.

De acordo com Nye (2004), há uma certa complexidade na discussão de poder devido à existência de diversas definições para a palavra. A mais generalizada que se tem é que “... poder é a capacidade de fazer as coisas” (NYE, 2004, p. 1, tradução nossa)⁵. Percebe-se que, neste contexto, poder representa quando um indivíduo, para alcançar o resultado desejado, influencia as ações dos outros. O problema desse conceito é o fato de não deixar claro o que é necessário para instigar um comportamento específico de um indivíduo. A partir disso, é difícil mensurar quando alguém tem poder, pois, na realidade, a detenção de poder por parte de uma pessoa depende do contexto em que ela se insere. Assim, não se tem poder em todas as situações possíveis (NYE, 2004).

Uma questão importante levantada por Nye é o fato de que nem sempre é possível saber como alguém responderá na ausência de um comando. Além disso, é possível que um indivíduo tenha um resultado desejado mesmo sem ordenar um comportamento específico de outra pessoa. Assim, é possível influenciar a conduta de alguém mesmo sem ter poder de fato. Percebe-se, com isso, que o conceito demonstrado anteriormente não é infalível (NYE, 2004).

Uma segunda definição de poder é “... a posse de capacidades ou recursos que podem influenciar os resultados” (NYE, 2004, p. 3, tradução nossa)⁶. Muitos preferem esse conceito, pois torna o po-

5. ... power is the capacity to do things.

6. ... the possession of capabilities or resources that can influence outcomes.

der em algo mensurável e previsível, mas isso não faz com que essa definição seja infalível. O motivo disso é que em certos casos o ator que tem mais recurso não consegue o resultado desejável. O motivo para isso é que para você transformar recursos em poder é necessário boas estratégias e uma liderança hábil e isso nem sempre é a realidade (NYE, 2004).

Os recursos entendidos como essenciais para ter poder varia dependendo do contexto, assim, não se pode dizer que há um recurso essencial para obter poder. Além disso, isso significa que para entender o ator que tem poder é necessário analisar a conjuntura, em que o jogo está ocorrendo, e os valores dos diferentes recursos. Quando se fala de analisar a agenda da política mundial, há uma certa complexidade, pois cada ator atua em três diferentes dimensões - militar, econômico e transnacional. A última esfera se refere a problemas como terrorismo, crime internacional, mudança climática e propagação de doenças infecciosas. Cada uma dessas dimensões possui uma relação de poder diferente. O problema é que muitos políticos ignoram isso e focam nos recursos militares e ao ignorar as outras duas esferas ele não se organiza para obter *soft power* (NYE, 2004).

Dessa maneira, se insere uma nova forma de poder presente entre os agentes em que, diferentemente do *hard power*, poder baseado na utilização da capacidade militar para coagir um ator a fazer o que é desejado, essa nova forma supracitada age de forma a atrair o outro a realizar alguma ação almejada sem que seja necessário o poder coercitivo (NYE, 2004). Dessa forma, o *soft power*

É a habilidade de conseguir o que você quer através da atração, em vez de coerção ou pagamentos. Ela surge da atratividade da cultura de um país, ideais políticos e políticas. Quando as nossas políticas são vistas como legítimas aos olhos dos outros, o nosso *soft power* é reforçado. (NYE, 2004, p. 10, tradução nossa)⁷

Soft power, apesar de abranger em sua atuação a influência que um Estado possa possuir em outro, não deve ser compreendida apenas com essa restrição. A influência também se faz presente no poder coercitivo, uma vez que a existência de dívidas ou um grande poder militar afeta a posição de um ator em relação a outro Estado. Além de

7. When you can get others to admire your ideals and to want what you want, you do not have to spend as much on sticks and carrots to move them in your direction. Seduction is always more effective than coercion, and many values like democracy, human rights, and individual opportunities are deeply seductive.

uma mera influência ou persuasão de um agente, o *soft power* abrange uma especificidade de atração que impacta outros Estados de modo a agirem em conformidade com suas ações (NYE, 2004).

Outro ponto válido de destaque se refere ao poder cooperativo que o *soft power* possui. Como supracitado, é um maior dispêndio financeiro para uma nação a solução de questões internacionais com o uso de *hard power*. O uso do poder bélico se tornou um meio utilizado apenas em questões extremas, dado seus custos de implicação para os Estados. Portanto as nações tendem a realizar ações não militares para a resolução de problemas internacionais. O uso da não-violência atua como uma solução mais eficiente e menos custosa para as relações internacionais como um todo. O *soft power*, portanto, influencia a cooperação como uma primeira saída, antes do uso da coerção (NYE, 2004).

O presente artigo trabalha com a definição de que poder seria “possuir a habilidade de influenciar o outro a agir de forma que ele não agiria” (WILSON, 2008, p.114, tradução nossa⁸). Nessa perspectiva, existem duas maneiras pela qual é possível exercê-lo: o *hard power*, ligado à teoria realista, que está diretamente relacionado à possibilidade de coerção por meio de capacidades militares e econômicas; e o *soft power*, ligado às teorias liberais, que se refere ao potencial de convencimento por intermédio de influência cultural e/ou ideais políticos (WILSON, 2008; NYE 2004). Ambos conceitos são de grande utilidade nos estudos da política internacional, entretanto, possuem suas próprias limitações.

Nenhum Estado define sua política externa com em termos exclusivos de *soft power* ou *hard power*. As tomadas de decisões não têm como base apenas a possibilidade de coerção ou o potencial de convencimento. Na realidade ambos são simultaneamente considerados para tal.

Não existe um Ministério de Hard Power e nem um único Departamento de Soft Power. [...] Em todos os países, no mundo da política pública, os poderes de coagir e os poderes de persuadir estão espalhados por uma variedade de agências (WILSON, 2008, p.117, tradução nossa⁹).

8. “[...] having the ability to influence another to act in ways in which that entity would have acted otherwise”.

9. “There is neither one Ministry of Hard Power nor a single Department of Soft Power Affairs. [...] In all countries, in real world of public policy, the powers to coerce and the powers to persuade are spread across a variety of agencies”.

A partir disso, Wilson (2008) concebe o referencial teórico utilizado no presente artigo: o *smart power*. Teria-se, portanto, a fusão de mecanismos de persuasão e coerção para a construção de uma política externa única. Avalia-se que nenhuma ação estatal possui causas e consequências abarcadas unicamente em apenas *soft power* ou apenas *hard power*. Na realidade, ambas vertentes são ponderadas para a formulação de uma política pública. Nesse sentido, o conceito desenvolvido por Wilson não se estabelece como uma dicotomia, ou uma terceira via que se opõe aos outros dois, mas sim que, na realidade, ponderações sobre ambos são importantes para que tomadas de decisão sigam um padrão racional.

3 O TRATADO DA ANTÁRTICA E A ADESÃO CHINESA

A Antártica foi o último dos seis continentes a ser descoberto pela humanidade. Localizada no extremo sul do globo, ela possui 14,2 milhões de quilômetros quadrados, sendo cerca de 98% desse território coberto por gelo. Em consequência dessas particularidades geográficas, o local é o mais seco, frio e ventoso do Planeta. Isso faz com que lá não tenha nativos e torna as condições e possibilidades de vida humana insustentáveis sem uma logística própria e um suporte tecnológico específico (ANDRADE et al, 2018).

Atualmente o continente é administrado por um regime internacional que o configura como uma *terra nullius*¹⁰, o que faz com que as atividades desenvolvidas ali sejam predominantemente voltadas para exercício da ciência e da paz. Entretanto, nem sempre esse cenário foi a realidade. Durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, vários Estados exploravam os recursos naturais¹¹ locais de maneira desordenada, já que nenhum ator era formalmente soberano sobre a Antártica. Posteriormente, no decorrer desse período, sete atores reivindicaram soberania sobre diferentes setores do continente, já que viram ali, além de potencialidades econômicas na extração de produtos comerciais, também vantagens geoestratégicas¹² (SAMPAIO, 2017).

Assim, respectivamente, Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia, França, Noruega, Chile e Argentina passaram a disputar por legiti-

10. Do latim, “terra que não pertence a ninguém”.

11. Majoritariamente são a atividade baleeira, pesca e minerais.

12. Pelo fato da Antártica dispor de um fácil acesso aos oceanos Pacífico, Atlântico e Índico; e à África, Oceania e América do Sul.

dade em suas reivindicações por soberania no continente. Além delas, também estavam envolvidos nesse conflito os Estados Unidos e União Soviética, que apesar de não pleitearem por nenhuma região específica do Polo Sul, fizeram o que eles chamam de “reservas”, ao afirmar que caso em algum momento no futuro eles possuíssem interesse em realizar um pleito, eles teriam tal direito (SAMPAIO, 2017).

Tal impasse só foi solucionado em 1959¹³, quando foi elaborado Tratado da Antártica (TA), que suspendeu todas as demandas por soberania por um prazo de trinta anos. É importante ressaltar que essas reivindicações não foram canceladas, mas sim congeladas para serem solucionadas após o tempo proposto. Tal decisão foi tomada, em certa medida, porque eles não conseguiam entrar em um consenso acerca da legitimidade do pleito de cada um e, sucessivamente, a escalada de conflito apenas aumentava (SAMPAIO, 2017). Assim, entre outras coisas, o Tratado definiu que

1. A Antártida será utilizada somente para fins pacíficos. Serão proibidas, inter alia, quaisquer medidas de natureza militar, tais como o estabelecimento de bases e fortificações, a realização de manobras militares, assim como as experiências com quaisquer tipos de armas.
2. O presente Tratado não impedirá o uso de pessoal ou equipamento militar para pesquisa científica ou para qualquer outro propósito pacífico. I (ANTARCTIC TREATY., 1959, p. 1 tradução nossa).¹⁴

Ao fim do prazo de 30 anos estabelecido, em 1991 o acordo foi renovado pelas partes que o compunham por mais 50 anos, o que prolongou sua validade até 2041. Além disso, outros documentos também foram anexados ao TA com o decorrer do tempo, como o Protocolo de Madri de 1998 que buscava prover uma proteção ambiental mais rígida para a Antártica; e a Convenção sobre Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR), que buscava regularizar a pesca e a captura de seres vivos no Oceano Austral. Assim, apesar de não existir nenhuma organização internacional específica para o cuidado de assuntos relativos ao continente, hoje se tem o que

13. Que entrou em vigor apenas em 1961 devido ao seu processo de ratificação.

14. 1. Antarctica shall be used for peaceful purposes only. There shall be prohibited, inter alia, any measures of a military nature, such as the establishment of military bases and fortifications, the carrying out of military maneuvers, as well as the testing of any type of weapons.

2. The present Treaty shall not prevent the use of military personnel or equipment for scientific research or for any other peaceful purpose.

é chamado de Sistema do Tratado Antártico (STA), que é esse conjunto de aparatos e mecanismos criados com o objetivo de realizar a manutenção e mantimento do regime (SAMPAIO, 2017).

Portanto, atualmente existem uma série de organizações internacionais e estatais que buscam coordenar a atividade científica no continente e horizontalizar o acesso à pesquisa no local. Além disso, no âmbito político, anualmente é realizada uma conferência que leva o nome de Reunião Consultiva do Tratado Antártico (RCTA), em que os representantes estatais de cada parte do TA se encontram para discutir as novas problemáticas e necessidades relacionadas ao continente que surgem com o passar do tempo e, caso haja necessidade, tentar estabelecer soluções (SAMPAIO, 2017).

Um ponto importante de se destacar é que o artigo IX do Tratado da Antártica permite que membros consultivos possam participar das RCTAs como ouvintes e conferencistas, apesar de não possuírem poder decisório (ANTARCTIC TREATY., 1959, p. 1). Desde 1959, 42 países além dos 12 primeiros signatários assinaram o documento, sendo um deles o mais pertinente para o decorrer do presente artigo: a China.

O Estado asiático aderiu ao TA em 1983. Alguns anos atrás, antes mesmo da assinatura do documento em 1959, a China já dispunha certo interesse em se projetar no continente e desejava realizar expedições ao local, entretanto, o governo não possuía orçamento suficiente para o investimento científico e também havia um impedimento por parte da influência dos Estados Unidos, que evitava ao máximo o envolvimento de países comunistas com o Polo Sul (AGUIAR; MATTOS, 2018).

Esse cenário só veio a sofrer alterações nas décadas de 1960 e 1970, por dois principais fatores: a criação da Administração Estatal Oceânica, em 1964, que desprendeu diversos esforços na organização de expedições polares; e uma reaproximação com os Estados Unidos e afastamento com a União Soviética em 1970. A partir disso, a China necessitou reformular sua política externa e acabou assumindo uma postura mais multilateral, quando buscou integrar a organizações internacionais - como a própria ONU e o CSNU - e regimes - como o Antártico. Essa presença no Polo Sul poderia ter sido mais forte, entretanto, a Revolução Cultural de 1966-1976 acabou por desvalorizar, em certa medida, o investimento científico (AGUIAR; MATTOS, 2018).

s4. A ATUAÇÃO CHINESA NA ANTÁRTICA

A China Antiga tinha uma política externa que focava nas regiões próximas ao território Chinês, com isso, não há um entendimento por parte dos estudiosos sobre um conhecimento por parte da China sobre o continente antártico. Durante a dinastia Ming houve um esforço maior para um conhecimento dos territórios distantes da China via uma navegação pelo Oceano Índico e Pacífico, contudo não há nenhum registro de uma viagem para o sul, próximo à Antártica (KEYUAN, 2009).

O Ano Geofísico Internacional (IGY), um evento essencial para a formação do tratado da Antártica, ocorreu entre 1957 e 1958. Em 1995, enquanto o evento ainda estava sendo organizado, a China já tinha demonstrado interesse em participar sob a condição de que a participação de Taiwan fosse negada. Esse pedido não foi concedido e, por isso, a China não compareceu. Com a Revolução Cultural, que ocorreu entre 1966 e 1967 na China, a representação chinesa internacional era praticamente inexistente e o interesse em investir na Antártica também deixou de ser algo discutido. Somente no final dos anos 1970 houve uma mudança de posicionamento devido a uma reforma política e econômica. A partir desse momento, começou a haver um maior interesse nesse continente (KEYUAN, 2009).

A adesão por parte da China no Tratado da Antártica somente ocorreu em 1983, contudo, isso não significa que a atuação chinesa nesse continente iniciou somente após essa data. O motivo disso é que a China, por meio de parcerias com outras expedições de pesquisa na Antártica, começou a enviar seus pesquisadores para acompanhar as atividades nesse continente. Isso ocorreu via colaboração com a Austrália (1978 e 1979) para um estudo de glaciologia – um estudo sobre as formações de glaciares – e com a Nova Zelândia (1980). Essa parceria específica entre a China e a Austrália ao longo dos anos se tornou em uma cooperação que se fortaleceu e, em específico, o acompanhamento das expedições australianas ocorreram até 1989. Essas experiências foram essenciais para a continuação da atuação por parte na China após a adesão do tratado via o estabelecimento do seu próprio programa Antártico (KEYUAN, 2009; CHEN; ALLISON, 2016).

Além dessas atuações, em 1980 e em 1982, a China enviou cientistas para participar do Comitê Científico de Pesquisa Antártica (SCAR), uma organização que possui a função de coordenar as pesquisas científicas internacionais no território. Além de desempenhar esse papel, o SCAR auxilia via orientação em reuniões de outras organizações acerca de diversos temas e via isso conseguiu influenciar alguns

instrumentos do Tratado da Antártida (KEYUAN, 2009; SCIENTIFIC COMMITTEE ON ANTARCTIC RESEARCH, 2021). Enquanto isso, em 1981, foi estabelecido o Comitê Nacional de Pesquisa Antártica da China que tinha como função coordenar as operações chinesas, além de ter um papel fundamental sobre a logística necessária para a realização das pesquisas (KEYUAN, 2009).

Dessa maneira, em conformidade com o crescente interesse chinês quanto à participação de pesquisa no Antártico, em 1983 o Comitê Permanente do Congresso Nacional Popular aprovou a adesão da China ao Tratado da Antártida. Apenas com dois anos de adesão foram admitidos na Parte Consultiva do Tratado da Antártica (ATCP), recebendo maiores benefícios de participação em votações, poder de veto e, sobretudo, grande poder de decisão nos assuntos antárticos no âmbito do TA. A partir desse momento, o país passou a aumentar cada vez mais seus investimentos e a participar ativamente em todas as reuniões consultivas do tratado (ATCMs), sendo elas de conteúdo especial ou regular (KEYUAN, 2009).

A posição oficial assumida pela China ao aderir ao Tratado era assumidamente em apoio à organização cooperativa e utilização do território para fins pacíficos. De acordo com o posicionamento oficial emitido, a adesão ao Tratado tinha como propósito:

[...] visando uma melhor exploração, uma melhor compreensão e, eventualmente, conhecimento da Antártida, e ao mesmo tempo promover a cooperação amigável entre os Estados em nosso esforço comum para promover a pesquisa científica Antártica. O Governo chinês espera, enquanto trabalha em conjunto com outros Estados, fazer a sua própria contribuição para salvaguardar os objetivos e princípios do Tratado sobre a Antártida e ajudar a Antártida a servir melhor a paz mundial, o progresso científico e interesses comuns da humanidade (JIAHUA, 1985 *apud* Keyuan, 2009, p. 241 tradução nossa).¹⁵

O posicionamento chinês em apoio aos termos do Tratado Antártico e sua posição ativa nas reuniões consultivas demonstravam, desde o início de sua adesão, sua disponibilidade em se manter atuante. No seu primeiro ano de assinatura já estabeleceu sua primeira

15. aimed at further exploring, better understanding and, eventually, knowing Antarctica, and at the same time at promoting friendly cooperation among States in our common endeavor to foster Antarctic scientific research. The Chinese Government hopes, while working together with other States, to make its own contribution to safeguarding the purposes and principles of the Antarctic Treaty and to helping Antarctica better serve world peace, scientific progress and the common interests of mankind.

expedição, a CHINARE I. A primeira ação chinesa como signatária estabeleceu a Estação Chang Cheng (conhecida como “a Grande Muralha”), em 1985. Sua primeira ação exemplifica a rápida aquisição ao ATCP, iniciando uma jornada de influência decisória no território antártico (KEYUAN, 2009).

A atividade chinesa no antártico foi beneficiada por meio de uma importante ação inicial do uso da cooperação internacional para o melhor conhecimento e utilização do território. Por meio da cooperação técnica, os cientistas chineses receberam treinamentos oferecidos pelo Japão, assim como houve uma troca de conhecimentos entre os pesquisadores estadunidenses e neozelandeses. Ainda, por meio de uma cooperação com a Argentina, receberam auxílio para escolherem o primeiro local para o estabelecimento da estação chinesa de pesquisa. Essa cooperação entre os países membros dos tratados é de extrema relevância, uma vez que mantém o objetivo chinês de reafirmar o uso do território de servir para fins pacíficos de pesquisa (KEYUAN, 2009).

Como parte integrante do ATCP, parte consultiva do Tratado que se restringe apenas a alguns países mais ativos no território, a China recebe um importante poder de vetor internamente, uma vez que essa formação é regida por consenso entre todos os membros. Desde sua inserção foi percebido que a posição chinesa frente às votações da parte consultiva seguiu uma linha de votar de acordo com a maioria. É válido ressaltar que essa ação pode ser vista como uma concepção dos participantes chineses em não terem, em um primeiro momento, experiência suficiente nessa temática frente aos demais membros do ATCP, portanto, com o passar dos anos ela foi adquirindo mais experiência e familiaridade com os termos do tratado para uma participação mais ativa (KEYUAN, 2009).

É válido ressaltar que com o passar do tempo, como parte do ATCP, a China levantou uma importante bandeira ao defender a participação mais ativa de países em desenvolvimento que não têm investimentos suficientes no território antártico para se tornar membros da parte consultiva. Dessa forma, vê como uma estratégia necessária a inserção de demais países para que o ATCP possa se tornar mais internacionalizado e com a participação de outras experiências. Esse posicionamento foi importante para a manutenção do tratado para fins pacíficos (KEYUAN, 2009).

O movimento chinês surtiu efeitos positivos e entre os anos de 1983 até 1990, doze países foram inseridos como membros do ATCP,

incluindo países em desenvolvimento. Com o passar dos anos, o ATCP foi se tornando mais maleável para a inserção de novos membros, de modo que as decisões tomadas possam receber a participação de cada vez mais países. A influência chinesa em levantar essa bandeira foi de extrema importância e teve impacto em 1988 com a Convenção sobre a Regulamentação das Atividades de Recursos Minerais da Antártica (CRAMRA), o primeiro acordo legal que reconhece o papel dos países em desenvolvimento no Tratado da Antártica. O desenvolvimento da convenção durou seis anos e contou com a participação de países em desenvolvimento, além do apoio chinês, como o Brasil, a Índia e o Uruguai. Esse caso demonstra o início da mudança de atuação da China, em que ela começa a deixar de ser um ator passivo nas decisões e começa a adquirir um papel de influência nesse meio (KEYUAN, 2009).

Terminada a segunda fase da atuação chinesa no território antártico, em que se buscou primordialmente o estabelecimento de estações de pesquisa, a terceira fase se baseia no investimento em aprofundar a realização das investigações pelos cientistas chineses. Após a instalação das duas estações de pesquisa chinesa, a China busca uma estratégia nesse território para que seja estabelecida relações de longo prazo e se mantenha permanentemente em busca de seus interesses (KEYUAN, 2009).

Na terceira fase de atuação chinesa, ocorre a manutenção de suas políticas de seguimento ao tratado e a busca pela internacionalização do território como uma forma de aumentar a sua influência por outros atores. Ainda, reconhece que a política externa chinesa utiliza do contexto antártico para aplicar os seus princípios de coexistência pacífica desenvolvidos internamente. Esses princípios buscam o mútuo respeito à soberania estatal, assim como a não interferência entre Estados. Portanto, essa última fase é marcada pelo aumento da influência chinesa na sua atuação no TA, uma consequência da aquisição de conhecimento sobre a Antártica devido ao contínuo investimento pelo governo no campo científico (KEYUAN, 2009).

No aspecto econômico, algumas investidas chinesas demonstram o seu interesse em explorar os recursos antárticos com o objetivo de obter ganhos. Realizaram nos anos 1990 um investimento de cerca de 60 milhões de dólares para se tornarem o quinto maior investidor local, o que os permite ter acesso à mineração do fundo marinho de acordo com o tratado. Era esperado a possibilidade de exploração de recursos de metais no fundo do mar, como cobre, níquel, cobalto e

manganês. Ainda, investiu-se no âmbito da pescaria para poder receber retornos de seus investimentos (KEYUAN, 2009).

É válido ressaltar a relevância do papel científico chinês. Os investimentos para a área de pesquisa se tornaram cada vez mais relevantes desde o estabelecimento de estações, aumentando sua influência no poder decisório das políticas antárticas, dadas a dimensão do seu campo científico. Esperava-se estabelecer uma nova estação de pesquisa nos anos 2000 e garantir um avanço nas investigações científicas no campo (KEYUAN, 2009).

Apesar das grandes investidas para a exploração de recursos antárticos, o governo chinês procura enfatizar a importância para proteção ambiental do território, de forma que se utilize do local da forma mais sustentável possível. A atuação chinesa foi criticada por certa negligência com os recursos naturais antárticos e, a partir disso, os pesquisadores chineses buscaram se manter presentes nas discussões de preservação ambiental do território. Envolvidos na área contra argumentaram que as negligências iniciais eram devidas à falta de conhecimento local e inexperiência na exploração científica. Na busca de demonstrar sua preocupação local, os anos de 1990 a 1992 foram declarados pelo poder chinês como os anos de cuidados ambientais antárticos. Dessa forma, se tornaram signatários de importantes acordos que buscavam enfatizar a importância do território antártico em se manter um local pacífico de cooperação e pesquisa (KEYUAN, 2009).

A partir de 2005, é reconhecido que se inicia a quarta fase da atuação chinesa, pois a China começa a ter um papel de liderança quando o tema é a Antártica. 18 de janeiro de 2005 foi um dia de extrema importância para essa mudança, pois exploradores chineses exploraram o último território antártico que não tinha sido descoberto ainda. Isso ocorreu depois de diversas tentativas chinesas e conforme a tradição, a China nomeou diversos pontos desse local com nomes ligados a sua cultura e a sua história. Além disso, nesse mesmo ano o vice-presidente eleito do SCAR era chinês (BRADY, 2010).

As mudanças em relação à atuação da China na Antártica não foi algo que ocorreu por acaso, em diversos fóruns e publicações, líderes chineses desse tema demonstraram o interesse de ampliar o papel que a China tinha. Um fator que demonstra isso é o aumento de investimento realizado pelo governo chinês durante os anos. Entre 1983 e 2003 foi investido em torno de 110 milhões de dólares em pesquisa científica, enquanto entre 2005 e 2008 o valor foi de 60 milhões para

atualizar as bases antárticas existentes. O valor gasto em 2010 para todas as atividades relacionadas a esse continente foi de 44 milhões de dólares, percebe-se que ao longo do tempo houve uma intensificação de investimento por parte da China para conseguir se qualificar e se fortalecer (BRADY, 2010).

Durante as primeiras três fases da atuação chinesa, a China não se posicionava em relação ao *status quo* na Antártica e sobre os recursos naturais presentes nesse continente, contudo, isso mudou a partir da quarta fase, pois há uma insatisfação por parte dos tomadores de decisão e dos acadêmicos desse tema. O motivo disso é que há um desequilíbrio de poder quando se trata do Tratado da Antártica e a China não se vê em uma situação favorável, isso, contudo, não significa que a China vem tomando alguma ação para mudar esse cenário (BRADY, 2010).

Uma outra crítica que se faz por parte da China em relação ao Tratado da Antártica se refere à distribuição de recursos. Esse é um tema que a China possui muito interesse e é compreendido por muitos que a exploração do território da Antártica é algo que vai ocorrer e que a China precisa se preparar para isso. Nos anos 1990, a China não tinha recursos financeiros para explorar os recursos naturais na Antártica, então o fato de que isso era proibido era benéfico para eles. Hoje, contudo, o governo chinês vem aumentando o investimento em pesquisa para que, caso haja uma oportunidade de exploração, a China esteja pronta. O aumento da atuação chinesa na Antártica irá gerar tensão com outras nações devido a mudança do *status quo* (BRADY, 2010).

O aumento da atuação chinesa no continente antártico está alinhado com a crescente atividade desse país em diversos outros continentes. Isso é uma consequência da mudança da política externa chinesa, em que a China deixa de se posicionar de modo defensivo e se estabelece de modo mais proativo em diversos locais. Essa mudança, em específico na Antártica, não significa que a China vai se posicionar mais agressivamente, pois é necessário que haja uma cooperação com os demais Estados presentes nesse continente (BRADY, 2010).

Mesmo com todo o investimento na quarta fase, a China ainda tem muito de avançar em relação à capacidade de pesquisa. Naquele momento, era importante que se fizessem presentes no continente para demonstrar a sua força política e não para impactar a discussão científica que existia naquele momento ao redor da Antártica. Hoje isso mudou, contudo, os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, a

Austrália e o Japão são mais avançados que a China. Mesmo com essa realidade é importante citar que a temática da Antártica é fortemente promovida no território chinês e é usada como promoção política. Como não há muitos estudos fora da China sobre esse assunto, é difícil contestar isso dentro da China (BRADY, 2010).

5. O PROGRAMA CIENTÍFICO ANTÁRTICO CHINÊS COMO MECANISMO DE PROJEÇÃO DE PODER

A partir da assinatura do Tratado da Antártica em 1983, a China construiu um sistema único a fim de administrar, supervisionar e gerenciar as atividades no continente antártico. As expedições de pesquisa, bem como atividades de cooperação científica e demais movimentações são coordenadas por dois órgãos principais, que fazem parte do Ministério de Recursos Naturais (MNR) - a Administração Ártica e Antártica Chinesa (CAA) e o Instituto de Pesquisa Polar da China (PRIC). A CAA tem como principal responsabilidade organizar as expedições chinesas, elaborar leis, regulamentos, padrões e diretrizes para as atividades na Antártica de maneira coordenada com as organizações e regulamentações internacionais (WANG, 2019). Já o PRIC, assume a responsabilidade de

realizar pesquisas em ciência, tecnologia e questões estratégicas nas regiões polares, realizar monitoramento e conservação ambiental nas regiões polares, operar estações de pesquisa, embarcações e aeronaves, e fornecer apoio logístico para expedições de pesquisa Ártico/Antártica, e realizar programas de educação em ciência polar e promover a cooperação internacional (WANG, 2019, sp, tradução nossa).¹⁶

O PRIC foi fundado em 1989, próximo à primeira expedição chinesa que ocorreu em 1985. O instituto funciona como um centro de pesquisa que realiza estudos abrangentes da região polar e disponibiliza para a pesquisa nacional chinesa uma infraestrutura importante, a exemplo do quebra-gelo *Xuelong* e estações de pesquisa. O órgão é também responsável pelo Laboratório Chave de Ciência Polar da Administração Oceânica do Estado, cuja pesquisa se concentra em glaciologia, oceanografia, ciência biológica polar e atmosfera polar supe-

16. conduct research on science, technology and strategic issues in the Polar Regions, undertake environmental monitoring and conservation in the Polar Regions, operate research stations, vessels and aircrafts, and provide logistic supports to Arctic/Antarctic research expeditions, and carry out education programmes on polar science and promote international cooperation (WANG, 2019, sp).

rior. A partir das pesquisas realizadas, o PRIC contém toda a base de dados de ciência polar chinesa - redes de informação, arquivos polares nacionais da China, biblioteca polar - que serve para a condução de serviços públicos do país (WANG, 2019).

O mais recente e finalizado programa científico da China, denominado Programa de Avaliação e Investigação Abrangente do Ambiente Polar Chinês, que ocorreu entre os anos de 2015 e 2020, foi organizado em três partes principais - a Pesquisa do Meio Ambiente Marinho da Antártica, a Pesquisa do Ambiente Antártico Terrestre e a Avaliação Abrangente do Meio Ambiente Antártico. Sua execução consiste em uma série de pesquisas, avaliações e expedições envolvendo diversas disciplinas, inclusive a observação de rotinas nas próprias estações de pesquisa chinesas (WANG, 2019).

A China possui hoje quatro estações no continente - a primeira e mais antiga, fundada em 1985, é chamada *Grande Muralha* e se localiza na Ilha Rei George, onde também se encontra a Estação brasileira Comandante Ferraz, com capacidade máxima para 80 pessoas. A segunda estação, *Zhougshan* fundada em 1989, é localizada em Larsman Hills e possui capacidade máxima para 60 pessoas. A terceira, chamada *Kunlun*, foi fundada em 2009 e funciona somente durante verão, por se localizar a 4.087 metros de altitude e ser a estação mais elevada da Antártica - a estação tem capacidade máxima para 24 pessoas. Por fim, a quarta estação, *Taishan*, foi fundada em 2014 com o propósito de servir de ponto de apoio à estação Kunlun, por conta do difícil acesso (AGUIAR; MATTOS, 2018).

Após o estabelecimento da Estação Grande Muralha, a China obteve o status de parte consultiva do Tratado da Antártica e, desde então, o país vem fortalecendo sua base científica. O PRIC estabeleceu uma série de laboratórios de pesquisa, como o Laboratório de Física Ionosférica, o Laboratório de Física Auroral e Magnetosférica, Laboratório Analítico de Microrganismo e Biologia Molecular e o Laboratório Analítico de Bioquímica. A fim de fortalecer a cooperação internacional no âmbito de pesquisa, o governo chinês incentiva que participantes internacionais colaborem com o Programa, por meio de institutos e universidades chinesas (WANG, 2019).

Acompanhado do crescimento econômico do país, o Programa Antártico apresentou um grande aumento em seu orçamento durante a primeira década do século XXI. Chegando a US \$44 milhões em 2010, o orçamento chinês em pesquisa e infraestrutura correspondia ao quinto maior investimento entre os programas antárticos, perdendo

apenas para EUA, Austrália, Reino Unido e Rússia. Nos quatro anos seguintes, tornou-se o maior orçamento na Antártica e também o segundo país com maior número de cidadãos no continente (entre cientistas, turistas e pescadores) (AGUIAR; MATTOS, 2018; WANG, 2019).

É perceptível, portanto, que a China, ao assinar o Tratado Antártico, possuía uma postura bastante clara em termos políticos e econômicos em relação ao território. Em um primeiro momento, ao prezar-se pelo fortalecimento dos mecanismos de cooperação internacional, é percebido uma busca por valores reputacionais por parte do governo chinês ao aderir ao Tratado em 1983. Nesse sentido, é possível identificar a possibilidade de construção de influência e de convencimento por meios pacíficos nesta ação. Portanto, a utilização de recursos de *soft power* ao inserir-se em um regime multilateral e procurar fortalecê-lo. Assim como ressaltado por Nye (2004), mais do que um impacto de influência internacional, essas ações atuam de forma atrativa para outras nações agirem de forma cooperativa.

A partir desse momento, foram realizados grandes investimentos que buscaram fortalecer a atuação científica e econômica chinesa na Antártica. Ao estabelecer seu programa científico e formular de maneira mais concreta sua política externa para o continente, o desenvolvimento científico assume um papel de grande protagonismo. Portanto, a China passa a não somente adquirir valores reputacionais, adquirido com a inserção ao regime multilateral, ela passa a estabelecer um novo mecanismo de poder, o desenvolvimento científico.

Seria estranho, de fato, avaliar que as maiores potências mundiais estão presentes e desenvolvem atividades de pesquisa diária no continente e o governo chinês, com toda sua busca de ascensão no sistema internacional, não estivesse entre aqueles que compõem esse grupo de Estados. Além disso, avalia-se que somente ao realizar suas expedições de pesquisa e iniciar realmente a despendar esforços econômicos e políticos sobre o continente é que o país se tornou um membro consultivo do Tratado da Antártica. Foi necessário, de fato, assumir essa postura para obter relevância de poder científico no sistema internacional e compor as Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica.

Todo investimento econômico e científico despendido por algum governo, costuma sempre ser realizado com o objetivo de alcançar algum resultado. No caso chinês sobre a Antártica, então, pode-se fazer uma análise clara da construção de mecanismos que possibilitam a projeção de poder. Entretanto, não nos termos tradicionais das Relações Internacionais, mas sim de *smart power*.

É nesse cenário que é possível avaliar a importância da ciência como um instrumento de *smart power*. Esses investimentos, uma vez realizados, possibilitaram à China uma visibilidade e status de legitimidade para a participação em diversas discussões, tais quais aquelas que contemplam a mineração e a exploração de recursos naturais na Antártica. Essas questões estão diretamente relacionadas à possibilidade de ganhos econômicos e de governança ambiental. Portanto, aqueles Estados que não compõem as RCTAs estão propensos a serem deixados de fora de assuntos de grande influência para a política internacional. Para participar das RCTAs é necessário ter concepção de como a ciência é um importante mecanismo para o exercício do *smart power*.

Uma questão importante a ser destacada sobre o poder adquirido por meio de investimento científico é o fato de se apresentar como uma nova distribuição de poder. A produção de pesquisas na Antártica determina uma estrutura de poder que não pode ser quantificada, dessa maneira, o reconhecimento passa a ser subjetivo. Portanto, para estabelecer uma autoridade em termos de conhecimento é necessário que esse se prove pela importância que realmente esse atributo carrega com si (STRANGE, 1994). Ao estabelecer um grande número de bases de pesquisa, assim como uma população de cientistas ativos no território, a China busca apresentar um indicativo de seu poder científico a nível estrutural de importância e legitimidade no território. Por sua natureza subjetiva, utilizar de atributos quantitativos de estabelecimento local auxilia na propagação do convencimento de maior conhecimento científico.

Derivado da procura por estabelecer grande poder científico, é válido ressaltar que em 2041 o Tratado da Antártica terá seu vencimento, e será necessária uma nova conferência para decidir qual será o futuro do continente e de seu regime, o que se configura como um grande marco no sistema internacional. Nesse cenário, quais países seriam avaliados como aqueles legítimos de participarem dessa convenção e de terem poderes decisórios? Esta não é uma pergunta fácil de se responder. Mas, evidencia-se que muito provavelmente, será necessário, no mínimo, ter influência, legitimidade e poder suficiente para que os outros Estados o vejam como um ator que possui reputação para tal. E, como é possível avaliar no decorrer do presente artigo, a China tem despendido grandes esforços para o estabelecimento de poder.

Outro ponto importante a se levantar, é a disputa entre os Estados Unidos e a China como potência mundial. Ela muitas vezes extrapola fatores de poder econômico e militar; e se engloba, tam-

bém, no campo científico. Na política antártica isso não é diferente. Evidencia-se que desde a concepção do TA, já havia certa rivalidade, já que os EUA se mostravam completamente contrários à interação de países comunistas com o continente e dessa forma, com o seu poder de influência, conseguiu que apenas a União Soviética tivesse algum tipo de ligação com a Antártica. A China, portanto, assumiu um papel de reclusão naquele momento, mesmo sem ameaças de qualquer conflito físico. Portanto, ela desistiu de seu objetivo apenas por intervenção do poder científico que o governo estadunidense já possuía na época. Entretanto, denota-se que desde que ela se tornou um membro consultivo do tratado ela busca alterar essa realidade: com seus investimentos econômicos e políticos cada vez mais intenso sobre o Polo Sul, pode-se verificar um certo interesse em virar o jogo e ultrapassar os EUA, que já há muito tempo se mantém com certa liderança internacional tácita sobre o território em termos de poder. E para isso, como já discutido aqui, o conhecimento científico e a promoção do multilateralismo são essenciais.

A partir do aqui discorrido evidencia-se toda a história da China para a Antártica e de que maneira esse percurso se articula com questões de poder nas relações internacionais. A ciência está diretamente relacionada com o estabelecimento de uma nova distribuição de poder mundial; e, assim, o investimento do país asiático no continente pode ser avaliado para além do conhecimento como seu último fim. Ele está relacionado a fatores políticos e econômicos de maneira muito íntima.

4 CONCLUSÃO

Por meio do presente artigo foi possível entender um pouco melhor a história da relação entre a Antártica e a China. Mesmo que tardia em comparação aos outros países, ela teve uma contribuição e importância muito grande para o desenvolvimento científico. Mas avalia-se que um legado deixado pelo país tão importante quanto o da pesquisa foi o político. No decorrer dos anos, o governo chinês teve uma grande influência sobre o regime do continente. Destaca-se pontos de grande importância, como a motivação chinesa em internacionalizar e consolidar ainda mais o Tratado da Antártica, a busca pela democratização do acesso às expedições para os países subdesenvolvidos e o marco dela ser um dos primeiros Estados asiáticos a estabelecer bases científicas no Polo Sul.

Além disso, denota-se também a forma como o crescimento chinês e a consolidação de uma política externa mais multilateral do país acompanhou o crescimento de seus investimentos na Antártica. Esses dois enquadramentos estiveram associados durante toda a história, de modo a se co-constituírem. Destaca-se ainda a forma como durante todo esse período o cenário interno do Estado chinês sempre influenciou e definiu os próximos passos dos países para projeções internacionais, não sendo diferente no caso do Polo Sul.

Por fim, evidencia-se como na atualidade a China se tornou um dos maiores investidores do mundo na ciência Antártica, estando entre um dos Estados que mais despende esforços econômicos e políticos nesse âmbito. Um fator muito significativo contribui para que isso seja feito: a obtenção de *smart power*. Como visto, essa postura chinesa permite a obtenção de ganhos reputacionais e de poder científico muito significativos, o que pode configurar uma considerável vantagem em termos de negociação internacional, de economia, ou até mesmo na disputa com os Estados Unidos pelo o título de potência mundial. Avalia-se em sua postura a fusão de mecanismos de persuasão e coerção para a construção da sua política externa. Portanto, o investimento científico tem muitos fins além da obtenção de conhecimento. Ele está diretamente ligado à política internacional e à disputa de poder.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Mônica Heinzelmann Portella de; MATTOS, Leonardo Faria de. A importância estratégica da Antártica para a China e Índia a luz do realismo ofensivo de Mearsheimer. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 214-234, jun. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/82765/49731#:~:text=A%20China%2C%20assim%20como%20a,Ant%C3%A1rtica%20em%20junho%20de%201983>>. Acesso em: 02 maio 2021.

ANDRADE, Israel et al. **O Brasil na Antártica**: a importância científica e geopolítica do PROANTAR no entorno estratégico brasileiro. Brasília: IPEA, 2018. ANTARCTIC TREATY. **Antarctic Treaty**. Washington, 1959. Disponível em: <https://documents.ats.aq/keydocs/vol_1/vol1_2_AT_Antarctic_Treaty_e.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BRADY, Anne-Marie. China's Rise in Antarctica? **Asian Survey**, Berkeley, v. 50, n. 4, p. 759-785, jul./ago. 2010.

CHEN, Zhao; ALLISON, Ian. Some aspects of Chinese - Australian cooperation in Antarctic Research over the past forty years. **Advances in Polar Science**, Shanghai,

v. 27, n. 2, p. 126-137, jun. 2016. Disponível em: <http://www.aps-polar.org/paper/2016/27/02/A170214000003/full>. Acesso: 28 abr. 2021.

KEYUAN, Zou. China's Antarctic Policy and the Antarctic Treaty System. **Ocean Development & International Law**, Calgary, v. 24, n. 3, p. 237-255, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00908329309546008>. Acesso em: 20 maio 2021.

NYE JR., Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. Nova York: Public Affairs, 2004.

SAMPAIO, Daniela. **The Antarctic exception: sovereignty and the Antarctic Treaty governance**. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde21062017163536/es.php>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

STRANGE, Susan. **States and Market**. New York, 2ªed Continuum International Publishing Group.1994

WANG, Sen. **China's Antarctic Program and the Antarctic Treaty System**. Italian Institute for International Political Studies. 2019. Disponível em < <https://www.ispionline.it/en/publicazione/chinas-antarctic-program-and-antarctic-treaty-system-23526> > Acesso em 01 maio 2021.

WHAT is SCAR?. **Scientific Committee on Antarctic Research**, Cambridge, 2021. Disponível em: <https://www.scar.org/about-us/scar-overview/>. Acesso: 28 abr. 2021.

WILSON, Ernest J. **Hard Power, Soft Power, Smart Power**, Annals of the American Academy of Political and Social Science, Vol. 616, Public Diplomacy in a Changing World (Mar., 2008), pp. 110-124. Acesso em 10 set. 2022.

Aproximação e Distanciamento na Política Externa de Bolsonaro para a Argentina no Mercosul

Rapprochement And Distancing In Bolsonaro's Foreign Policy Towards Argentina In Mercosur

Acercamiento y Distanciación en la Política Exterior de Bolsonaro hacia Argentina en Mercosur

Thiago Vicino Fernandes¹

Resumo

Em seus 30 anos, o Mercosul demonstrou resiliência no panorama do regionalismo sul-americano, e a confiança entre Brasil e Argentina foi historicamente central para a integração. Porém, a Política Externa Brasileira (PEB) do governo Bolsonaro tensionou as relações com a Argentina após a eleição de Alberto Fernández, criando incerteza sobre o sentido da integração. Assim, buscou-se responder à pergunta: como a PEB de Bolsonaro se posicionou em relação à Argentina no Mercosul? Objetivou-se identificar os posicionamentos da PEB de Bolsonaro para o Mercosul e investigar as principais convergências e divergências entre Brasil e Argentina no Mercosul. A amostra abarcou fontes primárias de jornais brasileiros (Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo e Valor Econômico) e de sites do governo brasileiro (MRE, Planalto, Câmara, Senado). Dessa forma, sugere-se que a PEB de Bolsonaro para a Argentina no Mercosul pode ser categorizada em duas fases, uma de diplomacia comercial com forte viés ideológico liberal e outra de 'contenção de danos'.

Palavras-chave: Política exterior. Brasil. Argenti-

na. Mercosul. Integração regional.

Abstract

In its 30 years, Mercosur has shown resilience in the context of South American regionalism, and trust between Brazil and Argentina has historically been central to integration. However, the Brazilian Foreign Policy (PEB) under the Bolsonaro government strained relations with Argentina after the election of Alberto Fernández, creating uncertainty about the aim of the integration. Thus, we sought to answer the question: how did Bolsonaro's PEB position itself concerning Argentina in Mercosur? The goal was to identify Bolsonaro's PEB positions for Mercosur and to investigate the main convergences and divergences between Brazil and Argentina in Mercosur. The sample included primary sources from Brazilian newspapers (Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo, and Valor Econômico) and Brazilian government websites (Ministry of Foreign Affairs, Government Office, House, Senate). Therefore, we categorize Bolsonaro's PEB for Argentina in Mercosur into two phases: trade diplomacy with a solid liberal ideological bias and diplomacy of 'harm containment'.

1. Graduado pela UNESP – Universidade Estadual Paulista.

Keywords: Foreign policy. Brazil. Argentina. Mercosur. Regional integration.

Resumen

En sus 30 años, Mercosur ha mostrado resiliencia en el contexto del regionalismo sudamericano, y la confianza entre Brasil y Argentina ha sido históricamente central para la integración. Sin embargo, la Política Exterior Brasileña (PEB) del gobierno de Bolsonaro tensó las relaciones con Argentina tras la elección de Alberto Fernández, generando incertidumbre sobre el objetivo de la integración. Así, se buscó responder a la pregunta: ¿cómo se posicionó la PEB de Bolsonaro con respecto a Argentina en Mercosur? El objetivo fue

identificar las posiciones de la PEB de Bolsonaro hacia Mercosur e investigar las principales convergencias y divergencias entre Brasil y Argentina en el Mercosur. La muestra incluyó fuentes primarias de periódicos brasileños (Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo y Valor Econômico) y sitios web del gobierno brasileño (Cancillería, Ministerio de Gobierno, Cámara, Senado). Por lo tanto, se categorizó la PEB de Bolsonaro hacia Argentina en Mercosur en dos fases: diplomacia comercial con un sólido sesgo ideológico liberal y diplomacia de ‘contención de daños’.

Palabras clave: Política exterior. Brasil. Argentina. Mercosur. Integración regional.

Introdução

Em 2019, a autodenominada “Nova Política Externa” (ARAÚJO, 2020) do Brasil sob a presidência de Jair Bolsonaro marcou algumas inflexões no panorama regional sul-americano, o que pôde ser verificado pela saída do Brasil na União das Nações Sul-Americanas (Unasul), a constituição do Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul) e a suspensão da participação do país na Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac). Dado o contexto do reposicionamento da PEB para a América do Sul e Latina no governo Bolsonaro, o Mercado Comum do Sul, doravante Mercosul, apareceu como o espaço privilegiado da inserção regional do Brasil.

Contudo, com a eleição de Alberto Fernández na Argentina, as relações do Brasil com o vizinho sul-americano tampouco ficaram imunes ao revisionismo político-ideológico, o que implicou em uma mudança no posicionamento do Brasil no Mercosul. Em termos políticos e históricos, a confiança entre Brasil e Argentina foi fundamental para institucionalizar a integração regional (CERVO; BUENO, 2012; OLIVEIRA, 2008; RICUPERO, 2017). O aspecto econômico também se faz relevante. Segundo dados do Ministério da Economia (ME), a Argentina é o principal parceiro comercial do Brasil na América do Sul e o quarto maior destino das exportações brasileiras, depois de China, União Europeia (UE) e Estados Unidos. As exportações para a Argentina envolvem

essencialmente bens da indústria de transformação, em cujo comércio o Brasil tem uma relação superavitária (BRASIL, 2022a). No Mercosul, a Argentina é responsável por 70% do volume de comércio com o Brasil, segundo dados da plataforma do governo federal ComexVis (BRASIL, 2022b).

Por isso, fez-se preocupante o tensionamento da Política Externa Brasileira (PEB) nas relações com a Argentina durante o governo de Jair Bolsonaro. Sendo assim, a *pergunta* que o estudo buscou responder foi: de que forma a PEB de Bolsonaro se posicionou em relação à Argentina no Mercosul? Os objetivos da pesquisa foram identificar os posicionamentos (interesses, ações e omissões) da política externa de Bolsonaro no Mercosul e investigar as principais divergências e/ou convergências entre Brasil e Argentina no bloco.

Pelas características do objeto de estudo, o trabalho é de natureza descritiva e qualitativa, e apoia-se na análise documental para contextualização histórica, política e econômica dos últimos quatro anos (2019-2022). Dados os limites do recorte temático, a dimensão de análise do objeto é centrada no nacional (política externa brasileira) direcionada para o regional (relação Brasil-Argentina envolvendo o Mercosul). As unidades de análise foram: o presidente (Planalto), ministros — Ministério das Relações Exteriores (MRE) e ME —, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) da Câmara e do Senado. Os indicadores analisados foram pronunciamentos oficiais, declarações à imprensa, audiências públicas, entrevistas, comunicados e outros atos oficiais de atores dessas instituições.

Dada a proximidade do objeto com o tempo histórico presente, parte da amostra foi selecionada de bases de notícias de três dos principais jornais do Brasil: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Valor Econômico. Outra parte foi coletada de *websites* institucionais do governo brasileiro: Planalto, MRE, Câmara e Senado. Os tipos de dados coletados nos *websites* do governo foram discursos, artigos e entrevistas escritos ou proferidos pelo presidente e o chanceler, projetos de lei, acordos, reuniões em vídeo e notícias.

As técnicas de coleta e pesquisa e as bases de dados consultadas e ampliadas foram fornecidas por meio da infraestrutura do Laboratório de Relações Internacionais da Unesp. Foi feito um

treinamento em técnicas de programação em *Python* para auxiliar na ampliação e manutenção das bases de dados construídas ao longo do tempo pelo laboratório, que já coleta e indexa periodicamente as amostras selecionadas. Com isso, pôde-se acompanhar de perto as declarações oficiais da política externa do Brasil para a Argentina no Mercosul, bem como encontrar discursos oficiais e opiniões de outros atores relevantes à análise utilizando como ferramenta o software *Recoll*.²

Desse modo, o trabalho foi estruturado em dois momentos: no primeiro, identifica os posicionamentos políticos formais — discursos oficiais, acordos, declarações à imprensa — da PEB para a Argentina no Mercosul entre 2019 e 2022. No segundo, analisa os momentos de convergência e de tensão entre Brasil e Argentina e indica a existência de dois momentos na relação bilateral.

Linha temporal da PEB para a Argentina no Mercosul (2019-2022)

Dezesseis dias após a posse de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República, Mauricio Macri, presidente argentino, e alguns de seus ministros fizeram a primeira visita diplomática ao presidente que acabara de iniciar seu mandato. No discurso em homenagem a esta ocasião, Bolsonaro afirmou:

Estamos confiantes na modernização do Mercosul tanto em seu aperfeiçoamento interno como na expansão de suas relações com o mundo. O dinamismo das relações entre o Brasil e a Argentina não vem apenas da proximidade geográfica e de nossos interesses compartilhados. Sem a identidade de valores entre nossas sociedades, nunca teríamos avançado tanto em nossa parceria. É em nome dessa identidade que temos defendido e continuaremos a defender a democracia em nossa região (BRASIL, 2019a, n.p.).

No mesmo dia, em alocução à imprensa, Bolsonaro declarou:

Falamos sempre, com franqueza, como deve ser, entre amigos e parceiros (incompreensível), sem qualquer viés ideológico. Não há tabus na relação bilateral [...]. O nosso presidente Macri também nos visita hoje na condição de presidente de turno do Mercosul. Concordamos quanto à importância de, com os demais parceiros, Paraguai e Uruguai, aperfeiçoar o Bloco e propor nova

2. Recoll é um software livre executado em sistemas Linux, Windows e macOS que indexa o texto completo de arquivos no desktop ou rede local e cria uma interface de buscas. Cf. <https://www.lesbonscomptes.com/recoll/>.

agenda de trabalho. Sempre com sentido de urgência. No plano interno, o Mercosul precisa valorizar sua tradição original. Abertura comercial, redução de barreiras, eliminação de burocracias. O propósito é construir um Mercosul enxuto, que continue a fazer sentido e ter relevância. Na frente externa, concordamos que é preciso concluir rapidamente as negociações mais promissoras e iniciar novas negociações, com criatividade e flexibilidade para recuperarmos o tempo perdido (BRASIL, 2019b, n.p.).

O clima de convergência ideológica entre os presidentes se encontra marcado por expressões como “identidade de valores”, “defesa da democracia”, “sem viés ideológico”. A defesa da democracia ganha sentido pela oposição ao governo de Nicolás Maduro na Venezuela, país suspenso do Mercosul em agosto de 2017 (MERCOSUL, 2017). Já a menção à ideologia, segundo Junqueira, Neves e Souza (2020, p.100), alude “às propostas do período do regionalismo pós-hegemônico, em que figuras como Luiz Inácio Lula da Silva, Néstor Kirchner, Pepe Mujica, Hugo Chávez, Rafael Correa e Evo Morales eram as principais lideranças políticas regionais”. Assim, essas expressões não têm um valor em si, mas são instrumentalizadas como elemento de divisão entre Estados e governos (GONÇALVES; MARIANO; RAMANZINI, 2021).

Na realidade, a ideia de “ausência de ideologias” no discurso de Bolsonaro também denota sua verdade: não informa pragmatismo³, senão uma falta de definição política para a região. Até então, não havia estratégia para a integração regional. O plano de governo registrado pela candidatura de Jair Bolsonaro junto ao TSE não continha menções ao Mercosul (TSE, 2018). Paulo Guedes, Ministro da Economia, declarou em 2018 que “O Mercosul é restrito demais para o que estamos pensando. O Mercosul, quando foi feito, foi totalmente ideológico” e que o “Mercosul não é prioridade” (AGOSTINE; RAMALHO, 2018, n.p.). Nem no discurso de posse de Ernesto Araújo no Itamaraty houve qualquer menção à integração regional (BRASIL, 2019c).

3. Resumidamente, o pragmatismo pode ser definido como a condução da ação externa do país movida racionalmente em busca de maximizar a satisfação do autointeresse (como segurança, autonomia e desenvolvimento). Saraiva e Silva (2019, p.118), ao analisarem a relação entre ideologia e pragmatismo na política externa do governo Bolsonaro, estabelecem que “uma política externa pragmática seria baseada na utilidade e praticidade de suas ideias, em que o peso das consequências de cada ação supera o apreço por um ou outro princípio. A ideológica seria mais associada a personalismos e administrações específicas, enquanto a pragmática seria associada a um planejamento de médio-longo prazo, como uma ‘política de Estado’”.

Por outro lado, os discursos denotam o desejo do governo brasileiro em “modernizar”, “valorizar a tradição original” e “enxugar” o Mercosul, “sempre com sentido de urgência”. Nesse sentido, o governo Bolsonaro dá forma à sua política externa para o bloco como prosseguimento à PEB do governo Temer, que buscou dar impulso ao caráter comercial do Mercosul (MARIANO, 2018). O ideal a ser alcançado seria a retomada do regionalismo aberto dos anos 1990, isto é, o Mercosul visto como plataforma de inserção internacional do Brasil, preservando os princípios de autonomia e universalismo da sua diplomacia (CAICHILO, 2017; MARIANO, RAMANZINI, VIGEVANI, 2021).⁴

Também se fez ver na prática uma quebra de ritos. Jair Bolsonaro foi o único presidente brasileiro desde a redemocratização cuja primeira viagem internacional não se dirigiu à Argentina, como tradicionalmente ocorria, mas sim aos Estados Unidos, onde visitou o presidente Donald Trump. Na sequência, participou de seu primeiro ato direcionado ao regionalismo sul-americano no Chile, à época governado por Sebastián Piñera, ao lado dos presidentes da Argentina, Mauricio Macri, do Paraguai, Mario Abdo Benítez, do Peru, Martín Vizcarra, da Colômbia, Iván Duque Márquez e do Equador, Lenín Moreno. Juntos, fundaram o Prosul. O mecanismo foi criado em resposta à Unasul, considerada pelos chefes de Estado presentes como um aparelho ideológico dos governos de esquerda (MARZUI, 2019).

Ao longo dos meses subsequentes, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai anunciaram a conclusão de importantes negociações no âmbito externo e interno. Entre junho e agosto de 2019, o Mercosul chegou a um acordo com a União Europeia depois de

4. Na definição de Saraiva (2013, p.64), “O universalismo corresponderia à ideia de estar aberto para manter relações com todos os países, e é tanto um produto da diversificação de parceiros quanto um instrumento de ação enquanto player global”. Na definição de Mariano e Ramanzini (2012, p.27), “O termo autonomia, no caso brasileiro, remete à ideia de ampliação das margens de atuação ou de escolha do Estado brasileiro perante as limitações impostas pelo sistema internacional. Portanto, ela é relativa e depende muito do contexto doméstico e/ou internacional em que a política externa está sendo implementada”. Como princípios mobilizadores das relações internacionais do Brasil, o regionalismo, o universalismo, a autonomia e o pragmatismo exerceram um importante papel na criação do Mercosul, em um contexto marcado pelas discussões em torno da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), mas ao mesmo tempo instituem uma limitação estrutural à qualidade da integração. Para uma discussão sobre esta ambiguidade no desenvolvimento da visão brasileira sobre o bloco, ver Mariano, Ramanzini e Vigevani (2021).

20 anos de início das negociações (BRASIL, 2022c) e a um outro com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) (BRASIL, 2019e). Em outubro, o governo compartilhou com os demais membros uma simulação de corte unilateral da Tarifa Externa Comum (TEC) pela metade sobre produtos industriais sem consultar o setor privado doméstico (RITTNER, 2019). Na LV Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, marcada para 05 de dezembro de 2019 como forma de se evitar a participação de Alberto Fernández, que seria empossado cinco dias depois (CARMO, 2019), os quatro presidentes do Mercosul assinaram diversos acordos, entre eles o de facilitação do comércio intrabloco (FERRO, 2019).

Além disso, em dezembro de 2019, Brasil e Argentina assinaram o 44º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE 14). O ACE 14 é anterior ao Mercosul e constituiu o referencial para a criação de um mercado comum entre os dois países. O 44º Protocolo Adicional regulamenta o comércio de produtos automotivos, que não são abrangidos pelo regime de livre comércio do Mercosul. O protocolo bilateral foi internalizado no Brasil pelo Decreto nº 10.343, de 8 de maio de 2020, e atualiza o 38º Protocolo, assinado em 2008, que trata do mesmo tema. Ainda, prorrogou sua vigência por tempo indeterminado e estabeleceu um “coeficiente de desvio” para desgravo tarifário às exportações de automóveis, ônibus, caminhões, tratores rodoviários, chassis e autopeças até julho de 2029, quando então os produtos passarão a ser de livre comércio (BRASIL, 2022d).

Entretanto, a assunção de Alberto Fernández em dezembro de 2019 estremeceu as relações entre Brasil e Argentina. Ainda em junho daquele ano, preocupações ideológicas tomaram conta da relação bilateral. As pesquisas de voto na eleição presidencial argentina já indicavam a liderança do peronista Alberto Fernández e sua vice, Cristina Kirchner (PALADINI, 2019). Em almoço oficial oferecido por Macri em 06 de junho, Bolsonaro declarou:

No momento, eu peço ao nosso Deus, a qual devo minha vida, que ilumine o povo argentino por ocasião das eleições que se aproximam. E votem com razão e não com emoção. [...] Ouso dizer que nunca a Argentina e Brasil estiveram tão unidos. As experiências que nossos povos tiveram no passado, que sirva de lição para não flertarmos mais com aquilo que não deu certo em lugar nenhum no mundo. Temos a preocupação enorme com a Venezuela, mais do que isso, que outros países, como o próprio Brasil, que esteja muito à beira desse abismo se afaste do mes-

mo. Eu costumo dizer que combatemos a corrupção sim, Macri, mas tem algo muito, mais muito mais importante a combater. É a questão ideológica, isso não pode voltar para nenhum país aqui da América do Sul (BRASIL, 2019d, n.p.).

Desde a campanha eleitoral na Argentina, o presidente Bolsonaro e Alberto Fernández ofenderam-se um ao outro, tendo Fernández visitado o presidente Lula na prisão em julho (ROXO; FIGUEIREDO, 2019). Como fez com a Venezuela, o governo Bolsonaro passou a fortalecer uma dicotomização entre os dois países e a se distanciar de uma agenda bilateral comum, com impactos ainda incertos para a integração. Bolsonaro não cumprimentou Fernández pela vitória nas eleições e, na posse de Fernández, Bolsonaro enviou seu vice, Gal. Hamilton Mourão (CAVALCANTI; FERRO, 2019). Em entrevista ao jornal Valor Econômico em 25 de novembro de 2019, Ernesto Araújo declarou que “Uma eventual – eventual, possível ou provável – retração da Argentina não nos afetará. O Brasil irá em frente individualmente, vamos explorar as flexibilidades” (FUNAG, 2019, p.02). Outro cenário com que o governo passou a trabalhar, admitiu o chanceler, seria a saída do Mercosul.

Com isso, o papel de reaproximação entre os dois países passou a ser feito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Entre as ações da “diplomacia parlamentar” na sua gestão, Maia anulou a moção de repúdio contra o presidente eleito da Argentina apresentada na CREDN da Câmara, presidida por Eduardo Bolsonaro (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019a) e encontrou-se com o presidente da Câmara da Argentina, Sergio Massa, e com o presidente Alberto Fernández em missão oficial em Buenos Aires ainda em dezembro de 2019. Na ocasião, disse que: “Numa democracia o mais importante é olhar o país vizinho e respeitar a decisão do povo. Temos que deixar de lado as questões ideológicas. Se a gente fortalecer nosso bloco comercial e a relação com a Argentina, teremos, no futuro, um bom resultado para nossa sociedade” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019b, n.p.).

Do mesmo modo, Sergio Massa veio ao Brasil em março de 2020 com uma comitiva suprapartidária. O presidente da Câmara dos Deputados argentina disse que antes de assinar o acordo Mercosul-UE, os países do Cone Sul deveriam primeiro fortalecer o próprio bloco comercial:

O Estado argentino avançou nos primeiros passos sem consultar seus setores industrial, comercial e agrícola. O governo do presi-

dente Fernández vai primeiro avançar no diálogo com o setor privado para ver quais são as assimetrias. Além disso, nosso desejo é avançar na consolidação do Mercosul previamente ao acordo entre União Europeia e Mercosul (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020, n.p.).

Por seu turno, o governo de Fernández buscou aproximar-se do Brasil. Da mesma forma que a nota lançada pelo Grupo de Lima, do qual o Brasil é parte, a Argentina condenou a atuação de Maduro na Venezuela em janeiro de 2020 (RITTNER, 2020). Em fevereiro, o chanceler argentino, Felipe Solá, visitou Ernesto Araújo, momento no qual prometeu a ratificação do acordo Mercosul-UE e transmitiu aceitação em discutir a redução da TEC, porém pediu para o Brasil moderar o discurso (RITTNER; SCHUCH, 2020a).

Já a chegada da pandemia de covid-19 na região e o aprofundamento da crise da dívida externa na Argentina deram estímulo à restrição deste país em ceder às pressões brasileiras por um “choque” tarifário ou pelo impulso às negociações do Mercosul com Canadá, Cingapura, Líbano e Coreia do Sul. Por parte da indústria brasileira, a proposta de redução da TEC e a possibilidade de saída do Mercosul pelo Brasil também encontraram resistência. Em 2020, a Confederação Nacional da Indústria produziu um relatório afirmando que “O Mercosul é fundamental para o comércio exterior brasileiro” (CNI, 2020, p.11). Em audiência pública na CREDN do Senado no dia 19 de agosto de 2021, o gerente de Políticas de Integração Internacional da CNI indicou que a prioridade do setor não é a redução tarifária, mas sim fazer a abertura via acordo comercial, uma vez que este modelo traz “previsibilidade”. Já o ministro Paulo Guedes, também presente na reunião, fez críticas à união aduaneira e afirmou que “não é o Brasil que fica onde o Mercosul manda, o Mercosul é que tem que ser conveniente com o Brasil” (TV SENADO, 2021, n.p.).

Então, o Brasil passou a pensar em estratégias de “flexibilização”. Paulo Guedes e Ernesto Araújo discutiram em maio de 2020 uma versão “a la carte” para o bloco, em que eventuais acordos extrarregionais pudessem prescindir da participação da Argentina. Essa flexibilidade acena para um formato do Mercosul que faz regredir o sentido da integração, de uma união aduaneira imperfeita para uma zona de livre-comércio, em que os países do bloco pudessem negociar bilateralmente com outros países extra-bloco

(OTTA, 2020). Em dezembro de 2020, após a LVII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, o Uruguai formalizou entre os membros a proposta de acordos ‘flexíveis’, com a qual o Brasil simpatiza, pela percepção corrente de que a Argentina tem viés fortemente protecionista e pode travar o avanço de futuros acordos (RITTNER; SCHUCH, 2020b). A Argentina, porém, rechaça a proposta.

Em 2021, novos atores passaram a mediar as relações bilaterais entre Brasil e Argentina. O novo embaixador argentino, Daniel Scioli, logrou boa inserção no círculo político próximo de Bolsonaro (RITTNER, 2021a) e Carlos França sucedeu Ernesto Araújo no Itamaraty em meio ao desgaste da relação entre o Executivo e o Legislativo que culminou na criação da Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19 (FRAZÃO, 2021). Ao contrário de Araújo, Carlos França deu destaque às relações com a Argentina no seu discurso de posse:

Outro lugar onde o diálogo se impõe é a nossa vizinhança. Os acordos nucleares do Brasil com a Argentina, por exemplo, que já têm mais de três décadas, são símbolo do predomínio da cooperação sobre a rivalidade. O MERCOSUL, que também completa três décadas, representa uma etapa construtiva da integração com nossos vizinhos. E é preciso ir além, abrindo novas oportunidades (BRASIL, 2021, n.p.).

Adicionalmente, o intento frustrado de acordar uma redução drástica da TEC no setor manufaturado e a aproximação com o ano eleitoral de 2022 fizeram com que o governo brasileiro buscasse encontrar um ‘mínimo denominador comum’ com a Argentina. O Brasil passou a estudar um corte linear em 20% de todas as tarifas de importação até o fim de 2021, ajuste considerado viável de modo a evitar resistências também de setores domésticos da indústria (RITTNER, 2021b).

Na reunião virtual extraordinária de Ministros das Relações Exteriores e da Economia do Mercosul em abril de 2021, a proposta do Brasil de redução imediata da TEC em 10% e outros 10% em seis meses para todos os produtos não encontrou respaldo da parte argentina, que fez uma contraproposta menos ambiciosa, mantendo as atuais alíquotas para setores considerados sensíveis. As duas outras propostas aventadas, uma de redução da TEC com cronogramas diferentes entre os países e outra de flexibilização nas negociações extra-bloco, tampouco tiveram aprovação da Argentina. Por outro lado, os argentinos

manifestaram-se favoráveis ao aprofundamento das discussões pelas áreas técnicas (RITTNER, 2021c).

Em 08 de outubro de 2021, Brasil e Argentina chegaram a um entendimento conjunto. Buenos Aires cedeu a parte das reivindicações por maior abertura comercial, enquanto o Brasília aceitou a redução das alíquotas de importação em somente 10% para a maior parte do universo tarifário. Os setores sucroalcooleiro, automotivo, têxtil e calçadista ficaram de fora da redução (BORGES; MOLINA, 2021). Apesar de muito abaixo do desejado pelo Brasil, o entendimento bilateral de redução da TEC significou um gesto político a uma maior abertura.

Para passar a valer, o acordo deveria receber a aprovação do Paraguai e do Uruguai. Porém, este último condicionou o aceite do entendimento conquanto os países apoiassem sua decisão de negociar bilateralmente com a China para um acordo de livre comércio. Com isso, o Brasil decidiu, em novembro de 2021, reduzir unilateralmente a TEC em 10% até 31 de dezembro de 2022, amparando-se no art.50 do Tratado de Montevideu de 1980, que na prática permite a adoção de medidas unilaterais pelos membros voltadas à “proteção da vida e da saúde das pessoas”. A redução imediata seria uma resposta à escalada da inflação, segundo o governo (RODRIGUES, 2021).

Ainda, em maio de 2022, o governo federal anunciou nova redução unilateral de 10% da TEC até 31 de dezembro de 2023, não só sob a justificativa do combate à inflação, mas também considerando os impactos do conflito na Ucrânia e a média tarifária dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE (PODER360, 2022a). Cabe notar que, em janeiro de 2022, o Brasil recebeu convite formal da OCDE para iniciar seu processo de adesão (SANT'ANA, 2022).

Foi somente na LX Cúpula de Chefes de Estado, em julho de 2022, a primeira cúpula presencial após dois anos de pandemia, que os membros consentiram na redução da TEC em 10% permanentemente, além de anunciarem a conclusão das negociações para a assinatura de um acordo do Mercosul com Singapura (EBC, 2022). Bolsonaro recusou-se a comparecer, limitando-se a enviar seu discurso gravado em vídeo, que foi transmitido na sessão (PODER360, 2022b).

Com base no exposto nesta seção, o quadro 1 apresenta um panorama do comportamento da PEB para a Argentina no governo Bolsonaro e seus impactos nas decisões do Mercosul.

Quadro 1 — Linha do tempo da PEB para a Argentina no Mercosul (2019-2022)

| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---------------------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|
| PEB para a Argentina | Identidade de valores | Tensionamento das relações diplomáticas | Itamaraty busca normalizar relações | Itamaraty mantém 'retenção de danos' |
| Impactos decisórios no Mercosul | Impulso a acordos comerciais (UE, EFTA e de facilitação do comércio) | Impasse sobre o sentido da integração | Entendimento Brasil-Argentina sobre a TEC; Brasil aplica redução unilateral imediata | Acordo comercial com Singapura; Acordo de redução da TEC |

Fonte: elaboração própria

A PEB para a Argentina em duas fases

A hipótese deste trabalho é a de que a política externa de Bolsonaro para a Argentina no Mercosul pode ser caracterizada em duas fases, com diferenças e continuidades. A primeira coincide com a chancelaria de Ernesto Araújo, caracterizada por uma diplomacia comercial com forte viés ideológico liberal. Por ela, foram mantidas boas relações com governos de mesma ideologia – Macri, Benítez e Lacalle Pou – e maior distanciamento com o governo mais protecionista de Fernández logo que assumiu a presidência argentina.

No segundo momento, com a nomeação do chanceler Carlos França, a possibilidade de ação pragmática do Itamaraty ganhou maior proeminência, caracterizando-se por uma reaproximação tática com a Argentina em vista do interesse brasileiro na abertura comercial via redução da TEC. Ao mesmo tempo, o fim do impasse bilateral nesse tema foi uma forma de buscar compatibilizar os interesses da cúpula do governo aos de atores domésticos de cujo apoio depende, como a indústria.

Contudo, indica-se que, no seu conjunto, a PEB para a Argentina no período de França não pode ser definida como pragmática. Antes, seria uma tentativa de “retenção de danos”. Sugere-se a expressão “retenção de danos” (KALOUT, 2021) em vez de pragmatismo pela continuidade de quadros no governo do grupo dos ideólogos, incluindo entre eles os “olavistas” (SARAIVA; SIL-

VA. 2019). O presidente Bolsonaro e titulares de cargos importantes, como o ministro Paulo Guedes e o Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Presidente da República, Filipe Martins, mantiveram sua política de desconfiança e afastamento em relação à Argentina e à cooperação regional no Mercosul ao longo do período indicado. Exemplo desse estranhamento foi a ausência de cooperação regional para o combate à pandemia (compra de vacinas, controle fronteira, investimentos em pesquisa, etc) durante a segunda onda de infecções de covid-19 em 2021 (FERNANDES, 2022).

Dois fatores reforçam a hipótese da atuação de Carlos França apenas como contenção de danos. Primeiro, conforme assinalado, o presidente Bolsonaro decidiu não comparecer à LX Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul em julho de 2022, a primeira em regime presencial desde a pandemia de covid-19, demonstrando a falta de interesse do governo Bolsonaro pela integração. A chegada de Carlos França não altera, portanto, o caráter não pragmático da PEB para o entorno regional, especialmente em relação à Argentina.

Convém observar que os presidentes Bolsonaro e Fernández, ao contrário da relação com Macri, só se encontraram fortuitamente em raras ocasiões. Na celebração dos 35 anos do “dia da amizade” entre Brasil e Argentina em dezembro de 2020, Bolsonaro teve um encontro virtual com Fernández articulado pelo embaixador argentino Daniel Scioli. O conteúdo da discussão, porém, só foi divulgado pela Casa Rosada, segundo a qual o presidente argentino discutiu a construção de um gasoduto para fornecimento de gás à região sul do Brasil (SCHUCH; MURAKAWA, 2020). Já a primeira vez que se encontraram pessoalmente ocorreu dois anos após a posse de Fernández, em outubro de 2021, durante momento informal na reunião dos presidentes do Grupo dos 20 (G-20), que reuniu as 20 maiores economias do mundo em Roma. Por iniciativa de Fernández, os presidentes argentino e brasileiro se cumprimentaram com um aperto de mãos e apenas uma troca rápida de palavras (O GLOBO, 2021). Por fim, os presidentes só se encontraram novamente em junho de 2022 durante a IX Cúpula das Américas em Los Angeles. Segundo O Estado de S. Paulo, o encontro esteve a cargo do ministro Carlos França. Os presidentes conversaram de pé durante meia hora, dos quais dez minutos a sós, e discutiram, entre outros assuntos, sobre o for-

necimento de gás. As equipes de comunicação da Presidência e do MRE argentinos evitaram difundi-lo (NIEBIESKIKWIAT, 2022).

A segunda razão que reforça a hipótese da atuação de Carlos França apenas como contenção de danos é que a internalização dos acordos comerciais intrabloco assinados pelos países do Mercosul no final de 2019 está com sua tramitação praticamente paralisada no Legislativo brasileiro. O principal deles, o chamado acordo de facilitação de comércio, até a presente data, permanece aguardando análise nas comissões da Câmara dos Deputados como Projeto de Decreto Legislativo 164/2022 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022). Segundo parlamentares da base aliada, a maioria no Congresso, a lentidão na tramitação do acordo está diretamente relacionada à falta de empenho do governo federal pela sua aprovação no Legislativo (RITTNER, 2021d). Vale recordar que o Planalto interferiu diretamente para controlar o Congresso no biênio 2021-2022 por meio da eleição de Arthur Lira e de Rodrigo Pacheco para a presidência da Câmara e do Senado, respectivamente (FRAZÃO *et al.*, 2021).

Já quanto aos acordos extra-bloco, cujo expoente é a Associação Mercosul-UE, o grande desafio passou a ser contar com sua ratificação no Parlamento Europeu, que resiste ao acordo, entre outros aspectos, pela política ambiental do governo Bolsonaro e do andamento de propostas da bancada ruralista no Congresso brasileiro vistas como nocivas ao meio ambiente (BRANT; MACHADO, 2022). A negligência do governo com a imagem do Brasil no exterior e com a internalização dos acordos demonstra que, na prática, o Brasil deu menor importância às negociações comerciais no Mercosul do que faz supor o discurso do governo, a saber, o de que estas negociações seriam a prioridade da PEB para o Mercosul.

É questionável, portanto, o raciocínio de que o governo argentino seria o verdadeiro empecilho à agenda comercial no Mercosul. Antes, a Argentina pode ter exercido o papel de limitar tentativas de regressão do sentido da integração regional, cuja pressão não deixou de ser promovida durante a chancelaria de Carlos França (PODER360, 2022c). Importantes setores da indústria brasileira, que participam de mecanismos institucionais do Mercosul, também exerceram uma contra-pressão, apresentando ao Brasil um limite interno (MARIANO; NEVES, 2021) em seu interesse de abertura comercial via redução das alíquotas de

importação (CNI, 2021). Além disso, segundo Hoeveler e Kanaan (2021), apesar de o Itamaraty, na gestão de Carlos França, adotar um tom mais moderado em relação a Ernesto Araújo, cedeu e acobertou a “ala ideológica” do governo em diversas oportunidades. Desse modo:

É nesse jogo de criar contradições internas que o governo Bolsonaro encontrou seu *modus operandi* perfeito: simulando a própria oposição, o presidente e seu clã logram situação na qual os próprios quadros do governo ganham todos os holofotes, deixando as oposições reais em estado de apatia, muitas vezes cultivando uma vã esperança de moderação que jamais se concretiza (HOEVELER; KANAAN, 2021, n.p.).

Considerações finais

Sugere-se que a PEB de Bolsonaro para a Argentina pode ser categorizada em duas fases, uma de diplomacia comercial com forte viés ideológico liberal e outra como uma diplomacia de ‘contenção de danos’, cada qual com seus respectivos impactos no Mercosul. A primeira corresponde à política externa do ministro Ernesto Araújo, de janeiro de 2019 a março de 2021, que criou condições para uma convergência ideológica com o governo de Mauricio Macri e levou a um impasse político com o governo de Alberto Fernández.

Na segunda, após a nomeação do chanceler Carlos França em abril de 2021, o Brasil retoma as relações com a Argentina principalmente para acordar a diminuição da Tarifa Externa Comum, a qual o Brasil acabou por reduzir de forma unilateral, com o argumento de que seria uma saída para conter a alta da inflação, de modo a satisfazer setores domésticos de apoio. Todavia, esse posicionamento de ir contra os limites impostos pelas regras do Mercosul se estas não lhe forem convenientes já era defendido por integrantes do governo, como Paulo Guedes. O Brasil, por outro lado, cedeu à pressão da Argentina e de setores da indústria doméstica em relação ao grau e à amplitude da revisão tarifária no bloco.

Assim, desde a eleição de Alberto Fernández na Argentina em 2019, a diplomacia bilateral é tensionada no Mercosul pela oposição entre os interesses comerciais ligados à ideologia livre-cambista do Brasil e os interesses mais protecionistas que de-

fendem a continuidade das negociações conjuntas e a política tarifária do bloco, representados pela Argentina e também por importantes setores econômicos brasileiros, como a indústria. No entanto, cabe ressaltar que, ao contrário do aparente empenho pela abertura comercial no Mercosul em seus discursos, o governo Bolsonaro não deu prioridade ao andamento dos acordos celebrados nesta pauta.

Referências Bibliográficas

AGOSTINE, C; RAMALHO, A. Paulo Guedes diz que Mercosul não é prioridade de Bolsonaro. **Valor Econômico**: Rio de Janeiro, 28.out.2018. Disponível em: <http://glo.bo/3V9XYxk>. Acesso em:20.set.2022.

ARAÚJO, E. **A Nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores**. FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2020.

BORGES, R.; MOLINA, F. **Brasil e Argentina acertam diferenças e acordam reduzir em 10% a tarifa externa comum do Mercosul**. El País: São Paulo/Buenos Aires,08.out.2021. Disponível em:<https://tinyurl.com/5n95x5u6>. Acesso em:20.set.2022.

BRANT, D.; MACHADO, R. Avanço de acordo UE-Mercosul esbarra em projetos do Congresso. **Folha de S. Paulo**: Brasília, 30.abr.2022. Disponível em: <https://folha.com/hkyult7d>. Acesso em:20.set.2022.

BRASIL. **Brinde do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em homenagem ao presidente da Argentina, Senhor Mauricio Macri**. Planalto: Brasília,16.jan.2019a. Disponível em:<https://tinyurl.com/5n6tbtnu>. Acesso em:20.set.2022.

BRASIL. **Declaração à Imprensa do Presidente da República, Jair Bolsonaro, após Cerimônia de assinatura de Atos entre Brasil e Argentina**. Planalto: Brasília, 16.jan.2019b. Disponível em:<https://tinyurl.com/3vwshckd>. Acesso em:20.set.2022.

BRASIL. **Ernesto Araújo - Discurso de posse**. Funag: Brasília,02.jan.2019c. Disponível em: <https://tinyurl.com/24yezkhx>. Acesso em:20.set.2022.

BRASIL. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante almoço oficial oferecido pelo senhor Mauricio Macri, Presidente da República Argentina**. Planalto: Buenos Aires,06.jun.2019d. Disponível em:<https://tinyurl.com/yc3wm8rd>. Acesso em:20.set.2022.

BRASIL. **Acordo de Livre Comércio Mercosul-EFTA**. MRE: [S.l.],03.set.2019e. Disponível em:<https://tinyurl.com/yrsmjhr>. Acesso em:20.set.2022.

BRASIL. **Carlos Alberto Franco França - Discurso de posse**. Funag: Brasília, 06.abr.2021. Disponível em:<https://tinyurl.com/2am7xbvj>. Acesso em:20.set.2022.

BRASIL. **Balança Comercial Brasileira - 2º Trimestre de 2022**. Ministério da Economia: Brasília, jul.2022a. Disponível em:<https://tinyurl.com/mupc38rr>. Acesso em:18.out.2022.

BRASIL. **ComexVis - Mercosul**. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços: Brasília, 2022b. Disponível em:<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 18.out.2022.

BRASIL. **Mercosul/União Europeia**. Siscomex: Brasília,2022c. Disponível em: <https://tinyurl.com/4p2kcp4n>. Acesso em:20.set.2022.

BRASIL. **Brasil – Argentina (ACE 14)**. Siscomex: Brasília,2022d. Disponível em: <https://tinyurl.com/2d9ba58v>. Acesso em:18.out.2022.

CAICHILOLO, C. R. **The Mercosur Experience and Theories of Regional Integration**. Contexto Internacional vol.39(1) Jan/Abr 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2017390100006>. Acesso em:20.set.2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Maia anula moção de repúdio contra o presidente eleito da Argentina**. Agência Câmara de Notícias: Brasília,12.nov.2019a. Disponível em: <https://tinyurl.com/43hjcupk>. Acesso em:03.mar.2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Em missão oficial na Argentina, Maia defende instituições democráticas**. Agência Câmara de Notícias: Brasília,05.dez.2019b. Disponível em:<https://tinyurl.com/mu2ejkxv>. Acesso em:03.mar.2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Maia destaca diplomacia parlamentar para fortalecer economia do Brasil e da Argentina**. Agência Câmara de Notícias: Brasília, 04.mar.2020. Disponível em:<https://tinyurl.com/mjfk6245>. Acesso em:03.mar.2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Decreto Legislativo nº 164/2022**. Brasília, 2022. Disponível em:<https://tinyurl.com/yc5m45yn>. Acesso em:20.out.2022.

CARMO, M. **‘Falta de clima’ com Bolsonaro deixa presidente eleito da Argentina de fora de encontro do Mercosul**. BBC: Buenos Aires, 01.dez.2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50606788>. Acesso em:03.mar.2022.

CAVALCANTI, L.; FERRO, M. **Bolsonaro decide enviar Mourão para a posse de Fernández na Argentina**. Poder360: [S.l.], 09.dez.2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/2dafvtrf>. Acesso em:03.mar.2022.

CERVO, A.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 4ª.ed., 2012.

CNI. **CNI e IndustriALL-Brasil pedem suspensão de proposta para a redução da TEC do Mercosul**. Agência CNI de Notícias: [S.l.], 24.jun.2021. Disponível em:<https://tinyurl.com/y4xcw3sj>. Acesso em:03.mar.2022.

CNI. **Impactos jurídicos da saída do Mercosul**. Brasília: Confederação Na-

cional da Indústria, 2020, 82 p.. Disponível em:<https://tinyurl.com/me2z3u3c>. Acesso em:03.jan.2022.

EBC. **Presidentes se reúnem na 60ª Cúpula do Mercosul no Paraguai**. Brasília: 21 jul. 2022. Disponível em:<https://tinyurl.com/4ac4ryx7>. Acesso em:20.set.2022.

FERNANDES, T. Do Impasse Político ao Des-Envolvimento Regional: A Cooperação Contra a Pandemia na Política Externa de Bolsonaro para o Mercosul. **Anais da XXIX Jornada de Jovens Investigadores AUGM**. No prelo, 2022.

FERRO, M. **Bolsonaro e presidentes do Mercosul assinam acordo de facilitação do comércio**. Poder360: [S.l.], 05.dez.2019. Disponível em:<https://tinyurl.com/yzf6xsj4>. Acesso em:03.mar.2022.

FRAZÃO, F. Ernesto Araújo pede demissão após pressão do Congresso e críticas por atuação na pandemia. **O Estado de S. Paulo**: Brasília, 29.mar.2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/43uswva8>. Acesso em:03.mar.2022.

FRAZÃO, F.; *et al.* Apoiados por Bolsonaro, Lira e Pacheco vão comandar o Congresso. **O Estado de S. Paulo**: Brasília, 02.fev.2021. Disponível em:<https://tinyurl.com/ms3updjp>. Acesso em:03.mar.2022.

FUNAG. **Entrevista do Ministro Ernesto Araújo ao Valor Econômico**. [S.l.], 25.nov.2019. Disponível em:<https://tinyurl.com/mr3n83jy>. Acesso em:03.mar.2022.

GONÇALVES, J.; MARIANO, M.; RAMANZINI, H. The Quest for Syntony: Democracy and Regionalism in South America. **Bulletin of Latin American Research**, v.41, n.2, p.305–319, 2021. Disponível em:<https://doi.org/10.1111/blar.13263>. Acesso em:06.mar.2022.

HOEVELER, R.; KANAAN, G. **Moderação para inglês ver: Carlos França à frente do Itamaraty**. Uol: [S.l.], 21.dez.2021. Disponível em:<https://tinyurl.com/58znybmd>. Acesso em:03.mar.2022.

JUNQUEIRA, C.; NEVES, B.; SOUZA, L. Regionalismo Sul-americano nos anos 2020: o que esperar em meio às instabilidades políticas?. **Revista Tempo Do Mundo**: Brasília, n.23, p.93-122, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/rtm23art4>. Acesso em:06.maio.2022.

KALOUT, H. Hussein Kalout: a pior política externa da história do Itamaraty. **O Estado de S. Paulo**: [S.l.], 12.jul.2021. Disponível em:<https://tinyurl.com/yu9xv3ft>. Acesso: 06.mar.2022.

MARIANO, K.; NEVES, B. El regionalismo sudamericano y el giro a la desintegración: algunas reflexiones. **Foro Internacional**. [S.l.], p.137–178, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24201/fi.v62i1.2842>. Acesso em: 08.maio.2022.

MARIANO, M. O Brasil de Temer: incertezas domésticas e Política Externa. In: REVELEZ, L. B.; LUZURIAGA, W. F. (Eds.). **Anuario Política Internacional & Política Exterior**: [S.l.], 2017-2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38244881/O_Brasil_de_Temer_incertezas_dom%C3%A9sticas_e_pol%C3%ADtica_externa. Acesso em: 08.maio.2022.

MARIANO, M.; RAMANZINI, H. Uma análise das limitações estruturais do Mercosul a partir das posições da política externa brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v.20, n.43, p.23-41, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000300002>. Acesso em: 03.mar.2022.

MARIANO, M.; RAMANZINI, H.; VIGEVANI, T. O Brasil e o 25 Mercosul: atores domésticos e oscilações da política externa nos últimos 30 anos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.112, p.15-54, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-015054/112>. Acesso em: 03.mar.2022.

MARZUI, G. **No aniversário, Bolsonaro viaja ao Chile para discutir criação do Prosul com líderes sul-americanos**. G1: Brasília, 21.mar.2019. Disponível em: <http://glo.bo/2Ct2iSw>. Acesso em: 20.set.2022.

MERCOSUL. **Decisão sobre a suspensão da Venezuela no MERCOSUL**. São Paulo: 05.agosto.2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/yh3ycnka>. Acesso em: 20.set.2022.

NIEBIESKIKWIAT, N. **La inesperada charla entre Alberto Fernández y Jair Bolsonaro en la Cumbre de las Américas: de qué hablaron**. Clarín: [S.l.], 10.jun.2022. Disponível em: <https://clar.in/3xDU9re>. Acesso em: 20.set.2022.

O GLOBO. G-20: Bolsonaro tem 1º encontro com Fernández desde a posse do presidente argentino. **Valor Econômico**: Rio de Janeiro, 30.out.2021. Disponível em: <http://glo.bo/3hZsUlz>. Acesso em: 03.mar.2022.

OLIVEIRA, H. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2ª.ed., 2008.

OTTA, L. Guedes e Araújo discutem “Mercosul à carte”. **Valor Econômico**: Brasília, 07.maio.2020. Disponível em: <http://glo.bo/3EyeRLt>. Acesso em: 03 mar. 2022.

PALADINI, E. **Cuatro nuevas encuestas electorales, con una coincidencia y muchas diferencias**. Clarín: Buenos Aires, 26.maio.2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p98ba4h>. Acesso em: 03 mar. 2022.

PODER360. **Governo anuncia nova redução de 10% no Imposto de Importação de bens comercializados**. [S.l.], 23.maio.2022a. Disponível em: <https://tinyurl.com/2kmjen64>. Acesso em: 20.set.2022.

PODER360. **Ao vivo: Bolsonaro falta à reunião do Mercosul e envia vídeo [21:30-25:00]**. [S.l.], 21.jul.2022b. Disponível em: <https://youtu.be/Vi5wbgF-33ns>. Acesso em: 20.set.2022.

PODER360. **Brasil está aberto a flexibilização do Mercosul, diz França**. [S.l.], 20.jul.2022c. Disponível em: <https://tinyurl.com/5yphwvn3>. Acesso em: 20.set.2022.

RICUPERO, R. **A Diplomacia na Construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Ed. Versal, 2017.

RITNER, D. Brasil planeja ‘choque’ em tarifa industrial. **Valor Econômico**: Brasília, 22.out.2019. Disponível em: <http://glo.bo/2pGJueO>. Acesso em: 20.set.2022.

RITTNER, D. Eleição na Venezuela é possível caminho de convergência entre Brasil e Argentina. **Valor Econômico**: Brasília, 08.jan.2020. Disponível em: <https://bityli.com/5PLJ0l>. Acesso em:20.set.2022.

RITTNER, D. Patrocinador da paz Brasil-Argentina, embaixador vive resgate político. **Valor Econômico**: Brasília, 08.fev.2021a. Disponível em:<http://glo.bo/3ERrzpQ>. Acesso em: 20.set.2022.

RITTNER, D. Brasil discute reduzir em 20% tarifas adotadas no Mercosul. **Valor Econômico**: Brasília, 19.fev.2021b. Disponível em:<http://glo.bo/3tOJ5F4>. Acesso em: 20.set.2022.

RITTNER, D. Brasil e Argentina divergem em redução de tarifa. **Valor Econômico**: Brasília, 27.abr.2021c. Disponível em:<http://glo.bo/3VfsTIA>. Acesso em:20.set.2022.

RITTNER, D. Acordos do Mercosul ficam esquecidos e ‘dormem’ na Câmara. **Valor Econômico**: Brasília, 29.abr.2021d. Disponível em:<http://glo.bo/3XmTYeJ>. Acesso em: 20.set.2022.

RITTNER, D.; SCHUCH, M. Brasil sela paz com Argentina e recebe pedido sobre o FMI. **Valor Econômico**: Brasília, 13.fev.2020a. Disponível em:<http://glo.bo/3Eve0Lp>. Acesso em: 20.set.2022.

RITTNER, D.; SCHUCH, M. Uruguai formaliza proposta de acordo ‘flexível’ no Mercosul. **Valor Econômico**: Brasília, 17.dez.2020b. Disponível em:<http://glo.bo/3Gz0F7z>. Acesso em: 20.set.2022.

RODRIGUES, L. Governo reduz tarifas de importação em 10% para tentar conter a inflação, sem o aval do Mercosul. **O Estado de S. Paulo**: Brasília, 05.nov.2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p7bfarz>. Acesso em:20.set.2022.

ROXO, S.; FIGUEIREDO, J. **Líder da corrida presidencial na Argentina visita Lula na prisão e promete ficar ao seu lado**. O Globo: São Paulo e Rio de Janeiro, 04.jul.2019. Disponível em:<http://glo.bo/3gpaYR5>. Acesso em:20.set.2022.

SANT’ANA, J. **OCDE faz convite oficial para que Brasil negocie entrada na entidade**. G1: Brasília, 25.jan.2022. Disponível em:<http://glo.bo/3AE9jOp>. Acesso em:20.set.2022.

SARAIVA, M. Continuidade e mudança na política externa brasileira: As especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. **Relações Internacionais (R:I)**, [s.l.], n.37, p.63–78, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n37/n37a06.pdf>. Acesso em: 03.mar.2022.

SARAIVA, M.; SILVA, A. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais (R:I)**, Lisboa, v.64, p.117-137, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23906/ri2019.64a08>. Acesso em:13.mar.2022.

SCHUCH, M.; MURAKAWA, F. Bolsonaro faz ‘encontro virtual’ com Fernández. **Valor Econômico**: Brasília, 01.dez.2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/4a9jmbwt>. Acesso em: 20.set.2022.

TSE. **O Caminho da Prosperidade: proposta de governo de Jair Bolsonaro**. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/2z9amftc>. Acesso em: 20.set.2022.

TV SENADO. **CRE recebe os ministros Paulo Guedes, e de Relações Exteriores, Carlos Alberto França**. Brasília, 20.ago.2021. Disponível em: <https://youtu.be/oHxbaHhFr1k>. Acesso em: 20.set.2022.

Divide et Impera: uma análise sobre a colonização da África e suas consequências

Divide et Impera: an analysis of the colonization of Africa and its consequences

Divide et Impera: un análisis de la colonización de África y sus consecuencias

Brunno Victor Freitas Cunha¹

RESUMO

A colonização da África teve impactos profundos para as populações colonizadas e foi um elemento crucial para a constituição dos Estados africanos no período pós-colonização. Tendo isso em vista, o artigo tem como objetivo analisar como se deu e quais os impactos da colonização do continente africano. Através de uma revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias, argumenta-se que a colonização se instituiu através tanto da imposição de uma estrutura de pensamento pautada na hierarquização de populações tendo como base preceitos raciais, quanto pelo interesse de exploração de recursos a partir do domínio do território. Ademais, conclui-se que a colonização delimitou as condições de possibilidade dos Estados africanos no pós-colonização em suas formas de organização política e social.

Palavras-chave: Colonização. Relações Internacionais. África. Território. Fronteiras.

ABSTRACT

The colonization of Africa had profound impacts on colonized populations and was a crucial element in the constitution of African states in the post-colonization period. With this in mind, the article

aims to analyze how it happened and what were the impacts of colonization in the African continent. Through a bibliographical review of primary and secondary sources, it argues that colonization was instituted through both the imposition of a thought structure based on the hierarchy of populations based on racial precepts, and the interest in the exploitation of resources through the domain of the territories. Furthermore, it concludes that colonization delimited the conditions of possibility of African states in the post-colonization period in their forms of political and social organization.

Keywords: Colonization. International Relations. Africa. Territory. Borders.

RESUMEN

La colonización de África tuvo profundos impactos en las poblaciones colonizadas y fue un elemento crucial en la constitución de los estados africanos en el período posterior a la colonización. Con esto en mente, el artículo tiene como objetivo analizar cómo sucedió y cuáles fueron los impactos de la colonización en el continente africano. A través de una revisión bibliográfica de fuentes primarias y secundarias, se argumenta que que la colonización se

1. Graduando em Relações Internacionais pela PUC Minas (PUC-MG).

instituyó tanto por la imposición de una estructura de pensamiento basada en la jerarquía de poblaciones fundada en preceptos raciales, como por el interés por la explotación de los recursos a partir del dominio del territorio. Además, se concluye que la

colonización delimitó las condiciones de posibilidad de los estados africanos en el período poscolonización en sus formas de organización política y social.

Palabras clave: Colonización. Relaciones Internacionales. África. Territorio. Fronteras.

Introdução

A colonização impactou profundamente as relações internacionais enquanto fenômeno social e político, e as Relações Internacionais enquanto campo do conhecimento. Em relação ao primeiro, é possível citar como exemplos: a estruturação do Sistema Internacional moderno a partir padrões de desenvolvimento desiguais e combinados e relações de dependência entre ex-colônias e metrópoles (GUNDER FRANK, 1966); e a instituição de dinâmicas de racialização de populações (MAMDANI, 2002), que resultaram em alterações profundas dos modos de organização social e política dos povos colonizados, bem como das suas formas e possibilidades de identificação (CHOWDHRY; NAIR, 2004).

Em relação ao segundo, a colonização delimitou a constituição de um campo de conhecimento que, mesmo tendo se demarcado a partir das dinâmicas de exclusão racial derivadas do colonialismo (VITALIS, 2015; THAKUR; DAVIS; VALE, 2017), desconsidera tais questões da sua própria história relegando-as às *margens* da disciplina (ANIEVAS, MANCHANDA; SHILLIAM, 2014). No entanto, como afirma Cynthia Enloe (1996), não há *margens* sem a constituição de capacidades para definir e manter um centro. Desse modo, os silêncios da disciplina não são meras questões sem importância para o campo de estudo, mas resultado de um processo que desconsidera as opressões e a exploração históricas sobre as populações colonizadas, que possibilitaram a consolidação do Estado e a produção das desigualdades em escala global, além de resultarem na própria condição de marginalidade dessas populações (ENLOE, 1996).

No caso do continente africano, a colonização teve impactos que reverberam até a contemporaneidade. Longe de ser um aspecto marginal nas dinâmicas políticas recentes, afetou a constituição dos Estados nacionais após a descolonização, as dinâmicas sociais

e políticas, relações de dependência e exploração de recursos naturais, bem como incitou conflitos por controle político (CLAPHAM, 1996; DÖPCKE, 1999; MUDIMBE, 2013). Mesmo que, em termos temporais, a colonização tenha se encerrado com a independência generalizada das colônias durante a segunda metade do século XX (BOAHEN, 2010; SCHMIDT, 2013) e que novos arranjos de cooperação, integração e desenvolvimento venham sendo formulados (OLIVEIRA; OTAVIO, 2021), ainda assim é possível visualizar suas continuidades não só nos modos de interação, mas também da estrutura de pensamento que tornou a colonização possível. Tais questões resultam na manutenção de intervenções externas no continente, muitas vezes por meios que tornam difícil distinguir a separação de aparatos militares, diplomáticos e de desenvolvimento (CONSTANTINOU; OPONDO, 2016). Desse modo, argumenta-se que entender a colonização e suas continuidades é essencial para compreender a estruturação do ordenamento global e da Política Internacional como um todo.

Tendo isso em vista, o artigo possui a seguinte pergunta problema: como ocorreu e quais os impactos da colonização no continente africano? A hipótese formulada é que a colonização ocorreu tanto através da constituição e imposição de uma estrutura de pensamento, baseada em preceitos raciais, que legitimou a dominação europeia sobre as populações do continente africano, quanto pela necessidade de exploração de recursos materiais e resolução de conflitos entre os impérios europeus no século XIX. Já os impactos ocorreram tanto através alteração das dinâmicas de territorialização e de organização política, quanto pelo desvirtuamento das formas de identificação social das populações colonizadas.

Já os objetivos desse artigo são: compreender o que é a colonização e suas práticas; analisar como se deu a colonização do continente africano; e, por fim, compreender as consequências da colonização no contexto imediato após o seu fim institucionalizado. A metodologia é estruturada a partir da pesquisa bibliográfica de fontes primárias e secundárias para contemplar os objetivos formulados. Para cumprir tais objetivos, o artigo encontra-se dividido em quatro seções: na primeira conceitua-se colonização e o colonialismo, de modo a entender o que significam e como se materializaram em projetos políticos; na segunda, busca-se compreender como ocorreu a colonização na África, como se deu a divisão dos territórios colonizados e quais as principais instituições e práticas

que prevaleceram nos maquinários coloniais; na terceira, procura-se analisar brevemente os impactos da colonização nas dinâmicas políticas e de territorialização após a descolonização; na quarta seção, por fim, as considerações finais são apresentadas.

A colonização e suas práticas

É difícil reduzir a colonização a um conceito, uma vez que consiste em um fenômeno complexo. Na verdade, o colonialismo foi um processo, ou melhor, um conjunto de processos heterogêneos, que, muitas vezes, se confundem com outro: o imperialismo. No entanto, apesar dos termos serem utilizados constantemente de forma intercambiável, possuem diferenças. Tradicionalmente, os impérios eram caracterizados por uma materialidade territorial, ou seja, expansão ao longo de uma única extensão de terra, governados por uma autoridade central, que, de acordo com Victor Barros (2011, p. 303), “[...] reclama obediência e submissão, na medida em que a força é exercida a partir da mitificação da ideia de um centro que funciona como ponto nodal e autoridade simbólica”. Assim, operava-se a partir de um ponto central tendo como objetivos a materialização de um projeto de poder específico (YOUNG, 2016; COOPER, 2005).

Já o colonialismo é entendido por Edward Said (2011) como uma prática conseqüente do poder imperial, destinada a “[...] implantação de colônias em territórios distantes” (SAID, 2011, p. 29). Assim, imperialismo e colonialismo estão intimamente conectados, sendo o segundo uma das formas de violência geográfica implementadas pelo primeiro (SAID, 2011). Como argumenta Frederick Cooper:

O colonial evoca, acima de tudo, a marcação de certas pessoas como distintas, necessitando de formas especiais de vigilância e supervisão e incapazes de participar plenamente dos projetos de uma sociedade modernizadora. O fenômeno colonial está, portanto, situado genericamente - pode aparecer tanto em território “nacional” quanto em instituições do império (COOPER, 2005, p. 26, tradução nossa²).

2. The colonial evokes above all the marking of certain people as distinct, in need of special forms of surveillance and supervision, and unable to participate fully in the projects of a modernizing society. The colonial phenomenon is thus located broadly—it may appear within “national” territory as well as in institution of empire.

Tendo isso em vista, Cooper (2005) argumenta que um *império-colonial* era caracterizado - e se diferenciou de outras formas de império - pelo desenvolvimento de práticas institucionalizadas de distinção que são espaciais e coletivas, produzindo um tipo de sujeição de determinados grupos a “[...] regimes distintos de disciplina e exploração” (COOPER, 2005, p. 27, tradução nossa³). Em termos espaciais, denotava o assentamento em um novo território por uma administração política em expansão, para fins de produção agrícola e estabelecimento de relações comerciais. Porém, a questão principal da colonização é que esta “[...] passou a envolver as pessoas em vez da terra: incorporação coercitiva em um estado expansionista e distinção hostil” (COOPER, 2005, p. 27, tradução nossa⁴).

A partir disso, Cooper (2005) afirma que a manutenção de colônias dependia tanto do estabelecimento da coerção e dominação por meio de aparatos administrativos, quanto através de meio culturais, estes responsáveis por estabelecer hierarquias e distinções sociais entre colonizadores e colonizados. É importante salientar, como argumenta Said (2011), que o contato entre forças coloniais e *sociedades nativas* não era unidirecional, ou seja, entre um polo dominador e um outro receptor estático. Houve nos espaços colonizados resistência locais que moldavam as relações estabelecidas.

O entendimento de Cooper (2005) pode ser desenvolvido a partir das proposições de Valentin-Yves Mudimbe. Segundo Mudimbe (2013), a colonização e colonialismo são termos advindos do latim *cólere*, que significa “[...] cultivar ou conceber” (MUDIMBE, 2013, p. 15). Carregam, portanto, um sentido de organização. Tal conotação, no entanto, apesar de não exprimir a verdadeira face violenta da colonização, sustenta a essência dos processos colonialistas: “[...] tanto os colonos (aqueles que estabelecem uma região), como os colonizadores (aqueles que exploram um território pelo domínio de uma maioria local), tenderam ambos a organizar e transformar zonas não europeias em construções fundamentalmente europeias” (MUDIMBE, 2013, p. 15-16). Assim, segundo Mudimbe (2013), a colonização envolveu diferentes formas a organização da população, de suas formas de relação, de constituição e reprodução, e do território ocupado.

3. distinct regimes of discipline and exploitation.

4. has come to involve people rather than land: coercive incorporation into an expansionist state and invidious distinction.

Tais *práticas de organização*, se orientavam em três frentes que se complementam formando o que Mudimbe (2013) denomina *estrutura colonizadora*. A primeira, “[...] domínio do espaço físico” relacionada à “[...] aquisição, distribuição e exploração da terra” (MUDIMBE, 2013, p. 16); a segunda, a remodelação das mentes dos colonizados, associada às “[...] políticas para domesticar nativos” (MUDIMBE, 2013, p. 16); e a terceira, “[...] a integração de histórias económicas locais segundo a perspectiva ocidental” (MUDIMBE, 2013, p. 16), que se refere à reformulação de instituições e formas de organização produtivas tendo como ponto de referência as europeias. Assim, Aimé Césaire (1978), classifica o colonialismo como um projeto de *desumanização e coisificação*, que se fundamentou na profunda negação do *Outro (nativo)* e possibilitou a estruturação não de um projeto civilizacional, mas de um projeto de aniquilação em que vigora um constante estado de exceção (CÉSAIRE, 1978; MBEMBE, 2018a).

Nesse sentido, se por um lado a colonização se articulou com a estrutura do capitalismo mundial, impactou as possibilidades de organização económica das colônias e gerou um processo de *subdesenvolvimento* nos países colonizados a partir da exploração de recursos e de seus povos, por outro tal subjugação encontrou base em uma estrutura de pensamento que a instituiu como condição possível (MUDIMBE, 2013; INAYATULLAH, 2008). Tal argumenta-se de Mudimbe (2013) vai ao encontro ao de Said (2011), quando afirma que a luta pelos espaços/territórios “[...] é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações” (SAID, 2011, p. 27).

A partilha da África: mitos e consequências

As representações de inferioridade e diferença explicitadas anteriormente, portanto, carregaram determinados elementos que constroem uma ordem discursiva. Tal estrutura de pensamento foi responsável por legitimar a intervenção europeia na África e possibilitou o processo colonizatório sistematizado que se iniciou no final do século XIX (MUDIMBE, 2013). Ademais, a necessidade de exploração de recursos para as indústrias capitalistas em ascensão, pressionaram a pilhagem sistematizada através da colonização (GILMARTIN, 2009). Entretanto, de acordo com Godfrey N. Uzoi-gwe (2010), é necessário romper com uma concepção da partilha

da África que leva em consideração apenas a história europeia, pois isso implica colocar o continente africano fora da história, estático, como mera receptor de ações externas.

Desse modo, “[...] a resistência africana à crescente influência europeia precipitou a conquista efetiva, tal como as rivalidades comerciais cada vez mais exacerbadas das nações industrializadas levaram à partilha” (UZOIGWE, 2010, p. 31). Como representado abaixo na Figura 1, até então poucas áreas estavam sob domínio colonial, que se restringia majoritariamente a algumas ilhas e zonas costeiras, como do atual Senegal, Nigéria, Angola e Moçambique e algumas faixas interioranas como, por exemplo, da atual África do Sul. Cerca de 80% do território permanecia sob controle dos povos originários em uma infinidade de formas de organização política e social (UZOIGWE, 2010). No entanto, o domínio europeu não se instituiu no século XIX, tendo se desenvolvido ao longo dos séculos a partir da constituição de protetorados, que posteriormente virariam colônias (HERBST, 1989). Porém, até então não havia muitos interesses econômicos e políticos em se realizar um controle direto por grande parte dos impérios europeus, uma vez que ainda conseguiam assegurar seus objetivos por vias indiretas (UZOIGWE, 2010).

Esse posicionamento foi se alterando de modo gradativo durante a segunda metade do século XIX, principalmente a partir da década de 1870, com intensificação das disputas por parte dos Estados europeus que os incentivaram a ocupar territórios africanos (UZOIGWE, 2010). A Grã-Bretanha e Alemanha, por exemplo, que até então não tinham muitos interesses em controlar politicamente partes do continente, tiveram a percepção de que havia interesse em realizar um controle direto por parte de outros Estados, o que fez com que decidissem invadir e anexar territórios no ano de 1883 (UZOIGWE, 2010).

Figura 1 - A África em 1880



Fonte: (BOAHEN, 2010, p. 2).

Assim, foi constituído um ambiente de animosidades e incertezas entre os impérios europeus. Para controla-lo, Otto von Bismarck, chanceler alemão, realizou, entre 1884 e 1885, uma conferência internacional na cidade de Berlim, denominada oficialmente

*Conferência de Berlim sobre a África ocidental*⁵ (UZOIGWE, 2010, p. 32). De acordo com Wolfgang Döpcke (1999), Bismarck, no entanto, tinha mais interesses estratégicos na Europa do que nas campanhas coloniais na África, de modo que a colonização e as regras para o controle de territórios foram recursos para estabelecer arranjos de respeito mútuo à soberania dos Estados europeus (HERBST, 1989). Realizada a conferência, o objetivo principal do *Ato de Berlim*, documento assinado por representantes europeus após sua conclusão, era “[...] regulamentar e liberdade do comércio nas bacias do Congo e do Níger, assim como novas ocupações de territórios sobre a costa ocidental da África” (ATA, 1885, p. 1), promover a *civilização* e prevenir mal entendidos entre os impérios (ATA, 1885).

Em seus artigos foram determinadas algumas poucas questões relativas à ocupação e exploração dos territórios. Dentre elas, por exemplo: liberdade de comércio por todas as nações na bacia do Congo e em bacias adjacentes, o que deveria ser assegurado também por aqueles que viessem a exercer domínio em algum território, bem como proteção aos povos nativos, missionários e viajantes, e a liberdade religiosa; proibição do tráfico de escravizados; neutralidade dos territórios sob domínio externo em caso de guerras e priorização dos meios diplomáticos e mediação para resolução de conflitos de ordem territorial; e delimitação de regras para requerer *direito* a territórios ocupados, o que deveria ser comunicado aos países signatários do Ato para que fosse aceito (ATA, 1885). Uzoigwe (2010) argumenta, entretanto, que as preocupações com o bem-estar dos povos africanos e as discussões sobre abolição do tráfico negreiro foram marginalizadas e adotaram-se resoluções “[...] vazias de sentido” (UZOIGWE, 2010, p. 33).

Logo, o documento não delimitou a *partilha da África* como comumente se acredita, nem mesmo regras claras para a ocupação de territórios (DÖPCKE, 1999; HERBST, 1989). O que ocorreu, de acordo com Uzoigwe (2010, p. 35), foi um estabelecimento de “[...] regras e modalidades de apropriação ‘legal’ do território africano” pelas quais “[...] as potências europeias se arrogavam o direito de sancionar o princípio da partilha e da conquista de um outro continente”. Além disso, os impérios europeus argumentaram que

5. Foram representados por seus embaixadores: Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália, Reino dos Países Baixos, Portugal, Rússia, Noruega, Suécia e Turquia (ATA, 1885; DÖPCKE, 1999).

“[...] em razão de possuírem escravos e serem comerciantes, os Estados africanos não eram reconhecidos pelo direito internacional” (AJAYI, 2010, p. 929) e com isso a África seria uma *terra nullius*⁶. O reconhecimento do Estado territorial soberano – nos moldes europeus – como princípio exclusivo da organização social, permitiu, de acordo com Mbembe (2018a), que na ausência desses fosse instituído um estatuto de *selvageria* às populações africanas e que fossem legitimadas a possibilidade de realizar guerras e aplicar a violência de modo quase irrestrito.

O que marcou, portanto, a Conferência de Berlim não foi o início da exploração e colonização da África pela Europa, mas as possibilidades da passagem de uma intervenção majoritariamente econômica, ou indireta, para um controle político sistematizado. Se traçaram ali, de modo simbólico, as primeiras linhas da partilha da África (UZOIGWE, 2010; DÖPCKE, 1999). A divisão precisa de quais territórios pertenceriam a quais impérios europeus foi definida, majoritariamente, entre as décadas de 1880 e 1900 por uma série de tratados⁷ e conflitos políticos (UZOIGWE, 2010) e não havia, como argumentam Döpcke (1999) e Jeffrey Herbst (1989), a necessidade de ocupação efetiva, já que os territórios foram definidos principalmente pela ocupação de zonas costeiras e a reivindicação ulterior de áreas interioranas.

É importante ressaltar que as campanhas colonizadoras não foram recebidas de modo passivo pelos líderes e populações locais. Inúmeros foram os que se opuseram e lutaram para que seus territórios não fossem invadidos por impérios estrangeiros (BOAHEN, 2010). Logo, considerar que o processo de divisão e ocupação foi pacífico é novamente recorrer às narrativas de uma África digna de dominação e visualizar tal processo como uma fase

6. O termo em latim se traduz como *terra de ninguém*. O termo foi então empregado em um contexto em que se delimitava um “[...] arranjo diplomático-estratégico de atores soberanos para a tomada de terra pela força no Novo Mundo” (SANTOS FILHO, 2019, p. 502), posteriormente racionalizado pelos contratualistas formando uma espacialidade de dívida entre o sul e o norte do Trópico de Câncer, de modo legitimar juridicamente a ocupação de regiões geográficas supostamente não habitadas.

7. Os líderes africanos tinham percepções sobre os tratados que distinguiam dos interesses implícitos de ocupação europeus, uma vez que muitas vezes os enxergavam como formas de resguardar seu controle territorial frente a adversários locais ou à ameaça de outras potências europeias. Com isso, se criou um ambiente de disputas internas – entre lideranças africanas, companhias de comércio europeias, indivíduos encarregados de alcançar os interesses dos Estados europeus – o que legitimou as ocupações militares dos Estados colonizadores (UZOIGWE, 2010).

natural da *evolução* humana. Nesses mesmos períodos delimitados nos parágrafos anteriores, em um primeiro momento “[...] os reis, rainhas, chefes de linhagens e de clãs acham-se todos dominados por uma única e imperiosa consideração: manter ou recuperar a soberania, seu patrimônio e sua cultura, qualquer que seja a estratégia adotada – confronto, aliança ou submissão” (BOAHEN, 2010, p. 19), o que acabou resultando em uma perda de soberania generalizada⁸. Inclusive, uma das estratégias utilizadas pelos europeus para o enfraquecimento das lideranças africanas foi a proibição da venda de armamentos com o argumenta-se de combate ao tráfico internacional de escravizados, que seria supostamente fomentado por determinados povos (AJAYI, 2010; UZOIGWE, 2010).

Tendo em vista o panorama traçado até aqui, é possível compreender que os impérios-coloniais europeus conseguiram invadir e dominar a África por uma série de processos ocorridos nos dois continentes que implicaram uma luta desigual entre Estados europeus e africanos (DÖPCKE, 1999; HERBST, 1989). Alguns dos pontos que influenciaram foram: o conhecimento físico do continente pelos europeus devido às atividades de missionários e exploradores; desenvolvimento de medicamentos, armamentos, como metralhadoras, e meios de transporte, como navios a vapor (BOAHEN, 2010); acumulação de capital devido às desigualdades na estrutura do comércio internacional; e superioridade militar dos exércitos europeus, seja por armamentos, treinamento, capacidade logística e possibilidade de recrutar mercenários (UZOIGWE, 2010). Isso possibilitou que o século XIX e o início do século XX fossem o apogeu do poder europeu-ocidental. Durante este período, os Estados europeus controlaram grandes parcelas de territórios, que passou de cerca de 35% da superfície terrestre em 1800 para 85% nas primeiras décadas do século XX (SAID, 2011).

A delimitação de fronteiras e a imposição das administrações coloniais

Posteriormente, entre 1900-1919, ocorreu a ocupação efetiva e delimitação dos aparatos administrativos e de infraestrutura para concretizar a dominação das colônias (BOAHEN, 2010). Com

8. Alguns territórios do Saara, as atuais Líbia, Libéria e Etiópia, por exemplo, conseguiram resistir à dominação colonial, pelo menos nesse período histórico (BOAHEN, 2010).

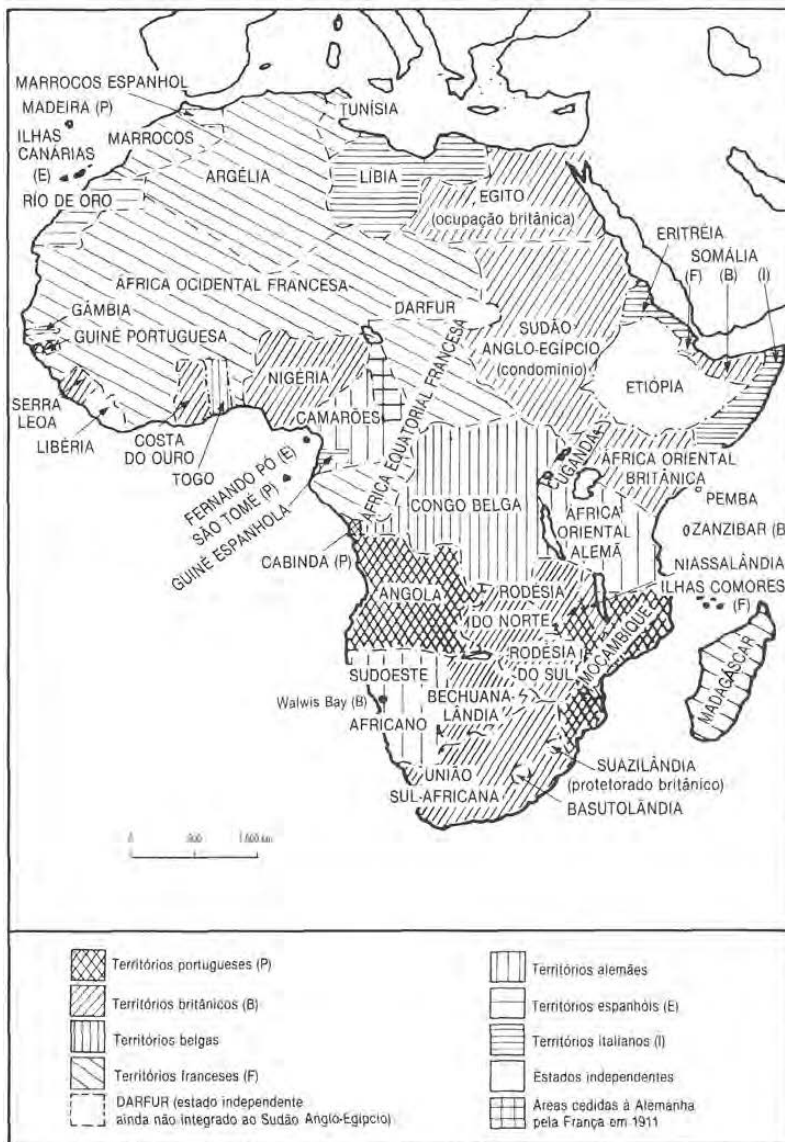
a ocupação militar, se definiu também as novas fronteiras políticas do continente africano. É importante ressaltar que, ao contrário do que comumente se pensa, “[o]s limites de tais acertos territoriais eram determinados, com o máximo de exatidão possível, por uma fronteira natural, ou, na sua ausência, por referências às longitudes e latitudes. Ocasionalmente levavam-se em conta as fronteiras políticas do país” (UZOIGWE, 2010, p. 38). As fronteiras flexíveis do pré-colonização foram fixadas e de acordo com Döpcke (1999), apesar de cerca de 30% delas serem linhas retas, ou seja, não determinadas por fronteiras naturais ou algo do gênero, e separarem grupos étnicos e linguísticos, conservaram-se muitas delimitações já existentes. Herbst (1989) possui um entendimento distinto e argumenta que:

[...] os europeus necessariamente ignoraram fatores que são geralmente considerados relevantes para a divisão de terras. Em muitos casos, erros na divisão foram cometidos porque os colonialistas estavam mal informados sobre a geografia da área. Em outros casos, eles adotaram as regras mais simples para dividir o território sem levar tempo para considerar fatores demográficos, etnográficos ou topográficos (HERBST, 1989, p. 673, tradução nossa⁹).

Porém, tanto Döpcke (1999) e Uzoigwe (2010), quanto Herbst (1989), concordam que os traçados geográficos dos Estados não foram definidos de modo completamente arbitrário e aleatório. Ainda assim, segundo Uzoigwe (2010), não se sabe ao certo como as fronteiras foram determinadas. A divisão de aproximadamente quarenta unidades políticas se encontrava em 1914 como apresentado abaixo na Figura 2.

9. the Europeans necessarily ignored factors that are generally considered relevant to the partitioning of land. In many cases, mistakes in partitioning were made because the colonialists were misinformed about the geography of the area. In other cases, they adopted the simplest rules to divide the territory without taking time to consider demographic, ethnographic, or topographic factors.

Figura 2 - A África de 1914



Fonte: (OLIVER; FAGE apud UZOIGWE, 2010, p. 50).

Apesar de a ocupação militar ter sido relativamente fácil, tendo em vista o contexto que propiciou uma a superioridade militar europeia citada anteriormente, a estruturação da administração colonial foi um processo difícil e conturbado. Raymond F. Betts

(2010) argumenta que, apesar das administrações colonial terem sido compostas por instituições bastante heterogêneas em diferentes localizações geográficas, haviam sido determinados preceitos norteadores compartilhados em relação a uma *política indígena*. De acordo com Betts (2010), um entendimento paternalista da ocupação era generalizado entre os colonizadores europeus, segundo o qual se viam em um papel de tutores dos povos colonizados. Assim, a colonização era justificada por essa visão eurocêntrica de superioridade moral e cultural. Em conjunto a isso, “[...] também se admitia, tanto em teoria como na prática, que o poder colonial não estaria efetivamente assegurado senão com a ajuda do pessoal e das instituições autóctones, desempenhando uma função complementar ou auxiliar” (BETTS, 2010, p. 353).

Tendo isso em vista, Frederick Cooper (1994) divide a história da estruturação da administração colonial em três períodos. Um primeiro em que as potências europeias se concentraram em políticas de administração direta (*direct rule*) ou *assimilação* (*assimilation*), no caso francês; o segundo, após a Primeira Grande Guerra (1914-1918), em que se estruturou de modo mais generalizado o que é conhecido como administração indireta (*indirect rule*) ou políticas de *associação* (*association*); o terceiro, posteriormente, entre os anos 1930 e 1940, já com uma crise mais acentuada do domínio colonial, as estratégias passaram a se concentrar em políticas de *desenvolvimento* econômico e social das colônias preparando para uma diminuição da interferência direta europeia (COOPER, 1994).

Em relação ao primeiro momento, os europeus “[...] começaram pensando que eles poderiam refazer a sociedade africana e racionalizar a exploração do continente” (COOPER, 1994, p. 1531, tradução nossa¹⁰). A França, e em certa medida Portugal e Grã-Bretanha¹¹, foi a que mais utilizou no início desse tipo de administração pautada em uma certa noção de *integração* dos povos africanos. Tal fase constituída por sistemas altamente centralizados e hierarquizados em que a autoridade colonial exercia controle direto sobre os territórios ocupados. No caso francês, por exemplo, para fins administrativos

10. began by thinking they could remake African society and rationalize the exploitation of the continent

11. Segundo Betts (2010), a Grã-Bretanha utilizou da administração direta em algumas colônias, principalmente em ilhas e áreas costeiras. O autor citou como exemplos “Serra Leoa, Costa do Ouro – atual Gana – e Lagos – pertencente à atual Nigéria” (BETTS, 2010, p. 357).

se estabeleceram duas federações, a África Ocidental Francesa (AOF) e África Equatorial Francesa (AEF). Cada uma delas possuía um governador geral e autoridades francesas em diferentes níveis administrativos, além de incluírem alguns poucos sujeitos colonizados como subordinados do maquinário colonial (YATES, 2011).

Neste contexto, as políticas coloniais francesas, de acordo com Douglas A. Yates (2018), tinham como aspecto marcante “[...] sua chamada missão civilizadora (*mission civilisatrice*), quando os oficiais coloniais adotaram uma política de assimilação cultural em seu império” (YATES, 2018, p. 97, grifo do autor, tradução nossa¹²). Tal missão buscava levar a *modernidade* aos povos *selvagens* pela da imposição da religião católica e da cultura, moral e língua francesas através do sistema educacional, o que era justificado como requisito para os colonizados alcançarem o status de cidadãos franceses. Os indivíduos que passavam por esse processo de *assimilação*, chamados de *évolués*¹³, poderiam exercer determinados direitos políticos e eram admitidos no maquinário colonial como funcionários públicos, por exemplo. Assim, o objetivo da política assimilacionista era possibilitar a continuidade do colonialismo e um dos exemplos mais claros de sua aplicação ocorreu nas Quatro Comunas do Senegal¹⁴ (YATES, 2018; BETTS, 2010).

No entanto, não se tinha uma assimilação real. Ao mesmo tempo em que justificavam a incorporação cultural como forma de fazer parte da nação francesa, se aplicavam legislações que permitiam a exploração de trabalho forçado, prática penais desiguais, dentre outras, para os submetidos do império (YATES, 2011). Portanto, é possível compreender, como afirma Mahmood Mamdani (2002), que um único conjunto de leis modernas-ocidentais, distinguia um grupo majoritário não-civilizado e outro minoritário civilizado, de modo que “[a] linguagem da lei tentou *naturalizar* as diferenças políticas na colônia, mapeando-as ao longo de uma escada

12. its so-called civilising mission (*mission civilisatrice*), when colonial officials undertook a policy of cultural assimilation in their empire

13. O termo em francês traduzido literalmente como *evoluído* denotava o desenvolvimento/evolução de um indivíduo em uma escala civilizacional construída a partir do ponto de vista ocidental europeu. A suposta evolução ocorria a partir da assimilação da língua, cultura e religião em substituição das consideradas primitivas e atrasadas pelos colonizadores (YATES, 2018).

14. As Quatro Comunas eram Dacar, São Luís, Rufisque e Goreia (BETTS, 2010).

civilizacional” (MAMDANI, 2002, p. 30, tradução nossa¹⁵, grifo do autor). Assim, as leis incluíam a minoria colonial e excluía a maioria colonizada, o que produziu uma dicotomia colonizador/colonizado permeada por diferenciações *raciais* (MAMDANI, 2002).

O sistema de administração direta, entretanto, não foi mantido por muito tempo. De acordo com Betts (2010), isso ocorreu por uma série de fatores, dentre eles: a extensão dos territórios e a falta de pessoal administrativo, principalmente quando foi se estruturando a dominação no interior do continente; uma preferência generalizada por controle colonial ao menor custo possível e de que quanto menos se alterassem as estruturas sociopolíticas, menores seriam as resistências; por fim, podem ser destacados também “[...] atritos que se produziam entre a elite colonial europeia e os africanos educados à moda ocidental” (BETTS, 2010, p. 357), que ocupavam cargos de confiança, e o estabelecimento de laços de solidariedade em torno da exclusão os colonizados (BETTS, 2010; MAMDANI, 2002).

Assim, no período entre guerras foi se estruturando de modo mais estendido o sistema de administração indireta. O que ocorreu foi a alteração, adaptação e deturpação das instituições políticas e sociais africanas de modo a inserir *autoridades autóctones*, justificando-se como um esforço de continuidade das estruturas sociopolíticas locais. No entanto, “[...] produziram em toda parte o efeito de modificar os objetivos e, portanto, distorcer as funções das instituições africanas básicas, enfraquecendo-as” (BETTS, 2010, p. 358). Logo, quando os colonizadores delegavam ou se aliavam aos agentes locais, o faziam mantendo uma estrutura assimétrica, na qual o poder era exercido em última instância pelas metrópoles ou governadores europeus (BETTS, 2010).

A diferença entre a administração direta e indireta na utilização de chefes locais era em relação a ordem de poder e autonomia das autoridades. Embora houvessem diferenças entre os modelos britânico, francês¹⁶, belga, dentre outros, em termos gerais o que

15. The language of the law tried to naturalize political differences in the colony by mapping these along a civilizational ladder.

16. Betts (2010) argumenta que a *politique d'association*, modelo francês de administração indireta baseado em uma manutenção regulamentada/inspecionada das estruturas sociopolíticas locais, foi aplicado somente ao Marrocos. Os outros territórios sob domínio da França ainda mantiveram uma alta centralização política em torno dos oficiais franceses, denominados *commandant du cercle*.

caracterizava essa distinção era que na primeira havia uma “[...] delegação da autoridade europeia aos chefes africanos [...] [enquanto na segunda ocorria a] mediação europeia da autoridade tradicional desses chefes” (BETTS, 2010, p. 360). De acordo com Betts (2010), este sistema se organizava não pela subordinação, mas pela a colaboração das autoridades locais, em que “[a]o chefe africano [...] cumpria desempenhar o seu papel tradicional, seguindo diretrizes bem precisas, mas não rígidas, da administração colonial” (BETTS, 2010, p. 360).

Nesse sentido, afirma Betts (2010), o papel das *autoridades nativas* passou a ser semelhante ao de uma autoridade administrativa colonial. Isso, por que, muitas vezes eram escolhidos para governar povos que não haviam ocupado qualquer função do tipo anteriormente e em modelos de territorialização distintos, além de que intervenções da metrópole continuavam acontecendo caso seus interesses não fossem resguardados. Portanto, “[...] as novas exigências sociais impostas pelo colonialismo não tinham qualquer ponto em comum com o costume africano, e só foram integradas às instituições autóctones mediante distorções” (BETTS, 2010, p. 366). Logo, seu objetivo não era de modo algum transferir - ou devolver - o poder pelo sistema administrativo colonial, mas manter os interesses europeus, e aparentar legitimidade do regime (BETTS, 2010). Produziu, assim, uma situação de divisão dos povos colonizados em uma estratégia que ficou conhecida como dividir para governar (*divide et impera*), o que resultou em alteração das dinâmicas sociais e influenciou animosidades e conflitos entre aqueles que eram beneficiados e aqueles que não o eram.

Para além da institucionalização da administração colonial, a colonização trouxe mudanças em relação às dinâmicas de territorialização e o uso do espaço geográfico, o que também alterou as formas de organização social e política no contexto da pós-colonização. Döpcke (1999) argumenta que, apesar das fronteiras da África moderna terem se constituído em grande medida no período da colonização, “[...] na África pré-colonial existiam claras noções de limites dos espaços políticos [...], desta forma, o conceito de fronteira trazido pelos colonizadores europeus não representava muita novidade para as sociedades africanas” (DÖPCKE, 1999, p. 78). Nesse sentido, Achille Mbembe (2000) afirma que:

Longe de serem simples produtos do colonialismo, as fronteiras atuais refletem assim as realidades comerciais, religiosas e milita-

res, as rivalidades, as relações de poder e as alianças que prevaleceram entre as várias potências imperiais e entre elas e os africanos durante os séculos anteriores à colonização propriamente dita. Desse ponto de vista, sua constituição depende de um processo social e cultural de longo prazo (MBEMBE, 2000, p. 265, tradução nossa¹⁷)

Ademais, Döpcke (1999) também questiona a noção de *artificialidade* das fronteiras e as recorrentes correlações de causalidade feitas entre elas e a ocorrência de conflitos no continente. Em relação ao primeiro ponto, diz ser difícil classificar fronteiras como artificiais. Isso, pois a “[...] atividade humana raramente se orienta na divisão natural da paisagem [...] [e] é necessário relacionar a caracterização de uma fronteira com as articulações das atividades humanas no espaço” (DÖPCKE, 1999, p. 97). Afinal, como argumenta Herbst (1989, p. 692, tradução nossa¹⁸), “[...] as fronteiras são sempre artificiais porque os Estados não são criações naturais”.

Além disso, a separação de áreas culturais e etnias – que são, inclusive, difíceis de serem delimitados no espaço geográfico (HERBST, 1989) – é uma questão recorrente em vários Estados e não um fato exclusivo dos africanos. O mesmo poderia ser encontrado antes do período colonial, uma vez que “[a] multiétnica e as culturas e etnias politicamente divididas representam uma forte tradição africana desde a época pré-colonial, sobrevivendo até os dias atuais” (DÖPCKE, 1999, p. 99), e muitas delimitações fronteiriças coloniais seguiram linhas definidas anteriormente. Assim, é possível concluir que os *Estados* africanos nunca foram caracterizados por uma unidade cultural e étnica e que isso por si só não é um argumento para caracterizar artificialidade das fronteiras (DÖPCKE, 1999).

O segundo ponto diz respeito à relação linear comumente realizada entre fronteiras artificiais, composição territorial multiétnica, linguística e cultural e instabilidade política na África pós-colonização. De acordo com Döpcke (1999), grande parte dos conflitos que envolviam reivindicações territoriais não resultou em lutas armadas e estes não tinham origem étnica. O autor também

17. Far from being simple products of colonialism, current boundaries thus reflect commercial, religious, and military realities, the rivalries, power relationships, and alliances that prevailed among the various imperial powers and between them and Africans through the centuries preceding colonization proper. From this point of view, their constitution depends on a relatively long-term social and cultural process

18. borders are always artificial because states are not natural creations

argumenta que a maioria dos conflitos armados foram internos e motivados pela busca por controle político e, apesar de muitos deles envolverem grupos étnicos distintos em lados opostos, “[...] [a] etnicidade e identificação étnica em si não podem ser responsabilizadas pelos conflitos” (DÖPCKE, 1999, p. 100).

De fato, a delimitação de fronteiras políticas no período colonial e formação dos Estados modernos em um contexto de pós-colonização limitaram, de certo modo, a identificação étnica por esta ser não-territorial. Porém, as fronteiras não a restringiram completamente. Achille Mbembe (2018b) argumenta que no período pré-colonial prevalecia um tipo de “[...] *territorialidade itinerante*” (MBEMBE, 2018b, p. 178, grifo do autor), em que se sobrepunham uma rede complexa de diferentes soberanias e formas de lealdade, mesmo que predominassem formas de lealdade no nível das vilas (HERBST, 1989). As fronteiras fixadas, apesar de terem instituído um certo regime de vigilância sobre os corpos (MBEMBE, 2000), não contiveram por definitivo a circulação e o contato entre indivíduos por manterem-se permeáveis e terem sido apropriadas de modos particulares (DÖPCKE, 1999).

Por fim, cabe ressaltar que as fronteiras coloniais foram estabilizadas no período da pós-colonização. Grande parte dos líderes políticos do continente decidiram mantê-las, de modo que não foram aceitas de modo totalmente automático. A razão para a manutenção das fronteiras recaí tanto na percepção de maior possibilidade de estabilidade políticas pelas elites africanas no controle do Estado, mesmo que muitos carecessem de legitimidade interna (CLAPHAM, 1996), quanto na aceitação do *status quo* territorial como uma maneira de garantir a sobrevivência mútua de Estados fragilizados institucionalmente em um contexto de instabilidade generalizada no continente. Os impactos, no entanto, são profundos e reverberam nos padrões de atuação Estatal atuais, bem como na fragilidade de muitas unidades políticas, nos conflitos por controle dos aparatos governamentais e na possibilidade de intervenções externas no continente (CLAPHAM, 1996).

Considerações Finais

Este artigo buscou analisar a colonização da África e suas consequências sociais e políticas para o continente. Inicialmente, com a construção do marco teórico sobre o colonialismo, foram analisa-

das quais os elementos que a legitimam e foram mobilizados para sua materialização. Em relação ao primeiro, concluiu-se que a constituição de uma estrutura de pensamento eurocêntrica, baseada na diferenciação e hierarquização e racial de populações, propiciou o domínio de vastas regiões do globo, de modo a instituir posteriormente a colonização institucionalizada. Já em relação ao segundo, argumentou-se que a colonização envolveu não só o domínio de espaços físicos e de populações, mas também a reformulação de instituições e formas de organização social, de modo a possibilitar a dominação colonial.

Em segundo momento, foi analisado como se deu a colonização do continente africano, a divisão dos territórios e a estruturação da maquinaria colonial. A partir da pesquisa realizada foi possível explorar não somente os diferentes períodos da colonização, como a invasão dos territórios, as campanhas militares e a imposição das administrações coloniais, como também a resistência das populações colonizadas às tentativas de subjugação por parte dos impérios europeus. Além disso, foi possível entender que a Conferência de Berlim não dividiu de fato os territórios da África, como comumente se pensa, mas estabeleceu as regras para a requisição posterior de territórios e a estabilização de possíveis conflitos entre os Estados europeus por controle de territórios coloniais.

Em último momento, concluiu-se que a territorialização, associada ao desvirtuamento das instituições e formas de organização autóctones, principalmente no período da administração indireta, impactou de modo substancial as sociedades africanas colonizadas e suas formas de identificação. A estratégia de dividir para governar da administração indireta introduziu novos diferenciadores sociais ao mobilizar as identidades, como as identidades étnicas, para fins políticos. Com isso se iniciou um processo de polarização, no qual se estabeleceram as bases para a violência política e instabilidade Estatal na África pós-colonização.

REFERÊNCIAS

AJAYI, J. F. Ade. Conclusão: a África às vésperas da conquista europeia. In: AJAYI, J. F. Ade. (ed.). **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 29, p. 905-930. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190254>. Acesso em: 17 dez. 2021.

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. Confronting the

global colour line: an introduction. *In*: ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie (eds.). **Race and Racism in International Relations**: Confronting the Global Colour Line. Londres: Routledge, 2014. cap. 1, p. 1-15.

ATA GERAL REDIGIDA EM BERLIM EM 26 DE FEVEREIRO DE 1885. 26 fev. 1885. Tradução de Luiz Arnaut. Disponível em: https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf_berlim.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

BARROS, Victor. Império, colonialismo e pós-colonialismo: os jardins da memória e as melancolias da crítica histórica contemporânea. **Revista Estudos do Século XX**, Coimbra, n. 11, p. 303-317, 2011. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/imp%C3%A9rio_colonialismo_e_p%C3%B3s_colonialismo_os_jardins_da_mem%C3%B3ria_e_melancolias_da_cr%C3%ADtica. Acesso em: 20 dez. 2021.

BETTS, Raymond F. A dominação europeia: métodos e instituições. *In*: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História geral da África, VII**: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 13, p. 353-376. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255_por. Acesso em: 16 dez. 2021.

BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. *In*: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História geral da África, VII**: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 1, p. 1-22. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255_por. Acesso em: 15 dez. 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978. cap. 1-2, p. 13-29.

CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila. Introduction. Power in a postcolonial world: race, gender, and class in international relations. *In*: CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila (eds.). **Power, Postcolonialism and International Relations**: Reading Race, Gender and Class, Londres: Routledge, 2004. cap. 1, p. 1-32.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system**: the politics of state survival. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CONSTANTINOU, Costas M; OPONDO, Sam Okoth. Engaging the 'Ungoverned': The Merging of Diplomacy, Defence and Development. **Cooperation and Conflict**, v. 51, n. 3, p. 307-324, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010836715612848>. Acesso em: 30 dez. 2021.

COOPER, Frederick. **Colonialism in Question**: Theory, Knowledge, History. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 2005. cap. 1, p. 3-33.

COOPER, Frederick. Conflict and Connection: Rethinking Colonial African History. **The American Historical Review**, Washington, v. 99, n. 5, p. 1516-1545, dez. 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2168387>. Acesso em: 30 dez. 2020.

DÖPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 77-109, jun. 1999. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/25486>. Acesso em: 5 jan. 2022.

ENLOE, Cynthia. Margins, Silences, and Bottom Rungs: How to overcome the underestimation of Power in the Study of International Relations. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; e ZALEWSKI, M. (eds.). **International theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. cap. 10, p. 186-202.

GILMARTIN, Mary. Colonialism/imperialism. In: GALLAHER, Carolin et al. **Key Concepts in Political Geography**. Londres: SAGE, 2009. cap. 9, p. 115-124.

GUNDER FRANK, Andre. The Development of Underdevelopment. **Monthly Review**, v. 18, n. 4, p. 17-31, set. 1966. Disponível em: https://monthlyreviewarchives.org/index.php/mr/article/view/MR-018-04-1966-08_3. Acesso em: 29 dez. 2021.

HERBST, Jeffrey. The Creation and Maintenance of National Boundaries in Africa. **International Organization**, v. 43, n. 4, p. 673-692, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706803>. Acesso em: 5 jan. 2022.

INAYATULLAH, Naeem. Why do some people think they know what is good for others? In: EDKINS, Jenny; ZEHFUSS, Maja (eds.). **Global politics: a new introduction**. Abington: Routledge, 2008. cap. 21, p. 450-471.

MAMDANI, Mahmood. **When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda**. Princeton: Princeton University Press, 2002. cap. 1-3, p. 3-72.

MBEMBE, Achille. At the Edge of the World: Boundaries, Territoriality, and Sovereignty in Africa. **Public Culture**, v. 12, n. 1, 2000, p. 259-284. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/26186>. Acesso em: 6 dez. 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018b. cap. 3, p. 143-184.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado exceção e política de morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MUDIMBE, V. Y. **A Invenção de África: Gnose, Filosofia e Ordem do Conhecimento**. Ramada: Edições Pedagogo, 2013. cap. 1, p. 15-43.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; OTAVIO, Anselmo. Africa's Strategies of Development and International Insertion: The Hybridity of Agenda 2063. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, maio-ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/kjGF6hQVNj9v4jfm8kXJwKQ/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 23 dez. 2021.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Introdução, p. 9-34.

SANTOS FILHO, Onofre dos. Ultra Aequinoxialem Non Peccari: anarquia, estado de natureza e a construção da ordem político-espacial. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 15, p. 486-518, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11553>. Acesso em: 27 nov. 2022.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

THAKUR, Vineet; DAVID, Alexander E.; VALE, Peter. Imperial Mission, 'Scientific' Method: an Alternative Account of the Origins of IR. **Millennium**, v. 46, n. 1, 2017, p. 1-20. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0305829817711911>. Acesso em: 26 nov. 2022.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. *In*: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 2, p. 23-50. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255_por. Acesso em: 15 dez. 2021.

VITALIS, Robert. **White world order, black power politics**: the birth of American international relations. Nova York: Cornell University Press, 2015.

YATES, Douglas A. France and Africa. *In*: NAGAR, Dawn; MUTASA, Charles (eds.). **Africa and the World**: Bilateral and Multilateral International Diplomacy. Cham: Palgrave Macmillan, 2018. cap. 5, p. 95- 118.

YATES, Douglas A. France, the EU, and Africa. *In*: ADEBAJO, Adekeye; WHITEMAN, Kaye (eds.). **The EU and Africa**: From Eurafrique to Afro-Europa. Londres: Hurst & Co, 2011. cap. 16, p. 317-342.

YOUNG, Robert J. C. **Postcolonialism**: an historical introduction. Malden: Wiley-Blackwell, 2016. cap. 2, p. 15-25.

Chamada de artigos

FRoNteira, Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, publicada pelo Curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, dirige-se aos estudantes de cursos de graduação de Relações Internacionais do Brasil – embora aceite artigos de graduandos em outros cursos e/ou de fora do país. Projetada para ser um fórum permanente de expressão e debate entre estudantes, a revista tem como objetivo estimular a iniciação científica. A sua qualidade, reconhecida pelo processo de classificação Qualis/Capes, é assegurada por um Conselho Editorial composto por professores e pesquisadores de todo o país.

Entrega de artigos

A Revista Fronteira opera em fluxo contínuo. Os artigos serão analisados conforme ordem de chegada.

Normas de produção

O artigo deve ser entregue em formato .doc pelo sistema da Revista Fronteira, em que o(s) autor(es) deverão cadastrar suas informações, como, por exemplo, nome completo do autor, o curso de graduação a que está vinculado, telefone e e-mail de contato.

A Fronteira atenta ainda para as seguintes considerações:

- 1 - O autor deve estar cursando, obrigatoriamente, o nível de graduação ou ter concluído o curso há, no máximo, um ano;
- 2 - Os artigos enviados devem ser inéditos;
- 3 - Todo e qualquer artigo enviado à Revista Fronteira será submetido ao Conselho Editorial, a quem cabe a decisão soberana acerca do mérito da proposta;
- 4 - Os artigos devem ser gravados e impressos em Word, com texto digitado em espaçamento duplo, Times New Roman e corpo 12. Devem conter, obrigatoriamente, entre 30 mil e 50 mil caracteres (incluindo espaços; notas; referências; e palavras e caracteres de quadros, gráficos e tabelas). Além

disso, devem ser acompanhados por abstracts, resumos de 500 a 800 caracteres em português e em inglês, com quatro a seis palavras-chave, em que fique clara uma síntese de propósitos, dos métodos utilizados e das principais conclusões alcançadas;

- 5 - Os quadros e gráficos devem ser apresentados em folhas separadas do texto corrido, numerados e titulados, com indicação das unidades em que se expressam os valores e fontes correspondentes. Os gráficos e tabelas devem se apresentar, sempre que possível, confeccionados para sua reprodução direta;
- 6 - As notas devem ser de natureza substantiva, restringindo-se a comentários adicionais do texto. Devem ser alocadas ao final da página, iniciar-se com a chamada numérica recebida no texto, em corpo 10, usando-se espaçamento simples entre linhas e espaçamento duplo entre notas;
- 7 - Citações, quando necessárias, devem seguir a regra: se menores de três linhas, são inseridas diretamente no texto, entre aspas; se maiores de três linhas, devem constituir parágrafos independentes com espaçamento simples e margem esquerda de 4 cm. Em sequência a cada citação, devem aparecer o sobrenome do autor, o ano da publicação e o número de página;
- 8 - As referências devem vir ao final do texto, em ordem alfabética, com título do livro ou periódico em negrito. A referência deve conter, na ordem, sobrenome do autor, nome do autor, título, edição local, editora, data. No caso de periódico, é necessário incluir o nome do mesmo após o título do trabalho;
- 9 - Qualquer dúvida quanto às normas aqui citadas ou a outros modelos de publicação, pede-se seguir as normas da ABNT (para mais informações, verificar http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_artigos.pdf);
- 10 - A Fronteira se reserva o direito de alterar os originais, a fim de adequá-los às regras acima descritas;
- 11 - Os trabalhos e artigos são de inteira responsabilidade de seus autores, de forma que a Revista Fronteira e seus conselheiros não assumem a responsabilidade pelas opiniões expressas.

12 - Autores que solicitarem o arquivamento do artigo durante o processo de submissão ficarão em quarentena mediante novo processo de avaliação.

Telefones para contato: (31) 3319-4257 e (31) 3319-4935. Para mais informações, favor enviar e-mail para fronteira@gmail.com.

Atenciosamente,

Conselho Executivo da Revista *Fronteira*.

Prof. Javier Alberto Vadell
Prof. Leonardo César Souza Ramos
Ana Rachel Simões Fortes
Fabiana Freitas Sander
Fabiana Kent Paiva
Júlia Clara Lúcio de Araújo
Juliana de Faria Campos
Letícia Maria Antunes do Carmo
Matheus de Abreu Costa Souza
Pedro Diniz Rocha
Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes
Victor de Matos Nascimento
Vinícius Tavares de Oliveira